

Universidade do Algarve
Escola Superior de Educação e Comunicação

As perceções dos educadores sociais do Algarve sobre a pobreza

Clara Isabel Café Inácio

Dissertação

Mestrado em Educação Social

Trabalho realizado sob a orientação de:

Professor Doutor António Carlos Pestana Fragoso de Almeida

Faro, 2016

As percepções dos Educadores Sociais no Algarve sobre a pobreza

Declaração de autoria de trabalho

Declaro ser a autora deste trabalho, que é original e inédito. Autores e trabalhos consultados estão devidamente citados no texto e constam da listagem de referências incluída

Copyright

A Universidade do Algarve tem o direito, perpétuo e sem limites geográficos, de arquivar e publicitar este trabalho através de exemplares impressos reproduzidos em papel ou de forma digital, ou por qualquer outro meio conhecido ou que venha a ser inventado, de o divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objetivos educacionais ou de investigação, não comerciais, desde que seja dado crédito ao autor e editor.

Agradecimentos

O meu primeiro agradecimento vai para o meu orientador, o Professor Doutor António Fragoso de Almeida, pela paciência, incentivo e apoio constantes durante toda a investigação. Para mim foi uma honra tê-lo como orientador, e agradeço tudo o que me ensinou. É sem dúvida um profissional de excelência e um modelo a seguir por todos os docentes.

A todos os meus colegas educadores sociais que aceitaram responder ao inquérito por questionário e ser entrevistados, um grande agradecimento! Sem vocês esta investigação não existiria. É também a vocês que dedico esta dissertação.

Um agradecimento muito especial a todas as pessoas que me apoiaram e ajudaram na resolução de enigmas informáticos e outros que tais que surgiram, em especial à Susana à Lara e ao Manel!

Agradeço ao Marco o amparo nos piores dias e o encorajamento nos melhores.

Obrigada à minha família e amigos pela compreensão, e pelos momentos que não estivemos juntos para que este trabalho fosse realizado! Vocês são a minha maior escola. Obrigada por tudo o que me ensinam todos os dias!

Resumo

A pobreza é um fenómeno multidimensional, que afeta grande parte da população mundial, e é um flagelo que implica uma desigualdade de acesso a bens, serviços, estatuto e poder. Os implicados são desfavorecidos a vários níveis, tais como o económico, social e psicológico. A pobreza tem várias consequências, entre elas a desvalorização ou exclusão social e a cidadania é posta em causa. Em Portugal existem dois tipos de pobreza: A pobreza persistente e consistente, que é transmitida de forma intergeracional, e a pobreza que deriva de uma instabilidade económica e financeira, e que tem oscilações. Estes dois tipos de pobreza têm especificidades próprias e afetam diferentes tipos de pessoas. A educação social e os educadores sociais surgem com um papel importante na diminuição da pobreza, pelas características da profissão, e pelas suas referências éticas. A presente investigação tem um carácter qualitativo, e foi realizada através do método de estudo de caso. Pretendeu-se conhecer as percepções dos educadores sociais relativamente à pobreza. Através deste estudo foi possível concluir que os profissionais são na sua maioria mulheres, e há uma grande parte que nunca desempenhou funções como educador social. As maiores entidades empregadoras são as IPSS e poucas se dedicam exclusivamente à pobreza. Não há uma grande atualização científica por parte dos educadores sociais relativamente à pobreza. As ações mais importantes realizadas pelos educadores sociais relativamente a casos de pobreza são a promoção da autonomia e a mudança de consciências e atitudes. No entanto, o trabalho que mais realizam tem um carácter assistencialista.

Palavras Chave: Pobreza, Pobreza em Portugal, Educação Social, Autonomia.

Abstract

Poverty is a multidimensional phenomenon, affecting a large part of the world's population. It's a situation that involves an uneven access to goods, services, status and power. Those involved are ill-favoured at different levels, such as economic, social and psychological. There are several consequences as a result of poverty. Among these consequences we can identify social depreciation, or social exclusion which leads to a compromised citizenship. In Portugal, there are two types of poverty: the consistent and persistent poverty which is inter-generational, and the poverty resulting from economic and financial instability. These two types of poverty have specific characteristics and they affect different types of persons. Social education and social workers play an important role in the decrease or eradication poverty due to their professional skills and ethical references. The aim of this work was to analyse how social workers describe poverty. This is a qualitative work and it was accomplished using the study case method. Among others it was possible to recognize that the majoraty of these professionals are women, however most of them never work as a true social worker. In general, they work at IPSS and do not operate directly or exclusively with poverty. Their interventions on poverty rely on the encouragement of personal autonomy and on the integration of better social behaviours. Unfortunately their main tasks resemble those of assistant workers.

Key words: Poverty, Poverty in Portugal, Social Education, Autonomy

Lista das Siglas utilizadas

IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social

INE – Instituto Nacional de Estatística

RSI – Rendimento Social de Inserção

ES – Educação Social

Índice geral

Agradecimentos	ii
Resumo	iii
Abstract.....	iv
Lista das Siglas utilizadas	v
Índice de gráficos.....	viii
Índice de anexos	ix
1 – Introdução	1
1.1 - Justificação do problema de investigação.....	2
1.2 - Problema de investigação e objetivos.....	3
1.3 - Estrutura da dissertação do Mestrado	5
2 - Enquadramento teórico	6
2.1 - Definição e conceitos de pobreza	6
2.1.1 - Dimensões estruturais da pobreza.....	9
2.1.2 - Pobreza Absoluta	11
2.1.3 - Pobreza Relativa	12
2.1.4 - Pobreza Subjetiva	13
2.2 - Como se erradica a pobreza?	15
2.3 - Exclusão Social.....	19
2.4 - A pobreza em Portugal	22
2.4.1 - Algumas consequências da crise económica e financeira em Portugal	27
2.5 - Educação Social.....	28
2.5.1 - Definição, finalidade e características	28
2.5.2 - Metodologia, objetivos e áreas de intervenção	30
2.5.3 - Os Princípios e a Ética da Educação Social.....	32
2.5.4 - O Educador Social – Funções e competências	34
3 - Metodologia	35
3.1 - Investigação qualitativa	35
3.2 - Estudo de caso	38
3.3 - Técnicas de investigação	42
3.3.1 - Pesquisa bibliográfica	42
3.3.2 - Estratégias de amostragem.....	43
3.3.3 - Inquérito por questionário.....	43

3.3.4 - Inquérito por entrevista	46
3.3.5 - Análise de conteúdo	50
3.3.6 - Triangulação	51
3.4 - Desenho de investigação.....	52
4 - Análise dos resultados	55
4.1 - Caracterização dos inquiridos.....	55
4.2 - Trabalho realizado pelos Educadores Sociais.....	57
4.2.1 - Entidades empregadoras	57
4.2.2 - Funções desenvolvidas pelos Educadores Sociais nos locais de trabalho	60
4.3 - Percepções sobre a pobreza	60
4.3.1 - Formas de atualização sobre a pobreza.....	60
4.3.2 - As causas, indicadores e grupos vulneráveis da pobreza.....	61
4.4 - As características da pobreza.....	64
4.5 - A dimensão da pobreza em Portugal	68
4.6 - A Pobreza e a Cidadania.....	72
4.7 - Pobreza e cultura.....	74
4.8 - A pobreza e o trabalho	75
4.9 - A pobreza e a saúde	77
4.10 - A Pobreza e Educação	78
4.11 - A redução e a erradicação da pobreza.	79
4.12 - O papel do Educador Social na redução e erradicação da pobreza.	80
4.12.1 - O Educador social como promotor da autonomia.....	84
4.13 - Trabalho realizado e estratégias utilizadas pelos Educadores Sociais na área da pobreza.....	86
4.14 - Os entraves na ação dos Educadores Sociais na área da pobreza.....	89
4.15 - É possível erradicar ou diminuir a pobreza?.....	91
5 - Discussão dos resultados e Conclusões.....	93
Referências	103

Índice de gráficos

Gráfico 1 – Distribuição dos inquiridos por faixas etárias	56
Gráfico 2 – Situação profissional dos inquiridos	57
Gráfico 3 – Já trabalhou com funções de educador social?	57
Gráfico 4 – Antigo local de trabalho	58
Gráfico 5 – Local de trabalho atual	58
Gráfico 6 – A instituição onde trabalha ou trabalhou:	59
Gráfico 7 – Funções desempenhadas como educador social	60
Gráfico 8 – De que forma se mantém atualizado relativamente à pobreza?	61
Gráfico 9 – Causas da pobreza	62
Gráfico 10 – Indicadores para medir a pobreza	62
Gráfico 11 – Grupos vulneráveis a situações de pobreza	63
Gráfico 12 – Indicadores de privação material	64
Gráfico 13 – Ser pobre é	65
Gráfico 14 – A crise económica e financeira	71
Gráfico 15 – De quem é a responsabilidade de agir perante situações de pobreza?	73
Gráfico 16 – As 5 medidas mais importantes para a redução/erradicação da pobreza... ..	80
Gráfico 17 - A sua formação académica foi suficiente?	81
Gráfico 18 – Contribuição do educador social na redução da pobreza	81
Gráfico 19 – Ações desempenhadas na área da pobreza	87
Gráfico 20 – Ação mais eficaz desempenhada pelos educadores sociais na área da pobreza.....	87
Gráfico 21 – Entraves no trabalho realizado pelos ES na área da pobreza	89

Índice de anexos

Anexo I – Inquérito por questionário	110
Anexo II – Interpretação dos dados	120
Anexo III – Mini inquérito por questionário	139
Anexo IV – Guia de entrevista	140
Anexo V – Exemplos de transcrição de entrevistas	141
Anexo VI – Análise de conteúdo	168

1 – Introdução

A pobreza assume hoje em dia um tema central nas agendas políticas e na comunicação social. É amplamente debatido e discutido a nível internacional, e são criadas medidas e acordos políticos no sentido da sua redução. A crise económica e financeira que iniciou em 2007/2008, e as medidas de austeridade criadas para a recuperação dos Estados Membros Europeus criaram uma grande agitação, com grande destaque nos meios de comunicação social, levantando a dúvida se países com um maior nível de instabilidade, tal como Portugal, estariam aptos para suportar um período de austeridade. A pobreza começou a ser revelada e analisada em grande escala de uma forma geral. As situações de pobreza extrema foram dadas como o exemplo negativo das consequências das medidas tomadas pelas oposições políticas, e a comunicação social criou perspetivas e posições.

Analisando a pobreza com uma perspetiva científica, verificamos que toda esta exposição relativamente à pobreza é muito limitada, pois revela apenas os fatores económicos e financeiros, e não tem em conta a sua multidimensionalidade. A pobreza engloba fatores culturais, sociais, educativos, entre muitos outros, e é detentora de uma subjetividade, na qual cada um a define, consoante o seu contexto. É muito difícil dizer concretamente o que é pobreza, o que é ser pobre, e, conseqüentemente, quais as formas de a reduzir ou erradicar.

Por apresentar um carácter eclético, também a educação social é difícil de definir. O papel da educação social e do educador social, e os seus princípios éticos já se encontram bem definidos, mas quando se coloca a questão de qual a sua função na área da pobreza, há uma lacuna teórica. Sendo um tema tão transversal e atual, é, então, urgente que os profissionais desta profissão se debrucem sobre a pobreza e sobre as suas causas, consequências, e de que forma podem contribuir para que diminua.

O desafio deste trabalho é triplo: Em primeiro relacionar a pobreza com a educação social. Dois campos vastos, subjetivos, com multiplicidades e pluralidades gigantes, e difíceis de definir por si só. Depois, tentar desvendar as percepções dos educadores sociais sobre a relação entre estes dois temas. Por fim, analisar as formas de resolver a pobreza teoricamente instituídas, e combiná-las com o que os educadores sociais fazem ou devem fazer na área da pobreza, dando um contributo na definição do seu papel nesta área.

1.1– Justificação do problema de investigação

O estudo da pobreza começa a ter alguma importância no nosso país, mas os investigadores são unânimes no que diz respeito aos entraves a que este tipo de investigação é alvo. O material estatístico que serve de base para estudos de dimensão nacional está desatualizado cerca de dois anos, não dando margem para que as situações sejam detetadas no momento e que sejam tomadas medidas atempadas, na altura em que acontecem (Rodrigues, 2011). Não parece existir vontade política para que a pobreza seja realmente estudada, pois, tal como refere Fernandes (2000) poderia ser uma forma de perda de controlo social.

Os educadores sociais são profissionais que estudam e refletem sobre o seu contexto de trabalho e sobre a sua ação (Carvalho e Baptista, 2004). É, então, urgente que se inicie um processo de estudo nesta profissão sobre a pobreza. Só através de uma perspetiva concreta e rigorosa da realidade, isenta da manipulação dos meios políticos, da comunicação social e da desinformação fornecida pelas redes sociais, é que se criam estratégias de ação que permitam atuar com eficácia. Neste caso, pretende-se quebrar com o ciclo de pobreza que existe no nosso país, que tal como refere Ferreira (2004), se manifesta de forma consistente, persistente e crónica.

Segundo Capucha (2015), o estudo da pobreza é uma das formas de a combater. Este estudo pretende criar um ponto de partida para os educadores sociais, ao iniciar a problematização do seu papel nesta área. Com esta investigação poderá conhecer-se o trabalho realizado pelos educadores sociais na área da pobreza e os seus principais entraves. Para além disso também se poderá perceber de que forma percecionam o fenómeno da pobreza.

Os educadores sociais têm como referência ética a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 (Carvalho e Baptista, 2004). Têm também a função de mudar as normas sociais quando estas não estão em conformidade (Quintana, 1994). A pobreza não é mais do que a violação de muitos dos Direitos fundamentais consagrados nesta Declaração. Tem de haver, então, um comprometimento dos educadores sociais na redução da pobreza, com uma postura ativa.

Estudar a pobreza significa, também, ter um papel preponderante na definição de políticas a criar na área (Capucha, 2015). Os educadores sociais são detentores de informação privilegiada, pois são profissionais que mantêm uma proximidade com as

peçoas. Desta forma, conseguem obter mais facilmente a perspetiva de quem é pobre, o que, segundo Sarmento, Fernandes e Trevisan (2015), é essencial para que haja uma maior precisão na forma de ação.

Assim, podemos considerar que este estudo é pertinente no sentido de elucidar os educadores sociais sobre a importância da sua ação como profissionais na área da pobreza. Para tal, é necessário que, tanto neste estudo, como outros que abordem a pobreza na perspetiva da educação social se tenha em conta que:

- É necessário estudar a pobreza, de forma a compreender os seus conceitos, dimensões e particularidades. Só com a perceção da multidimensionalidade da pobreza é possível entendê-la de uma forma isenta e com profundidade.
- É necessário estudar a pobreza no nosso país, para que se compreenda quais são as suas características específicas. Quais são os tipos de pobreza existente, quais as suas dimensões, que grupos da população afetam e de que forma, e, principalmente, quais são as verdadeiras necessidades dos pobres.
- Uma vez detetadas as necessidades da população pobre, é possível definirem-se estratégias de intervenção, e definir, também, qual será o papel do Educador Social nesta área.
- A melhor compreensão do papel do educador social e das estratégias que pode utilizar para a redução da pobreza, deve também conduzir à análise dos obstáculos que ocorrem durante a ação, de forma a identificar as melhores alternativas, dadas as condições específicas de implementação das estratégias.
- A investigação em torno do tema da pobreza deve incluir uma ação política, fundamental para uma ação estrutural.

1.2 – Problema de investigação e objetivos

Com este estudo pretendeu-se iniciar um processo de aproximação da educação social relativamente à pobreza, numa perspetiva teórica que sirva de reflexão para a prática e intervenção social. Desta forma, a questão de partida para esta investigação é “Quais são as percepções dos educadores sociais do Algarve relativamente à pobreza?”.

Foram definidos os seguintes objetivos, gerais e específicos, para esta investigação:

1. Identificar a situação profissional dos educadores sociais do Algarve.
 - 1.1 Definir a situação dos educadores sociais do Algarve perante o emprego.
 - 1.2 Identificar os locais de trabalho dos educadores sociais do Algarve, e as respetivas funções.
 - 1.3 Identificar os educadores sociais do Algarve que trabalham na área da pobreza.

2. Compreender as percepções dos educadores sociais relativamente à pobreza em Portugal.
 - 2.1 Conhecer a dimensão e as características da pobreza em Portugal na perspetiva dos inquiridos.
 - 2.2 Conhecer situações concretas e exemplos de pobreza.

3. Compreender as percepções dos educadores sociais do Algarve sobre a pobreza.
 - 3.1 Entender a forma como os educadores sociais do Algarve definem e conceptualizam a pobreza.
 - 3.2 Conhecer as perspetivas dos educadores sociais do Algarve relativamente à pobreza, e a sua opinião sobre as suas consequências.

4. Identificar a relação entre a Educação Social e a pobreza.
 - 4.1 Identificar as ações e estratégias que são realizadas pelos Educadores Sociais do Algarve, relativamente à pobreza.
 - 4.2 Identificar os entraves à ação dos educadores sociais do Algarve.
 - 4.3 Conhecer as perspetivas dos educadores sociais do Algarve relativamente à redução da pobreza.

De forma a cumprir os objetivos estabelecidos para este estudo, foram definidas as seguintes perguntas de investigação:

- Qual é a situação dos educadores sociais do Algarve relativamente ao emprego? Onde trabalham? O que fazem? Quem são os educadores sociais que trabalham na área da pobreza?

- De que forma os educadores sociais do Algarve conceptualizam e definem a pobreza? Quais são as suas perspetivas relativamente à pobreza e as suas consequências?
- De que forma os educadores sociais do Algarve caracterizam a pobreza em Portugal? Quais são as experiências que os educadores sociais têm com a pobreza e com os pobres?
- De que forma os educadores sociais do Algarve definem o seu papel na área da pobreza? Que trabalho realizam, e quais são as suas estratégias de ação na área da pobreza? Quais são os entraves que detetam nesta ação? Os educadores sociais do Algarve acreditam na redução ou erradicação da pobreza?

1.3- Estrutura da dissertação do Mestrado

Esta dissertação estrutura-se em quatro capítulos principais: Enquadramento teórico, Metodologia, Análise de resultados e Conclusões.

No capítulo do Enquadramento teórico explicam-se os suportes teóricos que serviram de base para este estudo. Foram abordados a definição e conceitos sobre a pobreza, explicando a sua multidimensionalidade e as suas dimensões estruturais. São, também, referidas algumas formas para reduzir a pobreza.

No capítulo da Metodologia explica-se a escolha do tipo de investigação qualitativa, do método de investigação como Estudo de Caso e das várias técnicas de pesquisa, recolha e análise de dados.

O capítulo da análise de dados divide-se em seis partes. Na primeira realiza-se uma breve caracterização dos inquiridos que participaram neste estudo, o trabalho que realizam, os seus locais de trabalho e as suas funções. A segunda parte refere-se às percepções dos inquiridos sobre a pobreza, abordando as causas, indicadores e grupos vulneráveis da pobreza, as suas características e dimensões no contexto português, e a relação da pobreza com a cidadania, cultura, trabalho, saúde, educação, e a sua erradicação. Na terceira parte aborda-se o papel que o educador social tem na área da pobreza. Na quarta parte é descrito o trabalho que os educadores sociais realizam na área da pobreza. Na quinta parte são referidos os entraves que se impõem aos profissionais no decurso da sua ação. Finalmente, na sexta e última parte conhecemos a opinião dos entrevistados relativamente à possibilidade de se reduzir ou erradicar a pobreza.

No último capítulo deste trabalho são explanadas as conclusões retiradas do estudo que foi efetuado, após a análise e triangulação de todos os dados recolhidos.

2 – Enquadramento teórico

2.1– Definição e conceitos de pobreza

A definição e conceitos de pobreza estão longe de ser consensuais. Existem os mais variados pontos de vista, tendo em conta os interesses, escolas de pensamento, políticas vigentes, entre outros, que dificultam a tarefa de quem quer definir concretamente o que é a pobreza, de que forma se manifesta e quais são as suas repercussões.

Segundo Sen (1999), para se definir o conceito de pobreza deve-se ter em conta: o método de identificar um grupo de pessoas como pobre (identificação), e o método de agregar as características do conjunto de pessoas numa imagem global de pobreza (agregação). Perista e Baptista (2010) acrescentam que, independentemente do tipo de conceito relativo à pobreza, há sempre o pressuposto de que existe um limiar, abaixo do qual se está numa situação de pobreza, e há condições que necessitam ser satisfeitas e recursos que são necessários.

Capucha (2008) define o limiar de pobreza como:

um indicador da distribuição de recursos que dá conta do nível de acesso aos meios necessários para uma vida digna em determinada sociedade. A prevalência da pobreza define-se, assim, como a proporção de pessoas cujos recursos se encontram abaixo daquele nível. O limiar de pobreza pode ser relativo a diferentes tipos de recursos e, dentro de cada tipo, pode ser definido de acordo com conceitos e metodologias distintas. (p.1)

A distribuição dos rendimentos é normalmente a principal variável para definir o limiar de pobreza mas, no entanto, esta pode ser aplicada a outro tipo de recursos (Capucha, 2008).

Para Costa (2008), a pobreza define-se como “uma situação de privação resultante da falta de recursos” (p. 26). A privação baseia-se numa situação de carência, uma não

satisfação das necessidades humanas básicas que resultam na dependência, que por sua vez só é resolvida quando é resolvida a falta de recursos e a autossuficiência. Segundo este autor, existem situações em que as pessoas não estão em situação de privação, mas são pobres, porque são apoiadas de forma a manter a dependência (ex. subsídios assistenciais). As situações de privação podem ter as mais variadas naturezas, desde materiais, sociais, culturais, entre outras e são definidas consoante o investigador que as refere. Costa (1998) refere também que a privação é múltipla, afeta diversos níveis das necessidades básicas (alimentação, vestuário, habitação, saúde, educação, etc.) e resulta em más condições de vida. Estas condições originam uma mudança de hábitos, comportamentos, valores, cultura, levando à perda de identidade social e por vezes identidade pessoal. A condição do pobre é também caracterizada pela exclusão do conjunto de sistemas sociais básicos (económico, social, institucional, territorial, social e de referências simbólicas).

Para Sen (2003), as várias formas de privação são: fome, cuidados de saúde, saneamento básico/ água potável, educação, emprego rentável, segurança económica e social, desigualdades de género e liberdade política/direitos civis.

Segundo o Eurostat (2014), a privação material é medida através de nove indicadores, ou seja, quando os indivíduos não têm capacidade de: fazer face a despesas inesperadas; pagar uma semana de férias por ano fora de casa; pagar dívidas ou pagamentos em atraso; uma refeição de carne, peixe ou proteína similar a cada dois dias; ter aquecimento apropriado em casa; ter máquina de lavar; ter televisão; ter telefone; ter carro particular. Considera-se que o indivíduo está em situação de privação material quando não consegue garantir três destes indicadores. Considera-se privação material severa quando não se consegue garantir pelo menos quatro destes indicadores.

Quando se analisam os indicadores de privação material, pode-se concluir que uma percentagem das pessoas não consideradas como pobres, vive efetivamente em privação. A análise e utilização do conceito de privação material propicia um conhecimento mais profundo da pobreza. Quando há a coexistência de privação material e pobreza monetária estamos a falar de pobreza consistente (Rodrigues e Andrade, 2012).

Os recursos necessários para precaver a situação de privação, segundo Bruto da Costa (2008), podem ser: bens e serviços de mercado adquiridos através do rendimento; bens e serviços públicos ou particulares não lucrativos (saúde, educação, etc.);

rendimentos em espécie, ou seja, bens pessoais pagos ou produzidos pelo próprio; bens oferecidos como forma de remuneração em espécie (carros, telefones, etc.).

Poderá correr-se o risco de se considerar a pobreza como a não satisfação das necessidades básicas elementares. No entanto, “ser pobre” acarreta não só uma falta de bens materiais, mas também, tal como refere Paugam (2003), um estatuto social inferior, uma condição de humilhação e sinónimo de fracasso. Existe uma correlação, nas sociedades modernas, entre riqueza/estatuto/poder na qual os pobres são prejudicados. Este autor designa a pobreza como uma situação de “desqualificação social”, na qual o pobre se vê obrigado à situação humilhante de ter de recorrer ao apoio dos seus semelhantes para viver em condições aceitáveis.

Costa (1998) acrescenta que “o pobre pode ser definido como alguém totalmente destituído de poder”, o que está previsto na Constituição da República Portuguesa como um direito de todos os cidadãos, e que legalmente lhe pertence. Desta forma, a pobreza implica dificuldade no exercício pleno da cidadania e na reivindicação dos direitos mais elementares das pessoas. Fernandes (2000) partilha desta ideia ao referir que o pobre é a pessoa que vive numa situação de dependência, e que tem a sua cidadania posta em causa, ou seja, não tem autonomia na condução da sua própria vida.

Apesar dos conceitos de privação e pobreza e as suas mudanças estarem interligados com as mudanças das políticas, ideias sobre o que deve ser feito, e questões éticas, a sua medição deve ser independente e deve ser uma descrição fatural, com aspetos absolutos e relativos (Sen, 1999).

Costa (2008) menciona que, normalmente, os estudos nacionais ou europeus não incluem todos os recursos existentes. A análise da pobreza tende a centrar-se na avaliação das condições de vida objetivas (alimentação, modo de vestir, habitação...) visto ser o aspeto que se observa mais facilmente. No entanto, o ser humano funciona como um todo, no qual coexistem outros aspetos tais como sentimentos e afetos, inteligência e vontade, cidadania e liberdade, desenvolvimento e realização. Estes aspetos, ao serem menos observáveis, não são tidos em conta pelo cidadão comum e até por técnicos.

Spicker (1999) defende que existem dois tipos de abordagem no processo de definição da pobreza. Por um lado, a necessidade de unificar os critérios de definição da pobreza, de forma a desenvolver políticas relativas a problemas concretos e bem definidos, podendo assim avaliar a sua eficácia. Por outro lado, uma abordagem

multidimensional permite outras percepções sobre a pobreza, incluindo a perspectiva dos próprios pobres. Permite uma maior participação dando poder aos pobres.

2.1.1- Dimensões estruturais da pobreza

A pobreza tem várias dimensões estruturais que não devem ser ignoradas, pelo risco de se constituírem como um veículo para a sua perpetuação. Para se erradicar a pobreza, é necessário promover uma mudança estrutural.

Primeiro que tudo, é necessário entender a pobreza como um fenómeno multidimensional. Tal como refere Costa (2008), este é uma das maiores causas na dificuldade em medir a pobreza, pois abraça um amplo leque de questões como as condições de vida, o poder, a participação social, a cidadania, entre outros.

Ser pobre significa, na maior parte das vezes, estar dependente. Perista e Baptista (2010) referem que, frequentemente, as formas de resolver a privação não resolvem a falta de recursos e há uma dependência de meios extraordinários. Segundo o relatório do Desenvolvimento Humano 2013, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, as medidas tradicionais de combate à pobreza baseiam-se no fortalecimento das redes de apoio social, que visam os sintomas e não as causas da pobreza, que são o acesso desigual aos bens, a participação desigual no mercado e a governação injusta, perpetuando desta forma a situação de dependência.

Existem, também, muitas questões de cariz social que ajudam a criar, desenvolver ou perpetuar situações de pobreza. Fernandes (2000) refere que as pessoas marginalizadas e estigmatizadas (normalmente residentes em zonas urbanas delimitadas) são geralmente incentivadas ao consumo imediato e excessivo. Refere também que a pobreza não afeta apenas os pobres. A pobreza gera medo nos detentores do poder económico, que fortalecem os seus recursos de forma a não os perder, impedindo as camadas mais pobres de a eles terem acesso. Sen (2003) acrescenta que em muitas sociedades, principalmente as mais desenvolvidas, objetos como sapatos de couro, telefones e televisão são necessários para que os indivíduos participem na vida social, sendo considerados objetos essenciais. Desta forma, os bens essenciais são definidos consoante as necessidades definidas pela cultura de cada sociedade.

Paugam (2003) identifica a mudança das estruturas familiares, nomeadamente o aumento das famílias monoparentais, como um acréscimo para a vulnerabilidade social e

profissional. A crise económica e a reconstrução dos modelos familiares, conjugados, contribuem para o surgimento de novas formas de precariedade. O desemprego é um fator de insegurança, pois a atividade profissional não é apenas uma forma de manter a segurança material e financeira, é uma forma de identidade e de se preservar relações sociais. O desemprego não é somente uma privação de atividade e salário, mas também de estatuto social.

O relatório da Eurostat (2013), relativo aos indicadores que suportam a Estratégia Europa 2020, refere que a pobreza tem três dimensões, que muitas vezes se sobrepõem:

- Pobreza monetária (número de pessoas em risco de pobreza depois das transferências sociais)
- Privação Material
- Falta de trabalho intensa (Pessoas entre os 0 e os 59 anos que não trabalham mais do que 20% do seu potencial de trabalho)

Sen (2003) defende que o critério do rendimento elevado, por si só, é muito limitado para se avaliar o bem-estar, qualidade de vida e liberdade das pessoas. Refere que existem cinco variações entre os rendimentos reais e as vantagens que deles tiramos, que devem ser tidas em conta:

1. Heterogeneidades pessoais – Cada pessoa tem as suas características e necessidades pessoais, tais como as questões de saúde, e algumas não são colmatadas apenas com a transferência de rendimentos.
2. Diversidades ecológicas – O ambiente envolvente e o clima influenciam as necessidades dos indivíduos.
3. Variações no clima social – Os serviços públicos existentes, as relações comunitárias, criminalidade, etc.
4. Diferenças nas perspetivas relacionais – Os padrões de consumo, de necessidades e de bem-estar variam consoante os padrões de comportamento estabelecidos pela comunidade na qual o indivíduo se insere
5. Distribuição no seio da família – A forma como os rendimentos são partilhados no seio da família, os diferentes objetivos e interesses partilhados, influenciam o bem-estar e liberdades como indivíduos.

Segundo o autor, a análise das potencialidades dos indivíduos deve também ser analisada, pois permite-nos diferenciar o que as pessoas fazem, do que as pessoas são livres de fazer (por exemplo, jejuar voluntariamente ou passar fome). Acrescenta aos dados obtidos através da análise do rendimento, as finalidades que as pessoas procuram e as liberdades que as habilitam para esses fins. No entanto, rendimento e potencialidades estão relacionados. Um maior rendimento aumenta as potencialidades, e o aumento das potencialidades pode influenciar a obtenção de um maior rendimento. A educação e a saúde, quando têm um alcance mais abrangente, também aumentam as potencialidades. Existem, no entanto, casos em que a desigualdade de rendimentos não coincide com a desigualdade de potencialidades, como por exemplo: rendimento elevado e impossibilidade de participação política; doença com um tratamento de custo elevado; pessoa desempregada com subsídio de desemprego.

2.1.2 - Pobreza Absoluta

O Conceito de pobreza absoluta baseia-se nas questões de sobrevivência e eficiência física e quando estas condições deixam de ser asseguradas, através da alimentação, distribuição de água potável, cuidados de saúde, habitação, educação, rendimentos, equipamentos sociais, trabalho, etc. (Capucha 2008).

O pioneiro deste conceito foi Seebom Rowntree. Pressupõe uma quantificação, que não se baseia em opiniões, sensibilidade, percepções ou sentimentos. Inicialmente, este conceito media essencialmente as necessidades alimentares e de nutrição. Depois foram incluídos o vestuário e habitação. Atualmente, mede o orçamento necessário para alimentação ou necessidades básicas. Apesar do caráter absoluto deste conceito, a quantificação das necessidades básicas implica sempre critérios subjetivos na escolha do que é considerado essencial à vida humana (Costa 2008). Sen (1999) designa este conceito como “abordagem biológica”, que considera redutora, mas refere que não deve ser descurada, principalmente em países em desenvolvimento. Spicker (1999), por sua vez, denomina-o como “Pobreza como um conceito material” e divide-o em três categorias:

1. Necessidades – As pessoas são pobres porque não têm as coisas de que necessitam, ou não têm recursos para as obter.
2. Padrão de privação – A pobreza é encarada como uma privação prolongada.
3. Recursos limitados – Quando há uma limitação de recursos necessários às necessidades humanas básicas, como a alimentação, a água, saneamento, saúde, educação e informação.

2.1.3 - Pobreza Relativa

O conceito de pobreza relativa consiste no princípio da desigualdade.

Consideram-se pobres as pessoas, as famílias e os grupos cujos recursos, de diverso tipo, são tão escassos que impedem a participação nos padrões de vida tidos por minimamente aceitáveis numa determinada sociedade. Dito de outro modo, a pobreza existe quando a pobreza toma proporções inaceitáveis face aos padrões de vida que permitem a participação social. (Capucha, 2008, p.1)

O pioneiro deste conceito foi Peter Townsend. O padrão para a definição de necessidades e a medida de aferição da sua satisfação são fornecidos exclusivamente pelo contexto social. São tidos em conta os recursos e o estilo de vida, que acrescentam à análise de rendimentos e consumo. A pobreza é relacionada com os recursos e não com as condições de vida (Costa 2008).

Sen (1999) designa este conceito como “abordagem da desigualdade” e caracteriza-o como a medição da diferença entre a população mais pobre e o resto da sociedade. Nesta perspetiva, a pobreza pode ser atenuada ou resolvida através da transferência de recursos das camadas mais ricas para as mais pobres. No entanto, o conceito de desigualdade e pobreza, apesar de estarem associados, não devem ser equivalentes. Spicker (1999) denomina o conceito como “Pobreza como uma circunstância económica” e divide-o em três categorias:

1. Padrão de vida – Existe pobreza quando o nível de vida do indivíduo é inferior ao padrão de vida definido, o que é considerado abaixo do aceitável. As necessidades

para este padrão contemplam itens que não são considerados “básicos”, mas sem os quais o indivíduo se considera pobre.

2. Desigualdade – A pobreza é encarada como uma desigualdade do indivíduo face a outros dentro da mesma sociedade, este não tem acesso ao que é considerado aceitável ou necessário.
3. Posição económica – Estratifica a sociedade em classes que definem a posição económica dos indivíduos na sociedade. A pobreza é encarada como a pertença a uma classe específica.

2.1.4 - Pobreza Subjetiva

A pobreza subjetiva remete para as representações sociais, a auto e hetero percepção da pobreza, ou seja, o que as pessoas consideram ser pobre e quem consideram ser pobre (Capucha, 2008). Os métodos subjetivos são intencionalmente baseados nas opiniões e juízos dos próprios pobres ou da opinião pública. Têm como variantes a opinião popular sobre o rendimento necessário para evitar a privação e a opinião popular sobre as necessidades que se devem colmatar, para evitar a privação (Costa, 2008).

Sen (1999) apelida este conceito como “Privação relativa”, e defende que esta abordagem reflete sobre os “sentimentos de privação” e “condições de privação”. As condições de privação são o conjunto de condições sem as quais não é permitido aos indivíduos participar na sociedade onde estão inseridos. Os sentimentos de privação são as percepções pessoais sobre o que é considerado importante. Nesta visão, a maior dificuldade está no facto da percepção pessoal estar relacionada com expectativas e comparações com grupos de referência. Esta abordagem não deve ser utilizada isoladamente na conceptualização da pobreza, pois existem situações de privação absoluta (tal como a fome) que são aceites como situação de pobreza aguda, independentemente do padrão da sociedade.

Spicker (1999) denomina-o como “Circunstâncias sociais” e divide-o em seis categorias:

1. Classe social – Este conceito defende que o indivíduo está ligado a uma classe social baseada nos papéis sociais e ocupações que desempenha, assim como o seu estatuto socioeconómico.

2. Dependência – As pessoas pobres são aquelas que necessitam de receber benefícios e assistência sociais para sobreviver.
3. Falta de segurança básica – vulnerabilidade a riscos sociais, devido à falta de um ou mais fatores que impossibilitam o usufruto de direitos fundamentais.
4. Falta de direitos – Pessoas que por falta de recursos são impossibilitadas de exercer os seus direitos fundamentais.
5. Exclusão – A pobreza resulta da exclusão (participação na vida social), resultante de recursos limitados.
6. Pobreza como juízo moral – A definição de pobreza consiste num juízo de valores sobre o que é ou não aceitável numa sociedade. Ao definir-se o que está errado, pressupõe-se que se deve fazer o que está correto.

Narayan (2000) analisou a pobreza segundo a perspetiva dos que são pobres e destaca cinco “descobertas”:

1. A pobreza é um fenómeno complexo e multidimensional. A definição e noção de pobreza varia consoante a idade, a cultura, o género, e o contexto social e económico. Por exemplo, em zonas rurais pode estar associada a fatores ambientais, como a seca, e na urbana a oportunidades de emprego.
2. É constantemente definida pela carência material, do que é necessário para o bem-estar (alimentação, habitação, etc.) e pela carência de recursos relacionados à privação física.
3. Na perspetiva dos pobres, a pobreza tem aspetos psicológicos (insegurança acerca do futuro, stress por não se conseguir alimentação, vergonha por não se vestir tal como os seus pares), tais como a “perda de voz”, poder, independência e consequente exploração (ser pobre é estar dependente de outros para sobreviver). A sua situação leva-os a estar mais vulneráveis a humilhações e tratamento desumano por parte dos vários agentes públicos e privados aos quais recorrem a pedir ajuda (pedem assistência às mesmas pessoas que os exploram). Têm também uma maior dificuldade em manter a sua identidade cultural através da participação em tradições e eventos sociais. A sua incapacidade de participar no contexto da comunidade leva-os a uma quebra nos laços sociais.

4. A carência de infraestruturas básicas e a iliteracia também são indicadores de pobreza. Nas zonas rurais, a falta de acessos e de transportes dificultam o acesso a cuidados de saúde, de educação e aos mercados. Há uma menor frequência de líderes políticos e uma menor hipótese das pessoas manifestarem os seus problemas. A falta de acesso à água (e de saneamento básico) também dificulta a agricultura e acentua os problemas de saúde. Nas zonas mais urbanas, os elevados custos da eletricidade e das comunicações são os problemas mais evidenciados pelos pobres. As zonas rurais são consideradas mais pobres do que as urbanas.
5. Os pobres valorizam mais os recursos que o rendimento em si, e associam a carência dos mesmos à sua vulnerabilidade e de exposição ao risco. Estes recursos podem ser: Físicos – posse ou acesso à terra, alojamento, objetos pessoais; Humanos – educação, saúde e trabalho; Sociais – relações e contactos sociais, família, vizinhos, comunidade, trabalho; ou Ambientais – calamidades, sazonalidade, meteorologia.

2.2 - Como se erradica a pobreza?

Para se seja possível a erradicação da pobreza, ou uma minimização da mesma, é necessário que se esteja bem ciente que este é um papel para a sociedade em geral, e não apenas para um grupo restrito de técnicos ou políticos. Tal como Costa (1998) defende, o combate à pobreza é responsabilidade de todos, e devemos munir-nos do poder que detemos e fazer a nossa parte. “Ao subestimar a relevância do papel do poder na sociedade, cada um reduz a possibilidade que, efetivamente, tem de contribuir para a erradicação ou redução substancial da pobreza e da exclusão” (p. 31).

Paugam (2003) acrescenta que, numa altura em que o emprego falha no seu papel integrador e há uma descrença nas grandes instituições, o papel da intervenção social tem de ultrapassar a esfera tradicional da assistência e focar-se no problema da integração e nos vínculos sociais. De forma a atenuar os efeitos da assistência, como a rotulagem e a segmentação social dos indivíduos, deve-se passar da ação individualizada para uma esfera global atuando no meio social, no quadro social da vida, nos equipamentos coletivos e na animação sociocultural.

Para que a luta contra a pobreza seja um vetor de mudança social, há que ter em conta as causas estruturais da pobreza e deve-se restituir ao pobre o poder necessário para

o exercício da cidadania. Assim, deve-se atuar de uma forma preventiva e de uma forma curativa. As medidas preventivas são, por exemplo, a ação através da educação e da qualificação profissional, mercado de trabalho e sistema de salários e segurança social. As medidas curativas baseiam-se na resolução dos problemas da privação, ou combatendo as consequências da pobreza (Costa, 2000).

No sentido de se ter em conta as causas estruturais, Sen (2003) defende que na definição de políticas combater a pobreza se deve ter em atenção:

1. Que a relação entre rendimento e potencialidades pode ser afetado por vários fatores como a idade, género, papéis sociais, localização geográfica, aos quais a pessoa não tem controlo.
2. Questões como a idade, deficiência ou doença podem dificultar a obtenção de rendimento e potencialidades.
3. A possível desigualdade na distribuição dos rendimentos no seio familiar.
4. A carência relativa de rendimentos pode levar a uma carência absoluta de potencialidades, quando os indivíduos estão inseridos em contextos sociais que exigem determinados bens para a sua inserção social.

Para Costa (2008), para se combater a pobreza é necessário focar-se em três questões:

1. Repartição primária do rendimento – a pobreza é um problema para ser resolvido através da política económica, antes da política social.
2. Repartição da propriedade – bens, tecnologia, instrumentos de desenvolvimento pessoal e coletivo...
3. Repartição do poder – Devolução ao pobre do poder que lhe foi destituído e que é necessário ao exercício da cidadania.

A OCDE (2013) aconselha o desenvolvimento de políticas que protejam a população mais vulnerável, principalmente nos países com necessidade de controlar a despesa pública. Nas reformas financeiras, através de impostos, deve-se assegurar que todos pagam um valor justo e que as receitas beneficiem quem necessita.

A aquisição de autonomia por parte dos pobres é também um aspeto fulcral para a resolução da pobreza. As ações desenvolvidas em prol dos pobres devem ter em conta a autonomia e não apenas a concessão de recursos. É através da junção destas duas partes que se conseguiria a erradicação da pobreza. O direito a sobreviver, aliado ao direito a viver com dignidade em sociedade. Assim, as ações empreendidas pelas instituições devem medir-se pelo número de pessoas que deixam de ter necessidade de ter um apoio direto e se tornam autónomas quanto aos meios de subsistência (Fernandes, 2000). Os atores sociais implicados devem participar no processo de redefinição da sua identidade social, e de ser parte ativa da solução do seu próprio problema (Paugam, 2003). O centro da intervenção deve ser sempre a pessoa. Na maior parte das vezes, esta é realizada consoante os recursos disponíveis, e não consoante as necessidades sentidas e expressas (Perista e Baptista 2010).

A ação profissional e organizacional não se deve realizar só no sentido de combater a privação (banco de alimentos). Estas ações são fundamentais, mas por si só não combatem a pobreza. Devem ser complementadas por uma pluralidade de respostas centradas nas necessidades das pessoas e famílias, de forma multidimensional, como por exemplo: reforçar qualificações/competências profissionais; disponibilização de serviços de apoio à infância, de forma a permitir a atividade laboral aos pais; denunciar/combater a precariedade salarial (Perista e Baptista 2010).

É necessário que o consumo imediato seja alterado pela necessidade de investimento no futuro, e que os pobres participem na construção da sociedade, que sejam ativadas as suas mais-valias. Para tal, a formação é a forma de investimento mais eficaz na transformação do ter mais em ser mais. É uma forma de tirar as pessoas da passividade e de apostarem na sua própria realização e de terem os seus próprios projetos (Fernandes, 2000).

O sistema educativo adquire, pois, uma importância fundamental. No entanto, para que esta importância seja consequente, torna-se essencial assegurar às crianças pobres não só o indispensável acesso ao sistema escolar – onde se pode incluir os apoios à família – mas também condições para o seu sucesso, no qual corresponda uma efetiva aquisição de conhecimento e aptidões (Perista e Baptista, 2010, p. 7).

Bastos (2015) defende que a intervenção com crianças é uma forma de cortar o ciclo da transmissão intergeracional da pobreza. Ao serem dadas às crianças mais desfavorecidas as mesmas oportunidades, haverá uma alteração a médio e a longo prazo, que apesar de ter um carácter preventivo, contribui para o potencial e desenvolvimento humano a médio e longo prazo.

Segundo Perista e Baptista (2010), é necessário consciencializar todos os que fazem intervenção social, de que é necessário clarificar conceitos como a pobreza e privação, e não só detetar situações de pobreza - mas também o que conduz à pobreza. De forma a entender questões como a pobreza persistente, as políticas sociais de combate à pobreza devem centrar-se mais em estudos longitudinais sobre a pobreza e não nos dados anuais. Para além disso, deve fazer-se uma avaliação crítica da ação, no sentido de verificar se as necessidades foram devidamente satisfeitas ou se, pelo contrário, se mantêm. Os preconceitos e percepções sobre a pobreza são transversais na sociedade, e cabe aos investigadores promover espaços de reflexão e abordagens mais reais da sociedade, construindo, assim uma maior sensibilização e consciencialização das potencialidades e limites da intervenção social. Alves (2015) acrescenta que o estudo da pobreza deve ter em conta, também, os caminhos que conduzem à entrada e saída da pobreza, assim como a sua persistência.

Capucha (2015) defende que o estudo da pobreza implica não só o conhecimento da situação, mas também contribuir para a transformação e a criação de soluções necessárias para a sua erradicação. Assim, pode contribuir-se para políticas mais ajustadas e eficientes, tendo em conta os fatores estruturais identificados. Deve ser incluída a perspetiva dos pobres no estudo da pobreza, que na maior parte das vezes é negligenciada, pois os pobres têm noção do que lhes faz falta, e o quebrar desta barreira pode também ser um forte instrumento do *empowerment*. Para Sarmiento (2015), as crianças também devem ser escutadas, pois são capazes de apontar soluções para o seu bem-estar. Sentir-se-ão, também, como parte do processo de desenho de novas políticas e é-lhes inculcida desde cedo a importância da participação como cidadãos.

Por fim, é necessário compreender que as situações de pobreza não se ultrapassam apenas com a implementação de medidas de política social. É necessário inculcar esta preocupação na área financeira, económica, da organização do mercado de trabalho, da organização do território e das políticas de habitação (Cardoso, 2010). Existe a ideia de que a pobreza só pode ser combatida pelas políticas gerais, mas as intervenções no terreno

têm um papel fundamental, e estas devem ser desenhadas à medida de cada contexto, sendo necessário um diagnóstico prévio, compreendendo o sistema de atores, e devolvendo o conhecimento adquirido aos próprios atores sociais (Capucha, 2015).

2.3 - Exclusão Social

A exclusão é a consequência das rápidas alterações da sociedade, e da incapacidade de adaptação da mesma, que gera comportamentos individualistas e ausência de referências estruturantes das práticas individuais e coletiva (Clavel, 2004). Existem situações em que a ideologia dominante e as representações coletivas são “invisíveis” para as pessoas que as vivem, pelo que muitas vezes a exclusão e o etnocentrismo dos quais são protagonistas não é propositado nem percecionado pelos mesmos (Xiberras 1993).

O conceito de exclusão social, segundo Costa (1998), foi originalmente conceptualizado por Robert Castel, que a considerava como a fase extrema do processo de marginalização, um percurso descendente de ruturas na relação do indivíduo com a sociedade. Segundo esta perspetiva, a exclusão não implicava necessariamente situações de pobreza, e vice-versa. Nos anos 90, a Comissão Europeia introduziu, no conceito original de exclusão social, o próprio processo de marginalização em si, e não apenas a fase terminal. Esta introdução suscitou algumas dúvidas em relação aos conceitos de pobreza e de exclusão social, pois tornava-os sinónimos. Graham Room contribuiu para uma nova definição de exclusão social ao introduzir a complementaridade conceptual da tradição britânica (aspetos distributivos da pobreza) e da tradição francesa (aspetos relacionais da exclusão social). No sentido de abarcar estas duas perspetivas em simultâneo, foi criada no seio da Comunidade Europeia uma nova definição que inclui a cidadania como um contexto de referência para a exclusão social. Assim, a cidadania consiste no acesso a um conjunto de 5 sistemas sociais nos quais a pessoa se encontra inserida:

1. A Área social, que consiste no conjunto de sistemas no qual a pessoa está inserida. Podem ser imediatos, como a família ou vizinhos; intermédios, como associações, amigos ou comunidade cultural; ou amplos, como a comunidade local e o mercado de trabalho.

2. O Domínio económico, que consiste nos mecanismos geradores de recursos, no mercado de bens e serviços e no sistema de poupanças.
3. O Domínio Institucional, que consiste nos sistemas prestadores de serviços (educação, saúde, justiça, habitação) e nas Instituições relacionadas com os direitos cívicos e políticos.
4. O Domínio territorial, onde existem várias amplitudes: dentro das cidades (bairros degradados), dentro de países (zonas rurais) e a nível mundial (países excluídos por países prósperos).
5. O Domínio das referências simbólicas, onde se encontra o campo das referências (perda de identidade social, auto-estima, perspectivas de futuro, sentido de pertença...).

Existem vários tipos de exclusão social. Segundo Xiberras (1993) dividem-se em exclusão física (por exemplo o racismo), geográfica (por exemplo, os guetos), material (pobreza) e simbólica. Para Bruto da Costa (1998) os tipos de exclusão social dividem-se segundo as suas causas:

- De tipo económico, ou seja, pobreza (entendida como uma situação de privação múltipla por falta de recursos). Baseia-se, por exemplo, em más condições de vida, emprego precário, baixos níveis de instrução e qualificação profissional.
- De tipo social, ou seja, situação de privação de tipo relacional, caracterizada pelo isolamento, por vezes associada à falta de auto-suficiência e autonomia social. Pode não ter relação com falta de recursos, pode ser sobreposta ou ser originada pela mesma.
- Do tipo cultural, essencialmente manifestações contra minorias étnico-culturais, tais como racismo, xenofobia, nacionalismo, ou exclusão de ex-reclusos.
- De origem patológica, normalmente ruturas familiares originadas por doenças de natureza psicológica ou mental.
- Por comportamentos auto-destrutivos, toxicodependências, alcoolismo ou prostituição.

Para Carvalho e Baptista (2004), a exclusão divide-se em três tipos: as admitidas (assumidas como punições), as toleradas (marginalização por rejeição) e as interditas (classificadas como crime).

A exclusão social pode ser observada através de vários indicadores. Clavel (2004) divide-os em três tipos: O somatório de várias situações objetivas de privação (alojamento, rendimentos, escolaridade); a relação social simbólica “negativa” (estigmatização, auto-exclusão...); e a rutura dos laços sociais (isolamento...). Bruto da Costa (2008) classifica estes indicadores em cinco domínios, e dá alguns exemplos:

1. Domínio social - Institucionalização (de crianças e de idosos); as redes de sociabilização (família, vizinhos, colegas, amigos).
2. Domínio económico - taxa de pobreza, salários, pensões e rendimentos, sobre-endividamento, alimentação, vestuário, férias, saúde.
3. Domínio Institucional - Educação, taxa desemprego, esperança média de vida, duração dos processos judiciais, habitação/sem abrigo, acesso à cultura, participação em eleições; naturalizações, literacia e acesso às tecnologias de informação e comunicação.
4. Domínio espacial - Condições das habitações, diferenças de rendimentos em zonas rurais, proximidade de equipamentos de educação, saúde e culturais.
5. Domínio simbólico - Adesão a normas sociais, posicionamento a grupos de referência, identificação de símbolos sociais.

Para Xiberras (1993), as múltiplas formas de exclusão têm como ponto comum a rutura de laços, como por exemplo: laços sociais e de representações, laços económicos, laços institucionais e laços com o reconhecimento de si próprio. O autor refere também que existe um conjunto de normas, níveis e limites a atingir, sendo o insucesso considerado uma “exceção” à normalidade, o que constrói processos de exclusão. Dá como exemplos: Contexto escolar – nível escolar a atingir; contexto familiar – idade para casar e ter filhos; nível pessoal – imagem de si próprio consoante o modelo proposto. Estas várias formas de insucesso social poderão não conduzir diretamente à rejeição social, mas a acumulação de várias conduz a uma exclusão quase certa por (exemplo, uma família monoparental desempregada).

2.4 – A pobreza em Portugal

A pobreza em Portugal assume, essencialmente, uma forma estrutural. É um problema social extenso. Não se caracteriza por uma realidade conjuntural ou num problema marginal da sociedade (Perista e Baptista, 2010).

É afectada pela demografia, pela organização do território, pelas migrações, pela estrutura e serviços de educação/formação, pelas relações industriais, pela economia, pela acção social, pela segurança social, pela saúde, pelo acesso ao emprego, pela disponibilidade e proximidade de equipamentos sociais e infraestruturas, entre muitos outros domínios. Os limiares de pobreza e a proporção de pessoas pobres são afectados pelo que se passa em todos estes domínios. (Capucha, 2008, p. 6)

Analisando o fenómeno da pobreza em Portugal de uma forma longitudinal, observa-se que esta assume uma natureza crónica e persistente. Há um núcleo bastante significativo de indivíduos que não consegue superar a desvantagem em que se encontra. Rendimentos baixos levam a uma vulnerabilidade acrescida, a múltiplas formas de privação, o que aumenta a probabilidade de que as pessoas permaneçam em situação de pobreza (Ferreira, 2004).

Existem dois tipos de pobreza em Portugal. Por um lado, há uma situação de pobreza persistente. Por outro lado, há um número significativo de indivíduos que entra, sai e reentra em situações de pobreza. As taxas de pobreza em Portugal apresentam uma estabilidade ao longo do tempo, mas isso não significa que a sua composição seja estável. Em Portugal há uma grande mobilidade na pobreza, sendo o número de indivíduos que entra e sai maior do que o que permanece. No entanto, o que permanece tem um número muito elevado em comparação aos restantes países da União Europeia. Há também uma maior taxa de entrada na pobreza e uma menor taxa de saída (Alves, 2015). A pobreza persistente, segundo Costa (2008), afeta com mais intensidade as zonas rurais e os centros urbanos de grande dimensão.

Uma das razões da persistência da pobreza está na sua transmissão intergeracional. Muitos dos agregados pobres herdaram a sua situação de pais e avós (Perista e Baptista, 2010.) Segundo o INE (2013), a situação financeira da família de origem influencia o

risco de pobreza. Mais de metade das famílias em risco de pobreza entre os 25 a 59 anos referiu ser oriunda de famílias com dificuldades financeiras.

Existe, também, uma transmissão intergeracional do nível de escolaridade. Os níveis mais baixos tendem a ser conservados pelas gerações seguintes. As crianças mais pobres e com pais com pouca escolaridade tendem a apresentar desempenhos e aproveitamento escolar inferior. Desta forma, a educação funciona como um mecanismo de transmissão de pobreza, e tem um papel fundamental na persistência da pobreza (Alves, 2010). Esta herança de pobreza acentua a incidência da pobreza infantil. As famílias em situação de pobreza com crianças estão numa posição de desvantagem, pois o seu percurso de formação está comprometido. As políticas sociais não conseguem inverter a transmissão de níveis educacionais e culturais baixos e penalizadores (Ferreira, 2004).

Nos estratos em que o nível educativo é mais elevado, a incidência de pobreza é menor. Os indivíduos com ensino básico apresentam uma progressão na carreira mais reduzida, assim como os salários, relativamente aos indivíduos com licenciatura. A maior parte da população ativa em Portugal tem uma escolaridade inferior ao ensino secundário. Se a este facto aliarmos o de que as relações conjugais tendem a estabelecer-se entre indivíduos com qualificações semelhantes, pode-se constatar que os agregados familiares com maior rendimento são as mais qualificadas (Alves, 2010).

De facto, a população pobre tem um baixo nível de escolaridade. Há uma percentagem muito pequena de indivíduos com ensino secundário ou superior. Há também uma relação entre a idade em que os indivíduos começam a trabalhar e a sua escolaridade. Os níveis mais baixos estão relacionados com as pessoas que começaram a trabalhar com menos de 16 anos (Costa, 2008).

O trabalho, para além de garantir que os indivíduos tenham acesso ao consumo e atividades de cada classe, define a identidade do indivíduo e o seu lugar na sociedade. Em Portugal, as profissões mais pobres são aprendidas de forma autónoma/ informal, ou através da transmissão de pais para filhos. Este sistema perpetua a situação de pobreza. A contratação laboral no nosso país assenta, muitas vezes, em interesses e costumes, à margem da regulação estatal e dos direitos da cidadania, o que traduz a uma precariedade e contratações ilegais (Diogo, 2015). A maioria dos representantes dos agregados pobres trabalha por conta de outrem, com contrato a termo, a tempo inteiro, e com uma grande precariedade a nível de salários (Perista e Baptista, 2010). Apesar do desemprego causar

situações de pobreza - mais de metade dos desempregados é pobre - esta não é a maior causa da pobreza em Portugal (Costa, 2008). Se observarmos as estatísticas sobre o desemprego nos centros de emprego, são as pessoas com menos qualificações que arranjam trabalho mais facilmente. No entanto, este não é por norma duradouro, havendo uma sucessiva entrada e saída do mercado de trabalho (Cardoso, 2010).

Portugal é um país com fraco nível médio de rendimento, ao qual se associam níveis elevados de desigualdade e incidência de pobreza. A distribuição de rendimentos é extremamente assimétrica, e com uma disparidade elevada entre os rendimentos dos grupos mais ricos em relação aos mais pobres. (Ferreira, 2004). Segundo o INE (2015), o distanciamento entre os mais ricos e os mais pobres em 2014 tem um valor de 34%. A mediana do rendimento monetário líquido por adulto e, conseqüentemente o limiar ou linha de pobreza relativa em 2013 é de 4937 euros ou 411 euros mensais.

Em Portugal, existe uma desigualdade de género ao nível salarial, desfavorecendo as mulheres. Esta situação deve-se essencialmente à discriminação por parte das entidades empregadoras, uma vez que as mulheres apresentam uma média de escolaridade superior à dos homens (González, 2010). As mulheres são mais vulneráveis à pobreza, e os agregados que têm como representante uma mulher, têm uma maior proporção de pobreza (Costa, 2008).

A pobreza na velhice é associada à consequência de uma trajetória de vida essencialmente pobre, sem uma intervenção preventiva. A situação agrava-se na velhice devido à saída dos indivíduos do mercado de trabalho, à diminuição das suas capacidades funcionais físicas e cognitivas, e à diminuição da rede familiar de apoio. Os apoios dirigidos à terceira idade pretendem fazer uma abordagem ao nível do rendimento, excluindo um número significativo de indivíduos que vivem em condições que não são ultrapassáveis com os rendimentos próprios (Lopes, 2015).

Os pobres têm mais doenças, muitas vezes incapacitantes. Há uma maior dificuldade em ter acesso a cuidados de saúde, por questões financeiras. Da mesma forma que a pobreza afeta negativamente a saúde, uma saúde deficitária pode influenciar negativamente a condição económica dos indivíduos (Costa, 2008). De acordo com o INE (2015), em 2014, 35,2% da população tinha alguma limitação, devido a problemas de saúde, no desempenho de atividades habituais. Estas limitações estão associadas, em 41,2% das pessoas, à privação material. As dificuldades financeiras são a principal razão para a não satisfação dos cuidados de saúde. Assim, 73,6% das pessoas que se encontram

em risco de pobreza e em privação material não têm capacidade financeira para realizar exames médicos, e 96,4% não consegue realizar exames ou tratamentos dentários.

Na sociedade portuguesa, em geral, há uma tendência para a desresponsabilização relativamente à pobreza. A pobreza é analisada segundo os padrões de referência de pessoas não pobres, não se levando em consideração a perspectiva dos que o são. Desta forma, há uma culpabilização e responsabilização dos pobres pela sua própria situação. Não existe uma verdadeira vontade de transformação social que minimize os fatores que produzem a pobreza (Cardoso, 2010).

É frequente que as pessoas que se encontram em situação de pobreza, quando questionadas, refiram que nunca o foram. A maior parte desta população aponta á sociedade a responsabilidade da situação. No entanto, há uma grande percentagem que culpabiliza a própria população pobre por preguiça/falta de força de vontade. A sociedade portuguesa não parece estar preparada, assim, para apoiar medidas para um verdadeiro combate à pobreza porque: a pobreza tornou-se um hábito e numa situação considerada normal; a pobreza é considerada como culpa dos pobres; o combate à pobreza fraudulenta sobrepõe-se muitas vezes ao combate da própria pobreza; e existe uma cultura consumista bastante vincada (Costa, 2008).

O risco de pobreza, em Portugal, apresenta valores muito elevados:

Considerando apenas os rendimentos do trabalho, de capital e transferências privadas, 47,8% da população residente em Portugal estaria em risco de pobreza em 2014. Os rendimentos provenientes de pensões de reforma e sobrevivência contribuíram em 2014 para um decréscimo de 21,4 p.p. do risco de pobreza, resultando assim numa taxa de risco de pobreza após pensões e antes de transferências sociais de 26,4% (INE, 2015).

As famílias com maior risco de pobreza são as famílias monoparentais, sobretudo mulheres e idosos e as famílias com crianças dependentes, principalmente as monoparentais e as numerosas. Este risco agrava com situações de desemprego. O risco de pobreza é mais elevada para os agregados constituídos por um adulto que vive só (25,4%), por um adulto com pelo menos uma criança dependente (34,6%) e por dois adultos com três ou mais crianças (37,7%). O risco de pobreza está, também, associado a

condições habitacionais menos adequadas (INE, 2015). Estes são, também, os grupos mais vulneráveis no que diz respeito à pobreza persistente (Alves, 2015).

Em Portugal, a designação do indicador “em risco de pobreza” é incorreta, uma vez que os estudos comprovam que a pobreza abaixo deste limiar é na sua maioria efetiva. A situação é precária, e não um risco de o ser (Costa, 2008). O próprio limiar da pobreza é muito subjetivo, pois como é medido com base nos rendimentos nacionais e a ideia da sua estabilidade é falsa, uma vez que os rendimentos têm baixado. Assim, existem alturas em que as pessoas, com os mesmos rendimentos, são ou não são pobres (Diogo, 2015).

A taxa da intensidade da pobreza (mede insuficiência de recursos da população em risco de pobreza), em 2014 foi de 30,3%. Neste ano, 25,7% dos residentes em Portugal vivia em privação material (não tem acesso a 3 dos 9 itens representativos das necessidades económicas e de bens duráveis das famílias) e 10,6% em situação de privação material severa (4 dos 9 itens).

Os três grupos mais vulneráveis segundo a análise de indicadores de privação são as famílias monoparentais, famílias numerosas com crianças e desempregados. A pobreza infantil é uma das situações mais preocupantes em Portugal. Ao analisar-se os 9 indicadores de privação material, pode-se concluir que alguns são considerados mais essenciais que outros. As férias fora de casa são as mais dispensáveis, seguidas do telefone e do automóvel (Rodrigues e Andrade, 2012).

Em 2011, 3,1% das pessoas a viver em agregados familiares referia não ter capacidade de comer uma refeição de carne, peixe ou equivalente vegetariano pelo menos de 2 em 2 dias (que sobe para 8,4% para as famílias em risco de pobreza) e 26,8% não tem capacidade para ter casa adequadamente aquecida. Para além das referidas anteriormente, as maiores dificuldades referidas por famílias em risco de pobreza são o pagamento de rendas, encargos ou despesas correntes, o pagamento imediato de uma despesa sem recorrer a empréstimos e o não acesso automóvel (INE, 2013).

Quando se analisam questões sobre privação material, apesar de haver sempre uma situação mais acentuada por parte dos pobres, há um paralelismo na privação dos não pobres, indicando que a sua causa não está na pobreza, mas em deficiências estruturais da sociedade portuguesa (Costa, 2008).

A medição da pobreza e desigualdades, em Portugal, apresenta várias fragilidades. O ICOR (Inquérito às Condições de vida e Rendimento - INE), no qual se baseiam muitos estudos, é restringido apenas a pessoas a residir em alojamentos privados, deixando de

parte alojamentos coletivos e aqueles que não têm abrigo. Para além disso, não facultados a nível regional, nem as possíveis disparidades locais. A inclusão de informação sobre rendimentos não monetários é apenas parcial e incompleta, e não inclui algumas componentes do rendimento, como o regime contributivo e social. Há também falta de informação relativa à passagem de rendimentos brutos a líquidos. É necessário que sejam incluídos e cruzados muitos outros dados estatísticos, para além dos que já são utilizados. (Rodrigues, 2011).

As fontes de informação estatística, por si só, não são suficientes, sendo necessário outros estudos sobre desigualdades no nosso país. A economia paralela e a fuga aos impostos também afetam a fiabilidade dos dados obtidos (Rodrigues, 2011). Para além disso, os dados e estatísticas relativos à pobreza, em Portugal, estão sistematicamente atrasados. O INE fornece estes dados, muitas vezes com 4 anos de atraso (Costa, 2008).

2.4.1 - Algumas consequências da crise económica e financeira em Portugal

A partir de 2010 começaram a ser criadas medidas de austeridade, em resposta à crise que iniciou em 2007/2008. Apesar da informação financeira ser obtida quase diariamente, ainda não são conhecidas as consequências destas políticas na sociedade. Existem indícios de reflexos negativos e de recuos, mas ainda não estão solidamente demonstrados (Capucha, 2015).

A solidariedade social foi substituída pela caridade, o que reforçou os laços das pessoas com a sua precariedade. Vê-se, também, um aumento das dificuldades das pessoas que vivem no limiar da pobreza, que anteriormente desenvolviam estratégias de promoção social, e agora assistem à degradação da sua qualidade de vida (Capucha, 2015).

A crise afetou de uma forma acentuada o empobrecimento das crianças, uma vez que houve uma redução significativa do apoio do estado às famílias, e estas estão completamente dependentes das condições de vida dos adultos. O próprio número de crianças diminuiu. Uma em cada quatro crianças vive em estado de privação material, e uma em cada dez privação material severa. Esta privação traduz-se na inexistência de rendimento para uma alimentação saudável, roupas e calçado adequados, equipamentos de lazer iguais aos colegas de escola, material escolar, falta de condições para estudar e

para participar em desportos e atividades culturais (Sarmiento, Fernandes e Trevisan, 2015).

A limitação de oportunidades e a crise social provocaram um aumento de comportamentos de risco, como o consumo de estupefacientes e a criminalidade (Capucha, 2015). Esta situação levou a que as crianças fossem expostas a situações de doença, perturbações emocionais e neuro psicológicas dos adultos, havendo um aumento da violência e maus tratos dos progenitores. Houve também um aumento na sinalização de crianças por comportamentos desviantes, abandono e absentismo escolar. O número de crianças institucionalizadas, especialmente entre os zero e os cinco anos aumentou (Sarmiento, Fernandes e Trevisan, 2015).

Desde 2009 que o desemprego está, de forma crescente, a ser associado às situações de pobreza. O foco da situação de desemprego ofusca, no entanto, muitas das desigualdades na sociedade portuguesa, tais como a desigualdade de distribuição de rendimentos (Diogo, 2015).

2.5 - Educação Social

2.5.1 - Definição, finalidade e características

A educação social é uma combinação de conhecimentos teóricos, habilidades práticas e compromisso, no sentido da identificação e oposição aos mecanismos de exclusão da sociedade (AIEJI, 2006). Consiste na mudança social no sentido positivo, através da ajuda ao desenvolvimento do indivíduo, com a intenção de erradicar realidades negativas e do progresso social (Quintana, 1994). Os educadores sociais intervêm prioritariamente junto de pessoas e grupos humanos em situação de privação, sofrimento e vulnerabilidade, são agentes privilegiados de condição humana, e atuam no sentido da promoção da justiça e solidariedade (Baptista, 2011).

A educação social promove o bem-estar social numa perspetiva pedagógica. Tem, por um lado, a função de resolver problemas de carência que sofrem alguns grupos sociais marginalizados, e por outro prevenir estes problemas através de ações de prevenção como a educação para a paz, educação ecológica, ação cívica, associativismo, voluntariado, ocupação de tempos livres, etc. (Quintana, 1994). A educação social incita e dinamiza, através da promoção de uma sociedade que educa, previne e integra, mas também

compensa e reeduca, através da recondução da dificuldade, da exclusão e do conflito. E como, muitas vezes, para reeducar o indivíduo é necessário reeducar o seu grupo, o educador social surge como um mediador social comunitário, grupal e institucional (Ortega, 1999).

O bem-estar social está relacionado com a qualidade de vida dos membros da sociedade (Ruiz, 1999), e existe bem-estar social quando a vida humana se concretiza na sua plenitude, tanto a nível individual como coletivo. Para tal, há que colmatar todas as necessidades humanas (Quintana, 1994). A educação social é uma estratégia de desenvolvimento humano, uma vez que os mecanismos de proteção e assistência são insuficientes para a promoção da autonomia e bem-estar das pessoas, sendo necessárias intervenções mais integradas (Baptista, 2011).

Segundo Parcerisa, Giné e Farés (2010), a educação social tem um carácter dinâmico e aberto, que se vai adequando às necessidades e dificuldades educativas. Desta forma, a sua identidade é mutável, consoante a realidade pessoal e comunitária, sendo difícil delimitar de forma estanque o campo de atuação dos seus profissionais. Este dinamismo é necessário para dar resposta a novas necessidades sociais. O grande desafio desta profissão está em conseguir o equilíbrio entre a estabilidade e mudança do contexto social. É um processo de desenvolvimento integral e de promoção das pessoas, através de uma ação pedagógica intencional e possibilitadora.

O conhecimento profissional que é aplicado na prática da educação social é definido por várias ciências, e a profissão constitui uma variedade de disciplinas humanísticas e sociais, tais como a psicologia do desenvolvimento, sociologia, gestão, comunicação, etc. (AIEJI, 2006). Para além disso, estabelece a relação e o ponto de encontro entre a pedagogia (tradicionalmente ligada à educação escolar) e a experiência de terreno do trabalho social (Carvalho e Baptista, 2004). Os educadores sociais desenvolvem o seu trabalho, normalmente, numa realidade interdisciplinar, interprofissional e no trabalho em equipa (Parcerisa, Giné e Farés, 2010).

A finalidade da educação social é a socialização e a cidadania plena (AIEJI, 2006). Tende a centrar-se em projetos que promovam pessoas e comunidades restritas, dando a prioridade à autonomia pessoal e interpessoal, e não à transformação radical e global das sociedades no seu conjunto, nem à simples remissão dos excluídos para os serviços de assistência do Estado (Carvalho e Baptista, 2004). Pretende preparar o indivíduo para viver em sociedade, mas também educar a sociedade para a importância da

individualidade e do respeito pela diversidade, e não tenta compreender apenas as necessidades que as pessoas apresentam, mas também compreender qual a forma mais adequada de as satisfazer (Ruiz, 1999).

Partindo do princípio de que a educação é todo o espaço e tempo da vida dos indivíduos em comunidade, e que não há educação individual sem educação para viver em comunidade e vice-versa (Ortega, 1999), a educação social caracteriza-se como um processo permanente que inclui todas as pessoas (Carvalho e Baptista, 2004).

2.5.2 - Metodologia, objetivos e áreas de intervenção

O objeto da educação social é a socialização do indivíduo. Esta socialização não consiste apenas na adaptação exclusiva à sociedade, mas também na oposição às normas e instituições que não têm os corretos valores humanos. Assim, a educação social tem um duplo objetivo: A adaptação às normas da sociedade e a capacidade de mudar essas normas (Quintana, 1994).

A educação social adota na sua metodologia de intervenção uma postura horizontal, de diálogo comunitário em busca de soluções entre todos, partindo da conceção de que o ser humano é um ser ativo, responsável pelos seus atos e protagonista da sua própria vida (Pantoja, 2001). O trabalho do educador social concretiza-se, essencialmente, através do trabalho de projeto, com todas as suas etapas: diagnóstico, elaboração do projeto, realização do projeto e avaliação (Carvalho e Baptista, 2004).

A realidade não pode ser encarada como algo estático e imutável. Esta deve, também, ser encarada como um todo. Para que seja possível a mudança com uma perspetiva humanista, há que ver a realidade em todas as suas vertentes (Freire, 1979). Há que delimitar o problema segundo a perspetiva das pessoas que a protagonizam, e segundo o profissional de intervenção. Desta forma, pode-se definir o núcleo de intervenção, os aspetos a intervir, e as possibilidades de levar a cabo a intervenção, ou seja, o que fazer, como fazer, e quais as limitações. Estas questões permitem o desenho de uma intervenção mais adequada (Pérez-Campanero, 2000).

A investigação em educação social conjuga os procedimentos típicos da pedagogia e trabalho de projeto. Assume-se como investigação-ação ou investigação participante, pelo que a prática se torna reflexiva. Tem como finalidade compreender, aplicar e implicar (Carvalho e Baptista, 2004).

Quando se faz um acompanhamento educativo, o primeiro caminho que se deve abrir é o da autonomia. Deve-se encontrar não só as carências, as debilidades e necessidades como também as potencialidades e habilidades. Deve-se seguir ao ritmo do educando e ir retirando o nosso apoio à medida que se vai criando autonomia. Também é inútil iniciar a ação quando a pessoa não está preparada ou não quer ser ajudada (Parcerisa, Giné e Farés, 2010). Tal como refere Freire (1979), deve-se estimular a reflexão das pessoas sobre sua própria situação. Quando os sujeitos refletem sobre a sua realidade e a compreendem, descobrem novas soluções para melhorar essa realidade. Neste processo as pessoas descobrem em si o potencial de transformação. É um impulso para a mudança, que só existe se for protagonizada pelos sujeitos da estrutura social. Assim, a educação não é só um processo de adaptação, mas sobretudo de transformação e criação.

Para além disso, o indivíduo nasce numa sociedade e contexto, mas através da educação social pode descobrir e inserir-se noutras sociedades e contextos (Quintana, 1994). É de referir, também, que o excesso de iniciativa e de ação do sujeito pode afetar a relação com os outros e com os sujeitos de referência, da mesma forma que a inação e o conformismo (Carvalho e Baptista, 2004).

O grande meio da educação social é a vida social, ou seja, todos os ambientes em que o indivíduo se insere – família, escola, grupo de amigos, trabalho, etc. O educador social pode atuar nos mais variados contextos: escolas, autarquias, serviços ligados à terceira idade, estabelecimentos prisionais, serviços ligados à segurança social, estruturas com casos problemáticos como polícia e tribunais, estruturas de urgência social como as dependências, violência ou pobreza, e coordenação de voluntariado (Quintana, 1994).

A profissão de educador social baseia-se na criação de uma relação e partilha de períodos de vida com pessoas ou grupo de pessoas. A ação do educador social, apesar de estabelecer relações individualizadas, desenrola-se frequentemente em contextos de grupos, como por exemplo, intervenção com o grupo familiar, grupo em meio escolar ou terapia institucional (Capul e Lemay, 2003).

Para que haja educação, tem de haver comunicação e emoção. Só quando as pessoas se sentem apreciadas e respeitadas é possível um diálogo. Só quando as pessoas conseguem exprimir os seus sentimentos, a sua dor, medo ou raiva, é possível estabelecer uma relação de empatia e abertura. Para além disso, o educador social é um tutor de resiliência. É possível aprender a ultrapassar traumas ou dificuldades através do

entusiasmo, da autoconfiança e da autovalorização. Uma atitude positiva e de esperança, a aceitação das mudanças, a determinação na busca de novas oportunidades com objetivos realistas, são exemplos de algumas das formas de se aprender a ver as crises como problemas superáveis (Parcerisa, Giné e Farés, 2010).

As áreas de intervenção do educador social são: a educação de adultos, educação especializada, educação laboral e ocupacional, educação para o tempo livre, educação cívica, educação comunitária, educação para a saúde, educação penitenciária, educação intercultural e educação ambiental. No entanto, estas áreas não cobrem o universo possível da educação social, que tem a tendência a ser alargado consoante a natureza da intervenção (Carvalho e Baptista, 2004).

2.5.3 - Os Princípios e a Ética da Educação Social

A educação social tem como referência ética a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. É um movimento de mudança, emancipação, responsabilização e solidariedade. Assim, é depositada, no educador social, a responsabilidade social da prática e garantia dos direitos humanos, e a matriz humanista das democracias contemporâneas (Carvalho e Baptista, 2004).

A neutralidade perante a realidade é o contrário do compromisso, e só existe compromisso do profissional perante a sociedade se este estiver apto para agir e refletir, e se for um ser da práxis, capaz de transformar. Também há que ter em conta que não existem técnicas neutras que possam ser transplantadas de um contexto para o outro (Freire, 1979). A ação do educador social deve ser feita com discernimento, ponderada e sensata. O educador social deve pensar criticamente, com bom senso, num diálogo permanente consigo próprio (Baptista 2011). Para além disso, não se deve colocar na posição superior de quem ensina, mas de alguém que comunica com os outros, pois cada um tem o seu saber relativo (Freire, 1979).

Existem princípios orientadores das disposições ético-deontológicas dos educadores sociais. Segundo Baptista (2011) estes princípios são:

- Crença incondicional na perfeitibilidade de todos os seres humanos, na sua aptidão intrínseca de aperfeiçoamento.

- Educabilidade perseverante, subordinada ao primado ético da alteridade, ao respeito do Outro como “fim em si mesmo”
- Humildade de compromisso e/ou paciência da vontade, evitando cobrar junto dos educandos direitos sobre o exercício dos deveres profissionais (p. 44).

Segundo Carvalho e Baptista (2004), os princípios da educação social são:

- Princípio da liberdade: promover, nos outros, um máximo de liberdade.
- Princípio da Emancipação: agir com o maior grau de independência possível relativamente à sua implicação na sociedade.
- Princípio de verdade: dizer a verdade aos outros, designadamente aos educandos.
- Princípio do valor da vida: todos os seres humanos são, à partida, intrinsecamente válidos.
- Princípio do autodesenvolvimento: promover, em todos, o seu bem-estar mental, físico e social.
- Princípio da privacidade: respeitar a integridade de todas as pessoas (p.103).

Relativamente à ética na educação social, a AIEJI (2006) defende que:

O trabalho profissional das educadoras e dos educadores sociais baseia-se em valores humanistas e democráticos. As educadoras e os educadores sociais promovem a igualdade e o respeito entre todas as pessoas, prestando uma especial atenção às necessidades de cada indivíduo. Respeitam e protegem o direito à privacidade e à autonomia e utilizam a sua experiência/saber profissional para melhorar as condições e qualidade de vida das pessoas com quem trabalham. O respeito, a atenção e a empatia para as pessoas com quem trabalham e as suas famílias, a solidariedade face a grupos vulneráveis, a batalha contra a pobreza e a luta pela justiça social, formam os alicerces da profissão das educadoras e educadores sociais

2.5.4 - O Educador Social – Funções e competências

O educador social é uma pessoa com um saber profissional culturalmente abrangente, e a sua formação prolonga-se pelo exercício da profissão (Carvalho e Baptista, 2004). De acordo com a ASEDES-CGCEES (2007), citado por Parcerisa, Giné e Farés (2010), o educador social tem seis funções básicas:

- Transmissão, formação, desenvolvimento e promoção da cultura.
- Criação de redes sociais, contextos, processos e recursos educativos e sociais.
- Mediação social, cultural e educativa.
- Conhecimento, análise e investigação dos contextos sociais e educativos.
- Desenho, implementação e avaliação de programas e projetos em qualquer contexto educativo.
- Gestão, direção, coordenação e organização de instituições e recursos educativos.

Ortega (1999) compara o educador social a um parteiro, que ajuda os indivíduos ou grupos a fazer nascer a realidade que existe dentro deles. Ajuda a que descubram as suas potencialidades, aptidões, atitudes e valores. O educador social é dialogante e dialógico, promove a empatia, a participação e colaboração entre pares. Procura que aprendam a viver juntos em grupo, família ou comunidade, a ser tolerantes e solidários. Ajuda os indivíduos a saírem de si mesmos e a preocuparem-se com os outros, a darem-se conta das consequências que os seus atos podem ter para os outros. Têm por finalidade fazer com que os indivíduos possam e queiram viver com os demais e desenvolver a sua própria identidade enquanto pessoas.

O educador social é um profissional com uma multidimensionalidade de competências, pois para além das competências técnicas tem de ser detentor de capacidades informais tais como o autodomínio, a abertura ao outro e a capacidade de enfrentar o risco e sofrimento (Carvalho e Baptista, 2004).

Segundo Parcerisa, Giné e Farés (2010), as competências do educador social baseiam-se num triângulo com três polos:

O polo da compreensão – O Saber

- Conhecer os fundamentos teóricos da intervenção socioeducativa e os seus âmbitos de atuação.
- Organizar e planificar os processos educativos necessários
- Ter autonomia na aprendizagem para orientar o estudo e desenvolvimento profissional

O polo da ação – O Saber Fazer

- Ter capacidade de análise e de síntese para compreender e valorizar o contexto, o coletivo e o conjunto do processo educativo.
- Desenhar e aplicar programas, e estratégias de intervenção socioeducativa.
- Resolver problemas e tomar decisões.

Polo da reflexão – O Saber Ser e Estar

- Comprometer-se com a identidade, desenvolvimento e ética profissional. Reconhecer-se e valorizar-se como profissional.
- Conhecer a teoria e a metodologia para a avaliação da intervenção socioeducativa.
- Ter capacidade crítica e autocrítica para examinar e analisar as atividades institucionais, os compromissos assumidos, os processos educativos iniciados e o próprio desenvolvimento profissional com critérios fundamentados.

A polivalência do educador social é uma mais-valia que lhe permite encontrar estratégias de intervenção mais abrangentes. Assim, o educador social deve ter características como flexibilidade, polivalência técnica, criatividade, adaptabilidade, dinamismo, pensamento alternativo, imaginação, espírito empreendedor, capacidade projetiva, abertura ao imprevisto e poder de decisão (Carvalho e Baptista, 2004).

3 - Metodologia

3.1 - Investigação qualitativa

A investigação qualitativa refere-se a uma forma de pesquisa que produz dados descritivos, através das palavras das pessoas envolvidas na investigação, e da observação da sua realidade (Taylor e Bogdan, 1998). Tem uma abordagem interpretativa, que se

preocupa com os significados e entendimentos que as pessoas dão aos fenómenos ligados ao seu mundo social (ações, decisões, crenças, valores...) (Snape e Spencer, 2003).

Os investigadores qualitativos pensam historicamente, intencionalmente e estruturalmente. Identificam um grupo de pessoas num determinado período histórico. Procuram estratégias de investigação empírica, na qual fazem ligações com as experiências vividas e as estruturas sociais e culturais (Denzin e Lincoln, 1994).

Segundo Snape e Spencer (2003), a investigação qualitativa é caracterizada pela perspetiva completa e quadros de referência dos participantes, e pelas distintas abordagens de análise e interpretação. Os elementos comuns aos vários autores na definição da investigação qualitativa são:

- A interpretação e entendimento em profundidade dos entendimentos relativos ao mundo social.
- As amostras são pequenas e escolhidas propositadamente com base em critérios fundamentados.
- Os métodos de recolha de dados implicam um contacto próximo entre investigador e investigados.
- Os dados recolhidos são detalhados, ricos e extensos.
- A análise desenvolve descrições detalhadas, identifica modelos de associação e desenvolve explicações. Está, também, aberta a conceitos e ideias emergentes.
- Os resultados têm foco na interpretação social, baseada na perspetiva dos participantes.

Segundo Bogdan e Biklen (1994), a investigação qualitativa possui cinco características:

- A fonte direta dos dados é o ambiente natural, e o investigador é o principal instrumento – Os locais e o comportamento humano têm de ser entendidos no seu contexto.
- A investigação é descritiva – Os dados são recolhidos em palavras e imagens. Os resultados da investigação devem conter citações dos dados recolhidos para fundamentar a escrita.

- O processo é mais importante do que o resultado – Os significados, as negociações, os termos e rótulos, o trajeto das noções que se transformam em senso comum, a história natural da atividade e dos acontecimentos.
- Os dados são analisados tendencialmente de forma indutiva – Não são recolhidos dados para confirmar hipóteses. As abstrações vão sendo construídas à medida em que os dados são recolhidos e agrupados. Parte do estudo serve para analisar quais são as questões importantes.
- O significado tem extrema importância – A forma como as pessoas interpretam os significados, de que forma dão sentido à sua vida, quais são as diferentes perspetivas do mesmo assunto, ou seja, as experiências são recolhidas do ponto de vista do informador.

A estas características, Taylor e Bogdan (1998) acrescentam mais algumas noções:

- Na Investigação Qualitativa, os investigadores têm uma visão holística, ou seja, as pessoas, os grupos e as situações são vistas como um todo, e não são reduzidas a variáveis.
- Os investigadores qualitativos preocupam-se na forma como as pessoas pensam e agem no dia-a-dia.
- Para os investigadores qualitativos, todas as perspetivas são importantes.
- Os investigadores qualitativos acentuam os significados na sua pesquisa.
- Para os investigadores qualitativos há sempre alguma coisa a aprender com as situações e com os grupos.
- A investigação qualitativa é uma arte.

O objetivo da investigação qualitativa é compreender o comportamento humano e as experiências humanas. Em algumas abordagens, o objetivo é também contribuir para as condições de vida e o encorajamento para um maior controlo das suas experiências (Bogdan e Biklen, 1994).

Para Stake (1995), o que diferencia a investigação qualitativa da quantitativa é a busca de acontecimentos, e não as causas, e a compreensão da complexidade das relações, e não a explicação e o controlo. Para a investigação qualitativa os casos individuais e o

contexto são de extrema importância para a compreensão. Os acontecimentos, episódios ou testemunhos chave são utilizados para compreender o caso.

A investigação qualitativa tem quatro funções principais: a contextual, que descreve a natureza e a forma do que existe; a explanatória, que analisa as razões, as associações e o que existe; a avaliativa, que verifica a eficácia do que existe; a geradora, que desenvolve teorias, estratégias e ações (Ritchie, 2003).

Existem vários fatores que vão influenciar a forma como a investigação qualitativa é conduzida, tais como as crenças do investigador sobre a natureza do mundo social e o conhecimento que delas pode tirar, os propósitos e objetivos da pesquisa, as características dos investigados e as características dos destinatários da investigação (Snape e Spencer, 2003).

Os métodos qualitativos recolhem dados, essencialmente, através de entrevistas, observação direta e documentos escritos. Os dados são recolhidos através do trabalho do investigador no contexto em estudo. O investigador interage diretamente com as pessoas, e recolhe uma extensa informação baseada neste contacto (Patton, 1990).

3.2 - Estudo de caso

Os métodos de investigação organizam as práticas de investigação, determinam e selecionam as técnicas a utilizar, tanto como os seus limites (Almeida & Pinto, 1995).

Segundo Stake (1995), o estudo de caso é um método de investigação que serve para captar a complexidade de casos únicos. Quando um caso, por si só, tem especial interesse, procuram-se detalhes na interação dentro desse contexto. Yin (2005) acrescenta que o estudo de caso representa um método indicado para questões de investigação do tipo “Como” e “Porquê”, e quando o foco da investigação se encontra inserido em contextos da vida real contemporâneos, sobre os quais o investigador não tem controlo.

Para o estudo de casos é fundamental definir qual o caso. Nas mais variadas investigações o caso pode ser muito diferente: uma pessoa, um evento, uma instituição ou, no extremo, uma sociedade inteira (Gomm, Hammersley e Foster, 2000).

Cada caso engloba uma série de contextos, tais como o económico, ético, físico, entre outros. Para além disso, tem subsecções dentro de si, tais como grupos ou eventos. O estudo de caso tem em conta todas estas complexidades, e tem em conta que a realidade social é afetada e influenciada por acontecimentos com diversas origens.

Independentemente de se procurar o que há em comum, e o que é particular nos casos, o resultado final pretende sempre encontrar o incomum (Stake, 2000a), ou seja, preserva as múltiplas realidades, mesmo quando são pontos de vista contraditórios, e as diferenças existentes (Stake, 1995).

Segundo Flyvbjerg (2011), o estudo de caso é caracterizado por delimitar fronteiras na unidade do caso; ser rico e completo em detalhes e variedade de dados; ocorrer num tempo e num espaço; ter em atenção o conteúdo em que se insere o caso.

Metodologicamente, o estudo de caso consiste numa estratégia de pesquisa abrangente, que implica o planeamento, a recolha de dados e análise de dados. Diferencia-se de outros métodos ao adotar técnicas de investigação, como a observação direta dos acontecimentos que estão a ser estudados, ou a entrevista a pessoas neles implicadas (Yin, 2005). Para além disso, não se baseia apenas no produto obtido pela investigação, mas também no seu processo de elaboração (Stake, 2000a).

Apesar do estudo de caso não ser utilizado para fazer generalizações, pode ser utilizado para testar hipóteses. Pode ser utilizado para examinar uma exceção com o intuito de comprovar a sua veracidade (Stake, 2000b). Pode, também, generalizar proposições teóricas, mas não populações ou universos. A teoria também pode ser utilizada para a generalização analítica, servindo como modelo de comparação para os resultados dos dados recolhidos (Yin, 2005).

Sánchez e Ochoa (1995) reuniram as principais características do estudo de caso que são comuns aos vários autores desta área de investigação:

- O caso supõe uma situação específica – é uma unidade delimitada no tempo e no espaço.
- Exige um exame holístico, intensivo e sistemático – serve para estudar uma questão em profundidade.
- Tem a necessidade de obter informação de múltiplas perspetivas – para que haja um maior grau de precisão.
- Considera o contexto – é difícil delimitar os limites entre o fenómeno e o seu contexto, por isso há que ter em conta as várias variáveis que definem a situação.
- O caso tem um carácter ativo – A situação tem um carácter dinâmico, aberto, e não concluído.
- É uma estratégia encaminhada para a tomada de decisões – há uma grande potencialidade de criar propostas de ação.

O estudo de caso é um método que, devido às suas características únicas, é alvo de algumas críticas e dúvidas por parte de investigadores com outras visões. Flyvbjerg (2011) analisou os mal-entendidos relativamente aos estudos de caso, e retirou cinco principais conclusões:

1 – As questões humanas não podem ser analisadas por uma perspetiva das teorias universais e previsíveis, mas através do conhecimento concreto de cada caso.

2 – O estudo de caso pode contribuir para a generalização de teorias. Vários Estudos de Caso podem contruir uma generalização, da mesma forma que um caso escolhido especificamente para esse fim o pode fazer. Os estudos de caso podem, também, ser utilizados para refutar generalizações.

3 – Os estudos de caso podem ser utilizados para gerar e testar hipóteses, mas não se limita a estes modos de investigação.

4 – O estudo de caso tem tanta tendência para ser utilizado para verificação como para criação de noções para serem verificadas.

5 – Os estudos de caso são difíceis de resumir devido às suas características metodológicas. De qualquer forma, isso não tem implicação na sua importância na criação de conhecimento.

Existem várias perspetivas relativamente aos tipos de estudo de caso existentes. Stake (2000a) defende que se dividem em três tipos:

- Estudo de caso intrínseco – Quando o caso tem particularidades únicas, e que contém interesse por si só. Não é pretendido construir teoria a partir do caso nem construir a generalização do fenómeno.
- Estudo de caso instrumental – Neste tipo de estudo, os casos têm um interesse secundário, pois o seu objetivo é a generalização. O caso serve para compreender um interesse externo.
- Estudo de caso coletivo – Consiste no estudo instrumental de vários casos em simultâneo.

Os casos intrínsecos têm um interesse proeminente antes de serem estudados, e o estudo costuma iniciar-se assim que são identificados. Nos casos instrumentais e coletivos são os investigadores que, normalmente, os escolhem para serem estudados.

Seawright e Gerring (2008) fazem uma divisão mais extensa, e distinguem seis tipos de estudo de caso:

- Estudos de caso típicos – Foca-se na relação que os casos têm de forma estável ao serem comparados. Podem considerar-se casos representativos de uma população. Com este tipo de estudo de caso, os investigadores pretendem explorar mecanismos causais. Desta forma tentam comprovar ou refutar a teoria existente sobre estas mesmas causas.
- Estudos de caso múltiplos – Consiste numa investigação que inclui pelo menos dois casos, com a qual se pretende obter o máximo de dimensões possível. Esta investigação pode ser exploratória ou de confirmação.
- Casos extremos – Este tipo de estudo de caso serve para estudar casos raros, que não são representativos da maioria da população. O caso é importante por ser diferente e não deve ser generalizado. É um tipo de estudo exploratório, que serve como introdução a um tema.
- Casos desviantes – Neste tipo de estudo de caso abordam-se situações que representam uma anomalia relativamente ao modelo geral de relações causais. São situações mais limitadas do que as dos casos extremos. Pretende-se criar novos modelos de identificação dos casos desviantes, generalizando-os no cruzamento de vários casos. É uma investigação exploratória que deixa de ser desviante a partir do momento em que se identifica os motivos do desvio.
- Casos influentes – Este tipo de estudo de caso é utilizado quando há a suspeita, por parte do investigador, de haver uma parte da amostra que está a afetar os resultados da pesquisa. Este tipo de problema verifica-se normalmente apenas em pequenas ou médias amostras.
- Casos similares/diferentes – Implica pelo menos dois casos. Pretende-se fazer a comparação entre casos com as mesmas variáveis que são similares, ou que são diferentes. A comparação estatística é um instrumento muito utilizado nestas abordagens.

A estrutura conceptual dos estudos de caso é organizada, geralmente, por um pequeno número de questões de investigação. Estas questões baseiam-se em problemas ou linhas temáticas. Para organizar o estudo os investigadores devem refletir sobre o que

é que se pode aprender com o estudo. Quais são os problemas que correspondem ao tema dominante, e quais são os que demonstram a singularidade do caso (Stake, 2000a).

Quanto à recolha de dados, segundo Yin (2005), esta é realizada, essencialmente, através de documentos, registos em arquivo, entrevistas, observação direta, observação participante e artefactos físicos. No entanto, poderá haver outro tipo de fontes.

Yin (2005) defende, também, três estratégias para a análise dos dados recolhidos:

1 – Basear-se em proposições teóricas – As proposições que estabeleceram a teoria do estudo de caso servem de guia para a recolha de dados e estabelecem as prioridades da análise.

2 – Pensar em explicações concorrentes – Quando se pretende criar uma explicação alternativa às proposições teóricas ou para se avaliarem Estudos de Caso.

3 – Desenvolver uma descrição de caso – Quando é pretendida apenas uma descrição ou quando é necessária uma abordagem descritiva para identificar ligações causais.

Nesta análise, para se garantir que existe qualidade há que garantir que a análise se baseou em todas as evidências, abrangeu todas as principais interpretações concorrentes, se dedicou aos aspetos mais significativos, e que utilizou o conhecimento prévio de especialistas no caso em estudo (Yin, 2005).

3.3 - Técnicas de investigação

Segundo Almeida e Pinto (1995), “As técnicas de investigação são conjuntos de procedimentos bem definidos e transmissíveis, destinados a produzir certos resultados na recolha e tratamento da informação requerida pela actividade da pesquisa” (pp.85).

3.3.1 - Pesquisa bibliográfica

A pesquisa bibliográfica consiste na pesquisa de documentos escritos, de forma a seleccionar os autores de referência dentro da área de interesse (Albarello, 1995). Esta recolha de informação inicial leva a que o investigador elabore o seu quadro conceptual

ou o quadro teórico da investigação. Através deste quadro realiza a problematização da investigação (Gauthier, 2003).

3.3.2- Estratégias de amostragem

Quando não é possível implicar todos os participantes do universo a estudar, é utilizada uma parte desta população através de amostras. As amostras podem ser determinadas *a priori*, ou definidas de forma gradual. Quando são definidas de forma gradual, a amostra não é selecionada de forma a obter representatividade, mas de acordo com a potencialidade de gerar um nível esperado de novas ideias. Pode, também, fazer-se uma triangulação de análise de perspetivas recolhidas em pessoas com diferentes características dentro do objeto de estudo (Flick, 2005).

Segundo Ghiglione e Matalon (1993), “uma amostra é representativa se as unidades que a constituem forem escolhidas por um processo tal que todos os membros da população tenham a mesma probabilidade de fazer parte da amostra” (p. 32). Stake (2000a) acrescenta que, a seleção da amostra em Estudos de Caso deve ser realizada de forma a garantir variedade e equilíbrio, e não necessariamente representatividade.

Para Guerra (2006), na pesquisa qualitativa não se procura a representatividade estatística, mas a representatividade social. Esta representatividade pode obter-se através da diversidade e da saturação. A diversidade obtém-se quando se tem em conta a heterogeneidade dos sujeitos ou fenómenos a estudar. A diversidade pode caracterizar-se como externa, quando identifica os atores no contexto da sociedade, ou interna, quando se observa a situação de um grupo concreto. A saturação consiste num critério que indica o momento em que o investigador deve parar a recolha de dados. Este momento acontece quando os dados que estão a ser recolhidos não oferecem informações novas ou diferentes das anteriores. Este critério só é necessário quando se pretende a generalização dos dados.

3.3.3- Inquérito por questionário

O inquérito por questionário consiste na colocação de questões a um grupo, que normalmente representa uma população específica, de forma a aceder a pontos de interesse do investigador (Quivy e Campenhoudt, 1992). É um sistema que recolhe informação para descrever, comparar ou explicar conhecimentos, atitudes e comportamentos (Fink 1995). Utiliza-se o inquérito por questionário quando se necessita

utilizar uma recolha de informação mais extensiva e estruturada, com a possibilidade de generalização. A informação, por norma é superficial (Almeida e Pinto, 1999).

Kumor (1999) refere que o questionário consiste num conjunto de questões escritas. O inquirido interpreta-as e regista a sua resposta também por escrito.

Para Quivy e Campenhoudt (1992), esta técnica é adequada quando se tem como objetivo a análise de uma população ou fenómeno social a partir da perspectiva dos próprios indivíduos, ou, de uma forma geral, quando é necessário interrogar um grande número de indivíduos. Lima (1981) acrescenta que os questionários devem ser utilizados para concretizar dois objetivos: o progresso do conhecimento e análise científica, e a intervenção na realidade social.

As grandes vantagens de realizar um questionário são a garantia do anonimato e o facto de ser uma forma não dispendiosa de recolher informação (Kumor, 1999). Para além disso, facilita a representatividade de um grupo e possibilita a quantificação de uma multiplicidade de dados. A grande desvantagem desta técnica é a superficialidade dos dados recolhidos (Quivy e Campenhoudt). A esta desvantagem, Kumor (1999) acrescenta as seguintes:

- Não pode ser aplicado a todo o tipo de população.
- Há a possibilidade de não se obter as respostas em número necessário.
- As respostas obtidas podem revelar uma seleção dos inquiridos pelas suas características pessoais.
- Não há a oportunidade de clarificar assuntos.
- Não permite respostas espontâneas.
- As respostas podem ser influenciadas pelas respostas a outras questões.
- Há a possibilidade de consultar terceiros.
- As respostas não permitem informação extra.

O questionário deve ser verificado de forma bastante minuciosa, de forma a facilitar a análise dos resultados. No plano do questionário deve contemplar-se uma primeira parte para a caracterização dos casos, ou seja, as informações sobre os inquiridos, que se deve restringir apenas a dados necessários para descrever as características da amostra, e para não tornar o questionário demasiado extenso (Hill e Hill, 2005). As perguntas de abertura devem ser fáceis de responder e encorajadoras. De

seguida devem usar-se questões separadas por tópicos, intercalando as questões abertas com as questões fechadas. As perguntas filtro são fundamentais para não expor os inquiridos a questões que não lhe dizem respeito (Iarossi, 2011).

Nesta técnica, não há qualquer explicação ou clarificação sobre as questões, pelo que estas devem ser claras (Kumor, 1999). As questões devem ser colocadas de uma forma precisa, partindo do princípio que os inquiridos detêm a informação que se pretende recolher, e que compreendem as questões colocadas (Foddy, 1993).

Para se conceber corretamente uma boa pergunta deve-se ter em atenção duas regras: a relevância e o rigor. Uma pergunta é relevante quando é apropriada para o estudo em causa. Para que isso aconteça, o investigador deve ter bem em mente os objetivos das perguntas e a informação que pretende recolher. Existe rigor quando a informação é recolhida de uma forma fiável e válida (Iarossi, 2011).

A elaboração de uma pergunta implica incluir quatro critérios: ser breve, objetiva, simples e específica. As perguntas devem ser de leitura fácil e com relevância, segundo o menos instruído dos inquiridos, de forma a abranger as capacidades de interpretação de todos. Deve-se evitar o uso de perguntas sensíveis, perguntas de memória, ou perguntas subjetivas (Iarossi, 2011).

É importante definir o objetivo das questões e ter em conta a diferença entre uma pergunta geral e uma pergunta específica. Para se fazer inferências sobre atitudes, opiniões, satisfações, a pergunta tem de ser específica. As perguntas que pretendem medir opiniões, atitudes ou satisfações devem ter um carácter neutro, e não ter uma conotação positiva ou negativa, forçando a resposta. Deve evitar-se o uso de termos técnicos ou demasiado elaborados, e as perguntas devem ser claras e curtas (Hill e Hill, 2005).

Segundo Fink (1995), os tipos de perguntas existentes são:

- Perguntas propositadas – Quando o inquirido consegue relacionar a pergunta com a intenção do estudo.
- Perguntas concretas – Quando a pergunta é precisa e sem ambiguidade.
- Frases para completar.
- Perguntas fechadas.
- Perguntas abertas.

Fink (1995) refere, também, que existem vários tipos de respostas: as Nominais ou Categoriais (quando não existem valores implicados), as Ordinais (quando há uma

escala de classificação e as Numerais (quando é pedido um número como a idade, peso...).

Nas perguntas abertas é o inquirido que constrói a sua resposta. Nas perguntas fechadas o inquirido tem de escolher entre as respostas selecionadas pelo investigador (Hill e Hill, 2005). As perguntas abertas permitem que os inquiridos expressem exatamente as suas ideias sem interferência do investigador. Podem também ser utilizadas numa fase preliminar da investigação para identificar categorias a utilizar com questões fechadas, e numa fase posterior para confirmarem os desvios das questões fechadas (Foddy, 1993). As perguntas abertas dão uma informação mais detalhada e inesperada, mas muitas vezes necessitam de interpretação e uma análise mais minuciosa, utilizando, por exemplo, técnicas como a análise de conteúdo (Hill e Hill, 2005).

As questões fechadas permitem que os inquiridos respondam às perguntas da mesma forma, facilitando a sua análise (Foddy, 1993). Permitem análises estatísticas, mas a informação recolhida pode ser limitada e levar a conclusões demasiado simples (Hill e Hill, 2005). Dentro das questões fechadas podem fazer-se vários tipos de questões: dicotómicas, de múltipla escolha e classificação em escala (Cohen, Marion e Morrison, 2000).

Antes de se analisar os dados recolhidos pelo questionário deve-se realizar uma edição dos dados, ou seja, identificar e eliminar respostas incorretas e garantir que estas estão completas, exatas e uniformes. Depois realiza-se a redução dos dados, isto é, é feita a codificação das respostas e a preparação dos dados para se realizar a análise (Conhen, Marion e Morrison, 2000).

3.3.4 – Inquérito por entrevista

A entrevista é uma conversa, uma arte de ouvir e perguntar. É uma técnica que cria intencionalmente uma situação, na qual são produzidos entendimentos fundamentados numa interação específica entre entrevistador e entrevistado (Denzin e Lincoln, 1994). A entrevista é um texto negociado e não é uma técnica neutra, pois é influenciada pelas características do entrevistador e do entrevistado (Denzin e Lincoln, 2003).

Gauthier (2003) define a entrevista como uma “interação verbal entre pessoas que se envolvem voluntariamente em igualdade de relação, a fim de partilharem um saber experienciado e isto, para melhor compreender um fenómeno de interesse para as pessoas

implicadas” (p. 281). Bogdan e Biklen (1994) acrescentam que “a entrevista é utilizada para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspetos do mundo” (p. 134).

As entrevistas, por um lado possibilitam a obtenção de informação que não é possível recolher através da observação do contexto; e por outro lado permitem ver a realidade por múltiplos pontos de vista (Stake, 1995). Com entrevistas, os investigadores conseguem aceder a áreas inacessíveis, tais como a perspetiva pessoal de experiências e atitudes. Para além disso, é possível recuar no tempo e analisar eventos passados contados na primeira pessoa (Perakyla e Ruusuvuori, 2011).

A entrevista permite-nos aceder a opiniões, compreensões, atitudes e sentimentos. Através de uma visão pessoal, os entendimentos culturais, as interpretações coletivas, e as experiências comuns a cada sociedade são explicados pelo entrevistado (Arksey e Knight, 1999). Assim, pode-se aceder não só à forma como o entrevistado descreve e interpreta a realidade, mas também a dados sobre o contexto em que se insere, tais como significados e sentimentos de grupo (Silverman, 2003).

As entrevistas qualitativas servem para levantar uma série de tópicos, que oferecem ao entrevistado uma forma de moldar o conteúdo, de forma a conseguir contar a sua história de uma forma mais completa, pelas suas próprias palavras. Uma boa entrevista é caracterizada pela liberdade que o entrevistado tem para responder com a sua visão. O entrevistado tem um papel fundamental na definição do conteúdo da entrevista, enquanto o do entrevistador é compreender os pontos de vista do entrevistado, sem os modificar (Bogdan e Biklen, 1994).

As entrevistas para um Estudo de Caso devem ter em conta a linha da investigação, mas devem também ser conduzidas de uma forma espontânea, de modo a não colocar o entrevistado numa posição defensiva. Podemos pedir ao entrevistado para relatar factos concretos, mas também para fazer a sua interpretação sobre acontecimentos (Yin, 2005).

As entrevistas de investigação podem ser utilizadas com três propósitos: ser a técnica principal de uma investigação, ser utilizada para testar hipóteses ou para explorar e criar novas hipóteses, ou ser utilizada em conjunto com outras técnicas de investigação, de uma forma complementar (Conhen e Morrison, 2000).

Existem três tipos de pesquisa por entrevista: a que se baseia em histórias de vida ou autobiografias sociológicas; as que se baseiam em eventos ou atividades que o

investigador não pode observar diretamente, e as pesquisas que pretendem estudar um grande número de pessoas num curto período de tempo (Taylor e Bogdan, 1998).

Segundo Fontana e Frey (2003), as formas mais comuns de entrevistar são as individuais, de forma presencial. No entanto, podem também ser realizadas em grupo, por telefone ou por *email*. Arksey e Knight (1999) acrescentam que as entrevistas podem ter um segundo entrevistador que tira notas e observa, podem ser feitas com dois entrevistados, como por exemplo um casal, que complementam as suas respostas, e podem, também, ser realizadas com um grupo social inteiro ou uma parte seleccionada do grupo.

As entrevistas são classificadas segundo o grau de interferência do investigador. Podem ter um carácter mais livre, no qual o entrevistado explora um tema livremente, com a mínima participação do investigador, mas também podem ser uma entrevista estruturada, na qual o investigador dirige rigorosamente as questões abordadas. A entrevista semi-estruturada é um meio-termo entre estas perspetivas, e permite que o entrevistado explore os temas abordados, mas com a condução do entrevistador para o seu objeto de estudo (Albarello, 1995).

As entrevistas estruturadas pretendem produzir descrições simples e rápidas. Servem também como uma exploração para uma entrevista menos estruturada. Nas entrevistas não estruturadas, o investigador tem um papel mais passivo, e dá tópicos ao entrevistado para que este os desenvolva livremente. Nas entrevistas semi-estruturadas, o investigador tem questões chave previamente determinadas, e pede clarificações ou desenvolvimento de ideias. O entrevistado responde às questões nos termos que considera importantes, e é livre de escolher como responder e o que desenvolver (Arksey e Knight 1999).

Segundo Yin (2005) a entrevista focada é um tipo de entrevista que se realiza num curto período de tempo (cerca de uma hora), na qual o investigador utiliza um conjunto de perguntas com origem no protocolo do Estudo de Caso. Neste tipo de entrevista poderão ser desenvolvidos tópicos que apenas corroboram factos previamente estabelecidos. O entrevistador deverá apresentar ingenuidade relativamente a estes factos, para que o entrevistado desenvolva a sua perspetiva e traga novos dados. O entrevistado pode, também, identificar outras fontes relevantes de evidências.

Tal como refere Albarello (1995), o entrevistador deve elaborar um guia de entrevista, no qual selecciona os temas, de forma a conseguir orientar o entrevistado a

aprofundar ou explorar uma resposta. Este guia deve ter em conta os momentos chave da entrevista:

- Preliminares – antes da entrevista em si, no qual o investigador relembra ao entrevistado o pretendido.
- Início da entrevista – com uma questão introdutória.
- Corpo da entrevista – No qual é aprofundado o objeto de estudo
- Fim da entrevista – No qual o entrevistado é convidado a fazer um balanço.

O guia de entrevista realiza-se a partir das questões de investigação e da estrutura teórica, e serve para o investigador identificar os temas e questões de orientação (Gauthier, 2003). As primeiras questões devem servir como quebra-gelo ou devem ser mais fáceis de responder. O objetivo das entrevistas qualitativas (semi-estruturadas ou não estruturadas) é encorajar as pessoas a falar, pelo que o guia deve servir só como orientação, e tem de ser flexível. A linguagem e vocabulário escolhidos devem ser compatíveis com os do entrevistado. O investigador deve ter uma especial atenção ao que o entrevistado diz, pois este pode acrescentar tópicos não previstos na conversa, e novas questões poderão ter de ser colocadas (Arksey e Knight, 1999).

Arksey e Knight (1999) defendem que o entrevistador deve ter alguns requisitos:

- Para realizar uma entrevista é necessário que o investigador esteja dentro do assunto que vai abordar, de forma a conseguir comunicar corretamente com o entrevistado.
- É necessário que haja uma pré-disposição para ouvir e querer compreender pontos de vista que não são os seus.
- Para além do que se diz, é importante ter em conta o tom de voz, a aparência e a linguagem corporal, tanto sua como dos entrevistados.
- O investigador tem de ter a capacidade para criar uma empatia com os entrevistados.

Taylor e Bogdan (1998) acrescentam que o entrevistador deve ter uma postura de não julgamento, deve deixar as pessoas falar, e ser sensível às suas necessidades.

3.3.5- Análise de conteúdo

A análise de conteúdo consiste na análise sistemática, objetiva e quantitativa das características da mensagem. Esta mensagem pode referir-se tanto a textos escritos como a outros tipos de interação humana (Neuendorf, 2002). É uma técnica de investigação que é utilizada para realizar inferências válidas acerca do contexto no qual a mensagem foi utilizada (Krippendorff, 2004). Permite captar informação explicitada nas mensagens, as condições teórico-ideológicas de produção das mensagens e a análise da articulação dos geradores com o contexto da sua produção (Almeida e Pinto, 1995).

Um dos traços gerais da análise de conteúdo é a categorização do material recolhido. Estas categorias são criadas a partir do modelo teórico e das perguntas de investigação. Desta forma, são selecionadas e agrupadas as partes mais representativas do material recolhido (Flick, 2005).

A análise de conteúdo tem uma dimensão descritiva, na qual se apresenta o que foi narrado, e uma dimensão interpretativa, na qual são feitas inferências aos dados recolhidos (Guerra, 2006).

Segundo Neuendorf (2002), as características da análise de conteúdo são: cumpre as normas do método científico; a unidade da análise pode ser a mensagem, a recolha dos dados no seu todo, ou ambas; organiza a informação de forma sumária; é aplicável a todos os contextos (individuais ou de grupo); avalia todas as características da mensagem.

De acordo com Gauthier (2003), a análise de conteúdo realiza-se com as seguintes etapas:

- Determinação dos objetivos – através de grelhas abertas, nas quais as categorias são induzidas através dos textos analisados, de grelhas fechadas, com categorias determinadas por uma teoria que se quer testar, ou por grelhas mistas, onde uma parte das categorias deriva da teoria e outra no material que emergiu da análise.
- A pré-análise – que consiste em identificar os elementos do texto que possuem significado por eles mesmos.
- A análise do material estudado – aplicação das regras criadas anteriormente na pré-análise.
- Análise e interpretação dos resultados – Criação de inferências a partir dos dados, e propor interpretações.

Guerra (2006) sugere um processo para realizar a análise de conteúdo em entrevistas: O primeiro passo a realizar é a transcrição das entrevistas. Esta deve ser integral e fiel ao que foi dito. De seguida, as entrevistas devem ser impressas com uma margem larga nos dois lados para permitir anotações. À medida que se faz a leitura das entrevistas, faz-se a anotação da síntese da narrativa num dos lados e a conceptualização no outro. A grande maioria das temáticas e problemáticas devem coincidir com o quadro conceptual da investigação e do guia de entrevista, mas podem surgir novas ideias. Posteriormente, é realizada a construção das sinopses das entrevistas, ou seja, é realizada uma grelha com as temáticas resultantes da leitura das entrevistas, e são introduzidas as partes dos discursos que ilustram as temáticas. Por fim, procede-se à análise e interpretação dos dados.

Denzin (1994) defende que nas ciências sociais existe apenas interpretação, pois nada fala por si só. A interpretação requer uma narrativa com início, meio e fim, na qual existem teorias implícitas ou explícitas da causalidade dos acontecimentos no mundo real.

A última etapa da análise de conteúdo supõe a redação da análise realizada. Para Pelias (2011), escrever é uma forma de inquirir. O investigador, ao escrever, pergunta a si próprio o que aprendeu com a alegação que fez. Reflete, através do processo de escrita, as suas conceções sobre o assunto que está a abordar. É um processo de aprendizagem.

3.3.6– Triangulação

A triangulação é o protocolo de validação utilizado na investigação qualitativa (Stake, 1995). É utilizada para realizar uma confirmação, quando queremos validar os dados recolhidos, ou para uma complementação, quando se pretende ver as questões de investigação por outros ângulos e criar explicações alternativas (Arksey e Knight, 1999).

Segundo Stake (1995), a triangulação tem vários tipos:

- De dados – procura-se perceber se os fenómenos ou casos permanecem noutros espaços, tempos ou com outras pessoas.
- De investigadores – Quando vários investigadores fazem uma leitura dos mesmos instrumentos e dados de estudo.
- Triangulação de teorias – Quando são utilizados investigadores com outras perspetivas teóricas.

- Triangulação de metodologias – através da utilização de várias abordagens no mesmo estudo, como por exemplo várias técnicas de investigação.
- Confirmação dos participantes – Quando os intervenientes do estudo são convidados a analisar os dados recolhidos e confirmá-los, há uma triangulação na interpretação.

Através da triangulação de duas ou mais técnicas de investigação, há uma explicação mais aprofundada, rica e complexa do comportamento humano. Esta complexidade aumenta quando são trianguladas técnicas de recolha de dados qualitativas e quantitativas. Quanto mais coincidirem as técnicas trianguladas, mais argumentos tem o investigador para validar as suas descobertas (Conhen e Manion, 1994).

3.4- Desenho de investigação

Este capítulo contempla todos os passos metodológicos que foram dados durante o processo da investigação. Este estudo surgiu da necessidade de se dar um primeiro passo na problematização do papel do Educador Social na área da pobreza. Como não existe literatura específica sobre esta temática particular, serve para desvendar as percepções que os Educadores Sociais têm relativamente à pobreza e ao seu papel como profissionais, neste âmbito. Por questões metodológicas foi escolhida a área do Algarve.

O método de investigação utilizado foi o Estudo de Caso Intrínseco, pois não se pretendia contruir uma teoria, nem realizar a generalização dos dados recolhidos. Foi realizada a interpretação dos pontos de vista dos inquiridos, de forma a obter uma visão mais completa do saber dos educadores sociais do Algarve relativamente à pobreza, quais as suas experiências profissionais e pessoais, e qual o significado das suas percepções.

Em primeiro lugar, foi realizada uma pesquisa bibliográfica de forma a obter-se a maior informação possível sobre a pobreza, a pobreza em Portugal, e a educação social. Na literatura que tivemos a oportunidade de consultar, não foi possível descobrir nenhum estudo que abordasse a pobreza, tal como vista pelos profissionais de educação social.

Foram pedidos, e facultados, contactos de educadores sociais do Algarve a uma investigadora que realizou uma dissertação com a mesma população. Foram também solicitados através de redes sociais e *email*, listagens de contactos existentes de

educadores sociais que estudaram ou trabalham no Algarve. Com estas medidas obteve-se um total de 512 contactos.

O passo seguinte foi a elaboração de um inquérito por questionário, dividido por 11 blocos e 31 questões, onde foram abordados 3 temas centrais: dados pessoais e situação profissional; percepções sobre a pobreza; e trabalho realizado na área da pobreza. O formulário do inquérito foi realizado através do *Google docs*, de forma a ser operado o encaminhamento de perguntas consoante a resposta e para facilitar a análise. Durante o processo de elaboração, o formulário foi analisado por dois investigadores, de forma a triangular pontos de vista dos dados e aperfeiçoar a elaboração das questões. Foi também utilizado um pré-teste ao inquérito, solicitando a 10 pessoas para confirmar a funcionalidade e clareza do questionário.

De seguida, o formulário foi enviado para os contactos recolhidos, através de *email*, e divulgado pelas redes sociais. Foram obtidas 140 respostas, das quais foram eliminadas 3 por falta de requisitos, ficando um total de 137 respostas válidas. Como é possível acompanhar a evolução das respostas, com o *Google docs*, à medida em que são enviadas, foi possível confirmar que houve uma saturação de dados, confirmando que a amostra foi suficiente para obter as percepções representativas do universo em causa.

Para a análise das respostas obtidas foi utilizada a base de dados criada automaticamente pelo *Google docs* em *excel*, que foi adaptada para outra base *excel*, de forma a facilitar a leitura dos resultados. As questões abertas foram analisadas através da análise de conteúdo. Esta técnica permitiu uma leitura geral da situação e percepção dos inquiridos, mas houve a necessidade de aprofundar alguns temas.

Assim, na fase seguinte do processo de investigação, optou-se pela realização de um inquérito por entrevista semi-estruturada a uma “amostra” dos inquiridos através do questionário. O guião de entrevista foi elaborado levando em consideração as respostas obtidas nos questionários e também a fundamentação teórica. A seleção dos entrevistados foi realizada através de um mini-inquérito por questionário com 9 questões relativas a dados pessoais, situação profissional e disponibilidade para ser entrevistado, que foi enviado para a base de dados e divulgado nas redes sociais. Os critérios de seleção dos entrevistados foram elaborados de forma a manter todas as características do universo obtido pelo inquérito por questionário, mas em menor escala:

Género:

- 1 entrevistado masculino
- 9 entrevistadas femininas

Faixa etária

- 3 entrevistados 20-29 anos
- 5 entrevistados 30-39 anos
- 1 entrevistado 40-49 anos
- 1 entrevistado 50-59 anos

Situação profissional

- 4 entrevistados que trabalham com funções de educador social
- 2 entrevistados que já trabalharam com funções de educador social
- 4 entrevistados que nunca trabalharam como educador social

Trabalho na área da pobreza

- 4 entrevistados que já tenham trabalhado na área da pobreza
- 6 entrevistados que nunca trabalharam na área da pobreza

Foram obtidas 43 respostas ao pequeno questionário, e dos inquiridos que se voluntariaram para ser entrevistados, foram selecionados os primeiros a preencher os requisitos pretendidos. Foram também selecionadas 2 pessoas próximas da entrevistadora, com as características “já trabalharam na área da pobreza”, que já tinham desempenhado funções de educadores sociais, para se testar o guião das entrevistas. Depois de realizadas as entrevistas teste, e de se proceder a ligeiras alterações no guia de entrevista, foram realizadas as restantes 10 entrevistas. Uma vez que as entrevistas teste não revelaram falhas consistentes e visto que detinham informação útil para o estudo, foram incluídas na análise, ficando um total de 12 entrevistas.

Os locais das entrevistas foram selecionados em conjunto com cada entrevistado, de forma a serem realizadas de uma forma mais confortável e num ambiente propício. As entrevistas duraram, em média, 45 minutos. Apesar de haver um guião, os entrevistados tiveram liberdade para criar novos temas, e surgiram ideias que não tinham sido previstas anteriormente.

De seguida foram transcritas todas as entrevistas, que foram enviadas para os respetivos entrevistados, para validação. A maioria não respondeu e, quem o fez, aprovou a transcrição. Posteriormente foi elaborada a análise de conteúdo. As transcrições foram lidas detalhadamente, de forma a realizar-se a codificação das mensagens, e a criação de categorias.

Foi criado um documento, com a qual se procedeu à categorização das transcrições mais relevantes. Foram estudadas, posteriormente, uma por uma, de forma a serem revelados os vários pontos em comum, as discordâncias e as várias mensagens inerentes ao discurso dos entrevistados. Paralelamente foram realizadas inferências, e feita a interpretação dos dados recolhidos.

De seguida, procedeu-se à triangulação entre os dados recolhidos pelas técnicas de inquérito por questionário e inquérito por entrevista, obtendo-se a visão geral dos inquiridos sobre os vários temas, e à triangulação entre os dados recolhidos e a informação recolhida pela pesquisa bibliográfica.

No final procedeu-se à interpretação de todo o material recolhido, e foram feitas as respetivas conclusões do estudo.

4- Análise dos resultados

Neste capítulo irá proceder-se à apresentação da análise dos dados recolhidos através das técnicas de inquérito por questionário e inquérito por entrevista. De forma a realizar-se a triangulação dos resultados de ambas as técnicas, esta análise será realizada conjuntamente.

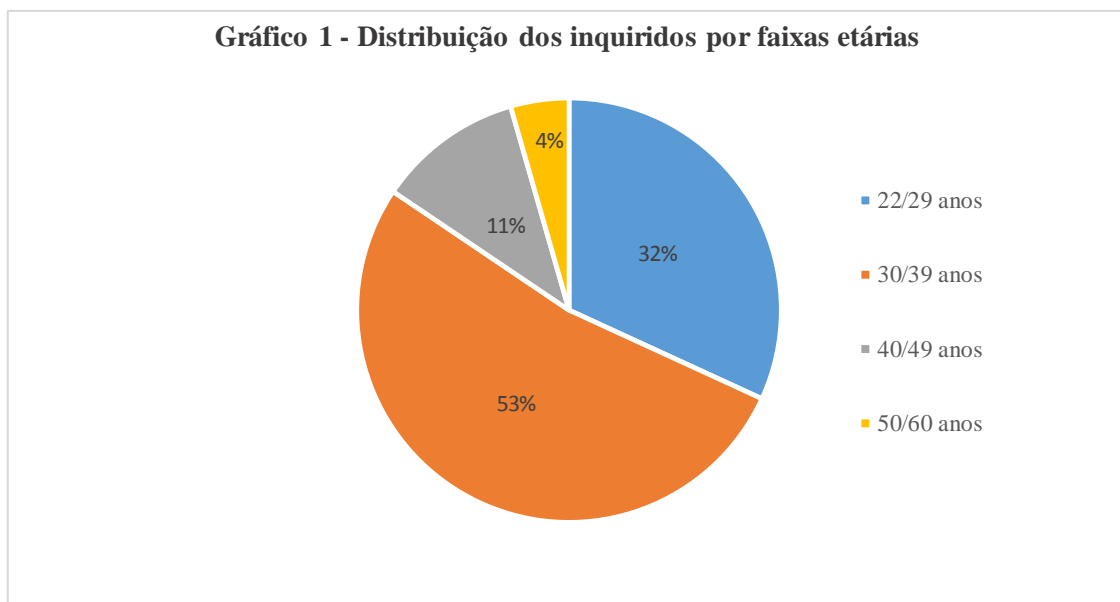
4.1 - Caracterização dos inquiridos

Com o inquérito por questionário obtiveram-se 137 respostas válidas. Nesta investigação foram incluídos licenciados em educação e intervenção comunitária e educação social que residem no Algarve e que realizaram a sua formação na Universidade do Algarve.

A grande maioria dos inquiridos é do género feminino. Apenas 9% é do género masculino. Esta tendência acompanha a realidade que se observa na licenciatura de

educação social, que tem uma maioria de estudantes e profissionais mulheres. Há uma relação entre a educação social e as profissões na área da educação e na área social, que são profissões consideradas tradicionalmente para mulheres.

Sendo uma profissão relativamente recente, existem poucos licenciados com idades superiores a 40 anos. Esta realidade é verificável no questionário. Há uma maior incidência de resposta na faixa dos 30-39 anos.

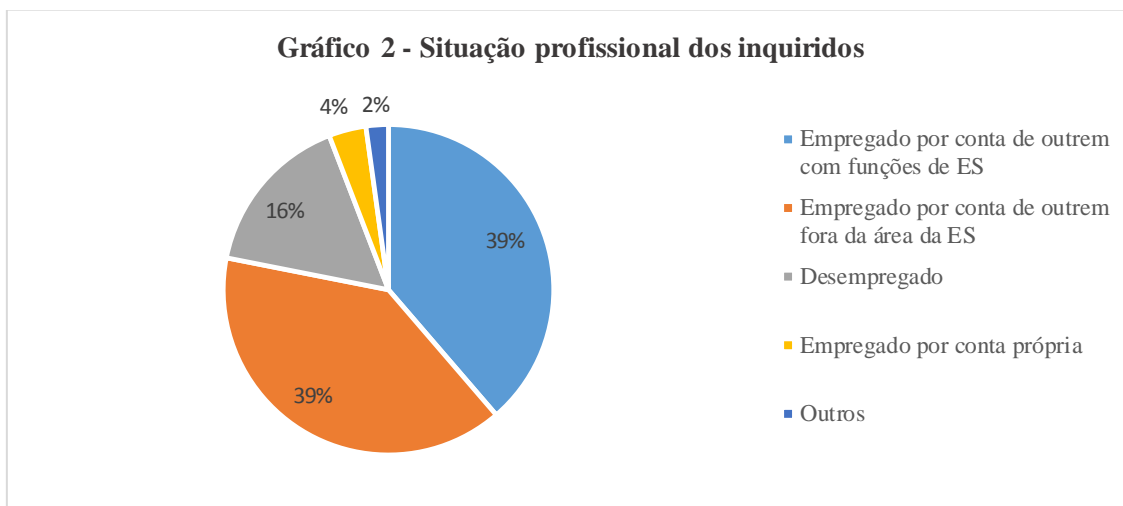


Fonte: Elaboração própria

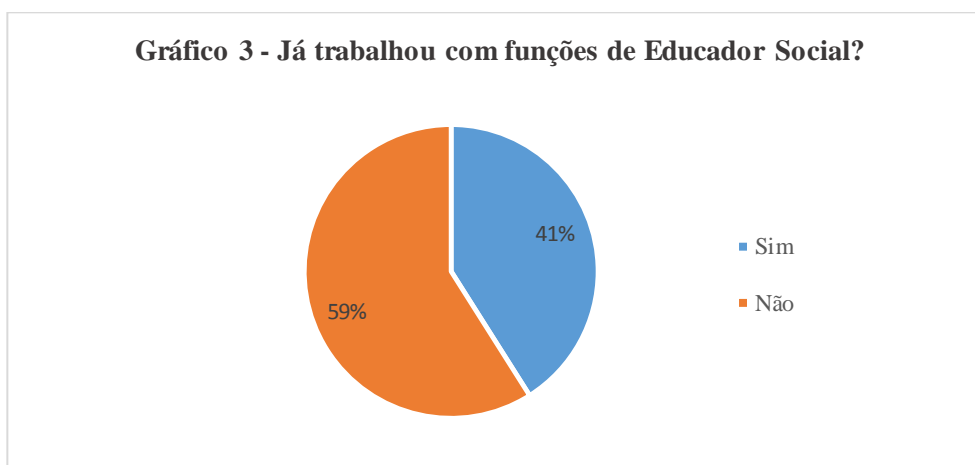
A maioria dos inquiridos reside no Algarve, com maior incidência no sotavento algarvio, zona onde se situa a Universidade do Algarve.

A grande maioria dos inquiridos é licenciada em educação social. Há também uma grande incidência de licenciados em educação e intervenção comunitária. Apenas uma minoria dos licenciados decidiu continuar a sua formação académica. Os que o fizeram optaram por aprofundar a formação de base e concluíram o mestrado de educação social.

Dos inquiridos, apenas 39% se encontra a trabalhar com funções de educador social. Os restantes 61% desempenham outras funções ou estão desempregados. 25% dos inquiridos, apesar de não estar a desempenhar funções de educador social, já o fez pelo menos uma vez. Os inquiridos que nunca trabalharam como educador social representam um total de 41%.



Fonte: Elaboração própria



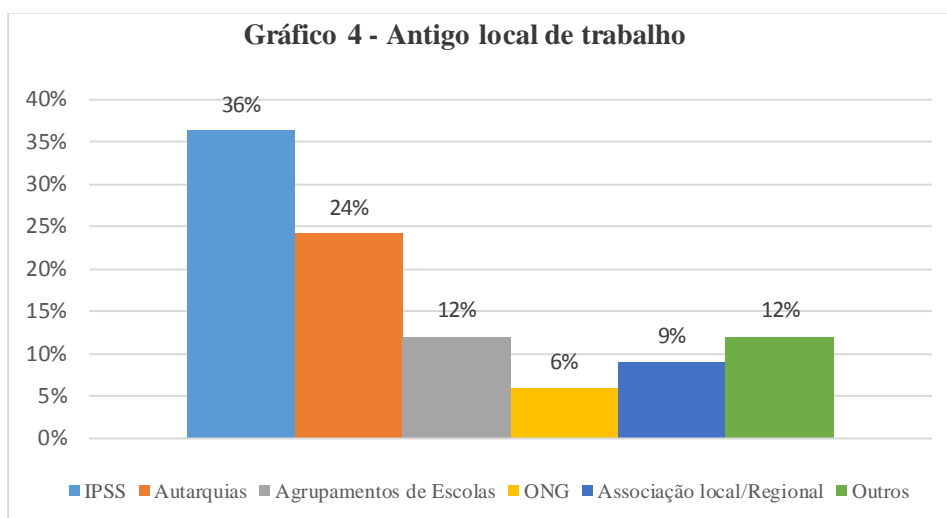
Fonte: Elaboração própria

Observa-se, desta maneira, que um grande número de educadores sociais nunca desempenhou funções na sua profissão, e que o mercado de trabalho não consegue absorver todos os licenciados desta área científica.

4.2– Trabalho realizado pelos Educadores Sociais

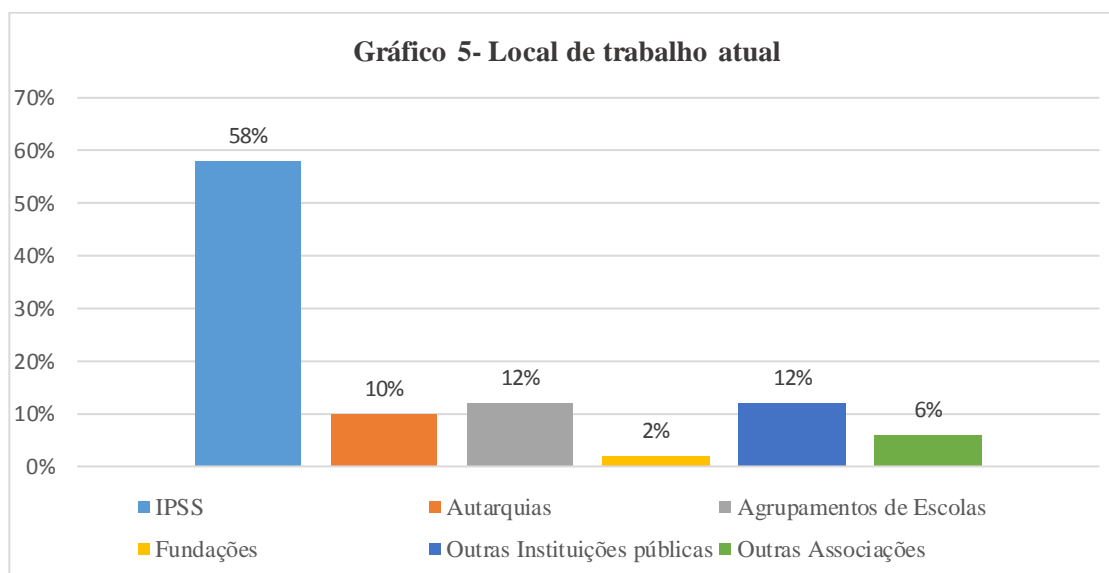
4.2.1 – Entidades empregadoras

Relativamente aos inquiridos que já trabalharam como educador social, verifica-se que a maior parte o fez em IPSS, instituições que contratam muitos estágios profissionais financiados pelo IEFP, e autarquias.



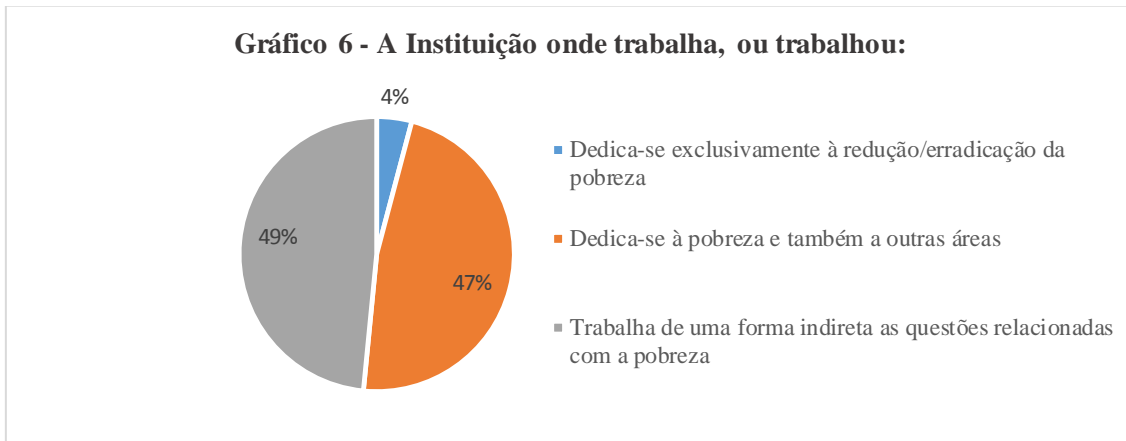
Fonte: Elaboração própria

Atualmente, as IPSS continuam a ser as maiores entidades empregadoras dos educadores sociais. Não se observa um número significativo de educadores sociais a trabalhar em entidades públicas, pelo que se conclui que não há um investimento do Estado nas profissões de trabalho social e educativo.



Fonte: Elaboração própria

Das instituições para as quais trabalham ou trabalharam os inquiridos, apenas uma minoria se dedica exclusivamente à área da pobreza. A maioria dedica-se à pobreza mas também a outras áreas, ou trabalha a pobreza de uma forma indireta.



Fonte: Elaboração própria

Segundo a descrição que os entrevistados fazem relativamente ao trabalho que as instituições realizam na área da pobreza, observa-se que se baseia na alimentação, higiene, e vestuário para as pessoas pobres. Trata-se de uma perspetiva assistencialista, muitas vezes caritativa. A existência de bancos alimentares é uma constante.

(...) nós trabalhamos com aquelas pessoas nisso, mas diariamente acabas por trabalhar a nível de roupas, a nível de higiene, a nível de comida. [E8]

A avaliação que estas instituições realizam relativamente ao trabalho que desenvolvem baseia-se, essencialmente, em análises quantitativas com estatísticas e números de objetivos atingidos.

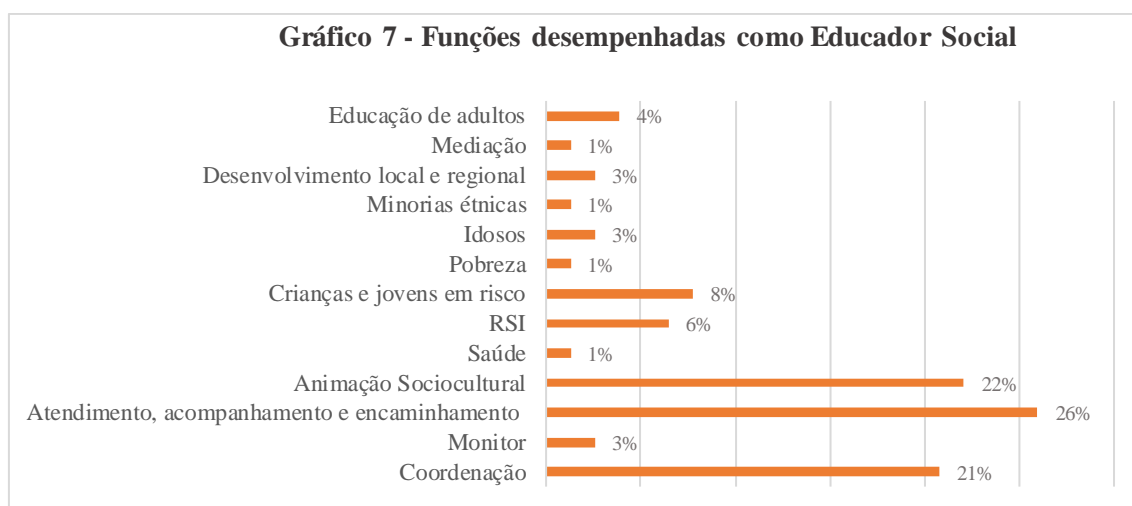
(...) por exemplo, havia um número de atividades que tinham de ser feitas, uma certa percentagem, depois também se contava as desistências, era um processo de avaliação muito... assim(...) baseada... Sim, nos números, sim, quantos tiveram alta, quantos abandonaram, quantos... pronto, por aí. (...) Não. Não era tipo, este caso aconteceu, correu bem porque isto, não. Qualitativo não, só mesmo quantitativo. [E7]

Os entrevistados confessam que, se houvesse outro tipo de avaliação, os resultados poderiam ser negativos relativamente à pobreza.

(...) mas se formos medir isso, nós não medimos isso propriamente, porque ali não é... não é esse o motivo da nossa intervenção, mas se formos medir acredito que a taxa é muito baixa. Ah... da saída dessa situação de pobreza. [E3]

4.2.2 – Funções desempenhadas pelos Educadores Sociais nos locais de trabalho

As funções mais desempenhadas pelos educadores sociais são o “atendimento, acompanhamento e encaminhamento”. Esta tendência indicia que as instituições ainda desenvolvem muito “trabalho de gabinete” e são pouco direcionadas para trabalhar diretamente nos contextos das pessoas com quem trabalham.



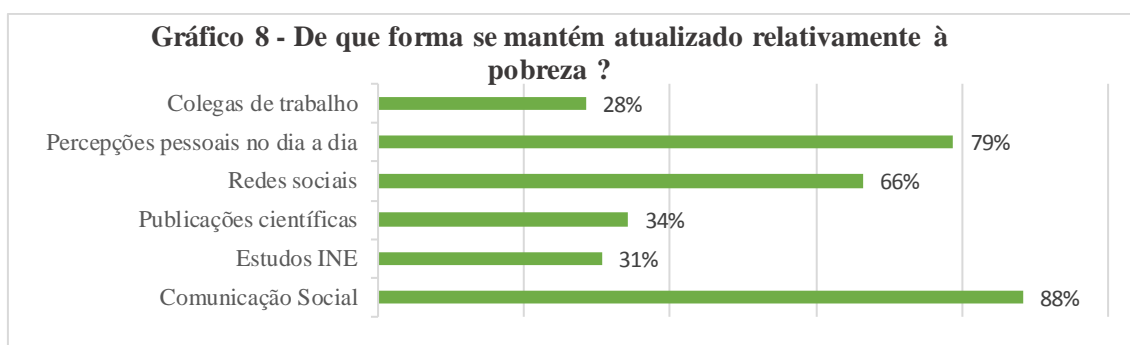
Fonte: Elaboração própria

A animação sociocultural é a segunda função mais desempenhada. Dentro das várias funções que o educador social desempenha, esta poderá ser das mais fáceis de apreender pelas entidades empregadoras, e poderá ser uma das formas mais confortáveis para os educadores sociais desempenharem as suas funções. Sendo o educador social um profissional de liderança, justifica-se a terceira função mais desempenhada como “coordenação”.

4.3– Percepções sobre a pobreza

4.3.1 – Formas de atualização sobre a pobreza

A maioria dos inquiridos atualiza os seus conhecimentos relativamente à pobreza através da comunicação social, através das percepções no dia-a-dia e através das redes sociais. No que diz respeito à comunicação social, os dados que habitualmente são apresentados são incompletos e descontextualizados, muitas vezes imbuídos de carácter político-partidário. As redes sociais são um meio de comunicação muito em voga, mas também representam uma fonte de muita desinformação. Os dados que circulam não são, na maioria das vezes fidedignos e têm fontes duvidosas, pelo que é preocupante que este seja considerado um meio de informação. Se a estas duas formas de atualização juntarmos as “percepções pessoais no dia-a-dia”, chegamos à simples conclusão que a maioria dos educadores pouco se atualiza em relação a esta área científica.



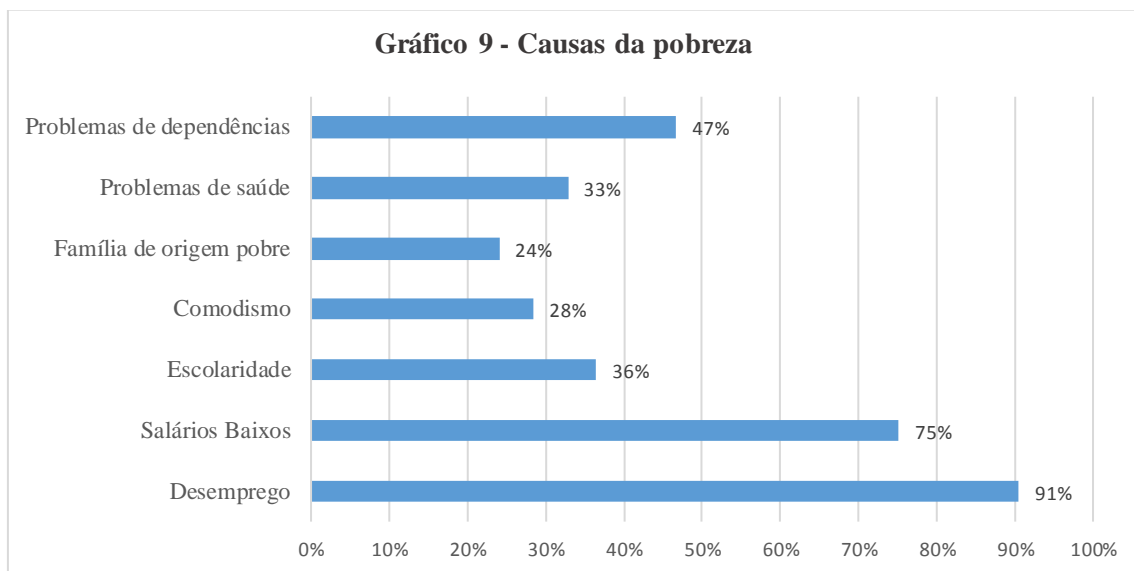
Fonte: Elaboração própria

Existem inquiridos que se informam através de fontes científicas ou estatísticas oficiais, mas representam uma minoria. O debate entre colegas de trabalho também não é realizado, de uma forma geral.

Porque se calhar, para já, a maioria das pessoas, e eu incluo-me nisso, não nos encontramos frequentemente para nos questionar, o que é uma situação de pobreza. O que é que para mim é a pobreza? Que para ti não é a mesma coisa e que não é para a pessoa que está aqui ao meu lado. [E10]

4.3.2 – As causas, indicadores e grupos vulneráveis da pobreza

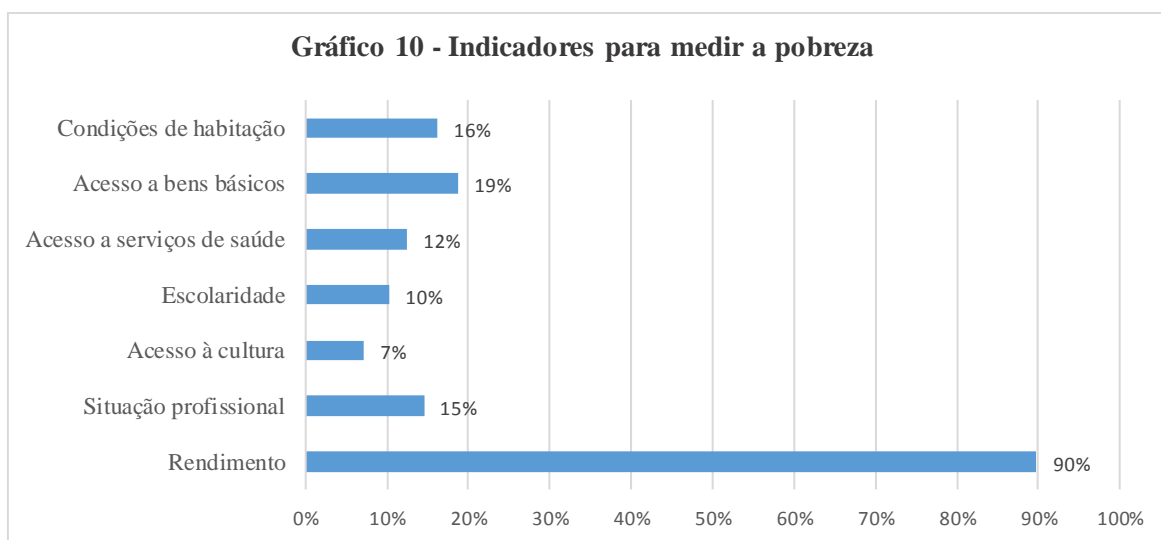
Os inquiridos consideram que as principais causas da pobreza são o desemprego e os salários baixos.



Fonte: Elaboração própria

Podemos verificar que a opção “família de origem pobre” é a menos votada. Sendo esta, segundo o INE (2013), uma das maiores causas, poderá concluir-se que os inquiridos não filtram a informação que recolhem na comunicação social e redes sociais, e existe uma grande lacuna de informação ou formação, por parte dos profissionais.

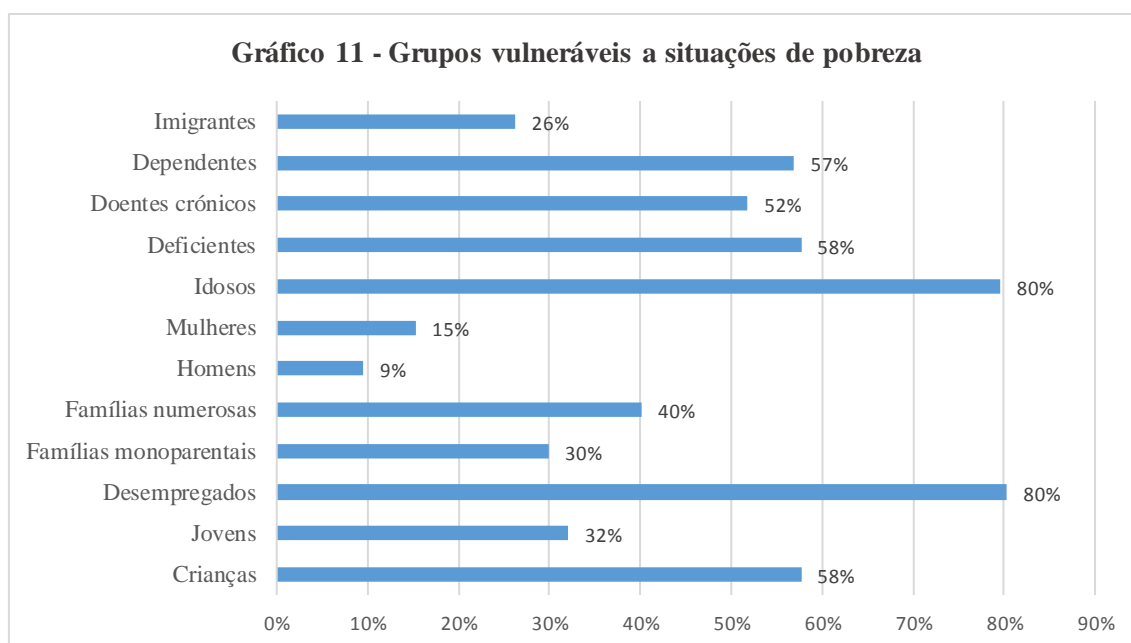
Para os inquiridos, a pobreza mede-se, principalmente, através do rendimento, do acesso a bens básicos e das condições de habitação.



Fonte: Elaboração própria

Há aqui uma contradição relativamente às respostas sobre as causas da pobreza. Apesar do desemprego ser a maior causa da pobreza, a situação profissional não tem tanta importância para a medir. Verifica-se uma tendência para valorizar os aspetos puramente económicos e financeiros.

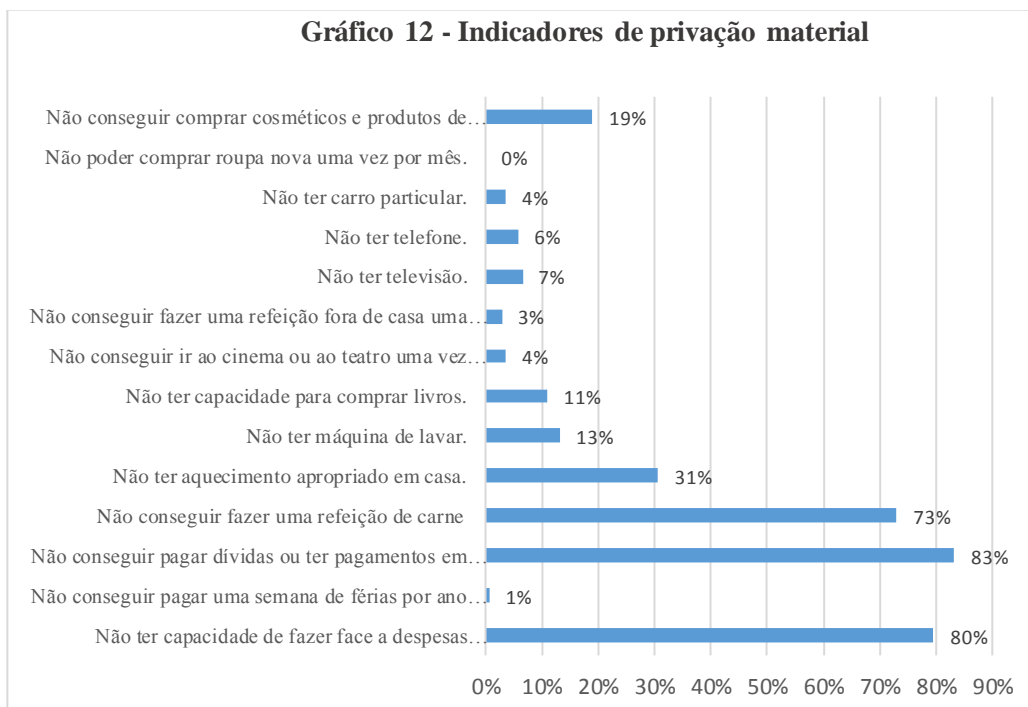
No que diz respeito aos grupos vulneráveis a situações de pobreza, os desempregados surgem novamente como o grupo mais relevante, seguido pelo dos idosos e das crianças.



Fonte: Elaboração própria

É provável que a expressão “desempregado” tenha um maior impacto do que a expressão “situação profissional”, pois não se observa um motivo para que este grupo seja escolhido alternadamente. Sendo o primeiro mais utilizado pelos media, poderá haver uma conotação negativa. Os grupos mais referidos estão ligados a fatores económicos e de idade.

Os indicadores de privação material utilizados nas estatísticas oficiais em Portugal são nove, mas os inquiridos valorizam apenas os três que indicam carência financeira mais óbvia, ou seja, “não conseguir pagar dívidas ou ter pagamentos em atraso”, “Não ter capacidade de fazer face a despesas inesperadas”, e “não conseguir fazer uma refeição de carne, peixe ou proteína similar a cada dois dias”.



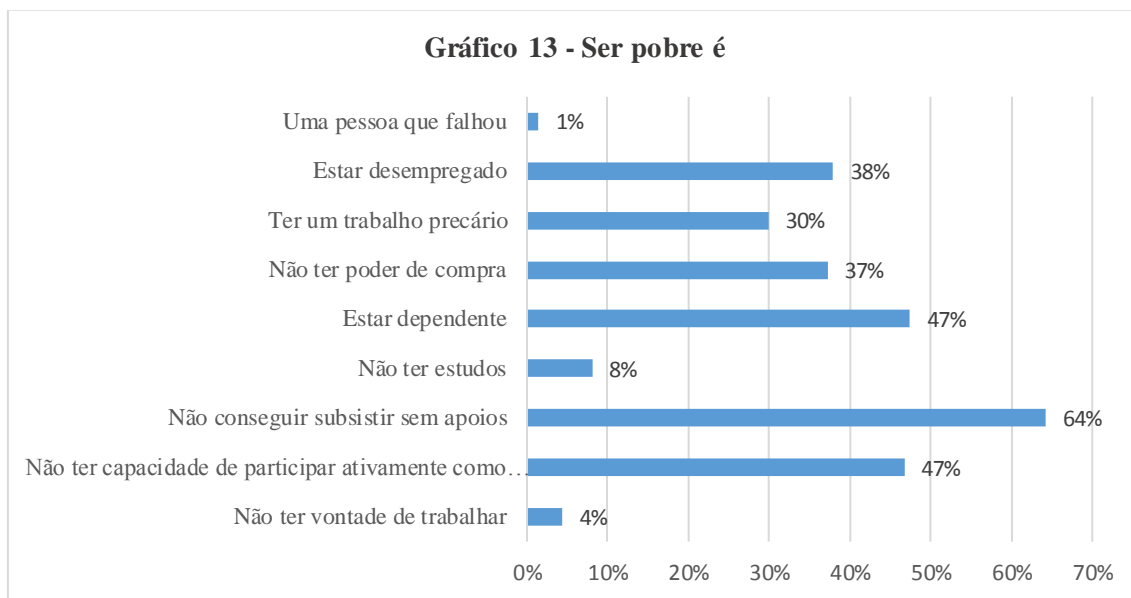
Fonte: Elaboração própria

Existe a possibilidade dos inquiridos não saberem quais são os nove indicadores, ou não concordarem com os que estão definidos, ou ambas as situações. Há também a possibilidade de as respostas a esta questão serem maioritariamente dadas em função do senso-comum ou outros fatores meramente subjetivos. Todas estas situações, de qualquer modo, estão de acordo com o facto, apontado anteriormente, de que os educadores sociais não atualizam os seus conhecimentos através de fontes académicas, estatísticas ou estudos oficiais.

4.4 - As características da pobreza

Para os inquiridos, a pobreza reflete-se numa situação de dependência, que só é resolvida através de apoios, e numa exclusão como cidadão.

Nesta questão os inquiridos, mais uma vez, demonstram desconhecimento relativamente aos dados científicos sobre a pobreza. Apenas 30% relaciona o trabalho precário com a pobreza.



Fonte: Elaboração própria

Os entrevistados mostram a tendência para utilizar a designação “pobreza” para definir situações de escassez ou falta de algo, principalmente quando se referem a atitudes ou valores:

Pobreza de falta de ambição [E4]

Pobreza de atitude [E10]

Pobreza de espírito [E11]

Não descurando que a pobreza tem uma dimensão subjetiva, parece que a “pobreza” é um termo utilizado com muitos sentidos diferentes e, muitos deles, derivados fundamentalmente do senso-comum. Não se tem em conta nenhuma definição ou concetualização de “pobreza”, mesmo quando se reconhece a importância do tema.

É muitas vezes referida a relação entre a pobreza e o consumo. Para os entrevistados, muitas das situações de pobreza têm, na sua origem, a incapacidade de gestão dos recursos das pessoas e a sua incapacidade de definir prioridades.

Há! Há, primeiro porque esta falta de gestão, falta de prioridades, faz com que haja pessoas que gastem um salário todo num dia, porque é assim, é a loucura, porque queremos mesmo há muito tempo, e agora temos aquele dinheiro, e depois esquecem-se que ainda faltam trinta dias para acabar o mês. [E8]

Seria simples dizer que esta situação se resolveria com a educação para o consumo, mas a realidade descrita pelos entrevistados revela que existem necessidades que são criadas pelos meios de apelo ao consumo da nossa sociedade, às quais as pessoas não ficam naturalmente indiferentes. Claramente, pessoas com menos recursos, ao adquirirem os produtos que simbolizam felicidade e poder, criam ou agravam situações de carência graves.

Existe uma relação, apresentada pelos entrevistados, entre a pobreza e o consumo de drogas e comportamentos de risco. Os consumos teriam como origem a situação de fragilidade emocional gerada pela pobreza, e representariam uma forma de escape à própria situação vivida pelas pessoas.

O que é que nós podemos verificar, é que de facto há tantas coisas associadas à pobreza, à situação de fragilidade daquela pessoa, ah... que ela já está por tudo, já não interessa se está... a questão do consumo é até uma forma de escape. Daquela realidade, não é? Que já não é suportável, e então... se calhar é melhor beber, ou... é mais fácil, não é? (...) Se calhar, a expressão mais fácil é incorreta da minha parte, porque não tem a ver com facilidade, tem a ver com... de facto o corpo procurar uma forma, não é, o seu corpo e o seu espírito procurar uma forma de... como é que eu vou suportar isto tudo? [E5]

Poder-se-á dizer que indivíduos em situação financeira mais estável também têm este tipo de comportamento, mas a situação de pobreza acarreta uma desvalorização social e pessoal, sendo uma agravante para este tipo de comportamento de risco. Existem, também, situações inversas, ou seja, situações de pobreza criadas por situações de consumo de drogas.

Segundo os entrevistados, a idade da adolescência, pelas suas características intrínsecas, é uma fase em que há um acentuar dos comportamentos de risco e da criminalidade:

(...) os mais velhos, no final da adolescência, já notei uma realidade completamente diferente. Já notei uma realidade muito diferente, já há um grande à vontade com as drogas, com a delinquência, um desistir assim de si próprios. (...) Acho que devem haver vários fatores em relação à adolescência. Talvez a

própria fase em si, aliada a uma revolta muito grande, uma espécie de... eu não tenho acesso a isto, porque é vocês hão de ter? [E6]

A criminalidade e o risco, no discurso dos entrevistados, representam uma forma de afirmação e de poder. Na adolescência, que se caracteriza pela rebeldia, quando há motivos de revolta, toda esta tendência se agudiza. Os comportamentos de risco podem ser criados, também, por situações de desespero e pobreza extrema:

Que leva, se calhar a uma pobreza mais extrema, se calhar é o limite da pobreza, porque normalmente a prostituição acaba sempre por estar associado a um nível de desespero, principalmente por causa do vício. Normalmente sim, não quer dizer que todos os casos sejam, não são. Mas a maioria é sempre associado a um desespero, a um desespero porque têm um filho que precisa de ajuda, ou que tem o filho que precisa de estudar, ou porque têm... é sempre um nível de desespero, a pessoa só em último caso é que cai nesta situação. [E11]

A prostituição é um exemplo de pobreza como ciclo vicioso. A prostituição leva à dependência de drogas, e a dependência de drogas leva à prostituição.

Uma das características mais referidas, durante as entrevistas, relativamente às famílias pobres, foi a falta de regras. Para os entrevistados, cuja função nas instituições é enquadrá-las nas regras dominantes, a tarefa é morosa e complexa.

(...) são famílias que têm muita dificuldade em cumprirem com coisas que se comprometem, embora, reconheçam que têm esse problema têm dificuldade depois, por exemplo em cumprir acordos em que... em depois virem a reuniões que se marcam periodicamente, portanto, há... há avanços, mas também há muitos recuos, principalmente recuos, portanto acaba por ser frustrante também para quem tá a trabalhar. Porque muitas vezes confunde-se a resistência das famílias em mudar com o tempo que elas precisam para mudar. E realmente há famílias que precisam de anos para conseguir fazer alguma coisa para produzir mudança. [E3]

Este entrevistado revela a chave para esta questão: é necessário muito tempo para que se processem determinadas mudanças. O tempo das pessoas, e não o tempo dos profissionais, nem dos projetos, nem das instituições.

4.5 – A dimensão da pobreza em Portugal

Segundo os entrevistados, existem dois tipos de pobreza em Portugal, e para cada tipo há um diferente nível de consciência perante a situação. Existem os pobres que sempre foram pobres, que provêm de famílias pobres e que têm filhos pobres. Neste caso, há uma aceitação da pobreza com naturalismo e há uma acomodação ao modo de vida que recebem de herança. A situação de desigualdade até pode ser percecionada, mas os pobres são, tal como Freire (1967) designaria, sujeitos passivos e alienados.

Outros simplesmente sempre viveram assim, não conhecem outra realidade, vá, por assim dizer, ah, e... conheço bastante gente que sim, que não... eu acho que já é o humilde do humilde, é a nata, aquela nata, que é... Bom, eu sou assim, sempre vivi assim, não preciso de mais... [E9]

O segundo tipo de pobreza consistiria em situações em que houve estabilidade no passado, mas por algum motivo os indivíduos viram os seus recursos diminuir, criando uma situação de carência. Nestes casos a postura seria diferente e haveria revolta ou insatisfação, e vergonha relativamente à sua situação.

Tens imensas famílias da classe média, digamos, que caíram em situações, em alguns casos de pobreza, não é? E que têm de ir a refeitórios buscar refeições para filhos, e que pessoas que viviam, tinha casa, tinham carro, tinham empréstimos, e que não conseguiram... basta um ficar sem trabalho para uma pessoa ficar na situação...(...) e muitas das vezes não tão identificados, porque as pessoas têm vergonha, infelizmente. [E10]

Assim, podemos relacionar o nível de ação com o nível de consciência. Ao percecionarem que existem outros modos de vida, que existe a possibilidade e a

capacidade de mudar, há uma maior mobilização. O pedir ajuda é muitas vezes uma subida nos degraus da consciência e a primeira ação de mudança.

Eles têm noção, assumem, pedem ajuda... porque efetivamente há um pedido de ajuda... ah... a maior parte das vezes é encarado como... pois, estão a pedir! Pedem tudo! Eles recebem dinheiro e mesmo assim ainda querem uma casa, ainda querem... uma água canalizada... pronto... acaba por ser vista assim... pela sociedade dominante, mas... eles têm noção. (...) Eles consideram-se pobres. [E1]

No que diz respeito à transmissão intergeracional da pobreza, todos os entrevistados concordam que a pobreza “se transmite” de pais para filhos.

Eu costumo dizer que os filhos são *copy paste*. Porque é assim, eles crescem a ver os exemplos, e a atitude e a conduta dos pais...[E4]

No entanto, também é referido pelos entrevistados que há a possibilidade de quebrar com este ciclo, sobretudo através das figuras de referência exteriores ao contexto.

Porque ao fim ao cabo, até tem a ver com uma espécie de uma matriz, que foi criada, e que a pessoa aprendeu a viver dentro daquela matriz, portanto, tudo o que sai fora, ou de facto a pessoa tem um... ou tem pilares fora daquela matriz, não é? Por exemplo, um professor de referência, ah... sei lá, um médico de família de referência, que faz com que aquela pessoa queira sair dali, não é? [E5]

A pobreza intergeracional, segundo os nossos entrevistados, relaciona-se com os contextos em que a pobreza é crónica. Em situações de pobreza pontual, poderá não se aplicar.

Não existe consenso entre os entrevistados relativamente à dimensão da pobreza. É unanime que existem muitos casos, mas uns defendem que a pobreza é geral, outros consideram que há sobretudo casos marginais. Esta última afirmação é especialmente preocupante, porque revela, afinal, uma intensa ignorância relativamente a uma questão que deveria ser central para os educadores sociais. Mais uma vez, esta percepção demonstra

o quão desatualizados estão alguns profissionais – sobretudo quando os números da pobreza, em Portugal, são largamente repetidos por vários meios de comunicação social.

Eu, eu... acho que a pobreza, portanto, verifica-se de uma forma muito geral. Ah... Isso vê-se... Isso vê-se, por exemplo pela... pela quantidade de alunos que tem escalão A, não é? Que é... digamos, o escalão em que, onde as pessoas têm mais dificuldades económicas. Eu, por acaso há pouco tempo estive a ver nos alunos do 1º ciclo, que serão há volta de uns quatrocentos, quatrocentos e cinquenta alunos, em que se calhar uns... quinze, vinte não têm escalão. Todos os outros têm escalão A ou B. Portanto, acho que isto quer dizer alguma coisa, não é? [E3]

Ah... Eu penso que sejam mais casos marginais, atenção, acho que não se pode generalizar nesse sentido, isto falo porque nós temos uma sociedade, vá... mais ou menos... não é rica, não é pobre, é ali o médio, não é? São casos marginais, não se pode generalizar. [E9]

Esta divergência de ideias pode derivar dos contextos onde os entrevistados residem ou trabalham. Os casos de pobreza tendem a concentrar-se geograficamente e o contacto com diferentes realidades fornece diferentes perceções. Mesmo se esta for uma explicação possível para a perceção destes profissionais, revela, ao mesmo tempo, que a sua perceção é muito limitada ao que conhecem em termos de experiência pessoal. Uma das entrevistadas testemunha a sua mudança de perceção ao mudar de contexto:

Eu começo a achar que não é geral. Durante muitos, muitos anos, e olha que eu tenho uma história de vida muito interessante (riso). Durante muitos, muitos anos pensava que era geral. Até me aperceber que não era geral. Não é. São casos marginalizados, são pessoas que foram completamente excluídas do sistema. [E6]

Também não existe consenso no que diz respeito à estabilidade/instabilidade das situações de pobreza. Para alguns entrevistados, a pobreza é crónica e persistente, pois ao ser transmitida por gerações, mantém-se inalterada.

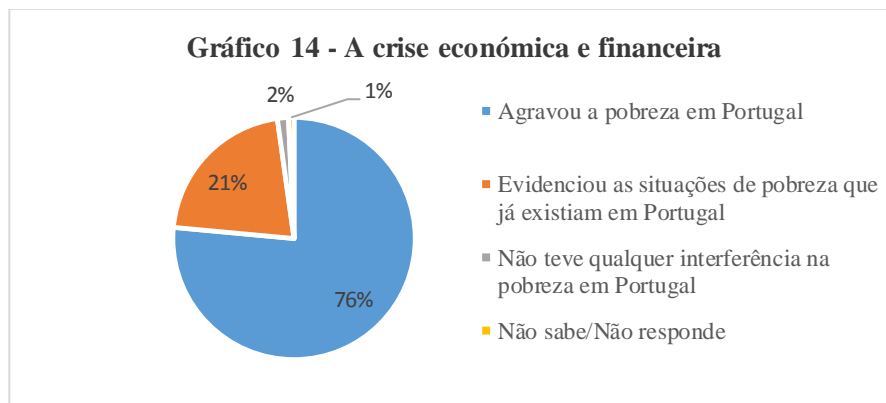
Alguns são sempre, pronto, não têm evolução possível, e que tem a ver com o que falámos há pouco, não é? Tem a ver com o sistema que tá implementado, e a pessoa aprendeu a viver daquela forma, e a desenrascar-se sem fazer grande coisa, e depois vai por ali, é a família que é assim, portanto, são os filhos que são educados naquele sistema, e acaba por andar um bocadinho tudo à volta disso. [E 10]

Mas para os restantes entrevistados as situações de pobreza oscilam, havendo um aumento em alturas de crise económica e financeira, que naturalmente coincidem com / implicam crises de desemprego.

Em certos casos podem variar, sim. Conheci várias famílias que realmente não... já tiveram altos e baixos, não é? Já tiveram mal, depois ficaram bem na vida, entretanto ficaram desempregadas, foi tudo outra vez por água abaixo, a família no desespero... pronto. [E9]

No fundo, as duas perspetivas estão de acordo com os dois tipos de pobreza existentes em Portugal (Alves, 2015), e complementam-se. Existem casos que permanecem e existem casos que são instáveis. Há uma correlação entre a estabilidade e os dois tipos de pobreza que anteriormente foram referidos pelos entrevistados.

A situação económica e financeira do país é considerada o maior fator de instabilidade, essencialmente a última crise económica e financeira. Uma grande parte dos inquiridos considerou que a última crise económica e financeira, pela qual Portugal passou foi, responsável por um agravamento da pobreza.



Fonte: Elaboração própria

No entanto, também houve referências às mudanças positivas que surgiram com esta crise, como uma maior sensibilização da sociedade para as situações de pobreza.

Eu acredito que com esta crise que nós começámos a viver em 2011, quem era muito, muito pobre se calhar até começou a ter mais apoios, começou a haver mais sensibilidade para a pobreza. No entanto, esses apoios não terão sido os suficientes para os tirar da situação de dependência. [E6]

Apesar da grande maioria dos inquiridos considerar que a crise agravou a pobreza em Portugal, não existem ainda dados oficiais que comprovem esta afirmação. Uma vez que a maioria dos inquiridos não está a trabalhar como educador social e não pode comprovar esta situação em contexto de trabalho, as percepções resultantes podem ser maioritariamente inculcadas pelos *media*.

4.6 – A Pobreza e a Cidadania

A ideia de que o exercício da cidadania é afetado quando os indivíduos se encontram em situação de pobreza não é consensual por parte dos entrevistados. Para alguns, ser pobre não tem qualquer tipo de influência sobre esta questão.

Nem sempre, nem sempre. Eu tenho... eu tenho famílias pobres, muito dignas... que conseguem ser solidários com outros, conseguem repartir o pouco que têm com outras famílias, e depois tenho outras que é um bocadinho complicado. [E4]

O que estes entrevistados quererão dizer é que a pobreza não afeta a relação de solidariedade entre as pessoas, nem o seu civismo. Quando definem a cidadania como o pleno exercício dos direitos e deveres instituídos numa sociedade, os entrevistados detetam que os pobres são afetados, e referem que há uma estreita ligação entre esta situação e o desconhecimento, iliteracia e baixas habilitações literárias.

Eu acho que sim, porque a situação do, do... da iliteracia... por exemplo... ah... faz com que não haja participação por parte deles a nível cívico. Porque eles não

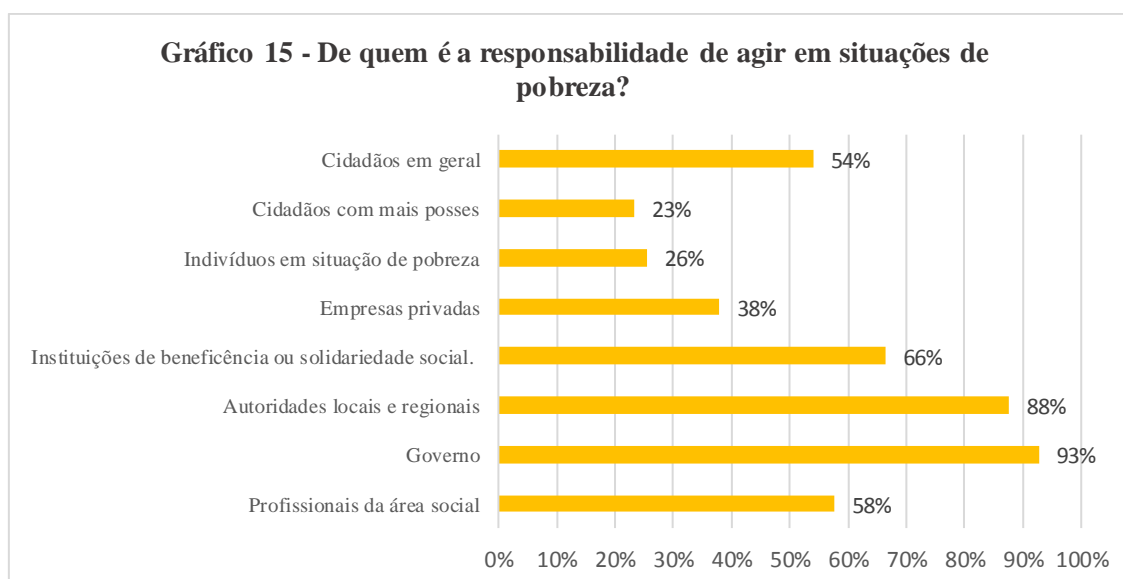
sabem, porque eles não sabem ler, porque não percebem o que é que os serviços lhes pedem, porque... quando reivindicam algum direito não o conseguem fazer de uma forma plena. [E1]

Segundo esta perspetiva, pobres que tenham um maior conhecimento e habilitações literárias superiores não terão o exercício da sua cidadania posto em causa, a não ser que haja associada uma baixa autoestima:

Pode influenciar no sentido em que... se houver uma baixa autoestima associada, a pessoa vai achar, o que é que eu vou ali perguntar, vão dizer que eu cheiro mal, ou, já tenho este mau aspeto (...) a pessoa coloca-se numa posição, que ela própria ainda fica mais... ou seja, mais afetada ainda do que a própria situação lhe dá, não é? [E5]

Ou seja, o pobre coloca-se numa posição de inferioridade. No discurso dos entrevistados é utilizada a expressão autoestima, mas podemos acrescentar outras que vão ao encontro dos seus discursos, tais como medo e vergonha.

Ao perguntarmos aos inquiridos quem deve agir perante situações de pobreza, as respostas mais seleccionadas foram as relacionadas com instituições políticas. As instituições de beneficência ou solidariedade social vêm a seguir.



Fonte: Elaboração própria

Apenas 58% dos inquiridos considera que os profissionais da área social têm responsabilidade nesta área, perspectiva esta que contraria as funções do educador social e de outras profissões sociais. Sendo também um profissional que promove a autonomia, seria de esperar que considerassem que os pobres também tivesse responsabilidade. Para além disso, a responsabilidade cabe a todos os cidadãos sem exceção, e uma das funções do educador social deveria ser a consciencialização para ação de todos. Essa noção também parece passar ao lado de quase metade dos profissionais.

4.7 - Pobreza e cultura

De uma forma geral, os entrevistados têm a percepção de que há uma relação entre a pobreza e a cultura instituída.

Não, olha, pensando nos bairros, às vezes é uma situação cultural. Se formos a ver, por outros lados, às vezes é, porque... os meus avós já moravam aqui. E já foram pais cedo. E já vivem do RSI. Isto tou eu pensando né? RSI, já viviam, e continuaram a viver, e depois vieram os meus pais, a morar na mesma casa, agora eu, para que é que eu vou estudar, e para que é que eu vou fazer mais, se eles vivem assim, e vivem bem, acabam por ter as coisas todas? Às vezes é. [E8]

Quando os indivíduos vivem em contextos pobres, absorvem e transmitem entre gerações os seus hábitos, crenças, comportamentos, e todos os componentes de uma cultura. Chegam a formar sub-culturas bem definidas e à parte da cultura dominante.

A questão da cultura... no meu ponto de vista... impede a oportunidade de saírem daquela situação... pronto, porque ainda há muita discriminação, tanto... eles também acabam por se fechar... (...) e eles acabam também por viver um bocadinho isolados. A nível cultural, o facto de ser cigano, acho que impede. Impede de conseguir sair dessa situação. [E1]

Segundo os sujeitos da nossa investigação, as minorias étnicas são um exemplo de perpetuação da pobreza por questões culturais, tanto internas, por serem diferentes, como externas, através da discriminação.

Outro aspeto cultural referido tem a ver com as necessidades criadas pela própria sociedade:

(...) os meus pais são do tempo em que andavam descalços quando eram miúdos, portanto, não tinham sapatos, não era porque eram pobres nem ricos, na altura não havia, as pessoas viviam no campo, e tinham uns sapatos par ir à festa, e andavam descalços a correr, e sentiam-se bem assim. Portanto, não era uma necessidade, digamos. [E10]

Ou seja, o que é considerado uma necessidade básica também pode ser uma questão cultural. Existem necessidades que são criadas através de fatores macroestruturais (o consumismo, por exemplo), mas noutros contextos nem são consideradas. A pobreza também significa o que a cultura define como importante ou fundamental.

4.8 – A pobreza e o trabalho

Para os entrevistados não há dúvida de que o trabalho precário e as situações de desemprego influenciam a situação de pobreza. No Algarve, é muito comum a oferta de trabalhos sazonais:

Por exemplo, há várias famílias que vivem do mar. Ou vivem da hotelaria, e isto são trabalhos que são sazonais. São precários, são sazonais. É complicado depois uma pessoa... depois é uma bola de neve, não é? Eu estou X meses desempregado, vou criando dívidas, depois vou, vou pagar dívidas, mas esses três ou quatro meses que estou a trabalhar não dá, e volto outra vez, acho que depois isso começa a ser uma espiral. [E8]

Para além de acentuarem a precariedade laboral, os empregos sazonais originam também situações de desemprego sazonal. Desta forma, as pessoas não conseguem manter uma estabilidade financeira e há um conseqüente aumento da pobreza. No entanto, os trabalhos pontuais também são referidos como uma opção:

As pessoas aqui têm muito o hábito de... possivelmente em Olhão, de irem ao mar, e quando não há dinheiro é que voltam a ir. Ao mar, ou vão desenrascar-se, vender qualquer coisa, ou fazer uns biscates, mas esquecem-se que há surpresas na vida, não é? E então, quando há essas surpresas, depois, se for preciso não têm pão, não têm comida para comer em casa. [E3]

Este seria um exemplo da incapacidade de gestão financeira pessoal, já foi referida anteriormente como uma característica ligada à pobreza. Por outro lado, poderá haver a possibilidade dos trabalhos implicarem um esforço físico acrescido, ou que haja uma exploração das entidades empregadoras.

Os vários tipos de trabalho também podem significar vários tipos de estatuto social:

Portanto, os teus pais trabalharam a vida toda na agricultura, não educam um filho para ser agricultor e se dedicar ao campo, querem é que o filho vá ser doutor, ou médico, enfermeiro, seja lá o que for, porque é isso que é considerado um emprego. (...) Porque há muitos ofícios que são necessários aprender, e que as pessoas vivem bem com os rendimentos que têm, mas hoje em dia acho que é muito essa... o meu filho tem de ir para a universidade. Porque senão já não é ninguém na vida. E depois acaba por ir para a universidade, e sai de lá e também não é grande coisa. [E10]

O caso referido frisa a posição de superioridade que um emprego para licenciados pode ter, relativamente a ofícios que não necessitam educação formal apesar de, muitas vezes, estes ofícios gerarem uma compensação financeira superior.

Para além da carência financeira que o desemprego implica, os entrevistados referem a dimensão emocional que esta situação gera.

Esses então ficam realmente muito...fica péssimo, fica mesmo péssimo. Porque eles... e porque... a pobreza depois implica com um estado emocional e psicológico grave. [E4]

Pode-se concluir que o emprego, para além de garantir alguma estabilidade financeira, é também um elemento fundamental em termos identitários, um meio de afirmação social e pessoal. Estando desempregadas, as pessoas estão numa situação de desvalorização que se reflete nas suas relações pessoais e no seu bem-estar.

4.9 – A pobreza e a saúde

No que diz respeito à relação da saúde com a pobreza, de uma forma geral, os entrevistados apresentam-na como um ciclo vicioso.

É simples. Quanto mais pobre, mais doente, quanto mais doente mais pobre. [E6]

Os pobres têm um acesso mais limitado aos serviços de saúde por questões financeiras, e o estado não consegue ter capacidade de resposta às necessidades existentes. Este ciclo acentua com questões de desemprego. As pessoas não conseguem encontrar trabalho porque estão doentes; e como estão desempregadas, não conseguem financiar o tratamento da doença, o que acarreta gastos acrescidos. Para além disso, a alimentação e as condições de habitação deficientes debilitam o organismo.

(...) e muitas das vezes, mesmo as condições em casa, não conseguem criar condições, não têm dinheiro para criar essas condições em casa. Estou a falar em termos de aquecimento e água quente. Para tomar banho, se calhar passam o inverno a tomar banho de água fria. Vá pneumonias, constipações, por aí fora, e que depois já se tornam em situações crónicas não é? [E9]

No exemplo apresentado são originadas doenças que não existiriam houvessem caso de estabilidade financeira. Existe, também, um acentuar dos problemas de saúde devido à falta de informação e iliteracia.

Eu acho que sim, que as pessoas não vão ao médico, (...) automedicam-se, que é mais barato ir à farmácia perguntar o que é que receita para isto, do que ir ao médico, além de esperar, pagar consulta, essas coisas todas. [E8]

As pessoas não seguem as terapêuticas indicadas para a sua doença, e muitas vezes ignoram os sintomas que indicam o agravamento dos seus problemas de saúde. Para além disso, a desinformação pode afetar a própria estrutura familiar.

Eu acho que afeta... principalmente na parte da saúde materna e do planeamento familiar. Eu acho que se houvesse... um acesso mais... eficiente a esses serviços, provavelmente as pessoas teriam menos filhos... ou, engravidariam mais tarde, especialmente nas mulheres, o que lhes permitia acabar a escola, ficar com o nono ou o décimo segundo, e isso já lhes possibilita... ah... uma maior inserção no mercado de trabalho. [E1]

Nestes casos, ser mulher é uma desvantagem acrescida ao nível da educação e do mercado de trabalho. Esta é a única referência às desigualdades de género em toda a investigação, e diz respeito à etnia cigana. Os inquiridos parecem não detetar que este grupo seja de risco.

O problema de saúde mais referido como comum a muitos pobres diz respeito à higiene e saúde dentária.

A nível de... de higiene oral já tivemos situações de alunos com graves problemas a nível de dores de dentes, não é, por exemplo, que precisavam de ser tratados e não havia dinheiro para isso. [E3]

Para além do desconforto e sofrimento que causa, este problema de saúde tem um impacto na aparência das pessoas que é confundida com desleixo, o que dificulta o acesso a muitos postos de trabalho. Esta é uma área da saúde que não é comparticipada pelo estado e que implica muitos custos, pelo que poderá ser a razão pela qual existem muitos casos de doença.

4.10 – A Pobreza e Educação

A relação entre a educação e a pobreza foi levantada pelos próprios entrevistados que trabalham em escolas e com crianças. Nesta área, as crianças apresentam uma desigualdade notória relativamente aos seus colegas de escola.

(...) estávamos mais focados no primeiro ciclo, quando eles entravam na escola, para tentar que acompanhassem outros, digamos assim, porque eles não têm pré-escolar, e à partida vão com menos competências, e portanto o objetivo era dar ali um impulso para que acompanhassem e tivessem algum sucesso. Porque eles começam com as retenções logo muito cedo. [E1]

As crianças pobres, ao não usufruírem de serviços de apoio, tais como o pré-escolar, ou centros de estudo acompanhado, que na sua maioria são particulares e sem participação do estado, não criam as mesmas bases de aprendizagem e não desenvolvem tanto as suas capacidades. A falta de descanso e a alimentação deficitária são fortes agravantes para esta situação.

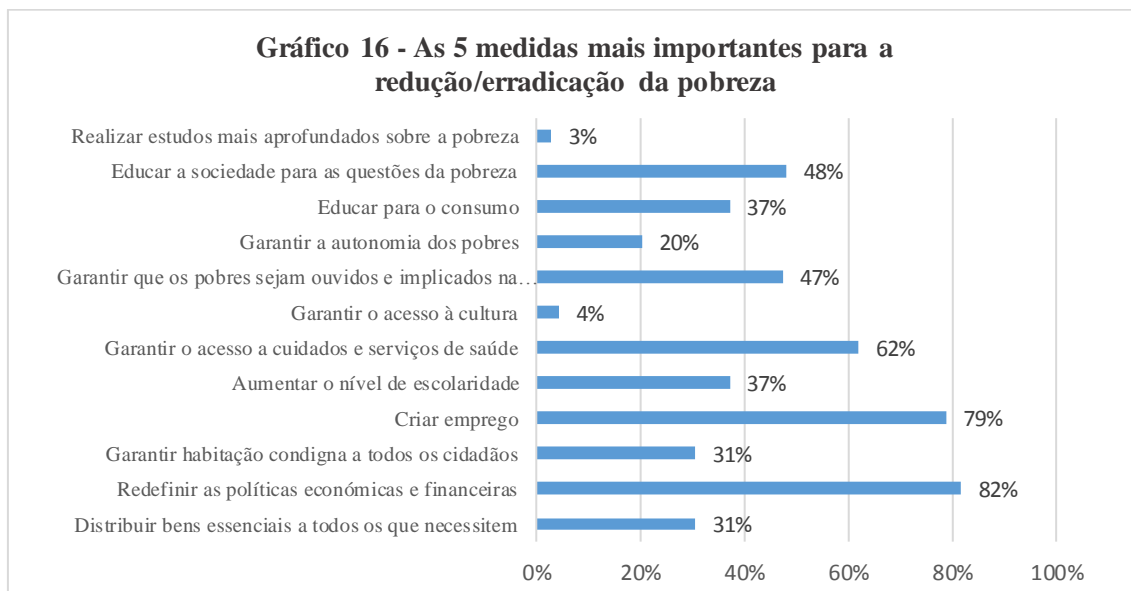
Os miúdos em situação de... de pobreza são miúdos sempre muito... desmotivados, ah... em relação à escola, que têm um grande nível de absentismo, por exemplo, faltam muito às primeiras horas, ah... são miúdos com pouca predisposição para a escola, ah... pelos mais variados motivos, porque depois sabemos, é porque se deitam tarde, ou é porque têm fome, ah... já tivemos situações em que chegámos à conclusão que eles não progrediam mais na escola porque havia fome, a última refeição que tinham comido tinha sido na sexta-feira na escola, e isto é, na segunda-feira... [E3]

Segundo os entrevistados, estas situações são geridas de diferente forma, conforme o agrupamento e os profissionais. Existem escolas que tentam atenuar esta situação através de bancos alimentares ou a antecipação da hora de lanche financiado pelo estado. No entanto, a alimentação das crianças depende do bom senso dos profissionais, e assim sendo, em algumas escolas não existe esta preocupação, criando outro fator de desigualdade.

4.11 – A redução e a erradicação da pobreza.

Foi pedido aos inquiridos para selecionarem as cinco medidas mais importantes para a redução/erradicação da pobreza e as mais votadas foram: “Redefinir as políticas

económicas e financeiras” – 87%, “Criar emprego” – 79%, “Garantir o acesso a cuidados e serviços de saúde” – 62%, “Educar a sociedade para as questões da pobreza” – 48% e “Garantir que os pobres sejam ouvidos e implicados na resolução dos seus problemas” – 47%.



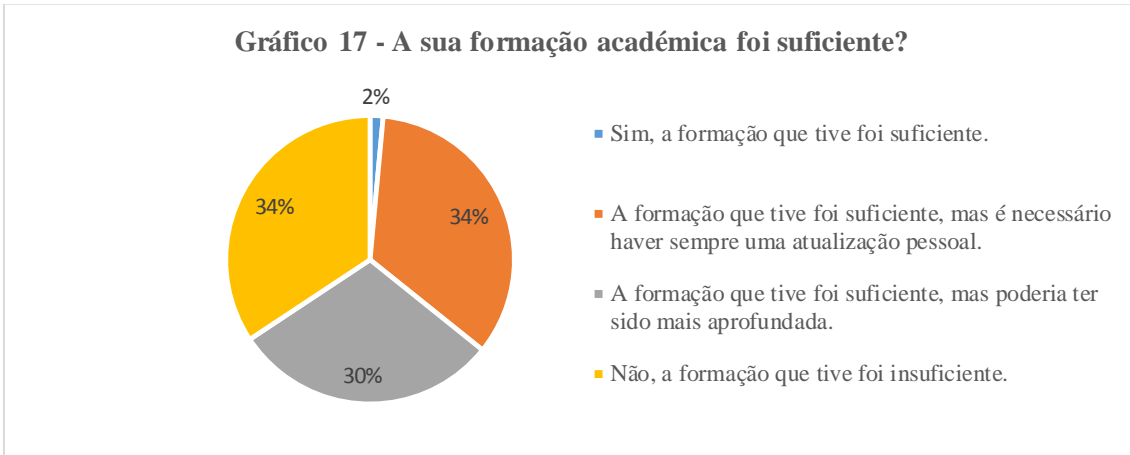
Fonte: Elaboração própria

De seguida pediu-se para referirem a medida mais importante, e a mais opção votada foi “Redefinir as políticas económicas e financeiras”, seguida da opção “Criar emprego”.

Estas escolhas coincidem com a tendência que se observou anteriormente: uma valorização dos fatores financeiros e económicos e a responsabilização política. Mais uma vez, a maioria dos inquiridos não valoriza a autonomização dos pobres. O estudo sobre a pobreza e o acesso à cultura são completamente desvalorizados.

4.12 – O papel do Educador Social na redução e erradicação da pobreza.

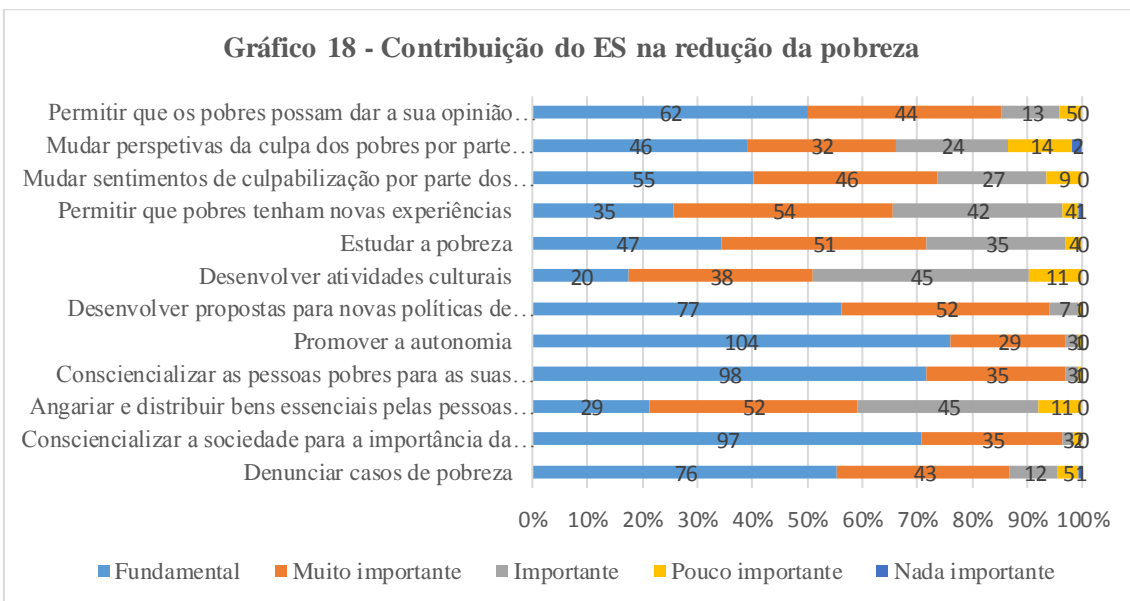
Perguntou-se aos inquiridos se a formação de base foi suficiente relativamente às questões da pobreza, e segundo a maioria, a formação foi insuficiente ou deveria ter sido mais aprofundada.



Fonte: Elaboração própria

Existe, então, a noção da maioria de que não tem conhecimentos suficientes sobre o tema em causa. As questões ao inquérito por questionário poderão ter sido respondidas através de percepções de senso comum e com pouco grau de conhecimento científico.

Para os inquiridos, o educador social pode contribuir para a redução da pobreza de muitas formas, e todas as opções apresentadas foram consideradas importantes. No entanto, esta contribuição é considerada fundamental quando promove a autonomia, quando consciencializa a sociedade para a importância da colaboração de todos os cidadãos no combate à pobreza.



Fonte: Elaboração própria

Até agora os inquiridos não valorizaram a promoção da autonomia como fundamental para reduzir a pobreza. Desta forma, pode-se entender que não consideram que a sua ação é fundamental na área da pobreza. Poderá, também, haver a ideia demasiado incutida de que cabe aos políticos resolver as situações de pobreza, e assim sendo, desvalorizam a sua ação inconscientemente.

Relativamente à opinião dos entrevistados, o educador social tem vários papéis e funções na diminuição e erradicação da pobreza. De forma geral, é um profissional que promove a mudança de consciências e atitudes.

É despertador. O educador social é uma espécie de corneta que anda atrás. Não anda a dizer, faz, faz, mas anda a dizer, acorda! Olha lá bem para ti, olha vamos ver, o que é que podes fazer (...) E esse despertar é associado a um grande sofrimento. [E5]

Ensinar as pessoas a valorizarem aquilo que têm de bom. Porque eu posso não perceber nada de costura, mas posso ser uma excelente cozinheira. E às vezes as pessoas sentem que não têm nada, e tu tens de lhe ensinar a descobrir nelas próprias as mais-valias que têm. [E10]

Podem, também, ser figuras de referência para os pobres.

(...) é potenciar que essa pessoa nos procure como um elo de segurança, como um pilar, porque até há muitas pessoas que não têm figuras de referência, e muitas vezes constroem em nós uma figura de referência, não é? [E5]

Ou seja, o educador social pode ser uma referência quando estas não existem, tal como refere esta entrevistada, ou pode ser uma figura de referência alternativa às que as pessoas têm dentro do seu contexto. Ao colocar-se nesta posição, o educador social tem de ter consciência das suas atitudes e ações, pois estas podem servir como modelo a seguir, e de refletir sobre a sua ação.

Primeiro que tudo eu acho que o educador social deve refletir. Sempre. (...) E sermos... como educadores sociais, temos esta obrigação, eu acho, de... de

refletirmos, de criticarmos construtivamente, de darmos a nossa opinião, de sugerirmos, de contribuirmos para melhorias nos locais onde trabalhamos. [E2]

O educador social também pode apelar e consciencializar para a importância da participação de todos os cidadãos na resolução de casos de pobreza.

Qual era a forma? Era criar mais... novas ajudas. (...) Haver mais pessoas dispostas a dar. Não olharem tanto para o umbigo, e haver mais voluntariado, por exemplo. (...) Promover esse comportamento. (...) criar campanhas para dinamizar e mostrar o que é que se pode fazer, ações de sensibilização, como é que podemos fazer. [E7]

Os entrevistados também referem que o educador social deve ter uma ação política. Esta ação deve realizar-se na organização e regulamentação da própria profissão, e a cargos públicos.

Acho que deveria... nós deveríamos ser educadores sociais mas políticos. E acho que aí, eu acho que nós não temos poder nenhum. Nem as próprias instituições, é muito difícil, nessa área é muito difícil [E1]

Pois, se calhar devia haver mais educadores sociais nestas áreas. No poder de decisão. [E10]

Uma vez que os educadores sociais se consideram propulsores de mudança, e que indicam o poder político como o principal impeditivo para a concretização efetiva de resolução de situações de pobreza, então devem tornar-se protagonistas dessa mudança e realizar, eles próprios, as mudanças políticas que consideram essenciais para que o seu trabalho seja frutífero.

Os entrevistados relacionam as ações preventivas e curativas da pobreza de várias formas, e consideram que o educador social deve atuar nos dois sentidos. Quando a pobreza já existe, tem de se realizar uma ação no sentido em que deixe de existir. Pode-

se curar para depois se prevenir, e ao curar-se está a ser realizada uma prevenção de outras situações.

Portanto, por aí, eu sinto que a nossa capacidade de intervir... muitas vezes até tás a atuar em duplo, não é? Porque se eu tiver concentrada na componente curativa, eu também tou a prevenir uma série de coisas. [E5]

A área da prevenção da pobreza, para os entrevistados, deve realizar-se principalmente com as crianças e nas escolas, de forma a ser feito um trabalho a longo prazo. Ao prevenir-se, a maior parte das situações não chega a existir, mas ao prevenir, também se consegue curar. Por exemplo, ao prevenir-se que a criança tenha uma vida de pobreza, tal como os seus pais, mostrando alternativas de vida, a situação da família pode alterar.

Se conseguíssemos prevenir logo inicialmente, de certeza que... claro, que possam haver casos isolados que aconteçam, mas isso é normal, agora, se calhar, oitenta por cento iríamos evitar estas situações. [E11]

Há uma tendência na maior parte dos entrevistados para relacionar a ação curativa com uma ação assistencialista, ou seja, curar a pobreza será colmatar as necessidades básicas, que sendo uma ação fulcral, está um pouco incompleta.

4.12.1 – O Educador social como promotor da autonomia

A medida referida pelos inquiridos como a mais importante a ser desenvolvida pelo educador social, na área da pobreza, é a promoção da autonomia. Na opinião dos entrevistados, a promoção da autonomia é sempre possível, e é mesmo a função base do educador social. No entanto, existem muitas condicionantes a ter em conta para que o processo se realize.

Em primeiro lugar é necessário quebrar com os preconceitos que existem nos próprios pobres relativamente ao pedido de ajuda para melhorar as suas vidas, que resulta de muitos séculos da política da caridade.

O educador social tem precisamente uma função de capacitar, de criar aquele *empowerment* nas famílias, para as pessoas saírem daquilo que eu costumo chamar de a ditadura do auxílio. Não é? Ah... porque as pessoas vivem eternamente nessa ditadura, não podemos só dar, dar, dar, temos de trabalhar as pessoas, e, e... as pessoas têm de tomar consciência que têm que mudar, e que têm ali um problema, senão, dizer só sim, sim, sim, não vai resolver nada, não é? [E3]

Para além de terem consciência de que necessitam mudar, é também necessário garantir que as pessoas estão preparadas para ser autónomas.

Pronto, e portanto, eles vão, eles até vão à reunião, mas o professor está a falar e eles não percebem nada. E portanto estão lá a marcar presença. Ou seja, nós dizemos, não, tem que ir, tem que estar, porque isso é importante, mas eles... eles não têm autonomia. Quer dizer, autonomia, eles vão, mas depois não percebem nada. Ou seja, nós andamos por ali a andar um bocadinho a... a mediar, e no fundo, depois... tentamos criar autonomia mas nós é que fazemos as coisas. (...) Porque é difícil, porque essas pessoas têm poucas... têm competências baixíssimas, e efetivamente não percebem. [E1]

Para chegarem a estes patamares de consciência, é importante ter em conta que este é um processo que demora tempo, e o tempo varia consoante a pessoa, e que este processo pode acarretar sofrimento por parte das pessoas.

Porque as coisas levam tempo. Leva tempo, primeiro a aceitarem-te. Voltando ao meu trabalho anterior, eu estive um ano e meio lá. Ao fim de um ano é que as pessoas, principalmente, falando da comunidade cigana e tudo, passado um ano é que as pessoas começaram a confiar em mim. (...) porque eu não posso chegar lá e dizer: ah, vocês aqui tão estão mal, vocês agora vão limpar isto tudo! [E8]

Principalmente, é necessário ter bem em mente que a pessoa é capaz, e é a própria pessoa que tem de contruir o seu próprio percurso.

É um trabalho de grande companheirismo, de uma relação de confiança, de um grande apoio. Porque realmente, romper com um ciclo de pobreza, acho que não é fácil. Mas acho que o poder está na pessoa, não está no educador social. O educador social pode ser um veículo, um meio para inverter ali aquela situação. [E12]

O educador social também tem de se aperceber dos limites que possam haver, e que possam limitar a autonomia.

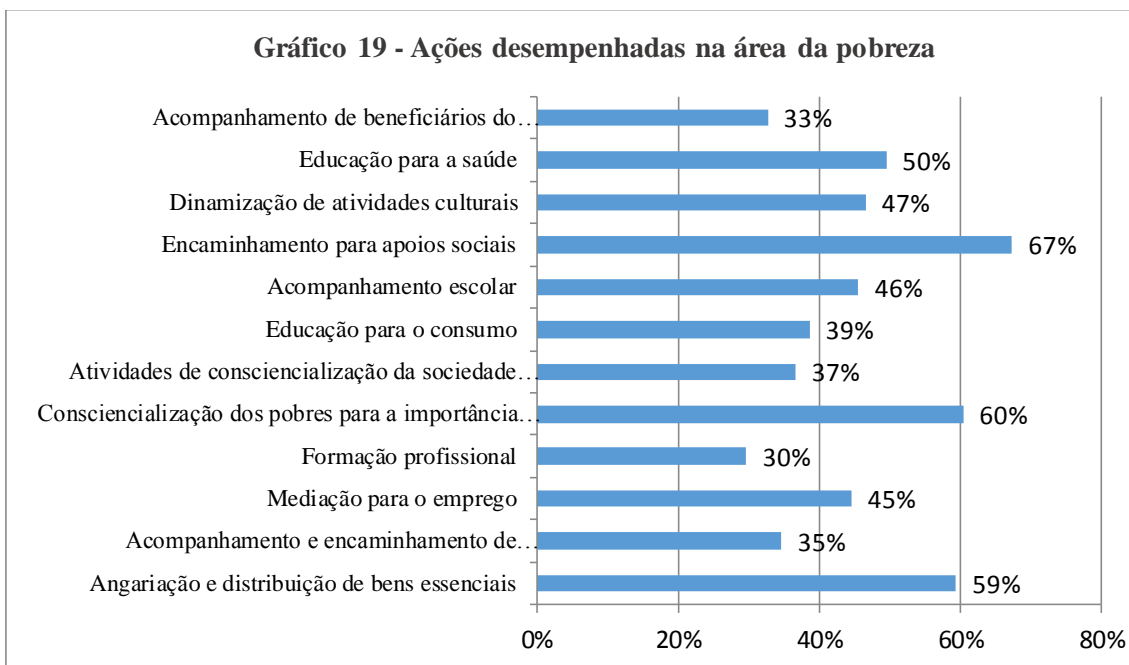
Tu podes esforçar-te imenso por ser autónoma, tu podes esforçar-te imenso para seres autónoma e não consegues ser, podes-te esforçar imenso para outra pessoa querer ser autónoma e a outra pessoa não conseguir ou não querer ser. (...) É importante, mas é preciso o querer, o poder, e o conseguir. [E6]

Ou seja, existem pessoas que não podem ser autónomas, ou totalmente autónomas, sem que haja uma alteração exterior que lhes permita fazer essa transição e há pessoas que querem ser autónomas mas que não conseguem.

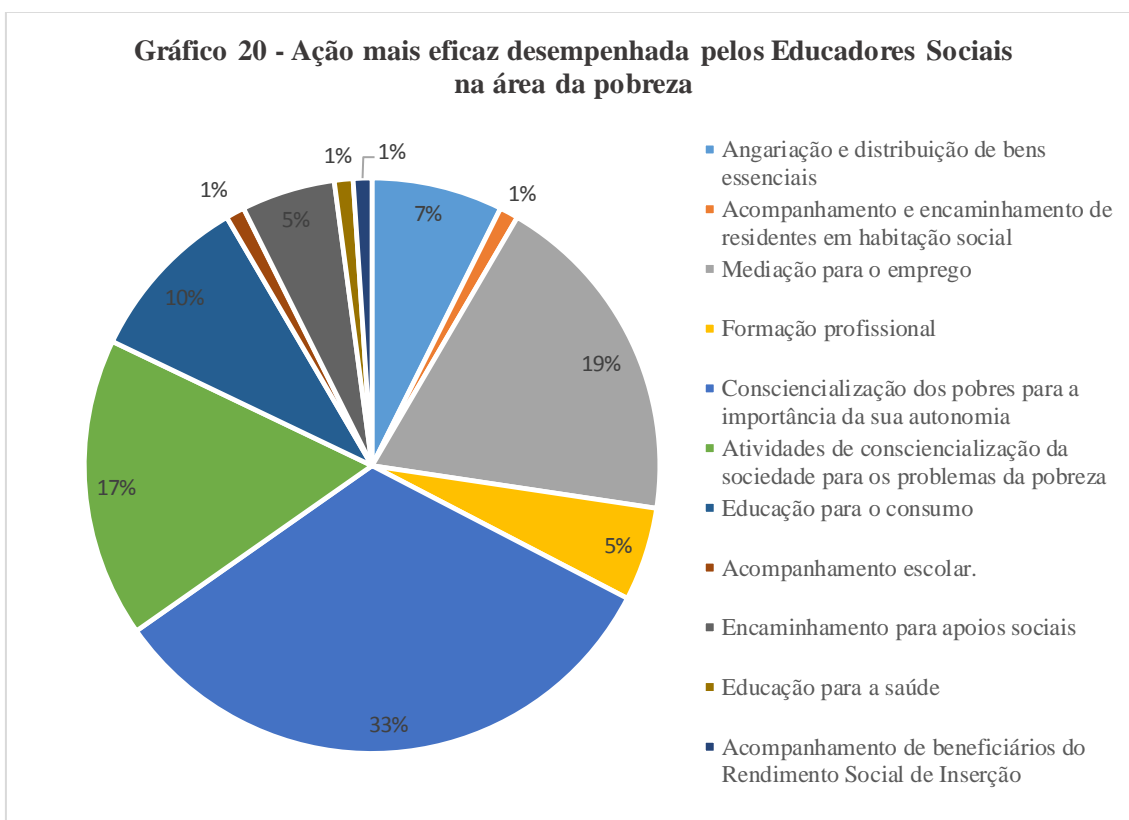
4.13 - Trabalho realizado e estratégias utilizadas pelos Educadores Sociais na área da pobreza

Relativamente ao trabalho que os educadores sociais inquiridos desenvolvem na área da pobreza, podemos observar que se realiza de variadas formas.

As ações mais realizadas são o encaminhamento para apoios sociais, a angariação e distribuição de bens essenciais, e a consciencialização dos pobres para a importância da sua autonomia. Das ações que realizam, a promoção da autonomia é novamente a ação que os educadores sociais consideram mais eficaz nesta área.



Fonte: Elaboração própria



Fonte: Elaboração própria

Apesar da valorização desta ação, verifica-se as ações mais praticadas têm um caráter assistencialista, pelo que se pode inferir que, ou existem muitas situações graves

e emergentes, ou o foco das instituições para as quais os educadores sociais trabalham ainda seguem a linha assistencial para solucionar a pobreza.

De facto, a ação que os entrevistados mais realizam refere-se à angariação e distribuição de bens alimentares e roupa, da criação de hábitos de higiene e o encaminhamento para apoios sociais.

É assim, nós quando a situação é muito precária, nós tentamos intervir de alguma forma ali na crise, não é? Proporcionando, portanto, aquela... aquela frase não dê o peixe, ensina a pescar, pronto. Nós tentamos ensinar a pescar. No entanto, muitas vezes é preciso dar o peixe. Para que... para que as pessoas tenham cabeça para serem trabalhadas, não é? [E3]

Há a preocupação, por parte dos entrevistados, em acompanhar e mediar os processos de apoio social das pessoas com as quais trabalham.

Fazíamos encaminhamentos. Se calhar conseguíamos uma... um atendimento, um encaminhamento mais privilegiado, e aí... saltávamos aquela parte toda burocrática que eles não conseguem, ou que têm dificuldade, e... eram recebidos mais rapidamente, e depois nós também explicávamos, e depois, portanto, da parte dos serviços também percebiam exatamente, que há essa parte da comunicação que é difícil entre as partes, nós acabávamos por mediar, e acho que isso ajudava. [E1]

Ou seja, os educadores sociais dão apoio às pessoas nas questões burocráticas que não conseguem entender, e põem os serviços a par da situação das pessoas, havendo uma agilização dos processos de seleção. Esta deveria ser uma tarefa a ser realizada pelos próprios serviços, mas observa-se uma dificuldade de comunicação entre os pobres e os serviços, que é resolvida com a presença do educador social.

Os entrevistados promovem, também, a procura de emprego por parte dos pobres, para tentar minimizar a necessidade destes apoios.

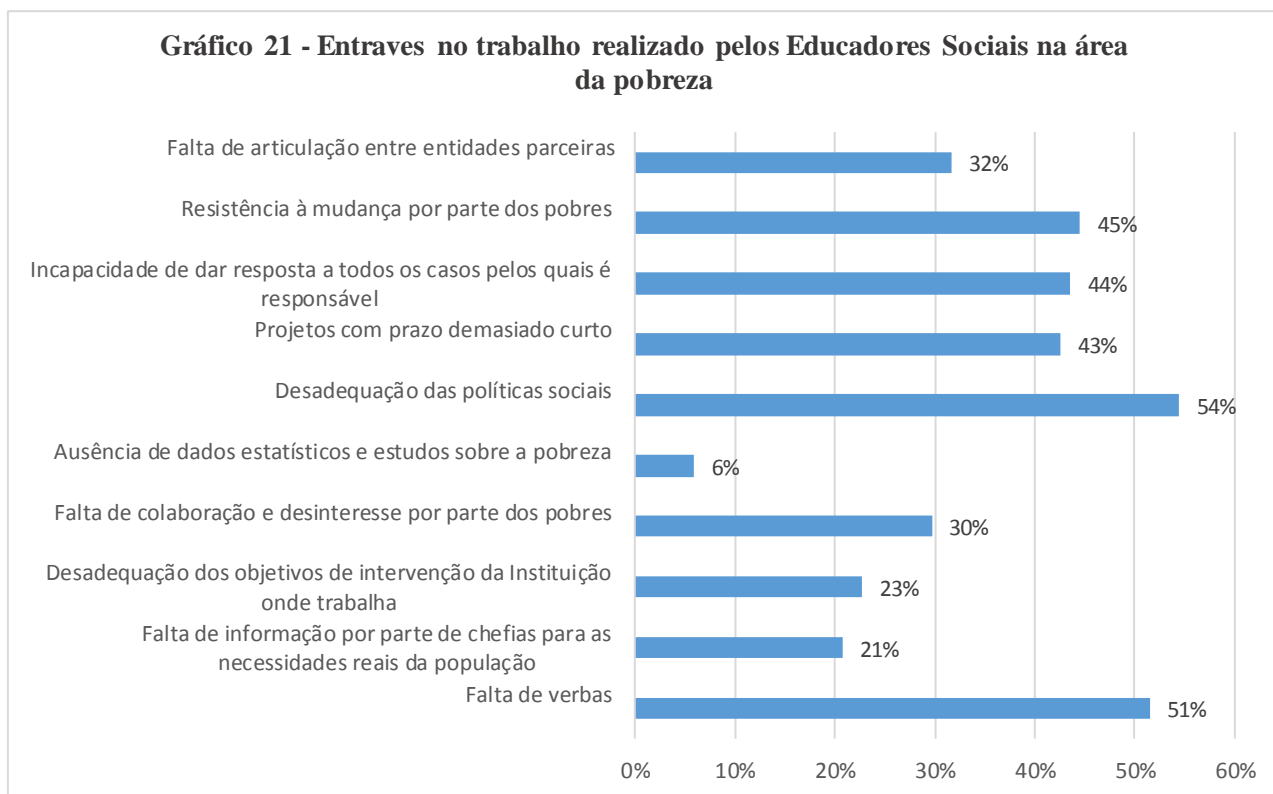
(...) mas tentávamos criar outras estratégias como... a aquisição de formação... o ajudar aqui na procura de emprego, tínhamos também uma oficina de emprego,

que era trabalhada consoante o interesse do utente e aquilo que nós conseguíamos criar com ele... estruturar currículos, criar emails, desde o mais básico, até depois... à preparação para a entrevista, em caso... quando isso acontecia... [E2]

Observa-se que a maioria das ações dos entrevistados se concentram em “trabalho de gabinete”, ou seja, não se verificam muitos casos em que os educadores sociais trabalhem com comunidades, ou nos contextos onde as pessoas com quem trabalham vivem. O trabalho é realizado dentro de instituições, pelo que muitas vezes tem de haver uma iniciativa por parte das pessoas para pedir ajuda. Assim, poderão existir muitos casos de pobreza que não são detetados e acompanhados.

4.14 – Os entraves na ação dos Educadores Sociais na área da pobreza

Os inquiridos consideram que a sua ação é dificultada, principalmente, pela desadequação das políticas sociais e pela falta de verbas, os projetos com prazo demasiado curto e a incapacidade de dar resposta a todos os casos pelos quais é responsável.



Fonte: Elaboração própria

Existe também uma grande referência à resistência à mudança por parte dos pobres. Esta situação poderá existir pela conjugação de todas as outras, pois se as políticas são inadequadas, os prazos são muito curtos, não existe tempo nem condições para que mudança aconteça.

Segundo os entrevistados, a maioria das instituições emprega os educadores sociais através de projetos financiados que têm duração limitada, ou através de concursos anuais quando são instituições públicas.

Não há um trabalho de continuidade, e isso é o calcanhar de Aquiles da educação. (...) E isso é fundamental, é um trabalho de continuidade, mesmo alguém que comece um projeto... porque é assim, eu não estou à espera de ver resultados em meses, nem em semanas, mas se me derem cinco anos, eu dou-te a garantia que tenho cerca de cinquenta por cento da minha população mudada. Mas dão-me nove meses de cada vez, e então, nasce a criança e tem de se haver sozinha. [E4]

Para além de criar uma precariedade profissional, pois os educadores não têm estabilidade, a sua ação fica limitada pois o fator tempo não permite que as estratégias se concluam. Existe, também, uma pressão para atingir metas quantitativas.

Isso é um trabalho que demora muito tempo. Normalmente as direções querem números. Ah... os nossos governantes querem números. Portanto, todo este processo é um bocadinho apressado. Depois, as direções, como eu já tinha referido, das instituições, muitas vezes não estão abertas a algumas sugestões que são feitas pelos técnicos no terreno, e depois, quer queiramos, quer não, a política a nível nacional influencia muito. [E2]

Assim, não existe uma verdadeira preocupação para obter resultados na diminuição dos casos de pobreza nem na melhoria de vida das pessoas. Existem apenas cuidados para se manter o financiamento, que segundo os entrevistados é insuficiente para realizar as atividades devidas, ou é mal gerido pelas chefias.

É também, referida a desvalorização do trabalho do educador social.

Sim, é muitas vezes as pessoas acharem que esse trabalho não é... não é necessário. É... muitas vezes, as pessoas pensam que os educadores sociais fazem umas coisinhas, umas atividadezinhas com as famílias, não dão valor, porque as pessoas pensam muitas vezes que os educadores sociais não fazem nada, não é? Estão para ali! A fazer umas atividadezinhas e pronto. [E3]

Isto poderá, eventualmente, corresponder á realidade, mas verifica-se que não existe mobilização por parte dos profissionais para a alterar.

Pela própria carreira do educador social. Não vejo uma grande luta associativa ou sindical por parte da nossa área, não. Vejo esforços, sim, de tentar, uma tentativa de, mas talvez não estejamos a ser suficientemente proactivos, o que é estranho. (...) Portanto, no fundo, tamos tão nas nossas batalhas também, tamos presos neste pântano de trabalho também que... que também não nos deixa... ou seja, os entraves não são só entraves externos, também muitas vezes são entraves da nossa parte também, ligados à profissão e à nossa incapacidade de... de criarmos equipas coesas (...) [E5]

Ou seja, os educadores sociais também estão a gerar entraves na sua profissão ao assumirem uma postura neutra perante os obstáculos. A neutralidade é uma ação permissiva, uma atitude de aprovação.

4.15 – É possível erradicar ou diminuir a pobreza?

Eu gostava de responder que sim, e eu acredito que sim. [E2]

Não sei, olha não sei. Acho que... eu tinha de ir pensar e amanhã responder se a pobreza podia acabar. (risos) Acabar a pobreza... (...) Mas a esperança era que fosse... (...) Eu acho que é possível...[E8]

Acho que sim, acho que é possível. Ainda tenho esperança que (...) Acabar, se calhar é complicado. [E11]

Esta foi a questão que mais indecisão criou por parte dos entrevistados. Por um lado, a obrigação de acreditar na possibilidade de mudança, que tem de ser uma característica do educador social, e por outro a descrença pela forma como as medidas são criadas e desenvolvidas na área da pobreza.

Eu acho que... ah... que nós estamos todos trocados com isto, e que efetivamente deveria ser uma prioridade. Pronto. Mas a erradicação tinha de ser mesmo uma erradicação. Não é tapar buracos. Porque o que nós fazemos com estas coisinhas é tapar buracos. Isso... pah... isso implicaria uma mudança de políticas, e mudanças... muito drásticas [E1]

A maioria dos entrevistados acredita que a erradicação da pobreza não é possível, apenas a diminuição. As formas referidas para que esta diminuição aconteça são variadas, mas todas se referem às mais altas esferas políticas, retirando os cidadãos comuns e os profissionais de cena.

Eu não sei até que ponto é possível a pobreza acabar. Eu acho que isso seria, se eu acreditar em utopia, isso seria utopia. A pobreza acabar seria mexer em montes de coisas, não é? A nível político, a nível... sei lá, coisas que nem imagino, ah... eu gosto de dizer que sim. Ou pelo menos diminuir, ou pelo menos haver uma mudança. [E8]

A erradicação é referida por muitos entrevistados como uma utopia, algo que não é possível acontecer, mas que poderá ser uma meta, um caminho a seguir.

Claro que erradicação... se calhar pode ser como uma meta, uma meta a alcançar. Um futuro muito longínquo será erradicar, porque a sociedade ideal será aquela em que todos têm as mesmas condições (...) [E5]

Desta forma, apesar de parecer contraditório, os educadores sociais devem atuar no sentido da erradicação da pobreza. Se a diminuição é possível, mas só é concretizável através dos poderosos, então os educadores sociais devem seguir o poder do sonho, da utopia. Ensinar as pessoas a sonhar com uma vida melhor, e ajudá-las a caminhar para

essa vida que querem ter. Tal como diria Eduardo Galeano, é para isso que serve a utopia, para caminhar.

5 – Discussão dos resultados e Conclusões

Com a presente investigação pretendeu-se conhecer as percepções dos educadores sociais do Algarve relativamente à pobreza. O que sabem sobre a pobreza, quais são as suas experiências e o que pensam que deveria ser feito para combater este fenómeno multidimensional.

Segundo a AIEJI (2006), a educação social é uma combinação de conhecimentos teóricos, habilidades práticas e compromisso, no sentido da identificação e oposição aos mecanismos de exclusão da sociedade. Tal como refere Baptista (2011), a educação social é uma estratégia de desenvolvimento humano que surge como alternativa aos mecanismos de proteção e assistência existentes, que são insuficientes para a promoção da autonomia e bem-estar das pessoas. Por um lado, tem a função de resolver problemas de carência que sofrem alguns grupos sociais marginalizados, e por outro prevenir estes problemas numa perspetiva pedagógica. A referência ética da educação social é a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 (Carvalho e Baptista, 2004). Desta forma, não parecem haver dúvidas de que a preocupação teórica e prática com o fenómeno da pobreza está intrinsecamente ligado às profissões do trabalho social e, em particular, à do educador social.

A maior parte dos educadores sociais do Algarve são mulheres. No inquérito por questionário aplicado nesta investigação, apenas 9% dos inquiridos era do género masculino. Com esta investigação foi possível verificar que existe um grande número de licenciados em Educação e Intervenção Comunitária e Educação Social que nunca desempenhou funções dentro desta profissão. Apenas 39% dos inquiridos se encontra a trabalhar como educador social e relativamente aos restantes, apenas 41% o fez pelo menos uma vez. As IPSS são as maiores entidades empregadoras dos educadores sociais.

Existem poucas instituições empregadoras que se dedicam exclusivamente à área da pobreza. A maioria dedica-se também a outras áreas ou trabalha a pobreza de uma forma indireta. O trabalho que realizam caracteriza-se essencialmente em colmatar necessidades básicas como a alimentação, o vestuário e a higiene. A perspetiva central de intervenção é sobretudo assistencialista. Não há muita preocupação por parte das

instituições em avaliar os resultados que são obtidos numa perspetiva qualitativa, e segundo os entrevistados, se fosse feita, provavelmente a avaliação seria negativa. Observa-se, então, uma tendência para se realizarem ações cujos efeitos não são parcialmente conhecidos, que poderão não ser eficazes, e há a possibilidade de se estar a utilizar recursos de uma forma pouco proveitosa.

A função que os educadores sociais mais desempenham nestas instituições está relacionada com o atendimento, acompanhamento e encaminhamento de pessoas. Isto configura um tipo de trabalho ligados aos aparelhos burocráticos estabelecidos, com pouca intervenção ao nível da comunidade. De seguida é frequentemente realizada a animação sociocultural e a coordenação de instituições e projetos. O trabalho que os educadores sociais realizam baseia-se muito em trabalho de “gabinete”, característico das instituições tradicionais assistencialistas ou, pelo menos, excessivamente burocratizadas.

De uma forma geral, os entrevistados nesta investigação utilizaram o termo “pobreza” para definir tudo o que existe em falta ou que é escasso, principalmente quando se referiam a atitudes e comportamentos. Nota-se que a palavra é frequentemente utilizada como uma expressão de linguagem comum, muitas vezes alheada dos possíveis significados científicos. Existem várias formas de definir a pobreza, mas em todas há sempre um limiar quantitativo pressuposto, abaixo do qual o indivíduo se encontra em situação de pobreza (Baptista e Perista, 2010). Segundo Spicker (1999) a abordagem da pobreza de uma forma multidimensional permite que se tenham em conta várias perspetivas sobre o mesmo fenómeno, permitindo que haja uma maior abrangência de ideias. É importante que os educadores sociais conheçam os vários conceitos sobre a pobreza, pois tal como referem Carvalho e Baptista (2004), a formação deve-se prolongar por todos o exercício da profissão, e não existem indícios de que a maioria se dedicasse ao estudo desta área. De facto, ao serem questionados sobre a sua forma de atualização em relação à pobreza, a maioria refere que o faz através da comunicação social, que apresenta dados incompletos, descontextualizados e imbuídos de carácter político-partidário. As redes sociais são referidas pelos inquiridos como uma fonte de informação, o que revela um dado preocupante. Ao juntarmos a atualização através das percepções do dia-a-dia, conclui-se claramente que a maioria dos educadores sociais não se atualiza nesta área científica.

Segundo Ferreira (2004), as causas da pobreza persistente têm por base os rendimentos baixos e a transmissão da pobreza. Para os inquiridos nesta investigação há

uma concordância em relação aos rendimentos, mas a causa mais referida é o desemprego. A família de origem é precisamente a opção menos tida em conta. Esta informação revela que não há uma filtragem do discurso difundido pela comunicação social.

No que se refere à medição da pobreza, os inquiridos valorizam apenas o rendimento como indicador. Mas tal como refere Sen (1999), o critério do rendimento é insuficiente para se medir o bem-estar, a qualidade de vida e a liberdade das pessoas. É, portanto, preocupante que os educadores sociais não tenham uma perspetiva mais ampla em relação a este tema. É também certo que se os educadores sociais consideram que a sua formação inicial na pobreza foi insuficiente; se apenas um reduzido número fez cursos de mestrado (em que teriam oportunidade de estudar a pobreza); e se não atualizam os conhecimentos de forma contínua, o resultado prático da conjugação destes fatores dificilmente poderia ser distinto.

Para os inquiridos, os idosos e os desempregados representam os grupos mais vulneráveis a situações de pobreza. Os dados mais recentes apresentados pelo INE (2015) revelam que os grupos mais vulneráveis são as famílias monoparentais com mulheres e idosos e as famílias monoparentais numerosas ou com crianças dependentes. O desemprego é um fator que acentua o risco, mas não apresenta risco por si só. A questão etária é tida em conta pelos inquiridos, mas as questões de género passam despercebidas aos educadores, que são na sua maioria mulheres.

Na União Europeia, segundo o Eurostat (2014), a privação material é medida através de nove indicadores. Todos os estudos nacionais relativamente à privação material têm por base estes indicadores. Para a maioria dos inquiridos, a privação material baseia-se em três indicadores. Mais uma vez, há uma distância grande entre o conhecimento já existente (neste caso, relativo a fontes oficiais) e as percepções dos educadores sociais. Para todos os pontos relativos a causas da pobreza, indicadores e grupos de risco, fica claro que os educadores sociais, de forma geral, não atualizam os seus conhecimentos em relação à pobreza através de fontes académicas, estatísticas ou estudos oficiais.

Os entrevistados mencionam várias vezes a relação entre a pobreza e o consumo. Para os entrevistados, muitas das situações de pobreza têm, na sua origem, a incapacidade de gestão dos recursos das pessoas e a sua incapacidade de definir prioridades. Fernandes (2000) refere que há um incentivo ao consumo imediato e excessivo das pessoas marginalizadas, principalmente nos chamados bairros sociais. Assim sendo, pode-se confirmar que existe claramente a criação de necessidades de consumo, o que faz com

que pessoas carenciadas agravem a sua situação, ao procurarem a felicidade e o poder através do consumo de produtos que são incitados a comprar.

Segundo os entrevistados existem dois tipos de pobreza em Portugal, perspectiva indicada por Alves (2015). Por um lado, existe a pobreza persistente, que acompanha os indivíduos em todo o percurso da sua vida, e por outro existe a pobreza instável, que consiste num conjunto de indivíduos que intercala uma situação mais confortável com situações de carência. Para cada tipo de pobreza está associado um nível de consciência perante a situação. No caso da pobreza persistente os pobres são, tal como Freire (1967) designaria, sujeitos passivos e alienados, que aceitam a situação com naturalismo ou fatalismo. Para os pobres que já tiveram uma situação mais estável, a situação gera revolta, insatisfação e vergonha. O nível de consciência também está relacionado com o nível de ação. Quando as pessoas percebem que há a possibilidade de mudança, há uma maior mobilização.

Tal como Perista e Baptista (2010), os entrevistados referem que uma das razões da persistência da pobreza é a sua transmissão intergeracional. A pobreza passa de pais para filhos, e torna-se num ciclo, a menos que haja uma figura de referência fora do contexto em que as pessoas vivem, que mostre alternativas. Os indivíduos que vivem em contextos pobres reproduzem entre si aspetos culturais, tais como comportamentos, hábitos e crenças que fazem com que a pobreza se perpetue. Em muitos casos, chegam até a criar subculturas bem definidas, à parte da cultura dominante. Um bom exemplo são as minorias étnicas. Os entrevistados referem, também, tal como Sen (1999), que a cultura dominante define o que são consideradas necessidades básicas. Em muitos contextos, objetos como sapatos são imprescindíveis, noutros nem são tidos em conta.

Relativamente à dimensão da pobreza, os entrevistados não estão de acordo. Alguns defendem que a pobreza se manifesta de uma forma geral, outros consideram que são casos marginais. Segundo o INE (2015), se fossem contabilizados apenas os rendimentos do trabalho, capital e transferências privadas, 47,8% da população a residir em Portugal estaria em risco de pobreza. Esta situação é atenuada em 21,4% devido às transferências sociais. Podemos concluir que o fenómeno da pobreza atinge uma grande parte da população.

Também não existe consenso entre os entrevistados relativamente à estabilidade/instabilidade da pobreza. Segundo alguns é crónica e persistente e para outros há uma oscilação havendo um aumento em situações de crise económica e

financeira. Relacionando este fator com os dois tipos de pobreza, verifica-se que ambas as perspetivas estão corretas.

A última crise económica e financeira do país é considerada, por 76% dos inquiridos como responsável pelo agravamento da pobreza. Segundo Capucha (2015), ainda não estão demonstrados os reflexos negativos desta crise, mas existem alguns indícios de que a situação tenha piorado em várias áreas.

Fernandes (2000), refere que os pobres não exercem a sua cidadania devido à situação de dependência a que estão submetidos, e por não haver autonomia na condução da sua própria vida. Alguns entrevistados concordam, e acrescentam que a situação da iliteracia, baixas habilitações literárias e pouca autoestima são fatores agravantes. Outros não concordam com o facto do exercício da cidadania estar posto em causa por parte dos pobres. No entanto, nestes casos, a cidadania é interpretada como relações de solidariedade e civismo.

Todos os cidadãos são responsáveis pelo combate à pobreza (Costa, 1998). No entanto, na perspetiva da maior parte dos inquiridos, esta responsabilidade cabe às instituições políticas e às instituições de beneficência ou solidariedade social. Para quase metade dos inquiridos os profissionais da área social não têm responsabilidade nesta área. Esta perspetiva contraria as funções das profissões sociais, o que se revela preocupante. Estas percepções podem representar o resultado de mecanismos de defesa, individuais ou de classe. Os educadores sociais, confrontados com constrangimentos diversos e no âmbito de uma profissão difícil e com poucos recursos, estariam, assim, tão-somente a afirmar que a responsabilidade não é sua. Apontariam as responsabilidades a atores sociais e instituições que se encontram fora do seu âmbito local. Sendo profissionais promotores da autonomia, é, também, curioso que não incluam os próprios pobres no seu processo de mudança.

O trabalho precário e o desemprego estão, também, interligados. Tal como refere Diogo (2015) as situações de precariedade contratual fazem com que aumente a instabilidade financeira, acentuando-se a pobreza. Assim como Paugam (2003), os entrevistados referem que o trabalho não significa só atividade e salário, mas também um estatuto social. Desta forma, existe a desvalorização de alguns ofícios que, apesar de poderem oferecer uma retribuição financeira igual ou superior a outras, implica um estatuto social inferior. Nenhum dos entrevistados referiu o distanciamento que existe

entre os rendimentos dos mais ricos em relação aos dos pobres que, segundo o INE (2015), em 2014 tinha um valor de 34%.

Ainda de acordo com o INE (2015), 35,2% da população tem alguma limitação relativamente a problemas de saúde, e as dificuldades financeiras são a principal razão para a não satisfação dos cuidados de saúde. A maioria das pessoas em situação de pobreza não consegue realizar exames médicos. Os entrevistados corroboram a perspetiva das estatísticas e referem que a pobreza se torna um ciclo vicioso, no qual quanto mais doente se é, mais pobre se fica, e vice-versa. Acrescentam que, por falta de condições de habitação e alimentação, são originadas doenças que não existiriam se a situação de privação não existisse. Mencionam, também a iliteracia e falta de informação como fatores que agravam a situação. O problema de saúde mais referido pelos entrevistados refere-se a problemas de dentição. De facto, 96,4% dos pobres não consegue realizar exames ou tratamentos dentários (INE, 2015).

A relação entre a educação e a pobreza foi mencionada pelos entrevistados que trabalham com crianças, de uma forma espontânea, pelo que se pode concluir que é bastante notória. As crianças pobres não conseguem obter os mesmos resultados escolares que os colegas, ficando em desvantagem a nível de aprendizagem e iniciando ciclos de reprodução de desigualdades. Para além disso, a alimentação e descanso deficitários impedem que tenham um desenvolvimento saudável. Sarmiento, Fernandes e Trevisan (2015) confirmam que a crise económica e financeira afetou de forma acentuada a pobreza infantil, que se traduz numa privação material muitas vezes severa, e desigualdade de acesso a material escolar e desportivo, alimentação, vestuário, atividades desportivas e culturais.

Segundo os inquiridos, as cinco medidas mais importantes para a redução/erradicação da pobreza são: “Redefinir as políticas económicas e financeiras” “Criar emprego”, “Garantir o acesso a cuidados e serviços de saúde”, “Educar a sociedade para as questões da pobreza” e “Garantir que os pobres sejam ouvidos e implicados na resolução dos seus problemas”. Estas escolhas coincidem com a tendência que se observa em toda a investigação, em valorizar os fatores financeiros e económicos e a responsabilização política. A maioria dos inquiridos não valoriza a autonomização dos pobres, contrariando a perspetiva de Fernandes (2000), que a refere como fundamental para a resolução da pobreza. O estudo sobre a pobreza e o acesso à cultura são completamente desvalorizados pelos inquiridos. No entanto, Capucha (2015) defende que

o estudo da pobreza é essencial, não só para ter o conhecimento da situação, mas também para contribuir para a transformação e criação de soluções necessárias para a sua erradicação.

Quando se perguntou aos inquiridos de que forma o educador social pode contribuir para a redução da pobreza, várias opções são consideradas importantes. No entanto, as ações que consideram fundamentais são a promoção da autonomia e a consciencialização de todos os cidadãos para a importância da colaboração de todos no combate à pobreza. Quando se questiona, de uma forma geral, quais são as formas mais eficazes para a redução da pobreza, são tidos em conta fatores económicos, financeiros e políticos. As ações realizadas pelos educadores sociais não são tidas em conta. Existe aqui uma contradição na linha de pensamento dos inquiridos. Só há a valorização da promoção da autonomia quando se referem ao seu papel, quando de fala de uma forma geral não é considerada importante. Existe assim uma desvalorização inconsciente, por parte da maioria dos educadores sociais, da importância do seu papel para a redução da pobreza.

Para além da promoção da autonomia, os entrevistados sugerem outros papéis para o educador social na área da pobreza. Essencialmente o educador social é um promotor de mudança de consciências e atitudes. Serve como figura de referência alternativa para as pessoas que só têm referências dentro do seu meio. Mobiliza todos os cidadãos para a participação de todos na resolução dos casos de pobreza. Atua de forma preventiva, principalmente com crianças, para evitar que surjam situações de pobreza. Atua de forma curativa quando as situações já existem, no sentido da colmatação das necessidades básicas e progressiva autonomização dos indivíduos.

É realçada, por parte de alguns entrevistados, a necessidade de haver uma ação política por parte dos educadores sociais. Uma vez que referem a importância política na resolução da pobreza, então os educadores sociais devem ter uma postura ativa neste sentido. Por um lado, devem fazê-lo dentro da sua profissão, através da sua regulação, regulamentação e organização. Por outro lado, é necessário que os educadores sociais tenham maior poder de decisão, que poderia ser obtida, por exemplo, através da candidatura a cargos públicos.

Relativamente ao trabalho que os educadores sociais efetivamente realizam na área da pobreza, segundo os inquiridos, as ações mais realizadas são o encaminhamento para apoios sociais, a angariação e distribuição de bens essenciais e a consciencialização

dos pobres para a importância da sua autonomia. Novamente, a promoção da autonomia é a ação que os educadores sociais consideram mais importante. No entanto, as ações mais realizadas têm um carácter mais assistencialista, pelo que se pode concluir que, ou existem muitas situações graves a necessitar de auxílio imediato, ou as entidades empregadoras ainda seguem uma linha caritativa. Os entrevistados também referem como ações mais realizadas a recolha e distribuição de bens essenciais.

Existem vários entraves na ação dos educadores sociais. Para os inquiridos estes obstáculos consistem essencialmente na desadequação das políticas sociais, da falta de verbas, do curto prazo dos projetos e a incapacidade de dar resposta a todos os casos pelos quais são responsáveis. É também referida a resistência dos pobres à mudança, mas esta percepção deverá existir pela conjugação dos entraves anteriores, que não permitem que haja condições e tempo para que esta se concretize. A estes entraves, os entrevistados acrescentam a precariedade laboral dos educadores sociais, que não têm estabilidade profissional, a pressão para a obtenção de metas quantitativas, e a desvalorização do trabalho do educador social. Este entrave é criado pela maioria dos educadores sociais, pois assume uma postura passiva, neutra e permissiva desta situação, nada fazendo para a alterar. Como refere Freire (1979), a neutralidade é o contrário do compromisso profissional, e este compromisso só existe quando o profissional estiver apto para agir e refletir, se for capaz de transformar. Transformem-se, então, os educadores sociais.

Os inquiridos revelaram, em grande parte da investigação um grande desconhecimento relativamente às questões sobre a pobreza. A maioria dos inquiridos refere que a sua formação de base foi insuficiente ou que deveria ter sido aprofundada. Apesar de poder ser um facto, tal como referem Carvalho e Baptista (2004), a formação do educador social estende-se por todo o exercício da sua formação, pelo que deve haver uma maior autonomia e preocupação por parte dos profissionais para a sua evolução científica.

A questão mais difícil de responder, para a maioria dos entrevistados, foi se acreditava que é possível erradicar ou reduzir a pobreza. De uma forma geral, acreditam na diminuição da pobreza, e consideram a sua erradicação uma utopia. No entanto, a utopia pode ser o melhor meio de agir perante situações de pobreza, pois a capacidade de fazer as pessoas sonhar com uma vida melhor pode ser uma forma poderosa de mobilização.

Retomando, finalmente, as perguntas que serviram de fio condutor para esta investigação:

- Qual é a situação dos educadores sociais do Algarve relativamente ao emprego? Onde trabalham? O que fazem? Quem são os educadores sociais que trabalham na área da pobreza?
- De que forma os educadores sociais do Algarve conceptualizam e definem a pobreza? Quais são as suas perspetivas relativamente à pobreza e as suas consequências?
- De que forma os educadores sociais do Algarve caracterizam a pobreza em Portugal? Quais são as experiências que os educadores sociais do Algarve têm com a pobreza e com os pobres?
- De que forma os educadores sociais do Algarve definem o seu papel na área da pobreza? Que trabalho realizam, e quais são as suas estratégias de ação na área da pobreza? Quais são os entraves que detetam nesta ação? Os educadores sociais do Algarve acreditam na redução ou erradicação da pobreza?

Podemos concluir que todas as perguntas de investigação foram respondidas com sucesso, pelo que a investigação cumpriu com os objetivos a que se propôs.

No entanto, durante o seu percurso surgiram várias limitações. A mais grave deveu-se a um grave acidente de viação sofrido pela investigadora durante a realização deste estudo, que implicou uma pausa de cerca de um ano e meio para recuperação física do traumatismo que sofreu. Foi difícil reiniciar o estudo, por razões fisiológicas, mas também psicológicas e emocionais. No que diz respeito à investigação em si, como não existem bases de dados oficiais em relação aos licenciados em educação e intervenção comunitária e educação social, não se tem noção de quantos profissionais existem concretamente, nem os seus contatos. Esta fase da investigação torna-se exaustiva e morosa; e o tempo gasto nesta tarefa poderia ter sido utilizado para outros pontos mais substantivos. O tempo foi curto para a extensão da análise pretendida, mas de qualquer forma foi possível um aprofundamento em todas as áreas.

Neste momento é possível produzir algumas sugestões, que derivam das conclusões aqui efetuadas. Em primeiro lugar, é necessário que haja uma maior reflexão, individual e de grupo, por parte dos educadores sociais em relação à forma como se posicionam face à sua própria aprendizagem e formação contínua. O estudo ao longo da vida é fulcral. Que este não seja um grupo profissional “pobre” em conhecimento e

partilha. Sugere-se às direcções de licenciaturas em Educação Social que incluam a pobreza nos conteúdos curriculares, pois sendo a pobreza transversal na nossa sociedade, esta área serve de base de atuação para todas as outras.

O estudo da educação social é de extrema importância. Este estudo não é pioneiro no tema, mas aconselha-se a abordagem sobre outras áreas de atuação dos profissionais e outras perspetivas, como por exemplo, a das entidades empregadoras.

Esta dissertação é pioneira na abordagem da pobreza na educação social. Aqui pretendeu-se compreender a perspetiva dos profissionais, mas seria de grande utilidade conhecer a perspetiva dos pobres. Desta forma, seria importante que investigações subsequentes pudessem, a partir desta, aumentar a nossa compreensão do fenómeno.

Para além do contributo que pode dar a outros profissionais, esta investigação surgiu também para a aprendizagem e reflexão da investigadora. As dúvidas sobre a pobreza e sobre o papel do educador social nessa área foram em parte desvanecidas, mas muitas outras surgiram, e a principal conclusão que se retira é que há sempre muito mais para aprender e para descobrir.

Referências

- AIEJI (2006). Marco Conceptual de las competencias del Educador Social. Acedido a Dezembro, 2015, in <http://aieji.net/wp-content/uploads/2010/12/Professional-competences-ES.pdf>
- Albarello, L. et all (1995). *Práticas e métodos de investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Almeida, J. & Pinto, J. (1995). *A investigação nas ciências sociais*. Lisboa: Editorial Presença.
- Almeida, A. (2004). *El Estudio de casos en la investigación de educación de personas adultas*. In Villegas, E. (2004). *Investigación y práctica en la educación de personas adultas*. (pp. 41-60) Espanha: Nau Libros.
- Alves, N. (2015). *A dinâmica da pobreza em Portugal*. In Diogo, F., Castro, A. & Perista, P. (2015). *Pobreza e exclusão social em Portugal – Contextos, transformações e estudos* (pp. 65-78). Vila Nova de Famalicão: Humus.
- Arksey, H. & Knight, P. (1999). *Interviewing for social scientists*. Londres: Sage Publications.
- Baptista, I. (2011). *Ética e Educação Social - Interpelações de contemporaneidade*. in *Pedagogia Social. Revista Interuniversitária*, 19, pp 37-49.
- Bastos, A. (2015). *Pobreza Infantil. Diagnóstico e reflexão sobre os indicadores de aferição*. In Diogo, F., Castro, A. & Perista, P. (2015). *Pobreza e exclusão social em Portugal – Contextos, transformações e estudos* (pp. 101-115). Vila Nova de Famalicão: Humus.
- Bogdan, R. & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em Educação*. Porto: Porto Editora.
- Capucha, L. (2008) Para que serve um novo “limiar oficial de pobreza em Portugal”? Acedido a Dezembro, 2015, in http://www.gep.msess.gov.pt/seminarios/audicaopublica_17out/luiscapucha.pdf
- Capucha, L. (2015). *Conhecimento para a ação: avanços, lacunas, e caminhos para o estudo da pobreza*. In Diogo, F., Castro, A. & Perista, P. (2015). *Pobreza e exclusão social em Portugal – Contextos, transformações e estudos* (pp. 49-64). Vila Nova de Famalicão: Humus.

- Capul, M. & Lemay, M. (2003). *Da Educação à Intervenção Social – 1º vol.* Porto: Porto Editora.
- Cardoso, A. (2010). *Os desafios da pobreza.* In Teixeira, A., Silva, S. & Teixeira, P. (2010). *O que sabemos sobre a pobreza em Portugal?* (pp81-91). Porto: Vida Económica.
- Carvalho, A. & Baptista, I. (2004). *Educação Social – Fundamentos e Estratégias.* Porto: Porto Editora.
- Carvalho, A. & Baptista, I. (2008). *Ética e formação profissional – Problemáticas antropológicas e dilemas éticos na intervenção socioeducativa.* In Banks, S. & Nohrk, K. (2008). *Ética prática para as profissões do trabalho social.* Porto: Porto Editora.
- Clavel, G. (2004). *A sociedade da exclusão – Compreendê-la para dela sair.* Porto: Porto Editora.
- Cohen, L. & Manion, L. (1994). *Research Methods in Education.* Londres: Routledge Falmer.
- Cohen, L., Manion, L. & Morrison, K. (2000). *Research Methods in Education.* Londres: Routledge Falmer.
- Costa, A. (1998). *Exclusões sociais.* Porto: Gradiva.
- Costa, A. (2000). *Depoimento.* In Pinto, J. e Dornelas, A. Coord. (2000) *Pobreza, Exclusão: Horizontes de Intervenção – Debate promovido pelo Presidente da República durante a deslocação a projetos de luta contra a pobreza* (pp.37-44). Imprensa Nacional: Casa da Moeda.
- Costa, A. coord. (2008). *Um olhar sobre a pobreza – vulnerabilidade e exclusão social no Portugal Contemporâneo.* Lisboa: Gradiva.
- Denzin, N. (1994). *The art and politics of interpretation.* in Denzin, N. & Lincoln, Y. (org.) (1994). *Handbook of qualitative research.* Califórnia: Sage publications.
- Denzin, N. & Lincoln, Y. (org.) (1994). *Handbook of qualitative research.* Califórnia: Sage publications.
- Diogo, F. (2015). *Pobreza, emprego e escolaridade: notas sobre o caso português.* In Diogo, F., Castro, A. & Perista, P. (2015). *Pobreza e exclusão social em Portugal – Contextos, transformações e estudos* (pp. 117-132). Vila Nova de Famalicão: Humus.

- Eurostat (2014). Acedido a Dezembro, 2015, in http://epp.eurostat.ec.europa.eu/statistics_explained/index.php/Glossary:Severe_material_deprivation_rate
- Eurostat European Commission (2013). *Smarter, Greener, more inclusive? Indicators to support the Europe 2020 strategy*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.
- Fernandes, A. (2000). *O pobre em luta pela cidadania*. in Pinto, J. e Dornelas, A. Coord. (2000). *Pobreza, Exclusão: Horizontes de Intervenção – Debate promovido pelo Presidente da República durante a deslocação a projetos de luta contra a pobreza* (pp. 45-58). Imprensa Nacional: Casa da Moeda.
- Ferreira, L. (2004). Dinâmica de rendimentos e persistência da pobreza em Portugal. Acedido a Dezembro, 2015, in <http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/MariaLeonorFerreira.pdf>
- Fink, A. (1995). *The survey handbook*. Califórnia: Sage Publications.
- Flick, U. (2005). *Métodos qualitativos na Investigação científica*. Lisboa: Monitor.
- Flyvbjerg, B. (2011). *Case study*. In Denzin, N. & Lincoln, Y. (2011). *The sage handbook of qualitative research* (pp. 301-316). Califórnia: Sage Publications.
- Foddy, W. (1993). *Como perguntar: Teoria e prática da construção de perguntas em entrevistas e questionários*. Oeiras: Celta Editora.
- Freire, P. (1979). *Educação e Mudança*. São Paulo: Paz e Terra.
- Freire, P. (1967). *Educação como Prática da Liberdade*. Rio de Janeiro: Terra e Paz.
- Gauthier, B. (Org.) (2003). *Investigação social: Da problemática à colheita de dados*. Loures: Lusociência.
- Ghiglione, R. & Matalon, B. (1993). *O inquérito: Teoria e prática*. Oeiras: Celta Editora.
- Gomm, R., Hammersley, M. & Foster, P. (coord.) (2000). *Case Study method*. Londres: Sage publications.
- González, M. (2010). *Diferenciais salariais de género e educação em Portugal*. In Teixeira, A.; Silva, S. e Teixeira, P. (2010). *O que sabemos sobre a pobreza em Portugal?* (pp. 155-170). Vida Económica: Porto.
- Guba, E. & Lincoln, Y. (1994). *Competing Paradigms in Qualitative research*. In Denzin, N. & Lincoln, Y. (1994). *Handbook of qualitative research*. Califórnia: Sage publications.
- Guerra, I. (2006). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo*. Cascais: Príncípia Editora.

- Hill, M. & Hill, A. (2005). *Investigação por questionário*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Iarossi, G. (2011). *O Poder da concepção em Inquéritos por Questionário*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- INE (2013). Dia Internacional da família. Acedido a Janeiro, 2016. in https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=221518793&DESTAQUESmodo=2
- INE (2015). O risco de pobreza manteve-se em 19,5% em 2014-2015. Acedido a Janeiro, 2016, in https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=224739104&DESTAQUESmodo=2
- INE (2015). Dia Internacional da Erradicação da Pobreza. Acedido a Janeiro, 2016, in https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=224739104&DESTAQUESmodo=2
- Krippendorff, K. (2004). *Content Analysis*. Califórnia: Sage Publications.
- Kumor, R. (1999). *Research Methodology*. Londres: Sage Publications.
- Lessard-Hébert, M., Goyette, G. & Boutin, G. (1990). *Investigação qualitativa: Fundamentos e práticas*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Lima, M. (1981). *Inquérito sociológico*. Lisboa: Editorial Presença.
- Lopes, A. (2015). *Pobres que envelhecem ou velhos que empobrecem? – Alguns apontamentos sobre o tema da pobreza na população idosa*. In Diogo, F., Castro, A. & Perista, P. (2015). *Pobreza e exclusão social em Portugal – Contextos, transformações e estudos* (pp. 149-164). Vila Nova de Famalicão: Humus.
- Narayan, D. (2000). *Voices of the poor – Can anyone hear us?*. Washington D.C.: The world Bank, Oxford University Press.
- Neuendorf, K. (2002). *The Content Analysis*. Califórnia: Sage Publications.
- OCDE. (2013). Growing risk of inequality and poverty as crisis hits the poor hardest. Acedido a Dezembro, 2015, in <http://www.oecd.org/newsroom/growing-risk-of-inequality-and-poverty-as-crisis-hits-the-poor-hardest-says-oecd.htm>
- Ortega, J. (coord.). (1999). *Educación Social Especializada*. Barcelona: Ariel.
- Pantoja, J. (2001). *Cuestiones éticas de la profesión Educación Social: Hacia um código deontológico*. ISCE Lisboa: Revista Espaço S nº3.
- Parcerisa, A.; Giné, N.; Farés, A. (2010). *La Educación Social. Una Mirada didáctica*. Barcelona: Editorial Graó.

- Patton, M. (1999). *Qualitative Evaluation and Research Methods*. Califórnia: Sage Publications.
- Paugam, S. (2003) *A desqualificação social – Ensaio sobre a nova pobreza*. Porto: Porto Editora.
- Pelias, R. (2011). *Writing into position-strategies for composition and evaluation*. in Denzin, N. & Lincoln, Y. (2011). *Collecting and interpreting qualitative materials* (pp. 529-544). Califórnia: Sage Publications.
- Pérez-Campanero, M. (2000). *Cómo detectar las necesidades de Intervención Socioeducativa*. Madrid: Narcea.
- Perista, P. e Baptista, I. (2010) *A estruturalidade da pobreza e da exclusão social na sociedade portuguesa – conceitos, dinâmicas e desafios para a acção*. Fórum Sociológico, 20 (39/46).
- Piletti, M. (1986). *Sociologia da Educação*. São Paulo: Editora Átila.
- Quintana Cabanas, J. (1994). *Educación Social: Antología de textos clásicos*. Madrid: Narcea.
- Quintana Cabanas, J. (1994). *Pedagogia Social*. Madrid: Dykinson.
- Quivy, R. & Campenhoudt, L. (1992). *Manual de investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Ritchie, J. (2003). *The applications os Qualitative Methods to Social Reseach*. in Ritchie, J. & Lewis, J. (2003). *Qualitative Research practise* (pp. 24-46). Londres: Sage Publications.
- Rodrigues, C. Coord (2011). Desigualdades em Portugal. Acedido a Dezembro, 2015, in <http://www.ffms.pt/upload/docs/e7256dbe-1ee6-4e94-a834-fda6ed9d9bf5.pdf>
- Rodrigues, C e Andrade I. (2012) Monetary Poverty, Material Deprivation and Consistent Poverty in Portugal. Acedido a Dezembro, 2015, in <http://notas-economicas.fe.uc.pt/texts/ne035n0214.pdf>
- Ruiz, A.(1999) *Educación Social, Calidad de vida y bienestar social* in Emilio Villegas Ramos (1999) *Educación Social y desarrollo local* (pp. 59-71). Sevilha: Universidad de Sevilla.
- Ruiz, A. (2004). *Estudio de las orientaciones epistemológicas en el campo educativo*. In Villegas, E. (2004). *Investigación y práctica en la educación de personas adultas* (pp.17-27). Espanha: Nau Libros.

- Sánchez, A. & Ochoa, G. (Org.) (1995). *El estudio de casos para profesionales de la acción social*. Madrid: Narcea.
- Sarmiento, M., Fernandes, N. & Trevisan, G. (2015). *A redefinição das condições estruturais da infância e a crise económica em Portugal*. In Diogo, F., Castro, A. & Perista, P. (2015). *Pobreza e exclusão social em Portugal – Contextos, transformações e estudos* (pp. 81-100). Vila Nova de Famalicão: Humus.
- Schwandt, T. (1994). *Constructivist, Interpretivist approaches to human inquiry*. In Denzin, N. & Lincoln, Y. (1994). *Handbook of qualitative research* (pp. 118-137). Califórnia: Sage publications.
- Seawright, J. & Gerring, J. (2008). Case selection techniques in case study research. Acedido a Março, 2016, in <http://prq.sagepub.com/content/61/2/294.abstract>
- Sen, A. (1999). *Pobreza e fomes – Um ensaio sobre direitos e privações*. Lisboa: Terramar.
- Sen, A. (2003). *O Desenvolvimento como liberdade*. Lisboa: Gradiva.
- Snape, D. & Spencer, L. (2003). *The foundations of Qualitative Research*. in Richie, J. & Lewis, J. (2003). *Qualitative Research practise* (pp. 1-23). Londres: Sage Publications.
- Spicker, P. (1999). Definitions of poverty: twelve clusters of meaning. Acedido a Dezembro, 2015, in <http://dds.cepal.org/infancia/guia-para-estimar-la-pobreza-infantil/bibliografia/capitulo-I/Spicker%20Paul%20%281999%29%20Definitions%20of%20poverty%20even%20clusters%20of%20meaning.pdf>
- Stake, R. (1995). *The art of case study research*. California: Sage publications.
- Stake, R. (2000a). *Case studies research*. In Denzin, N. & Lincoln, Y. (2000). *Handbook of qualitative research* (pp. 435-454). Califórnia: Sage Publications.
- Stake, R. (2000b). *The case study method in social inquiry*. In Gomm, R., Hammersley, M. & Foster, P. (coord.) (2000). *Case Study method* (pp. 19-26). Londres: Sage publications.
- Taylor, S. & Bogdan, R. (1998). *Introduction to Qualitative Research Methods*. Nova Iorque: John Wiley & Sons.
- Xiberras, M. (1993). *As teorias da exclusão: para uma construção do imaginário do desvio*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Yin, R. (2005). *Estudo de Caso – Planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman.

Anexos

Anexo I – Inquérito por questionário

Inquérito por questionário

1 - Este Inquérito por questionário, construído no âmbito de uma dissertação de Mestrado em Educação Social, destina-se a conhecer as percepções dos Educadores Sociais do Algarve relativamente à pobreza, e qual o seu papel na sua redução/erradicação. Porque a sua colaboração é determinante, pedimos que responda com sinceridade. Garantimos, desde já, a confidencialidade e o anonimato, destacando o facto de estes dados servirem apenas para fins de investigação.

Muito obrigada pela sua colaboração!

2 - Dados pessoais

Género

- Feminino
- Masculino

Idade ____

Concelho de Residência _____

Habilitações académicas

- Licenciatura em Educação Social
- Licenciatura em Educação e Intervenção Comunitária
- Mestrado em Educação Social
- Mestrado em Gerontologia Social
- Outra

3 - Situação profissional

Qual é a sua situação profissional?

- Empregada(o) por conta de outrem com funções de Educador Social. (segue para 4)
- Empregado por conta de outrem fora da área da Educação Social. (segue para 5)
- Empregada (o) por conta própria. (segue para 5)
- Desempregado. (segue para 5)
- Outro (segue para 7)

4 – Local de trabalho

Qual é o seu local de trabalho?

- Agrupamento de escolas
- Biblioteca
- IPSS
- Autarquia
- Associação local/regional
- Associação de desenvolvimento local
- ONG
- Fundação
- Outro

(segue para 7)

5 – Já trabalhou como educador social?

- Sim (segue para 6)
- Não (segue para 8)

6 – Antigo local de trabalho

Indique o local onde Já trabalhou como educador social

- Agrupamento de escolas

- Biblioteca
- IPSS
- Autarquia
- Associação local/regional
- Associação de desenvolvimento local
- ONG
- Fundação
- Outro

7 – Trabalho realizado

Descreva sucintamente as funções profissionais que desempenha, ou que desempenhou.

8 – Percepções sobre a pobreza

De que forma se mantém informada(o) relativamente à pobreza?

- Comunicação Social.
- Estudos do Instituto Nacional de Estatística (INE).
- Publicações científicas.
- Redes Sociais.
- Percepções pessoais no dia-a-dia.
- Colegas de trabalho. Não se informa.

Na sua opinião, quais são as causas da pobreza?

- Desemprego _____
- Salários baixos _____
- Escolaridade _____
- Comodismo _____
- Família de origem pobre _____

- Problemas de saúde _____
- Problemas de dependências _____
- Outro(s)

Quais os indicadores a ter em conta quando se mede a pobreza?

- Rendimento _____
- Situação profissional
- Acesso à cultura _____
- Escolaridade _____
- Acesso a serviços de saúde _____
- Acesso a bens básicos (alimentação, vestuário) _____
- Condições de habitação _____
- Outro(s)

Quais são, na sua opinião, os grupos mais vulneráveis a situações de pobreza?

- Crianças _____
- Jovens _____
- Desempregados _____
- Famílias monoparentais _____
- Famílias numerosas _____
- Homens _____
- Mulheres _____
- Idosos _____
- Deficientes _____
- Doentes crónicos _____
- Dependentes (drogas, álcool, jogo...) _____
- Imigrantes _____
- Outro(s)

Quais dos indicadores de privação material considera que conduzem a situações de pobreza?

- Não ter capacidade de fazer face a despesas inesperadas _____
- Não conseguir pagar uma semana de férias por ano fora de casa _____
- Não conseguir pagar dívidas ou ter pagamentos em atraso _____
- Não conseguir fazer uma refeição de carne, peixe ou proteína similar a cada dois dias _
- Não ter aquecimento apropriado em casa _____
- Não ter máquina de lavar _____
- Não ter capacidade para comprar livros _____
- Não conseguir ir ao cinema ou ao teatro uma vez por mês _____
- Não conseguir fazer uma refeição fora de casa uma vez por mês _____
- Não ter televisão _____
- Não ter telefone _____
- Não ter carro particular _____
- Não poder comprar roupa nova pelo menos uma vez por mês _____
- Não conseguir comprar cosméticos e produtos de higiene _____
- Outro(s)

Na sua opinião, a crise económica e financeira:

- Evidenciou as situações de pobreza que já existiam em Portugal _____
- Agravou a pobreza em Portugal _____
- Não teve qualquer interferência na pobreza em Portugal _____

De quem é a responsabilidade de agir perante situações de pobreza?

- Profissionais da área social.
- Governo.
- Autoridades locais e regionais (autarquias, juntas de freguesia...).
- Instituições de beneficência ou solidariedade social.
- Empresas privadas.

- Indivíduos em situação de pobreza e exclusão social.
- Cidadãos com mais posses.
- Cidadãos em geral.

Na lista que se segue, escolha as cinco medidas que considera mais importantes na redução ou erradicação da pobreza. Dessas cinco, classifique-as por ordem de importância, sendo 1 a mais importante e 5 a menos importante.

- Distribuir bens essenciais a todos os que necessitem.
- Redefinir as políticas económicas e financeiras.
- Garantir habitação condigna a todos os cidadãos.
- Criar emprego.
- Aumentar o nível de escolaridade, a formação e qualificação profissional.
- Garantir o acesso a cuidados e serviços de saúde.
- Garantir o acesso à cultura.
- Garantir que os pobres sejam ouvidos e implicados na resolução dos seus problemas.
- Garantir a autonomia dos pobres.
- Educar para o consumo.
- Educar a sociedade para as questões da pobreza.
- Realizar estudos mais aprofundados sobre a pobreza.

Para si, ser pobre é:

- Não ter vontade de trabalhar ____
- Não ter capacidade de participar ativamente como cidadão ____
- Não conseguir subsistir sem apoios ____
- Não ter estudos ____
- Não ter poder ____
- Estar dependente ____
- Não ter poder de compra ____
- Ter um trabalho precário ____

- Estar desempregado _____
- Uma pessoa que falhou

Durante a sua formação académica, considera que estudou suficientemente as questões da pobreza?

- Sim, a formação que tive foi suficiente.
- A formação que tive foi suficiente, mas é necessário haver sempre uma atualização pessoal.
- A formação que tive foi suficiente, mas poderia ter sido mais aprofundada.
- Não, a formação que tive foi insuficiente.
-

9 – O papel do Educador Social

De que forma o Educador Social pode contribuir para a redução da pobreza?

(Classifique todas as respostas seguintes)

5 - Fundamental / 4 - Muito importante / 3 - Importante / 2 - Pouco importante / 1 -

Nada importante

- Denunciar casos de pobreza _____
- Consciencializar a sociedade para a importância da participação de todos os cidadãos no combate à pobreza _____
- Angariar e distribuir bens essenciais pelas pessoas pobres _____
- Consciencializar as pessoas pobres para as suas potencialidades _____
- Promover a autonomia _____
- Desenvolver propostas para novas políticas de combate à pobreza _____
- Desenvolver atividades culturais _____
- Estudar a pobreza _____
- Permitir que pobres tenham novas experiências _____
- Mudar sentimentos de culpabilização por parte dos pobres _____
- Mudar perspetivas da culpa dos pobres por parte dos ricos _____
- Permitir que os pobres possam dar a sua opinião sobre a pobreza.

10 – Trabalho realizado na área da pobreza

Considera que trabalha, ou trabalhou, com situações de pobreza?

- Sim (continua)
- Não (termina)

A Instituição onde trabalha ou trabalhou:

- Dedicar-se exclusivamente à redução/erradicação da pobreza
- Dedicar-se à pobreza e também a outras áreas
- Trabalha de uma forma indireta as questões relacionadas com a pobreza
- Outra

Com que tipo de população trabalha, ou trabalhou?

- Idosos
- Crianças Institucionalizadas
- Sem-abrigo
- Desempregados
- Pessoas com trabalho precário
- Famílias monoparentais
- Famílias numerosas
- Minorias étnicas
- Dependentes (droga, álcool, jogo, etc.)
- Deficientes
- Outro

Em contexto profissional, que ações desempenha (ou desempenhou) que contribuam para a redução da pobreza?

- Angariação e distribuição de bens essenciais.
- Acompanhamento e encaminhamento de residentes em habitação social.
- Mediação para o emprego
- Formação profissional

- Consciencialização dos pobres para a importância da sua autonomia.
- Atividades de consciencialização da sociedade para os problemas da pobreza.
- Educação para o consumo
- Acompanhamento escolar
- Encaminhamento para apoios sociais
- Dinamização de atividades culturais
- Educação para a saúde
- Acompanhamento de beneficiários do Rendimento Social de Inserção
- Outro

Das ações que selecionou na pergunta anterior, refira a que lhe parece mais eficaz para a redução da pobreza.

Das ações que selecionou na pergunta anterior, refira a segunda mais eficaz para a redução da pobreza.

Das ações que selecionou na pergunta anterior, refira a terceira mais eficaz para a redução da pobreza.

Quais são, ou foram, os principais constrangimentos para uma atuação eficaz relativamente à pobreza?

- Falta de verbas
- Falta de informação por parte de chefias para as necessidades reais da população.
- Desadequação dos objetivos de intervenção da Instituição onde trabalha.

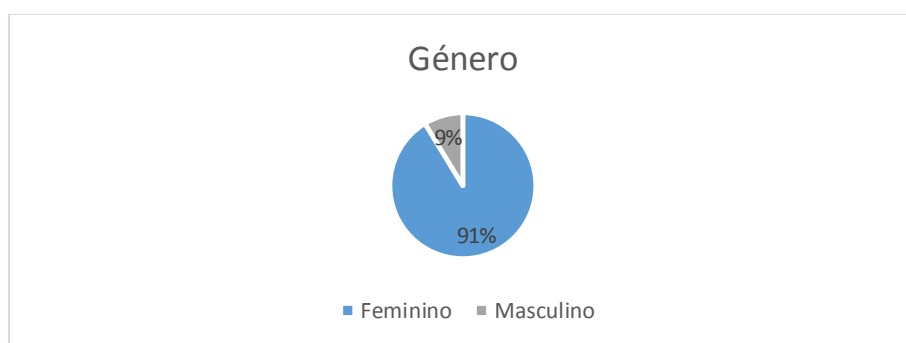
- Falta de colaboração e desinteresse por parte dos pobres.
- Ausência de dados estatísticos e estudos sobre a pobreza.
- Desadequação das políticas sociais
- Projetos com prazo demasiado curto.
- Incapacidade de dar resposta a todos os casos pelos quais é responsável.
- Resistência à mudança por parte dos pobres.
- Falta de articulação entre entidades parceiras.
- Outro

A sua colaboração foi de extrema importância. Muito obrigada!

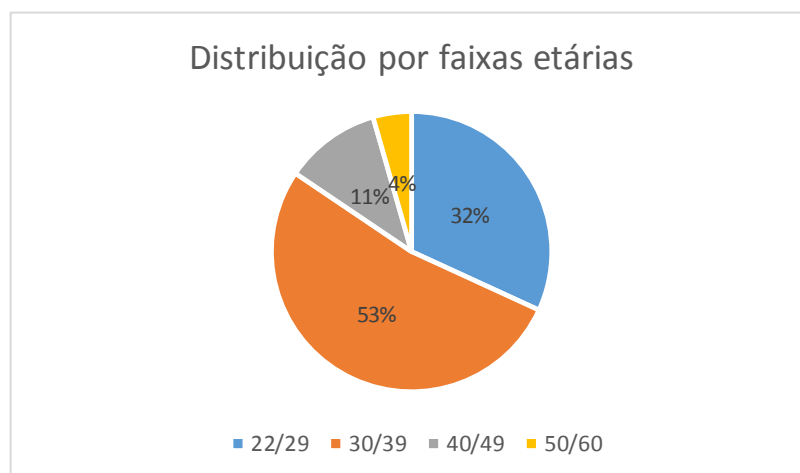
Anexo II - Interpretação dos dados recolhidos pelo inquérito por questionário

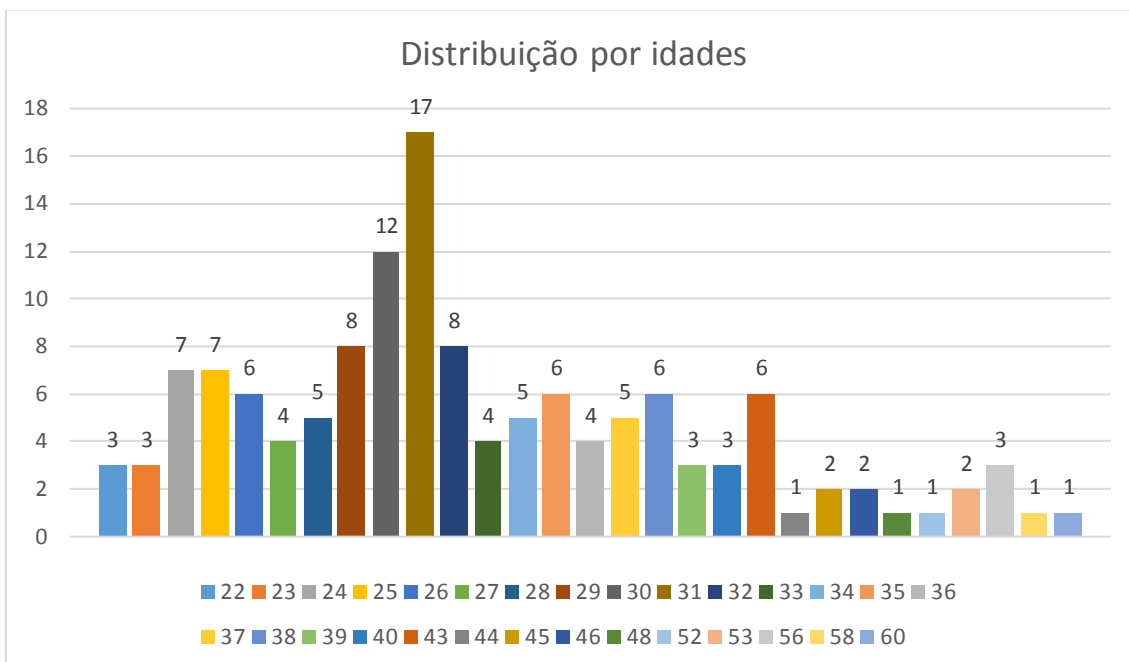
I - Caracterização dos inquiridos

Com o inquérito por questionário obtiveram-se 137 respostas válidas. Nesta investigação foram incluídos licenciados de Educação e Intervenção Comunitária e Educação Social que tenham realizado a sua licenciatura na Universidade do Algarve.

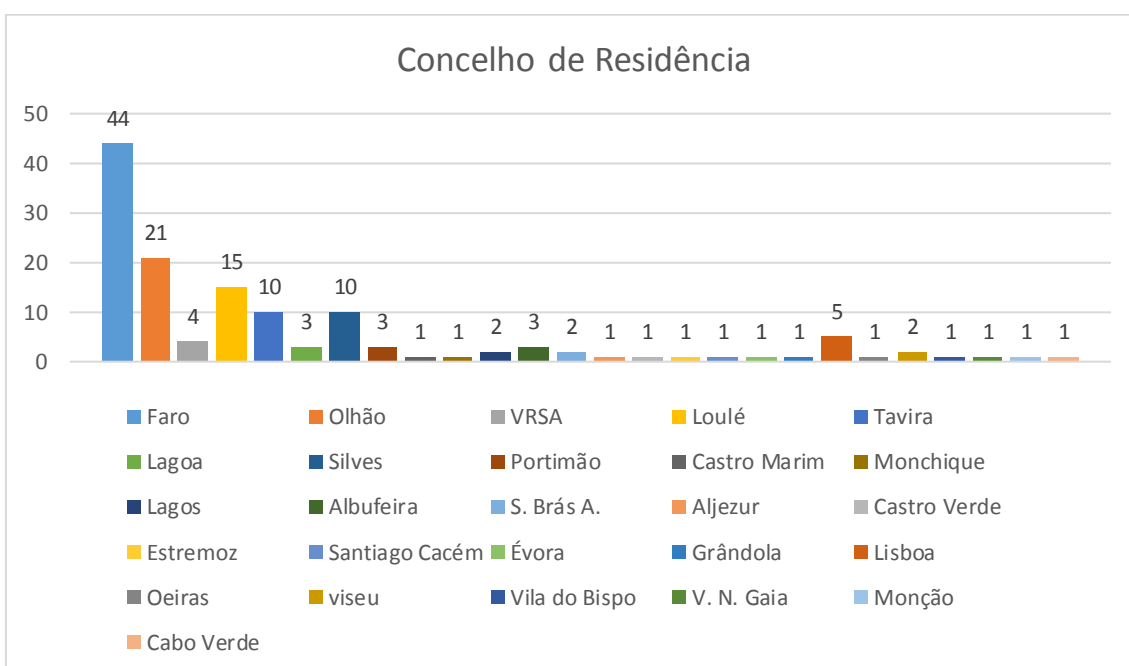


A grande maioria dos inquiridos é do género feminino. Apenas 9% é do género masculino. Esta tendência acompanha a realidade que se observa na licenciatura de Educação Social, que tem uma maioria de estudantes e profissionais mulheres. Há uma relação entre a Educação Social e as profissões na área da educação e na área social, que são profissões consideradas tradicionalmente para mulheres.

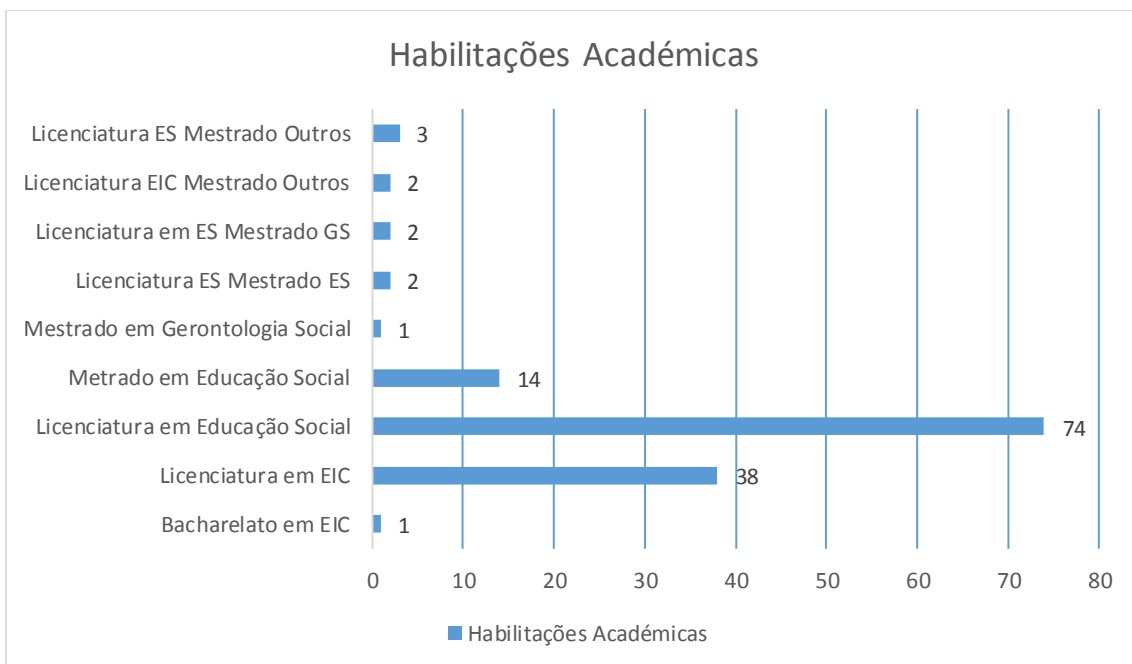
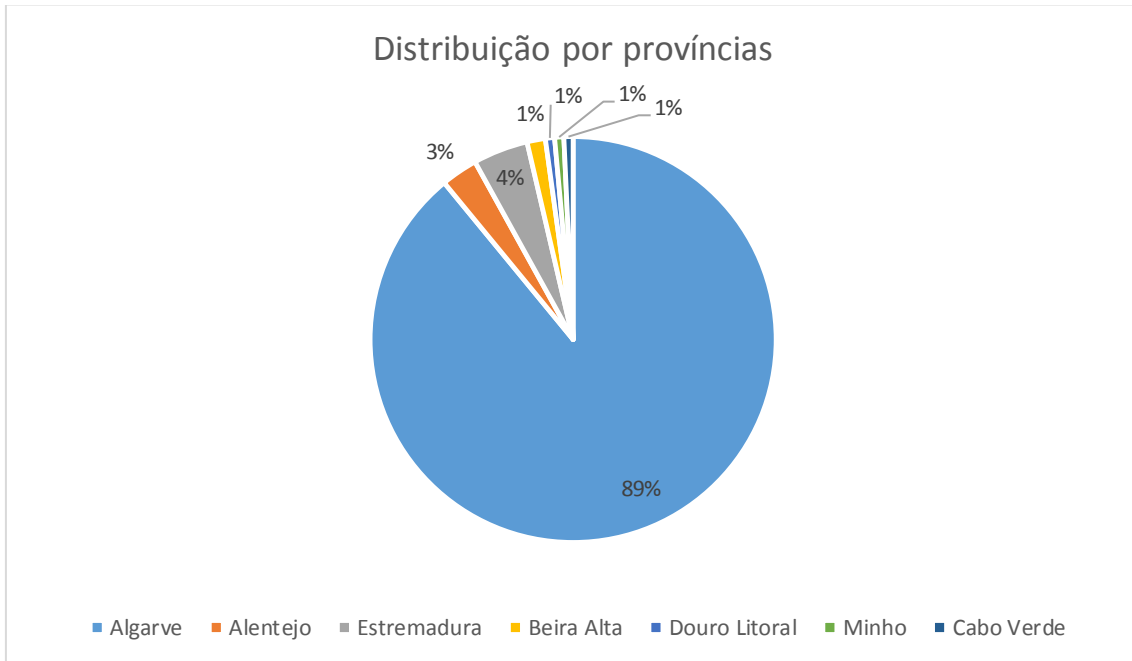




Sendo uma profissão relativamente recente, existem poucos licenciados com idades superiores d 40 anos. Esta realidade é verificável no questionário. Há uma maior incidência de resposta na faixa dos 30-39 anos. Esta situação poderá justificar-se com o facto de a investigadora ter realizado esta licenciatura e ser desta faixa etária, pelo que a sua rede de contactos ser maioritariamente nestas idades. Não há qualquer tipo de indício que comprove que os licenciados em Educação Social e Educação e Intervenção Comunitária serem maioritariamente da faixa etária que mais respondeu a este inquérito.

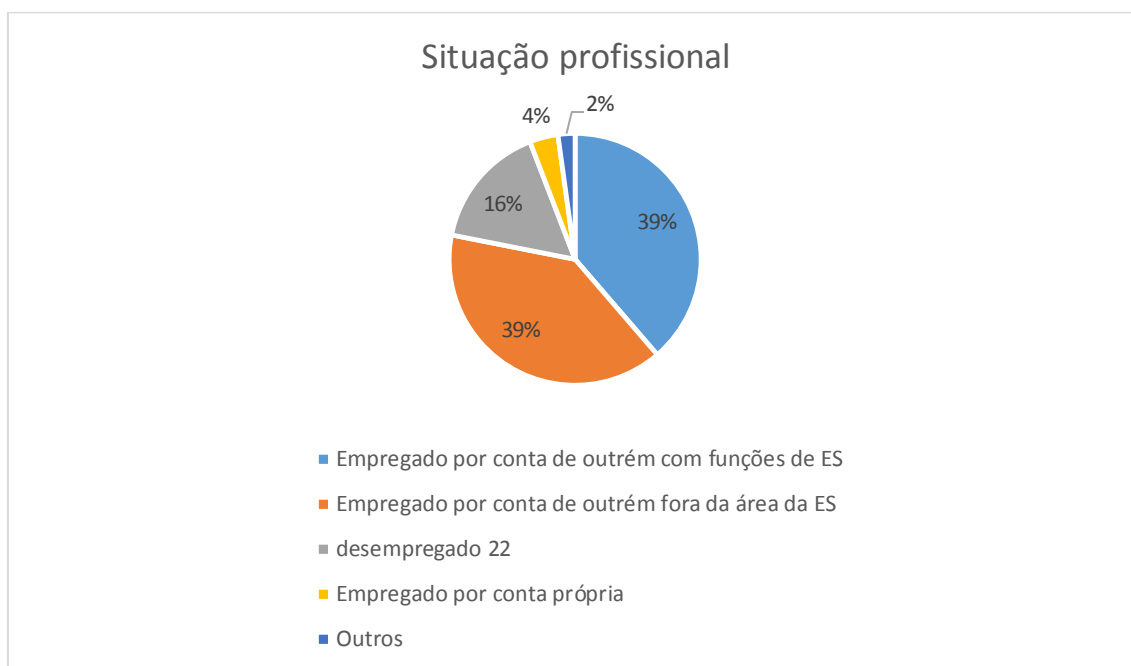


A maioria dos inquiridos reside no Algarve, com a maior incidência no sotavento algarvio, zona onde se situa a Universidade do Algarve. Salvo algumas exceções, os restantes inquiridos residem no Alentejo e Lisboa. Esta situação também coincide com a realidade dos estudantes e licenciados de Educação Social da Universidade do Algarve.



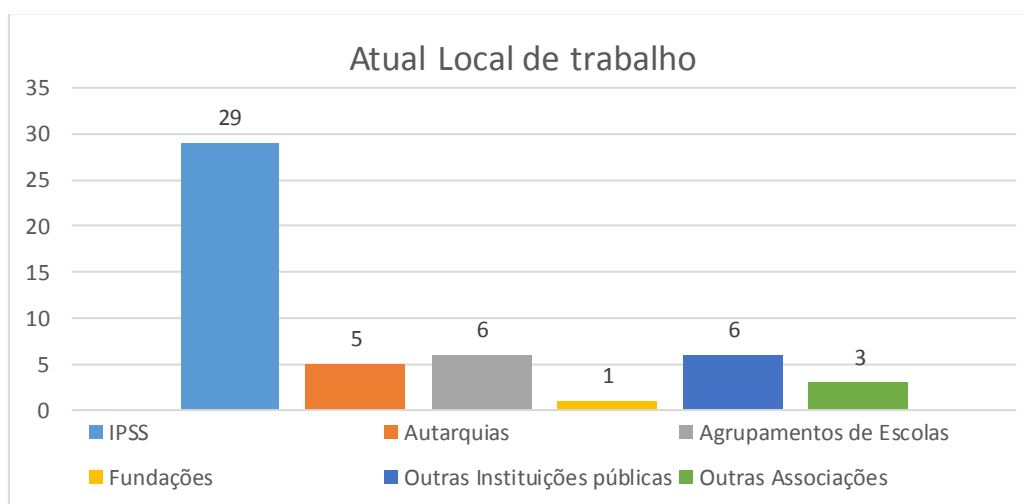
A grande maioria dos inquiridos é licenciada em Educação Social. Há também uma grande incidência de licenciados em Educação e Intervenção Comunitária. Observa-se uma fraca tendência dos profissionais inquiridos para a evolução académica, sendo uma

minoria a ter Mestrado. Os que o fizeram optaram por aprofundar a formação base e fizeram o Mestrado de Educação Social.

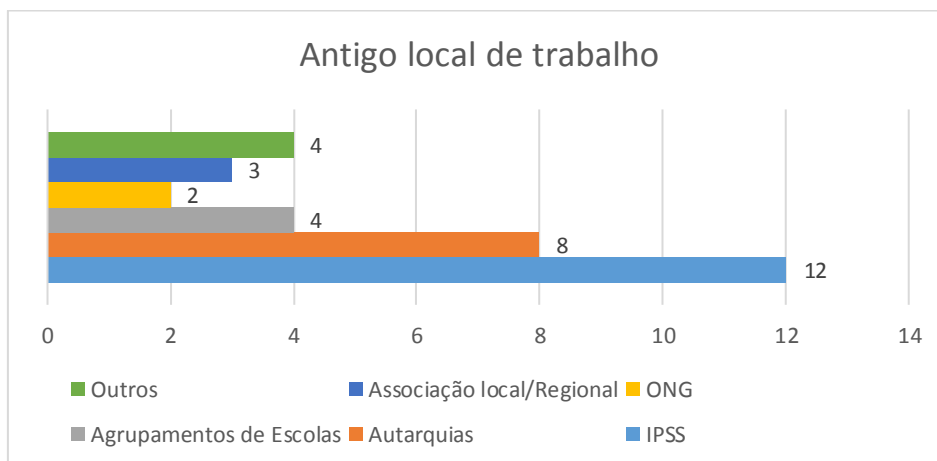
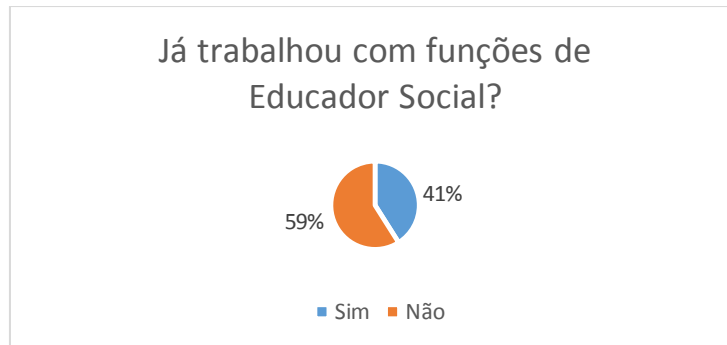


Dos inquiridos, apenas 39% se encontra a trabalhar com funções de Educador Social. Os restantes desempenham outras funções ou estão desempregados. Dentro dos 61% que não está a trabalhar como Educador Social, apenas 41% o fez pelo menos uma vez. Observa-se desta maneira que um grande número de Educadores Sociais nunca desempenhou funções na sua profissão, e que o mercado de trabalho não consegue absorver todos os licenciados desta profissão.

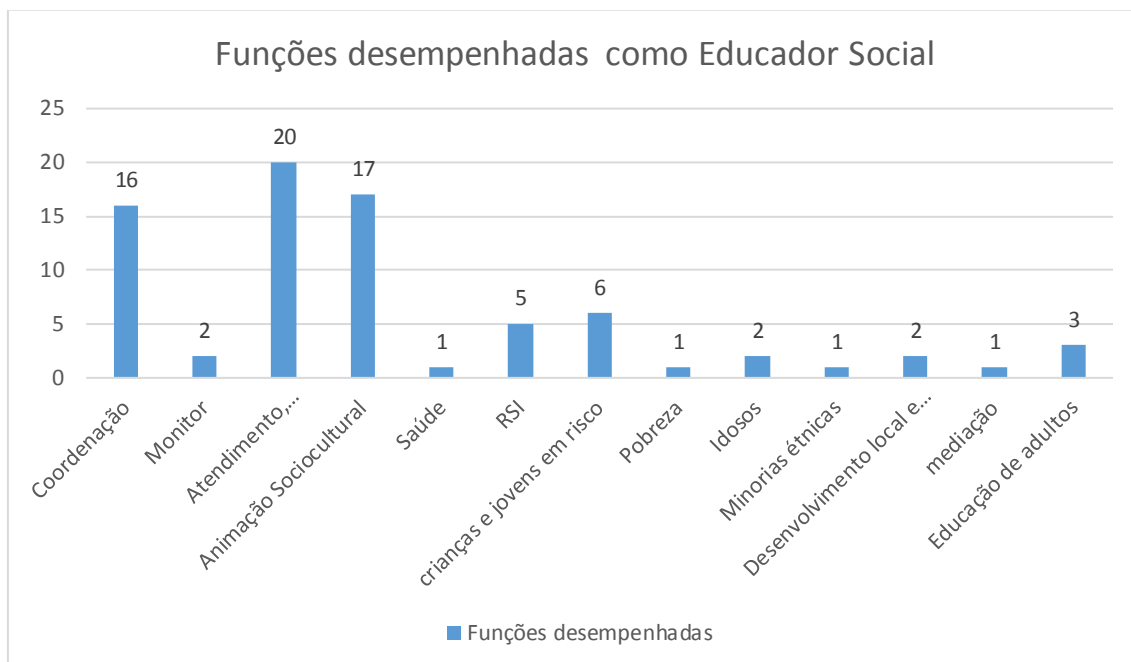
II – Local de trabalho dos Educadores Sociais



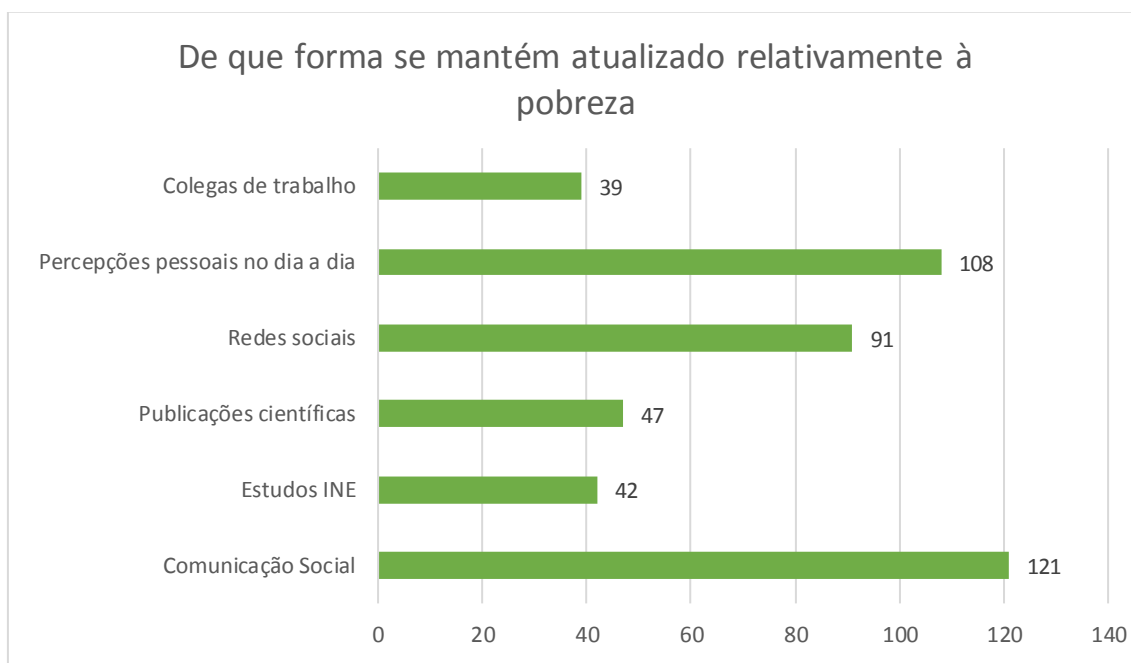
Relativamente aos que já trabalharam como Educador Social, verifica-se que a maior parte o fez em IPSS, locais que contratam muitos estágios profissionais financiados pelo IEFP, e autarquias. Atualmente as IPSS continuam a ser as maiores entidades empregadoras dos Educadores Sociais. Não se observa um número significativo de Educadores Sociais a trabalhar em entidades públicas, pelo que se conclui que não há um investimento do Estado na profissão de Educador Social, e possivelmente na área da intervenção social.



As funções mais desempenhadas pelos Educadores Sociais são o “atendimento, acompanhamento e encaminhamento”. Esta tendência indicia que as instituições ainda desenvolvem muito “trabalho de gabinete” e são pouco direcionadas para trabalhar diretamente nos contextos das pessoas com quem trabalham. A animação sociocultural é a segunda função mais desempenhada. Dentro das várias funções que o Educador Social desempenha, esta poderá ser das mais fáceis de apreender pelas entidades empregadoras, e poderá ser uma das formas mais confortáveis para os Educadores Sociais desempenharem as suas funções. Sendo o Educador Social um profissional de liderança, justifica-se a terceira função mais desempenhada como “coordenação”.

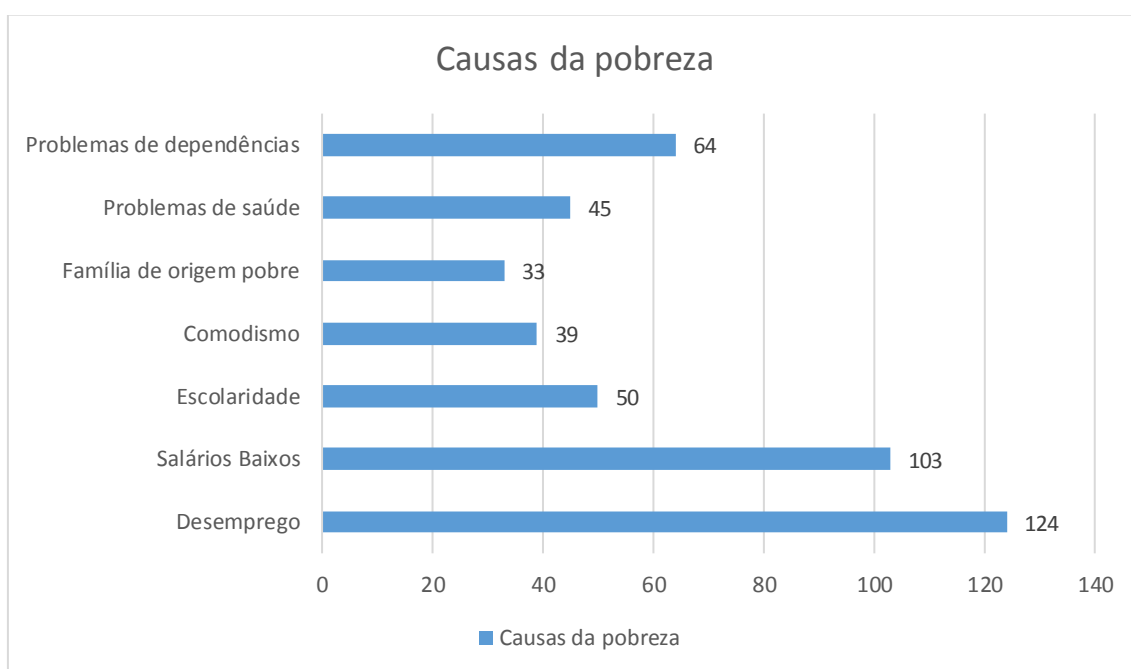


III – Percepções sobre a pobreza

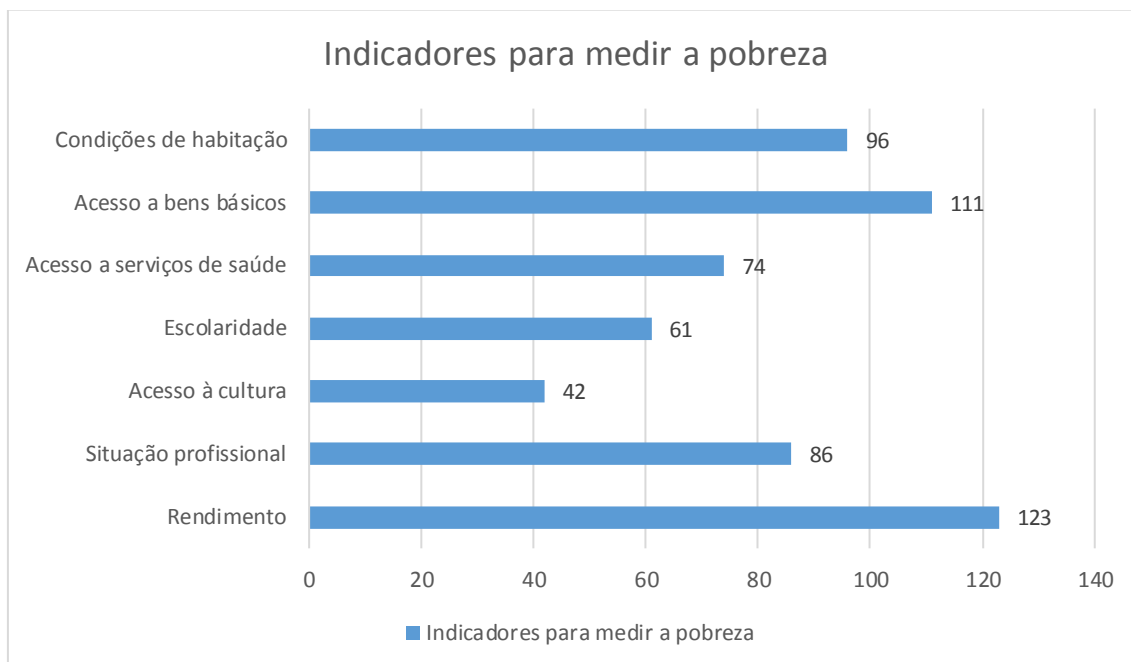


A maioria dos Educadores Sociais inquiridos atualiza-se relativamente à pobreza através da comunicação social, através das percepções no dia-a-dia e através das redes sociais. No que diz respeito à comunicação social, os dados que habitualmente são apresentados são incompletos e descontextualizados, muitas vezes imbuídos de carácter político, pelo que poderá revelar uma lacuna na informação que os inquiridos têm relativamente à pobreza.

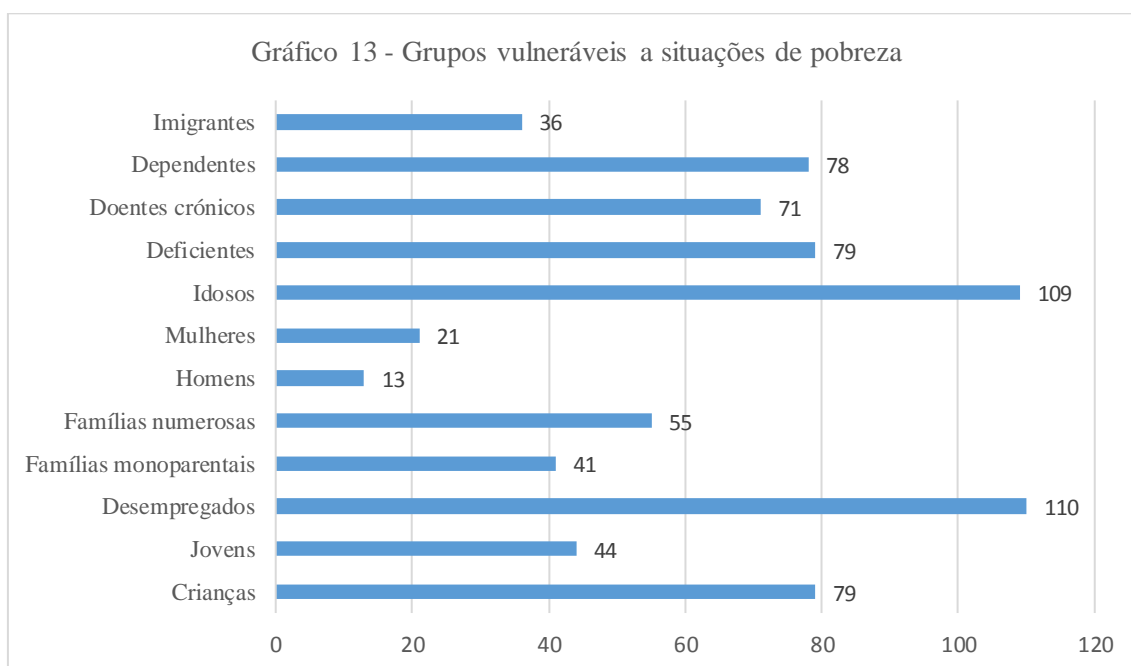
Ao referirem que se atualizam através das percepções no dia-a-dia, há indícios de que, de alguma forma, a maioria dos inquiridos tem contacto com a pobreza, o que revela que o fenómeno poderá ter uma dimensão abrangente. As redes sociais são um meio de comunicação muito em voga, mas são fonte de muita desinformação, e de aproveitamento político. Os dados que circulam não são, na maioria das vezes fidedignos e têm fontes duvidosas, pelo que é preocupante que este seja considerado um meio de informação. Existem inquiridos que se informam com fontes científicas e com estatísticas oficiais, mas com pouca incidência. O debate entre colegas de trabalho também não é realizado de uma forma geral.



Os inquiridos consideram que as principais causas da pobreza são o desemprego e os salários baixos. Ao analisarem os resultados podemos verificar que a opção “família de origem pobre” é a menos votada. Sendo esta, segundo os peritos nesta área, uma das maiores causas, poderá concluir-se que os inquiridos não filtram a informação que recolhem da comunicação social e redes sociais, e existe uma grande lacuna de informação por parte dos profissionais.

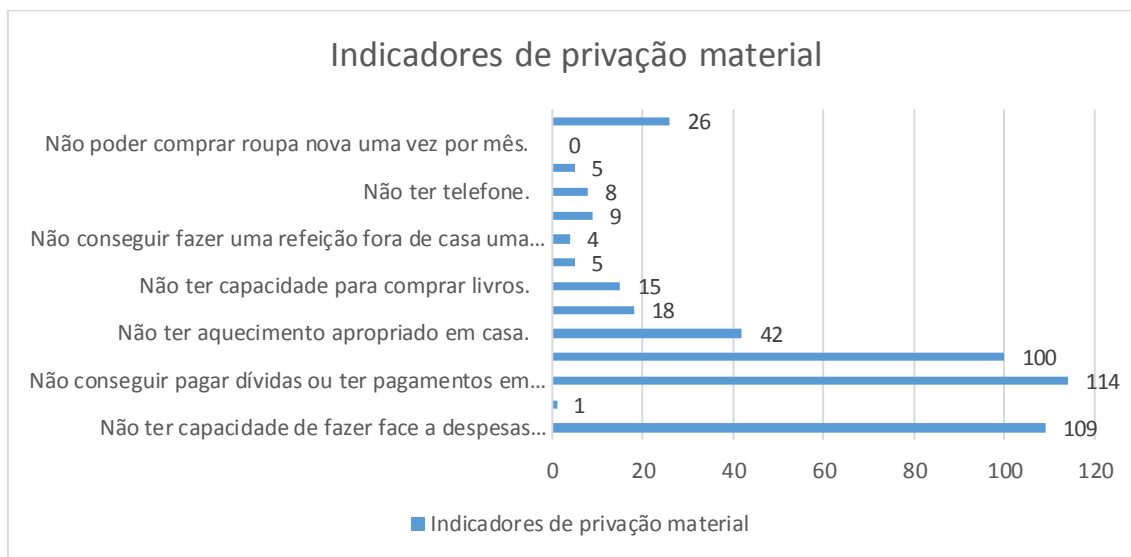


Para os Educadores Sociais inquiridos, a pobreza mede-se através do rendimento, do acesso a bens básicos e das condições de habitação. Há aqui uma contradição relativamente às respostas sobre as causas da pobreza. Apesar do desemprego ser a maior causa da pobreza, a situação profissional não tem tanta importância para a medir. Verifica-se uma tendência para valorizar os aspetos económicos e financeiros.

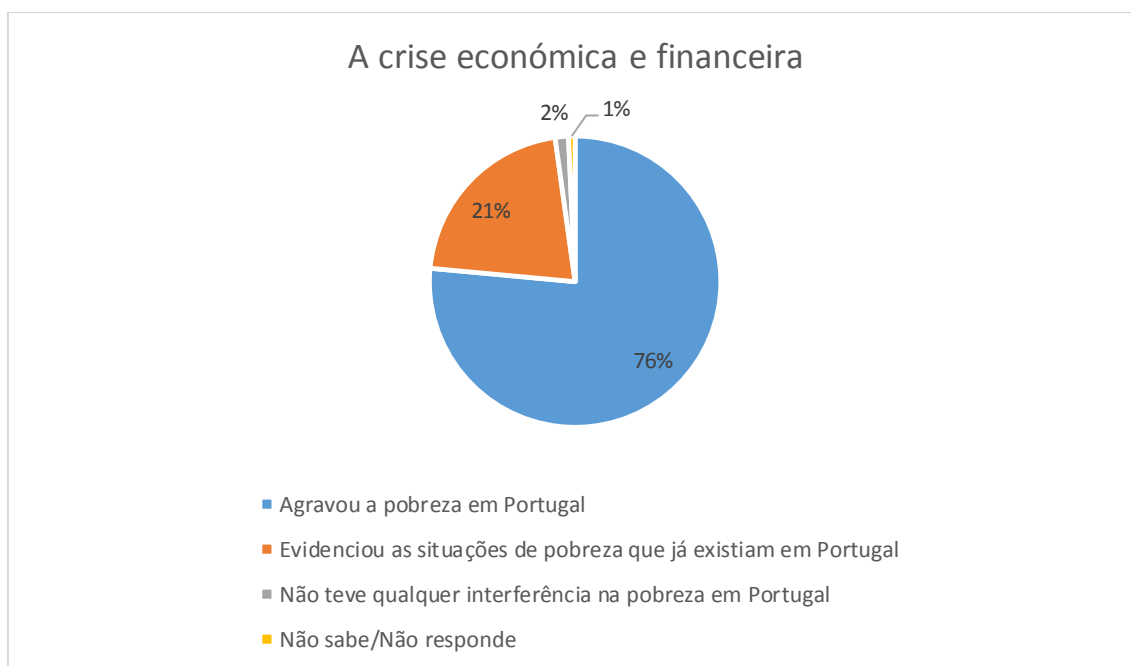


Aqui, os desempregados surgem novamente como o grupo mais relevante, seguido pelo dos idosos e das crianças, o que volta a contrariar a questão anterior. Provavelmente a expressão “desempregado” tem uma maior conotação negativa, pois é a mais utilizada

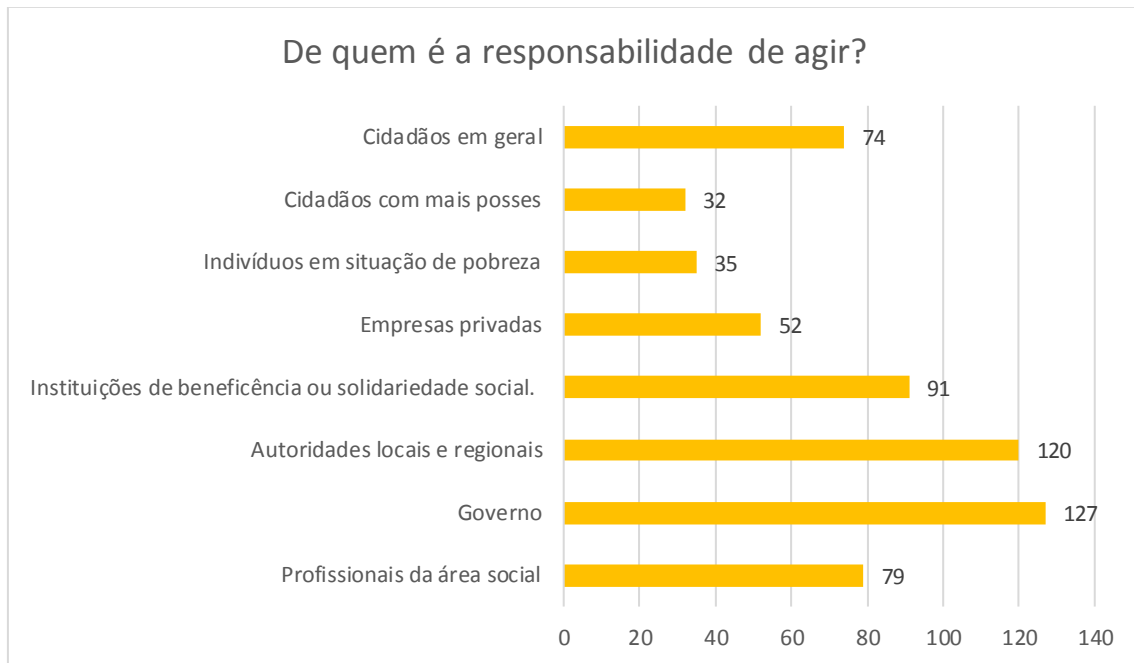
pelos media do que a expressão “situação profissional”. A seguir ao fator económico e do fator etário, a saúde surge como uma situação de vulnerabilidade, sendo os deficientes, os doentes crónicos e os dependentes os mais referenciados.



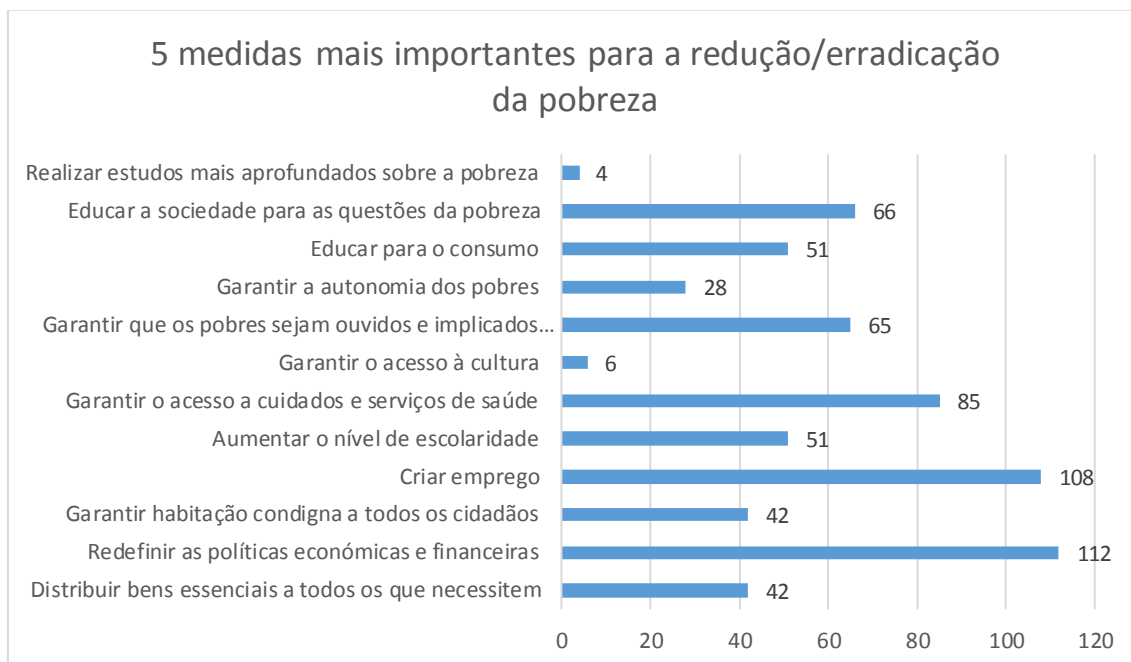
Os indicadores oficiais de privação material são nove, mas os inquiridos valorizam apenas os três que indicam carência financeira mais óbvia, ou seja, “não conseguir pagar dívidas ou ter pagamentos em atraso”, “Não ter capacidade de fazer face a despesas inesperadas”, e “não conseguir fazer uma refeição de carne, peixe ou proteína similar a cada dois dias”. Ou os inquiridos não sabem quais são os nove indicadores, ou não concordam com os que estão definidos, ou ambas as situações.



Segundo a grande maioria dos inquiridos, a crise agravou a pobreza em Portugal. Não havendo ainda dados que comprovem esta afirmação, e uma vez que a maioria dos inquiridos não está a trabalhar como Educador Social e não pode comprovar esta situação em contexto de trabalho, mais uma vez poderá haver uma perspetiva sobre a pobreza inculcida pelos media.

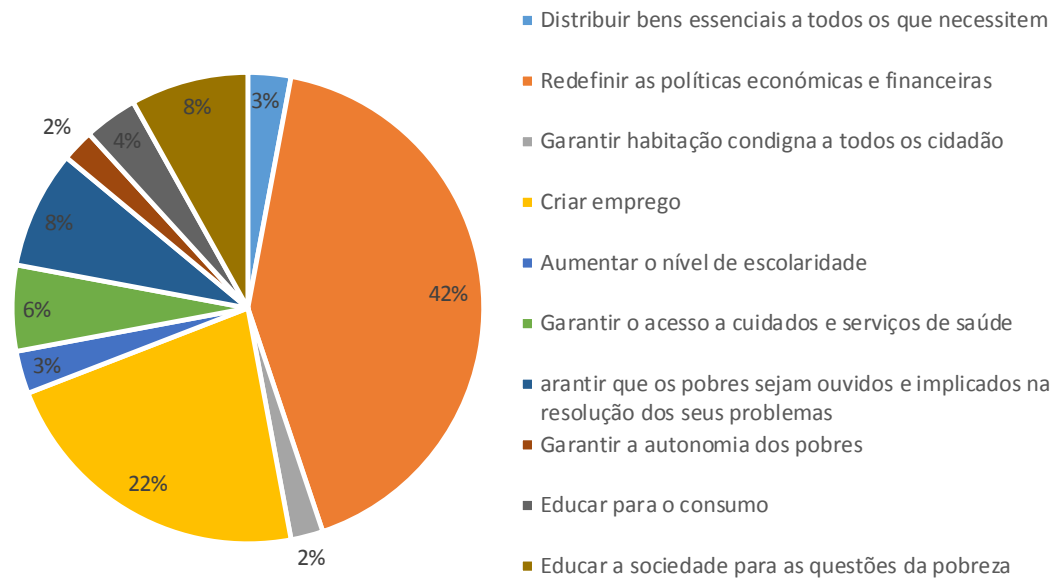


Segundo os inquiridos, quem deve agir perante situações de pobreza são as instituições políticas. As instituições de beneficência ou solidariedade social vêm a seguir. Apenas metade dos inquiridos considera que os profissionais da área social têm responsabilidade nesta área, perspetiva esta que contraria as funções do Educador Social e de outras profissões sociais. Sendo também um profissional que promove a autonomia, é uma contradição a grande maioria dos inquiridos não responsabilizar os pobres na ação.

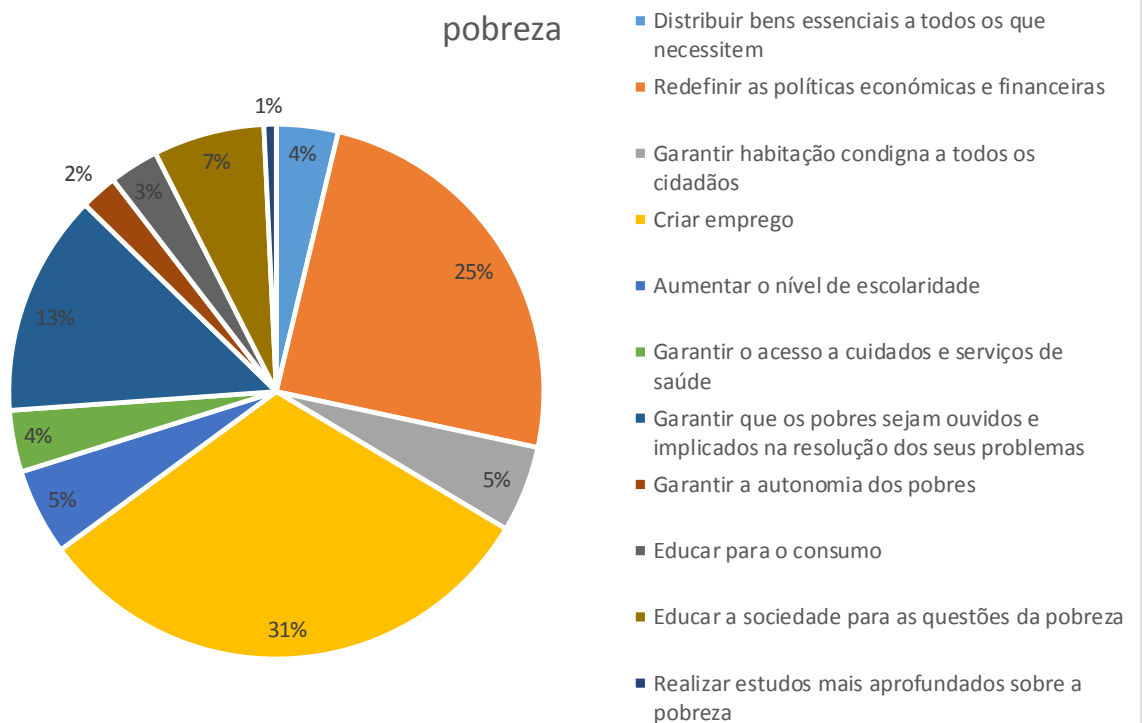


As medidas mais importantes para a redução ou erradicação da pobreza, segundo os inquiridos, são “Redefinir as políticas económicas e financeiras”, “Criar emprego”, “Garantir o acesso a cuidados de saúde”, “Educar a Sociedade para as questões da pobreza”, e “Garantir que os pobres sejam ouvidos e implicados na resolução dos seus problemas”. Estas escolhas coincidem com a tendência que se observou anteriormente, havendo uma valorização dos fatores financeiros e económicos e a responsabilização política. Mais uma vez, a maioria dos inquiridos não valoriza a autonomização dos pobres, contrariando os princípios da profissão. O estudo sobre a pobreza e o acesso à cultura são desvalorizados.

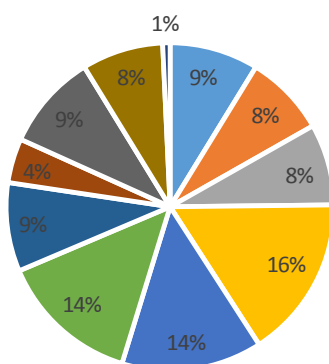
Medida mais importante para a redução da pobreza



Segunda medida mais importante para a redução/erradicação da pobreza

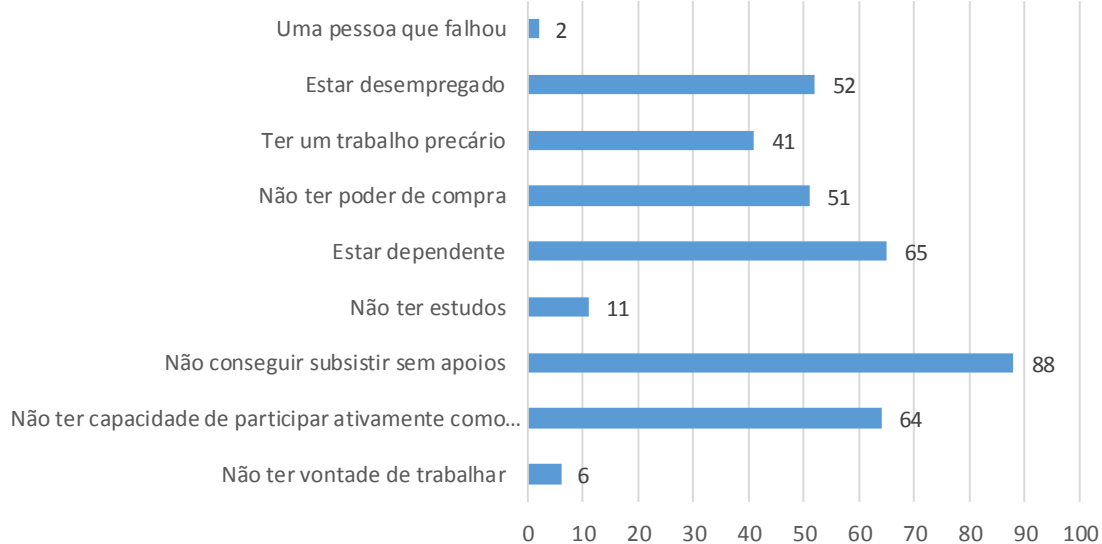


Terceira medida mais importante para a redução/erradicação da pobreza



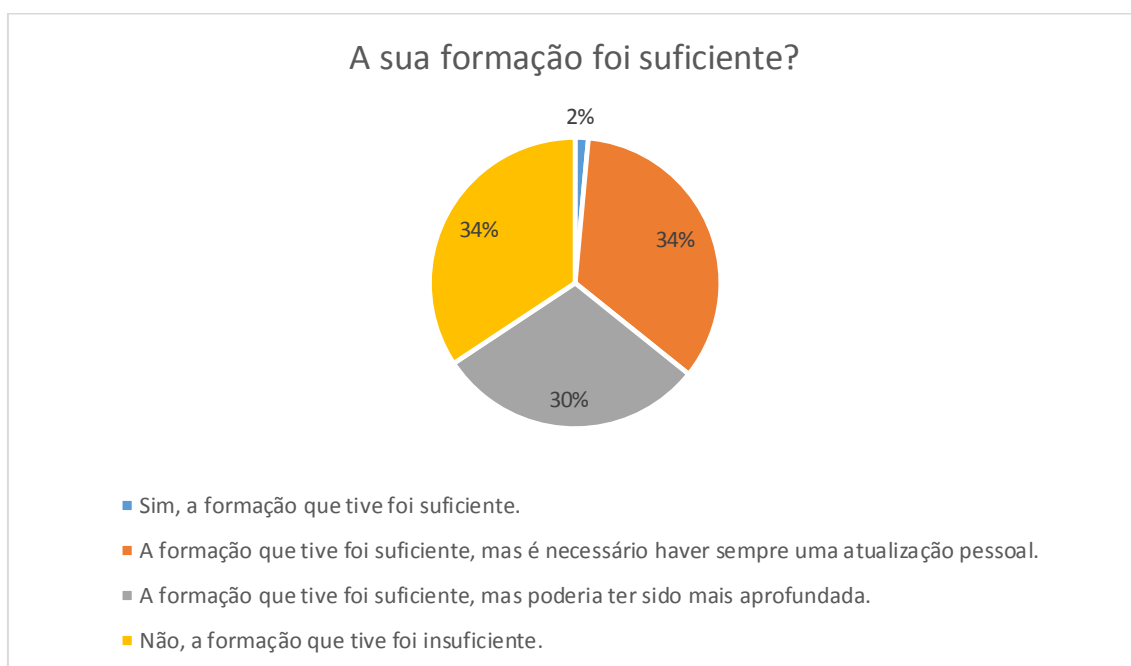
- Distribuir bens essenciais a todos os que necessitem
- Redefinir as políticas económicas e financeiras
- Garantir habitação condigna a todos os cidadãos
- Criar emprego
- Aumentar o nível de escolaridade
- Garantir o acesso a cuidados e serviços de saúde
- Garantir que os pobres sejam ouvidos e implicados na resolução dos seus problemas
- Garantir a autonomia dos pobres
- Educar para o consumo
- Educar a sociedade para as questões da pobreza
- Realizar estudos mais aprofundados sobre a pobreza

Ser pobre é

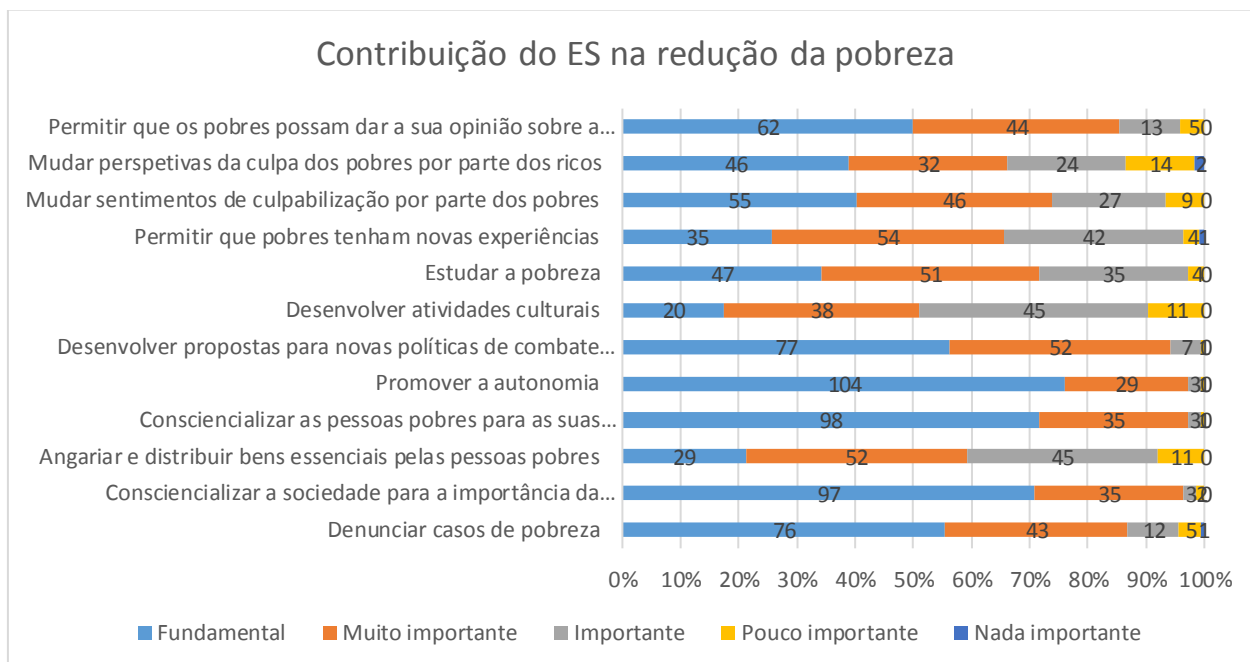


Para os inquiridos, a pobreza reflete-se numa situação de dependência, que só é resolvida através de apoios, e numa exclusão como cidadão. Nesta questão, as respostas são relativamente contraditórias, pois para se necessitar de apoios é porque não se tem poder de compra, e esta situação deriva, essencialmente, de uma situação de desemprego ou trabalho precário. No entanto, estas opções não foram consideradas por grande parte dos inquiridos.

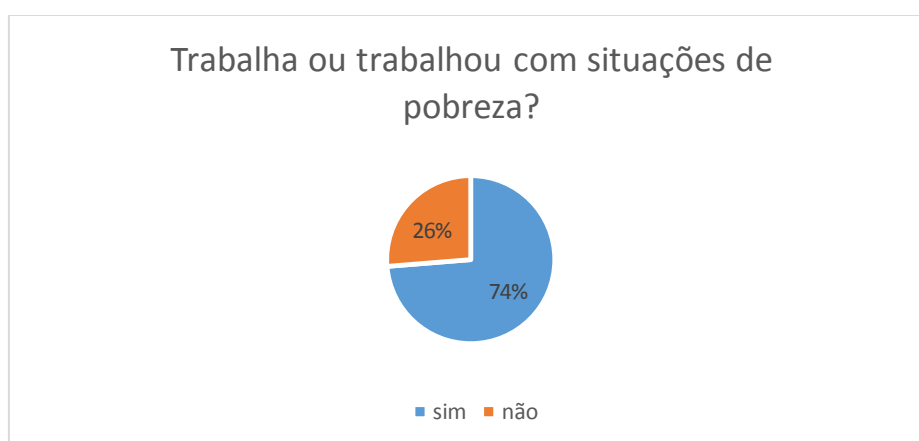
III – O Educador Social e a pobreza



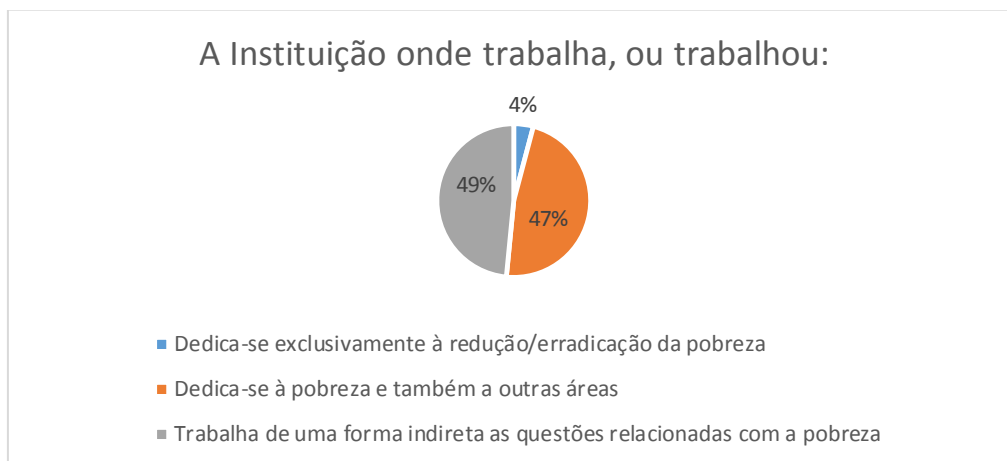
Segundo a maioria dos inquiridos, a formação de base relativamente à pobreza foi insuficiente ou deveria ter sido mais aprofundada. Existe, então, a noção da maioria que não tem conhecimentos suficientes sobre o tema em causa.



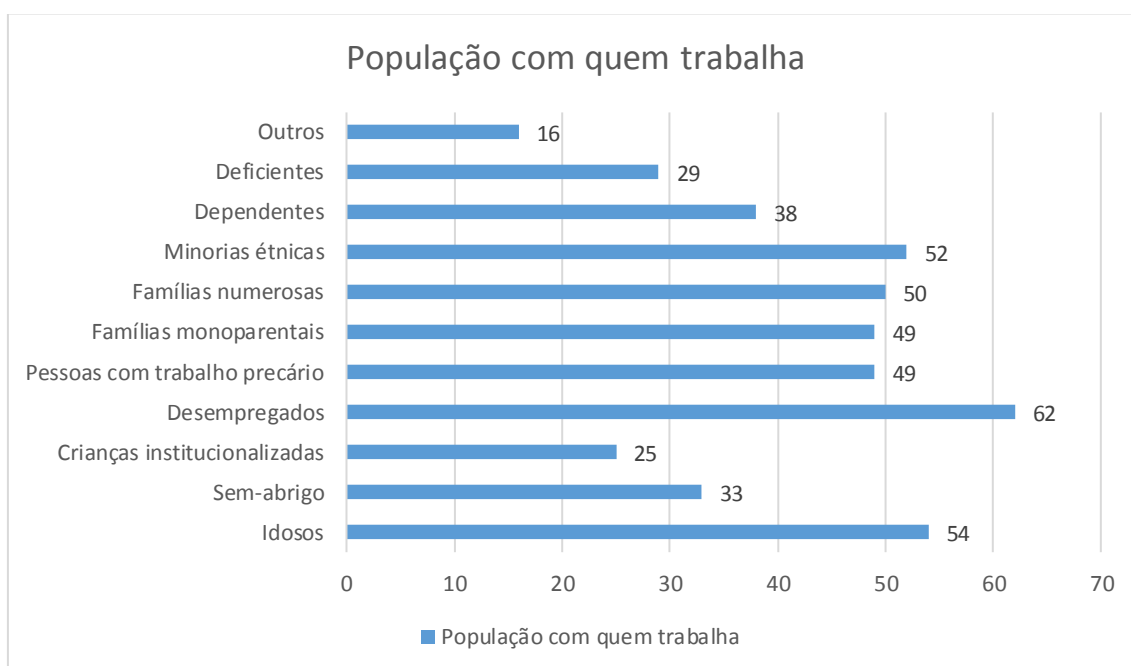
Para os inquiridos, o Educador Social pode contribuir para a redução da pobreza de muitas formas, e todas as opções apresentadas foram consideradas importantes. No entanto, esta contribuição é considerada fundamental quando promove a autonomia, quando consciencializa a sociedade para a importância da colaboração de todos os cidadãos no combate à pobreza. A questão que se coloca é: Uma vez que os inquiridos, até agora, não valorizam a promoção da autonomia como fundamental para reduzir a pobreza, será que não consideram que a contribuição do Educador Social é importante? Ou está tão incutido que os políticos é que resolvem as coisas que não compreendem que estão a desvalorizar a sua própria ação?

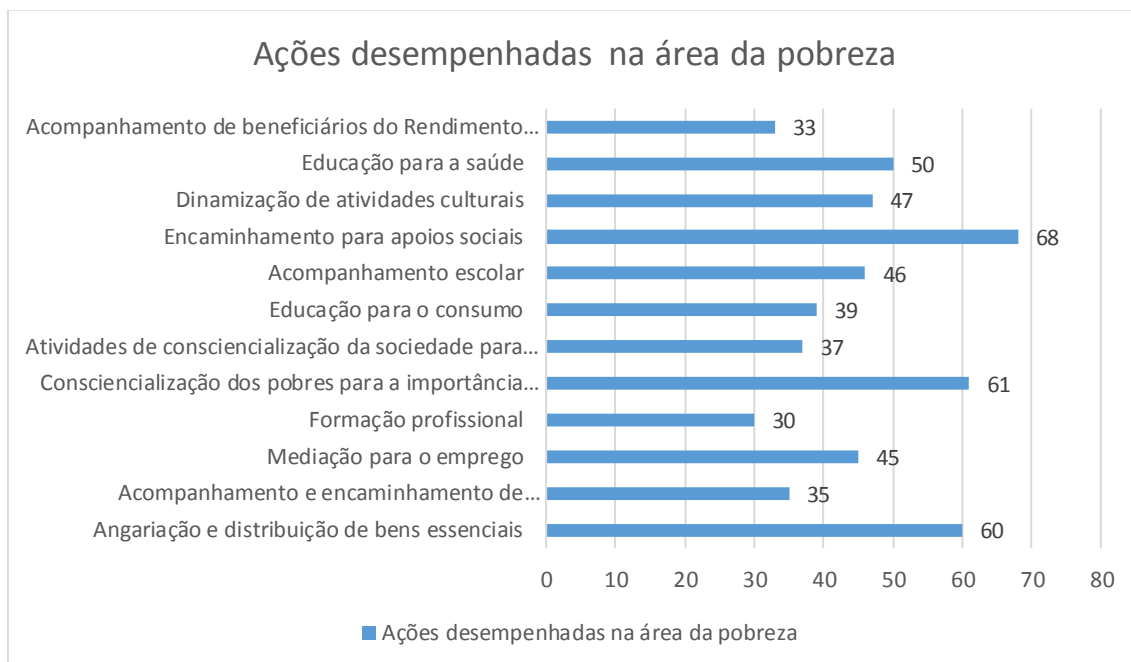


Dos inquiridos que trabalham ou trabalharam com funções de Educador Social, a grande maioria trabalhou com situações de pobreza.

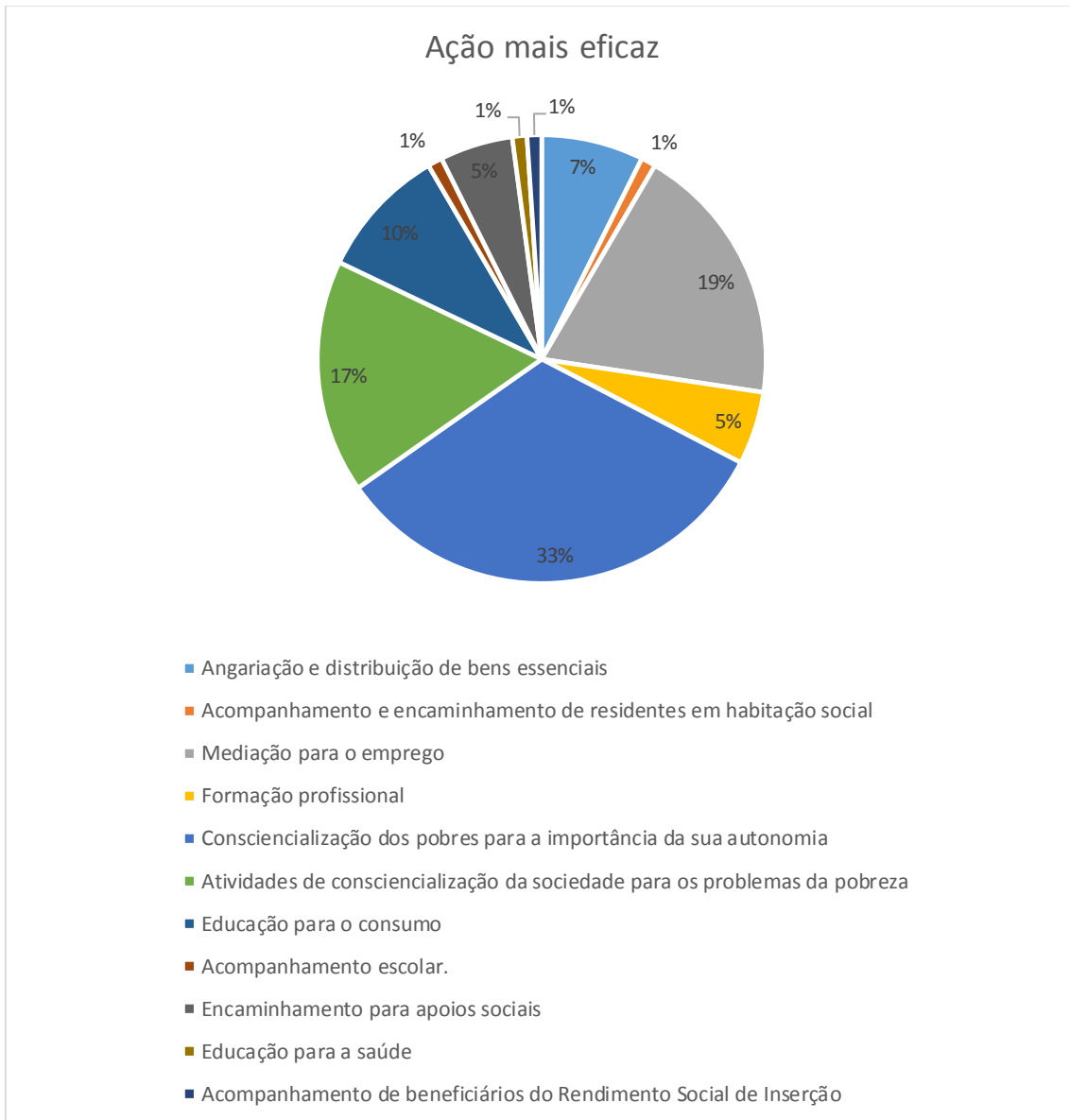


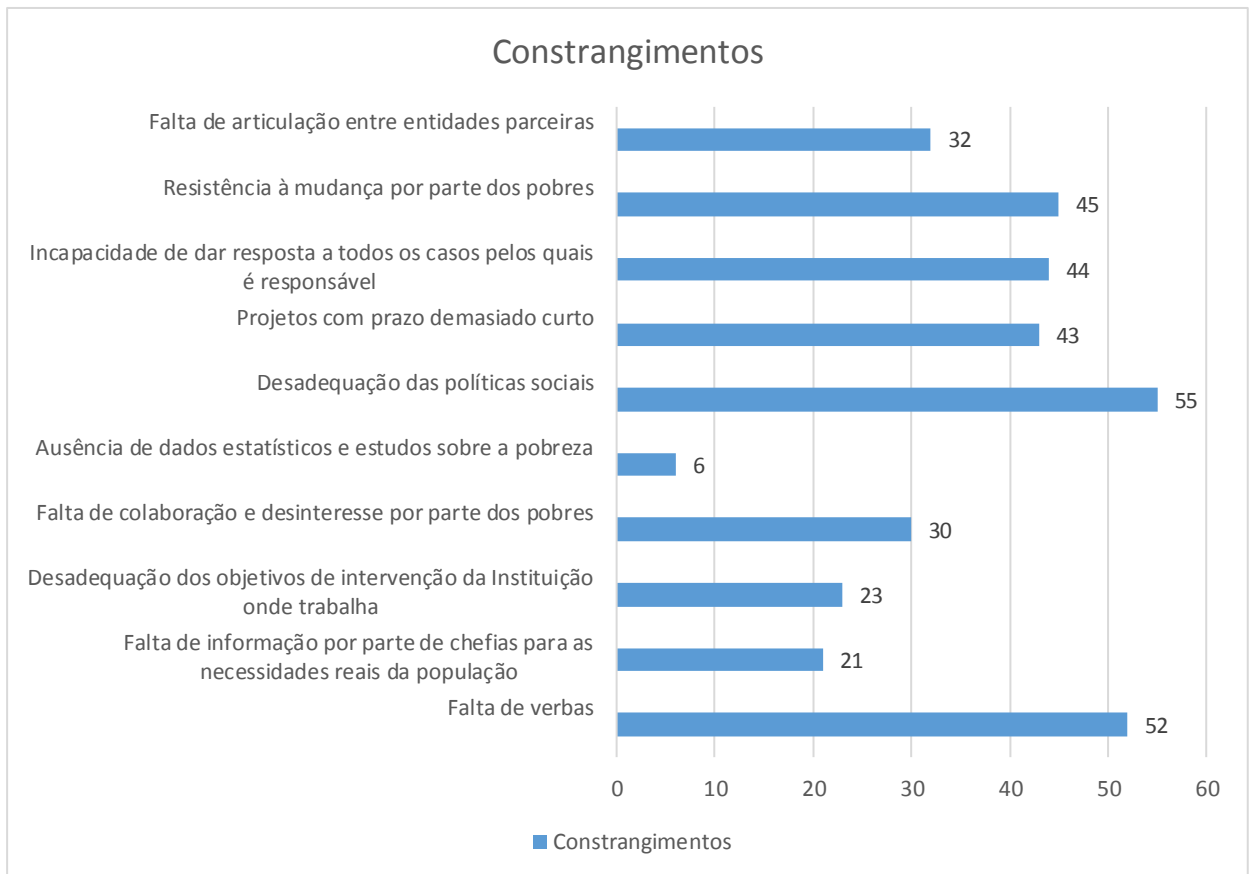
A grande maioria das instituições para as quais trabalham ou trabalharam, dedicam-se à pobreza mas também a outras áreas, ou trabalham a pobreza de uma forma indireta.





Relativamente ao trabalho que realizam na área da pobreza, as ações mais desempenhadas são o encaminhamento para apoios sociais, a consciencialização dos pobres para a importância da sua autonomia e a angariação e distribuição de bens essenciais. A ação que consideram mais importante é a consciencialização para a autonomia. Apesar da valorização desta ação, verifica-se que as restantes ações praticadas têm um caráter assistencialista, pelo que se pode inferir que, ou existem muitas situações graves e emergentes, ou o foco das instituições para as quais os Educadores Sociais trabalham ainda seguem a linha caritativa para solucionar a pobreza.





Os inquiridos consideram que a sua ação é dificultada, principalmente, pela desadequação das políticas sociais e pela falta de verbas. Os projetos com prazo demasiado curto e a incapacidade de dar resposta a todos os casos pelos quais é responsável. Existe também uma grande referência à resistência à mudança por parte dos pobres. Esta situação poderá existir pela conjugação de todas as outras, pois se as políticas são inadequadas, os prazos são muito curtos, não existe tempo nem condições para que a mudança abasteça.

Anexo III - Mini inquérito por questionário

Género

- Feminino
- Masculino

Idade

- 20-29 anos
- 30-39 anos
- 40-49 anos
- 50-60 anos

Qual é a sua situação profissional

- Trabalha como Educador Social
- Já trabalhou como Educador social
- Nunca trabalhou como Educador Social

Trabalha ou trabalhou na área da pobreza?

- Sim
- Não

Estaria interessado em colaborar como entrevistado para esta tese de mestrado?

- Sim
- Não

Nome –

Email –

Telefone –

Localidade de residência –

Anexo IV - Guia de entrevista

Tema	Questões a abordar	Notas
Caracterização do entrevistado	Idade	
	Residência	
	Habilitações académicas	
Situação profissional	Empregado como ES/Desempregado/Outros	
	Local de trabalho	
	Funções desempenhadas	
Trabalho realizado pela instituição	Área de intervenção	
	Ação na área da pobreza	
Perceções sobre a pobreza	O que é a pobreza/Ser pobre?	
	Ser pobre é só a satisfação das necessidades básicas?	
	Ser pobre influencia o exercício da cidadania?	
	É uma situação cultural?	
Situações de pobreza concretas	É geral ou tratam-se de casos marginais?	
	É crónica e persistente ou tem variações?	
	Transmite-se de forma intergeracional?	
	É assumida pelos pobres ou ignorada?	
	Qual é a relação com trabalho precário/desemprego?	
	De que forma a situação económica afeta a saúde e vice-versa?	
Ações concretas	Estratégias	
	Formas de avaliação – nº de apoios ou nº de pessoas autonomizadas?	
	Formas de análise – deteção dos casos vs reflexão das causas	
	Implicação dos pobres	
A função do ES na pobreza	Ação preventiva/ Ação curativa	
	Incentivo à autonomia vs encaminhamento para apoios sociais	
Erradicação/Diminuição da pobreza	É possível?	
	Papel do Educador Social	
	Entraves	

Anexo V Exemplos de transcrições de entrevistas

Entrevistado 3

E – Então em primeiro lugar gostava de te agradecer por teres aceite ser meu entrevistado. Gostava que... em primeiro, que falasses um bocadinho sobre ti, a tua idade, onde vives, qual foi o curso que tiraste...

E3 – Pronto, então, eu tenho 30 anos, vivo em Olhão, ah... licenciiei-me em Educação Social, e depois tirei uma pós graduação em serviço social, e outra pós graduação em Educação Social.

E – Tás neste momento a trabalhar?

E3 – Sim.

E – Como educador social?

E3 – Sim, sim!

E – Podes falar da... das funções que desempenhas, onde trabalhas...

E3 – Bom, eu trabalho em dois sítios. Trabalho no agrupamento de escolas Dr. Alberto Iria, em Olhão, e na Comissão de Proteção de crianças e jovens em risco de Olhão. No agrupamento de escolas Dr. Alberto Iria, desenvolvo as minhas funções no gabinete de apoio ao aluno e à família. Ah... portanto, ah... quando existe algum problema, seja de carácter social, seja a nível de... de assiduidade, de... de absentismo, ou de abandono escolar, deverá ser o diretor de turma o primeiro interveniente. Quando isso, ah... quando, portanto foge às mãos do diretor de turma, quando o diretor de turma já conseguiu fazer... tudo, ou quando não tem conhecimentos técnicos para intervir encaminha para este gabinete, onde... onde eu faço uma abordagem à família, e tento trabalhar com a família de forma a resolver aquele problema. Na Comissão de Proteção de crianças e jovens, o meu trabalho é um trabalho a nível de... de execução de medidas, não é?... previstas na lei de proteção de crianças e jovens em perigo, ah... portanto, desde a sinalização até à aplicação da medida e acompanhamento dessas medidas, é esse o meu trabalho, portanto, sou gestor de processos.

E – Ah... Tanto num lado como no outro, há alguma ação na área da pobreza? Portanto, tanto na escola como na CPCJ?

E3 – Diretamente, na área da pobreza, não. Portanto, eu trabalho com... com muitas famílias consideradas pobres, agora, não há nenhuma ação propriamente dirigida na área da pobreza.

E – hum hum... ah... trabalhas então com pobres, apesar de...

E3 – Sim, sim, a maior parte das famílias com as quais trabalho são... são famílias em situações de pobreza.

E – Ok... Ah... Consegues descrever alguma características gerais de... dessas pessoas? Normalmente se essas crianças e famílias têm características básicas...

E3 – É assim, de acordo com o... com a minha experiência, com aquilo que é a minha experiência diária de trabalho, os miúdos em situação de... de pobreza são miúdos sempre muito... desmotivados, ah... em relação à escola, que têm um grande nível de absentismo, por exemplo, faltam muito às primeiras horas, ah... são miúdos com pouca predisposição para a escola, ah... pelos mais variados motivos, porque depois sabemos, é porque se deitam tarde, ou é porque têm fome, ah... já tivemos situações em que chegámos à conclusão que eles não progrediam mais na escola porque havia fome, a última refeição que tinham comido tinha sido na sexta-feira na escola, e isto é, na segunda-feira, isto é, portanto... ah... são essas situações com as quais me... ah... me deparo. Famílias, ah... disfuncionais, ah, portanto, em que há ali um grande emaranhado de relações familiares, ah... pronto. Mais... Ah... são famílias que têm muita dificuldade em cumprirem com coisas que se comprometem, embora, reconheçam que têm esse problema têm dificuldade depois, por exemplo em cumprir acordos em que... em depois virem a reuniões que se marcam periodicamente, portanto, há... há avanços, mas também há muitos recuos, principalmente recuos, portanto acaba por ser frustrante também para quem tá a trabalhar. Porque muitas vezes confunde-se a resistência das famílias em mudar com o tempo que elas precisam para mudar. E realmente há famílias que precisam de anos para conseguir fazer alguma coisa para produzir mudança. Ah... pronto, assim de repente, de forma geral é isto.

E – Achas que estas crianças têm logo algum obstáculo para serem futuros cidadãos, de exercerem a sua cidadania? E as famílias, o facto de serem pobres é um obstáculo para serem cidadãos em pleno?

E3 – Eu acho que estão em desvantagem. Estão em desvantagem porque não... o acesso aos recursos, ah... não é... não é feito de forma tão fácil, não é? Ah... Porque a falta de meios económicos também os impossibilita de por exemplo, quando têm dificuldades de arranjar uma explicação, por exemplo, que é uma coisa que uma pessoa de classe média se calhar consegue ter acesso, ah... e porque também, depois há muita... a questão da repetição geracional, portanto eles vão muito atrás daquilo que os pais são, daquilo que os pais fazem, do percurso de vida dos pais, ah...

E – Transmite-se a pobreza?

E3 – Exactamente! Exactamente! Há muitos que me dizem que não... mas eu vou estudar para quê, então, o meu pai anda ao mar, ah... o meu pai ganha o dinheiro, e... e traz para casa, e quando não há dinheiro vai outra vez ao mar, e as pessoas dizem muito assim, no contexto muito particular que é Olhão.

E – Achas então que a pobreza também se pode considerar uma situação cultural?... A cultura pode influenciar na pobreza?... Ou não?

E3 – Pode influenciar na pobreza se essa cultura... ah... houver muito preconceito. Não é? Porque o preconceito depois, a meu ver, favorece a exclusão, ah... social, e... e a exclusão social tá ligada à pobreza, e isto é tudo um ciclo.

E – Ah... Mas preconceito por parte de quem?... De quem não é pobre?

E3 – Exatamente.

E – hum hum... ok, ah... consideras que a pobreza no... no contexto em que trabalhas, ah... é geral? Ou são casos marginais, são casos esporádicos? A pobreza observa-se de uma forma geral...

E3 – Eu, eu... acho que a pobreza, portanto, verifica-se de uma forma muito geral. Ah... Isso vê-se... Isso vê-se, por exemplo pela... pela quantidade de alunos que tem escalão A, não é? Que é... digamos, o escalão em que, onde as pessoas têm mais dificuldades económicas, ah... Eu, por acaso há pouco tempo estive a ver nos alunos do 1º ciclo, que serão há volta de uns quatrocentos, quatrocentos e cinquenta alunos, em que se calhar

uns... quinze, vinte não têm escalão. Não têm escalão. Todos os outros têm escalão A ou B. Portanto, acho que isto quer dizer alguma coisa, não é? A nível de habilitações literárias contam-se pelos dedos das mãos os pais que têm uma licenciatura, portanto, naquele agrupamento de escolas onde eu trabalho, não é? Isso também acho que quer dizer alguma coisa, não é? Eu, os alunos... É claro que eu não trabalho com os alunos todos, do agrupamento de escolas, mas aqueles com os quais trabalho, ah... haverão cinco, seis que serão mais classe média, tudo o resto são alunos considerados pobres.

E – Ah... O facto de os pais terem trabalhos precários ou desemprego influencia na situação de pobreza? Não tua opinião...

E3 – Sim. Sim, sim, sim, sem dúvida nenhuma. Porque, ah... as pessoas, é o que eu dizia há bocado, as pessoas aqui têm muito o hábito de... possivelmente em Olhão, de irem ao mar, e quando não há dinheiro é que voltam a ir. Ao mar, ou vão desenrascar-se, vender qualquer coisa, ou fazer uns biscates, mas esquecem-se que há surpresas na vida, não é? E então, quando há essas surpresas, depois, se for preciso não têm pão, não têm comida para comer em casa.

E – Então essa relação de trabalho precário é quase... quase voluntária? Ou não?

E3 – Ah... Muitas vezes é. Muitas vezes é.

E – Então as pessoas só vão tentar arranjar trabalho quando não têm recursos?

E3 – Sim, são pessoas que, muitas também acumulam com o rendimento social de inserção, por exemplo...

E – ok... Ah, Detetas casos em que a situação económica afeta a saúde? E vice-versa? E que a saúde afeta a situação económica?

E3 – Ah... sim, ah... Portanto, já tivemos situações de miúdos que tinham realmente problemas de saúde, e que por falta de... de... dinheiro isso não foi possível providenciar. A nível de medicação, tamos a falar de mediação, ah... psiquiátrica, ah... medicação para a estabilidade, para alunos hiperativos, por exemplo, ou com défice de atenção, ah... porque as pessoas não pensam no futuro, pensam no aqui e no agora. Hoje tenho medicação mas amanhã já não tenho, e não se preocupam com isso, só quando acaba é que se preocupam, e depois até terem uma consulta é complicado. E nós, depois temos de ser nós, técnicos a ter que andar a... a ir facilitar as coisas junto do centro de saúde, por

exemplo, para eles terem uma consulta e ser passado o mais rápido possível medicação, ou mesmo no hospital de Faro. A nível de... de higiene oral já tivemos situações de alunos com graves problemas a nível de dores de dentes, não é, por exemplo, que precisavam de ser tratados e não havia dinheiro para isso, ah, portanto... sim, sim, sem dúvida que influencia a parte da saúde. A parte da saúde influenciar a parte económica, pois com certeza que também deve influenciar, porque se a pessoa, se um pai ou uma mãe disserem, bem, vamos gastar dinheiro com esta consulta que têm muito importante, mas se calhar vão ter de tirar de um lado para pôr no outro, não é?

E – hum hum, ok... e será que haverá pobres por serem doentes?

E3 – pobres por serem doentes... ah... é possível, não é?... situações de pessoas que ficaram na invalidez não é? E que... e que não podem trabalhar, nós sabemos que a pensão de invalidez é... é muito pouca e não dá para uma família, muitas vezes, sobreviver. E é claro que isso pode arrastar para uma situação de pobreza, sem dúvida.

E – Sentes que há variações nas situações de pobreza, ou... ou é persistente, é crónica? Ah... ou seja, a situação económica do país, etc., tem influência, ou não notas...

E3 – Sim, eu acho que tem influência. Neste momento, julgo que as coisas estão um bocadinho melhores, acho que já tiveram piores. Mas sim, notou-se um grande agravamento da pobreza na altura maior da crise.

E – Houve mais casos, ou os casos agravaram-se?

E3 – Houve mais casos. Sim, sim, portanto as situações eram idênticas, mas houve mais casos.

E – ok... ah... os pobres, a família, as crianças, têm noção da sua própria situação de pobre, ou ignoram a sua própria situação?

E3 – Eu penso que as pessoas que sempre foram pobres... ah... ignoram mais essa situação. Ah... Aquelas que a sua família de origem já era pobre, vivem melhor com isso. Pessoas que entretanto caíram na pobreza, ou que, portanto, os pais ainda eram assim de uma classe média, e, e estas pessoas, por exemplo não... acabaram por sair cedo da escola e ir trabalhar, e ganham muito pouco, ah... essas têm mais dificuldade em aceitar a... a pobreza não é?

E – Ah... Apesar de não terem ações dirigidas para a pobreza, portanto a CP... é CPCJ?

E3 – Sim, sim

E – e... e a escola, ah... há alguma forma... a escola avalia as situações de pobreza? Tem em conta algum... A sua ação tem em conta essas situações, ou nem por isso?

E3 – Bem, nós quando, sempre que há uma situação, algo que possamos encaminhar, temos um processo de... de cada aluno, onde... onde temos uma espécie de inquérito, não é, que fazemos no primeiro atendimento à família, ah... onde é avaliado... portanto, é preenchida uma grelha com os elementos do agregado familiar, a profissão, a escolaridade, os rendimentos, é calculado o rendimento per capita, é portanto feita essa avaliação no início de cada... de cada acompanhamento.

E – mas tem algum objetivo, ou é só para ficar registado? O número de casos, ou tem depois alguma atuação, consoante...

E3 – Sim, tem, tem um objetivo, porque se verificarmos se existe ali poucos rendimentos, podemos propor às famílias se pretendem receber, se pretendem ser encaminhadas para o apoio alimentar, por exemplo, ou para algum... ah... apoio que a segurança social possa ter, muitas vezes as pessoas não têm noção dos apoios que, que... existem... ah... e serve também para despistar algumas situações, porque, também, esse inquérito ajuda-nos a conhecer melhor a família, e a família... imaginemos que há ali uma situação de... de negligência, ou de maus tratos de alguma forma... há muitas famílias que não têm noção que proporcionam esses maus tratos. Ah... e através do diálogo com a família neste primeiro atendimento, nós conseguimos ali descobrir outras coisas que estão atrás do absen... por trás do simples absentismo escolar estão outras coisas, e nós conseguimos aperceber-nos disso e trabalhar com a família, e muitas vezes encaminhar para a CPCJ. Porque, realmente, há muitas situações que são de perigo depois para as crianças.

E – Ah... A pobreza também influencia nos casos de violência e negligência? Ou nem por isso?

E3 – Sim, sem dúvida, eu acredito que sim.

E – Sim?

E3 - Sim!

E – E porquê? Há alguma explicação para isso?

E3 – É assim... ah... quando... porque as pessoas... como é que eu hei-de explicar? Ah... portanto, a pobreza... é mais a pobreza de espírito, digamos assim. (risos)

E – Ok

E3 – Porque as pessoas, porque são pobres, normalmente têm piores condições em casa, ah... por exemplo, humidade, não é, e isso pode ser... pode ser mau para as crianças, não é, as humidades. Ah... As pessoas que tem baixa escolaridade, não é, as pessoas têm trabalhos precários, porque associado à pobreza temos outros fatores como o alcoolismo, por exemplo, e isso tudo, ah... vai proporcionar outras formas também de violência, a violência doméstica, por exemplo, e isso depois também proporciona situações de perigo, de negligência, não é... não sei se me fiz entender...

E – Sim, então há mais casos de negligência e de violência em famílias pobres do que em famílias de classe média ou elevada?...

(pausa)

E3 – É mais visível. Acho que é mais visível. Ah... porque essas pessoas recorrem mais aos serviços. É esta a minha opinião, não é? Porque uma pessoa de classe média elevada, imaginemos que uma mulher tem... tem uma marca de violência doméstica, se calhar não vai a um hospital público. Não é? Se calhar vai ao hospital privado, e diz ao médico para ficar caladinho. Não é? Ah... As pessoas mais pobres não têm esses recursos, então recorrem a sítios, a hospitais públicos e... e os... qualquer cidadão, seja público, seja privado, tem o dever de denunciar estas situações, mas nos hospitais públicos isso é sempre feito. E quem diz hospitais públicos, diz centros de saúde, diz outras entidades em que as pessoas têm de recorrer, e por isso é mais visível, ah... essa, esses maus tratos, essa negligência... pronto.

E – Portanto neste caso até é positivo ser pobre. (risos) Nesta situação

E3 – Exatamente... se quisermos ir por aí até tem um lado positivo, não é?

E – Ah... Há alguma estratégia feita com as famílias pobres para superarem a sua situação dentro do contexto da escola?

E3 – É assim, nós quando a situação é muito precária, nós tentamos intervir de alguma forma ali na crise, não é? Proporcionando, portanto, aquela... aquela frase não dê o peixe, ensina a pescar, pronto. Nós tentamos ensinar a pescar. No entanto, muitas vezes

é preciso dar o peixe. Para que... para que as pessoas tenham cabeça para serem trabalhadas, não é? Então temos de apoiar de alguma forma ali, seja a nível de encaminhamentos de apoios para a segurança social, seja a nível alimentar a nível imediato, ah... e nas próximas semanas, pronto. Agora, o que é que nós fazemos, pois nós tentamos consciencializar as pessoas, não é? Porque se elas não se consciencializarem que também não estão a fazer nada por elas... consciencializa-las tem ali um problema, não é? Que é a questão... que é a questão da pobreza, e... e... por exemplo, temos de trabalhar, não é? Temos que trabalhar e como é que se vai trabalhar? Não sabe fazer um currículo. Ok, então vamos trabalhar essa parte. Vamos ajudar a fazer um currículo. Ah... Tem que... Ah... Não pode ir assim a uma entrevista, tem que se arranjar. Ah... tentamos também criar ali um empowerment, não é? Na pessoa, para que a pessoa sinta que é capaz. Ah... E é fazer um bocado desse trabalho com, com as pessoas, não é? E a par disso trabalhando sempre a parte do aluno, não é? Quando as situações são piores a nível de absentismo tentamos marcar todas as semanas uma reunião com o encarregado de educação do aluno, em que pedimos aos professores para preencherem uma ficha de como foi aquela semana, os alunos depois preenchem a mesma ficha, fazem uma auto-avaliação, e depois cruzamos ali aqueles dados para tentar perceber o que é que se pode melhorar, o que é que não se pode melhorar, e fazemos um acordo de semana para semana com os pais ou com o encarregado de educação e com o aluno. Com metas muito pequeninas e fáceis de... de atingir, para que a gente depois também possa elogiar na semana seguinte, para ir incentivando, não é? Ah... E então, ah... e sobretudo pomo-nos ali ao dispor para o que precisarem, não é? Ah... encaminhamos também para apoio psicológico quando... quando achamos que é necessário, muitas vezes é necessário não só os alunos mas também os pais, porque consideramos que se os pais não tiverem bem a nível psicológico os miúdos não... dificilmente vão estar, ah... e depois, diretamente, para resolver a situação de pobreza não temos aqui estratégias, não é? Mas temos todo um conjunto de ações que acreditamos que vão favorecer a saída desse ciclo de pobreza. Ah... mas se formos medir isso, nós não medimos isso propriamente, porque ali não é... não é esse o motivo da nossa intervenção, mas se formos medir acredito que a taxa é muito baixa. Ah... da saída dessa situação de pobreza. Já vimos algumas situações mas... mas não de pessoas que já eram pobres na sua família de origem, pessoas que já tiveram posses e que entretanto caíram na pobreza, e entretanto conseguem recuperar. Agora é

mais difícil aquelas pessoas que sempre foram pobres saírem dessa situação de pobreza. Tá de tal forma cristalizado que é difícil.

E – Ok... porque é que achas que não há uma ação direta, nas escolas, de combate à pobreza? Tendo em conta que é uma situação transversal?

(pausa)

E3 – porque é que... porque é que não há, não é?... Não sei! (risos) não sei responder a isso...

E – Mas achas que seria necessário?

E3 – Sim, sim, sem dúvida nenhuma. Acho que se devia apostar mais nisso.

E – fazer essa avaliação que tu fazes porque... de iniciativa própria, não é?

E3 – Exatamente! Sim, sim, sim, porque achei... até por acaso fui eu que criei o documento quando cheguei à escola porque achei que era necessário, não é? Tínhamos muito pouca informação sobre os alunos que estávamos a intervir, e eu acho que é importante conhecermos a... o modo de vida daquela família, ah... e eu tento ao máximo que não venha só o encarregado de educação, que venha pelo menos o pai e a mãe, se não for mais pessoas da família, porque eu acho que tem de se trabalhar numa perspetiva sistémica, porque... ah... só quando nós conseguimos perceber e conhecer o conjunto é que conseguimos trabalhar o aluno, ah... fica mais perfeita, digamos assim, a intervenção.

E – Portanto, achas que é possível o educador social trabalhar a autonomia das pessoas, e não só fazer encaminhamentos sociais.

E3 – Sim, sim, aliás, acho que é isso que distingue os educadores sociais dos assistentes sociais, e temos de uma vez por todas de definir isso. Não é? Porque os assistentes sociais fazem uma intervenção, na minha opinião, uma intervenção muito na crise, e a nível de encaminhamento, O centro do trabalho do assistente social são as políticas sociais, o trabalhar essas políticas, o encaminhar para... para esses sítios, não é? O educador social tem precisamente uma função de capacitar, de criar aquele empowerment nas famílias, para as pessoas saírem daquilo que eu costumo chamar de a ditadura do auxílio. Não é? Ah... porque as pessoas vivem eternamente nessa ditadura, não podemos só dar, dar, dar, temos de trabalhar as pessoas, e, e... as pessoas têm de tomar consciência que têm que

mudar, e que têm ali um problema, senão, dizer só sim, sim, sim, não vai resolver nada, não é?

E – ok, então... foste tu que criaste essas estratégias como profissional? Ou achas que tiveste bagagem teórica que te apoiou?

E3 – É assim, essas estratégias que eu uso na escola?

E – Sim.

E3 – Sim, fui eu... fui eu que achei que devia adotar...

E – Essas estratégias...

E3 - Sim.

E – ok. Ah... Achas que o educador social trabalha, ou deve trabalhar numa ação mais preventiva, ou numa ação mais curativa? Ou nas duas?

E3 – Eu acho que deve intervir nas duas... nas duas partes, eu acho que temos um papel fundamental nas duas partes. Agora, ah... aliás, cada vez mais, e a nível das escolas tenta-se trabalhar na área da prevenção, temos é aqui um problema grande que, que... estamos num país em que se quer estatística, estatística, números, números, e a... os resultados da prevenção veem-se a longo prazo. Não se podem ver no final de cada período, no final de cada ano letivo, não é? E se nós não cumprirmos esses objetivos no final de cada ano letivo, somos maus profissionais. Somos considerados maus profissionais. Portanto, tem de se fazer muita coisa na... intervir na crise, não é? E também se vai fazer prevenção assim, mas os resultados não são tão visíveis. Porque se só fizermos prevenção, e acho que o educador social podia fazer até só prevenção, mas depois não tinha resultados.

E – Até dado que no teu caso, a situação já existe, portanto não vale a pena prevenir uma coisa que já existe...

E3 – sim, sim, mas nós também trabalhamos na área da prevenção ali. Nomeadamente em articulação com outras entidades, a nível da prevenção de substâncias ilícitas, ainda há pouco tempo tivemos uma ação em conjunto com a DECO, a defesa do consumidor, a nível da economia doméstica, que foi muito útil para as famílias, ah... temos tido muitas ações, e com a DECO também. A nível da internet segura, vamos ter agora também uma ação com os alunos, e depois fazemos a mesma ação para os pais desses alunos, pronto.

Entre... entre outras situações. Temos também um projeto que é as turmas solidárias que por acaso sou eu que tou a coordenar esse projeto lá na escola, que é para despertar o espírito de solidariedade para com os alunos e de respeito com aqueles que são mais pobres e necessitados, onde temos tido testemunhos de pessoas que já fizeram voluntariado internacional, e a nível nacional, a darem os seus testemunhos na, na... nas aulas. Tamos a visitar instituições do concelho, e pomos eles, também a fazer angariações de alimentos e roupas para entregar a essas instituições, e tem sido muito, muito, muito interessante. Miúdos problemáticos, miúdos, muitos deles pobres... e é incrível como eles se dedicam a isto, e, e... e se portam bem, não é? São miúdos, nós temos muitas queixas a nível de comportamento, e que eles têm tanto gosto em fazer este trabalho.

E – Se calhar identificam-se um bocado...

E3 – Exatamente! Eles identificam-se.

E – Ah... Achas que é possível a diminuição, ou a erradicação da pobreza?

(pausa)

E3 – Erradicação da pobreza acho que não. Acho que é uma utopia. Ah... A diminuição da pobreza... eu penso que sim. Penso que... é possível essa diminuição. Basta haver, se calhar uma distribuição mais equitativa dos recursos. E a nível mundial, não é? Ah... E se calhar cabe a cada um de nós fazer alguma coisa por isso.

E – Como por exemplo?...

E3 – Como por exemplo, não discriminarmos os pobres, ah... acreditarmos sempre e incentivarmos, porque a mudança é possível, não é?

E – Qual é o papel do educador social nisso?

E3 – Nesta...

E – Algum papel específico na...

E3 - Nesta mudança?

E – Sim.

E3 – É fazer o seu trabalho, não é? (risos) E ser educador social, como eu costumo dizer, vinte e quatro horas por dia, que acho que ser educador social é uma missão, não é uma profissão.

E – ok... ah... Ou seja, se desempenhar simplesmente as suas funções, já está a contribuir para a diminuição da pobreza.

E3 – Acho que é uma questão de atitude. Eu acho que não podemos ser educadores sociais das nove às cinco a ter aquele papel, e depois sairmos para a rua e fazermos exatamente o contrário.

E – Quais são os entraves para o trabalho do educador social na... neste, neste trabalho, na diminuição da pobreza? Quais são os entraves que achas que há?

E3 – Em primeiro lugar é não haver muito trabalho para educadores sociais. Em segundo lugar... deixa-me aqui pensar.

E – Sim! (risos) Mas, para os que estão a trabalhar, por exemplo.

E3 – Sim, é muitas vezes as pessoas acharem que esse trabalho não é... não é necessário. É... muitas vezes as pessoas pensam que os educadores sociais fazem umas coisinhas, umas atividadezinhas com as famílias, não dão valor, porque as pessoas pensam muitas vezes que os educadores sociais não fazem nada, não é? Estão para ali! A fazer umas atividadezinhas e pronto. Ah... (pausa)

E – Achas que o principal entrave é a desvalorização da profissão?

E3 – Do trabalho. Não é tanto da profissão, que acho que isso já teve pior, mas do trabalho. Na escola eu noto que, aqueles professores que trabalham diretamente connosco e que nos pedem ajuda porque têm turmas mais problemáticas do que outras, esses, quando percebem o trabalho que se faz, e que se vê que se veem resultados, dão muito valor ao nosso trabalho. Ao nosso, e eu trabalho diretamente com uma psicóloga, portanto eu sou o único educador social naquela escola, mas falo sempre no conjunto, não é? Mas esses professores dão muito... dão muito valor ao trabalho que é feito. Agora outros que nunca... precisaram de... dos nossos serviços, digamos assim, não dão tanto valor.

E – Ok! Obrigada, então pela tua participação!

E3 – nada!

Entrevistado 8

E – Então, em primeiro lugar queria-te agradecer por teres aceite ser minha entrevistada. Gostava que falasses um bocadinho sobre ti, a tua idade, residência, habilitações académicas...

E8 – Tenho vinte e nove anos, se me perguntares para o mês que vem já tenho trinta, tenho o curso de educação social, depois tirei o mestrado de educação social, e antes disso ainda tenho dois anos de economia, um ano e qualquer coisa feitos, depois vi que aquilo não era a minha vocação...

E – Não tem nada a ver!

E8 – Mas continuo a gostar muito de matemática! Tenho sempre o bichinho, aliás, todos os trabalhos que vêm, aí a (...) é a matemática, mandam os moços todos para cima de mim, eu não gosto, mas pronto... Desculpa lá, diz lá?

E – E a residência.

E8 – Moro aqui em Olhão, há três anos, morei em Faro, sou de Grândola, não sou de Grândola, sou não sei de onde, nasci em Lisboa, e vim por aí até ir para Grândola, e vim para aqui estudar.

E – Ok! Tás a trabalhar neste momento?

E8 – Estou.

E – Como educadora social?

E8 - Como educadora social.

E – Ok, podes falar um bocadinho do teu trabalho? Onde trabalhas, o que fazes...

E8 – Então, tou a trabalhar numa associação, Verdades Escondidas, trabalho num bairro social que é o bairro da Armona, ah... essencialmente, aquilo à volta tem o Siroco e o dos pescadores, mas trabalhamos essencialmente com a população da Armona, algumas crianças que temos também são do concelho, mas essencialmente é da Armona. Ah, trabalhamos, então, com crianças, é o foco maior neste momento, temos trinta crianças, não dá para mais, estamos à espera do centro comunitário, ah... damos apoio ao estudo, depois fazemos atividades lúdicas nas férias, neste momento o nosso grande mini-projeto é ir com eles à Kidzânia, já temos o dinheiro todo para ir, temos andado a fazer bolos, e

a fazer com eles rifas e brigadeiros, tá tudo muito empenhado, ah... à parte das crianças também temos os adultos, há uma tentativa de fazer oficinas com adultos, há... uma vez por semana temos passeios, ah... oficinas de costura, depois, temos também uma oficina, que é semanal, que... trabalha várias coisas, passando pelos vídeos, culinária, ah... em com essas senhoras das oficinas também queremos levá-las, não à Kidzânia (risos), mas ao jardim zoológico, no mesmo dia, ah... e alfabetização também. Essencialmente é isto. Ah, e depois também damos apoio a jovens mães, com crianças até aos três anos, ah... fazemos visitas domiciliárias, através as CPCJ, ah... e mais, temos algum apoio a nível alimentar, aquilo que vamos conseguindo, ah... e depois a nível de preenchimento de papéis, de... para ler as cartas, para ajudar um bocadinho as pessoas dali. Essencialmente, acho que é isto.

E – Ah, sendo um bairro social, trabalhas na área da pobreza... consideras que trabalhas na área da pobreza?

E8 – Sim.

E – Mas a instituição em si é focada na questão da pobreza, ou... nem por isso?

E8 – Não, eu acho que depois é uma necessidade que aparece, ah... não está em lado nenhum, nenhum dos projetos, nenhuma das atividades, nós trabalhamos com aquelas pessoas nisso, mas diariamente acabas por trabalhar a nível de roupas, a nível de higiene, a nível de comida.

E – Ok, portanto, apesar de ser um bairro social com pessoas pobres não há um foco da instituição de combate à pobreza.

E8 – Não.

E – Ok, na tua opinião, o ser pobre é só não ter as necessidades básicas satisfeitas, ou é mais alguma coisa?

(pausa) (risos)

E8 - Boa pergunta. (pausa) Ai, não sei, é tão complexo. Se o João Filipe Marques tivesse aqui poderia responder a esta pergunta! (risos)

E – Não! Mas eu quero saber é o que tu pensas, se há algumas características comuns nas pessoas com quem trabalhas, se há algumas características comuna que tu reparas que são diferentes, que caracterizam as pessoas pobres.

E8 – Acho que às vezes é a falta de gestão. É a falta de saber gerir, de prioridades, acho que passa muito pelas prioridades das pessoas.

E – Não só falta de rendimento, mas...

E8 – É a falta de... não entender que há prioridades mais importantes que outras. Não podemos ter tudo o que os outros têm, porque é mais importante depois dar... pôr comida na mesa, ou não comprar montes de guloseimas, porque é mais importante o pão com manteiga. Coisas assim.

E – ok, então o que é que acontece derivado a isso, há algumas consequências derivadas da falta de...

E8 – Há! Há, primeiro porque esta falta de gestão, falta de prioridades, faz com que haja pessoas que gastem um salário todo num dia, porque é assim, é a loucura, porque queremos mesmo há muito tempo, e agora temos aquele dinheiro, e depois esquecem-se que ainda faltam trinta dias para acabar o mês.

E – Achas que o ser pobre influencia o exercício da cidadania? Ou é igual?

E8 – Bem... acho que depois depende da classe que estamos a falar. Agora pensando ali no trabalho, ali no bairro talvez sim, porque são pessoas com baixo nível de habilitações literárias. Não é? Não conheço outras realidades, mas se pensares por exemplo em mim, se tivesse algum azar, não é? Acho que isso não influenciaria, que tou mais instruída para outros temas, mas estas pessoas, sim, acho que a pobreza está ligada à falta de exercício, sim.

E – Ok, é pela informação que elas têm, ou formação que elas têm, e não pela situação económica...

E8 – Também.

E – Que afetaria, porque uma pessoa com estudos, pela tua perspetiva...

E8 – Já é uma pessoa, mais... mais informada.

E – ok. Achas que é uma situação cultural? A pobreza?

E8 – o que é a cultura?

(risos)

E – Boa pergunta, não é? (risos) Exatamente!

E8 – Não, olha, pensando nos bairros, às vezes é uma situação cultural. Se formos a ver, por outros lados, às vezes é, porque... os meus avós já moravam aqui. E já foram pais cedo. E já vivem do RSI. Isto tou eu pensando né? RSI, já viviam, e continuaram a viver, e depois vieram os meus pais, a morar na mesma casa, agora eu, para que é que eu vou estudar, e para que é que eu vou fazer mais, se eles vivem assim, e vivem bem, acabam por ter as coisas todas? Às vezes é.

E – Transmite-se de geração para geração.

E8 – Sim, sendo que, agora tou pensando não só aqui, mas casos que conheço de outros bairros, que há pais, até inclusivamente em comunidades ciganas, que já tentam que eles estudem, que eles se informem, porque sabem que aquilo não é vida. Ou que as feiras já não tão a mesma coisa do que antes, é importante eles estudarem, que é importante eles tentarem fazer outra coisa.

E – Então, achas que eles têm noção da situação em que vivem? A situação de pobreza é assumida pelos pobres?

E8 – Eu não sei se eles se consideram pobres, mas consideram que não têm tudo aquilo que outros têm. Ou que, pensando nos filhos, que se calhar os filhos quando forem adultos, já não conseguirão ter tanta coisa como eles têm agora. Porque há coisas que vão sendo cortadas, há coisas que não vão estando mais fáceis.

E – Ok. Achas que a pobreza é geral na nossa sociedade, ou tratam-se de casos marginais? Casos á parte?

E8 – Neste momento acho que é cada vez mais geral.

E – porque é que achas isso?

E8 – Vem da nossa conversa de há bocadinho... os salários estão cada vez mais baixos, as coisas tão cada vez mais caras, eu... não, eu não me considero pobre (risos), mas quando eu vim para a universidade a minha mãe dava-me um X, dava para a minha semana inteira, e dava para guardar algum dinheiro, e o X era bem pouco. Dava para, eu

também não fazia grandes disparates, dava para eu guardar! Eu lembro-me que um ano depois, a minha mãe me dava a mesma coisa, e era super difícil, eu já não conseguia guardar nada. E agora muito mais, se pensar viver com aquilo, teria que viver, não é, mas...

E – pois! Que remédio, não é? (risos) Ok, e achas que a pobreza que existe é crónica e persistente, ou tem variações? Consoante algumas interferências da economia, ou... a situação do país...

E8 – Eu acho que vais tendo oscilações. Porque... epah, isto já tamos a falar muito da economia, essas coisas assim... Políticas e tudo, mas... ah... sinceramente, às vezes é um bocadinho psicológico, pensar... porquê? Porque dá na televisão, que agora as coisa tão más, então agora não vamos todos gastar, agora a vida tá muito cara, mas se calhar às vezes não tá assim tanto...

E – Daí a pergunta, será que é mesmo assim, ou...

E8 – Não sei.

E – Ou é impingida essa informação...

E8 – Eu acho que é um bocadinho impingido. Se bem que as coisas agora tão mais feias que há uns anos atrás. Isso é verdade. Mas às vezes tamos bem... como é que eu hei-de explicar? As coisas se calhar tão um bocadinho menos mal do que aquilo que a gente faz, porque... como é que eu hei-de dizer? Se eles nos forem dizer que isto tá muito mal, e então a gente entra todos em pânico, vai que ninguém gasta dinheiro, e depois toda a gente a queixar, e então a economia ainda piora mais, ou seja, se calhar as coisas não estariam tão mal, tão más, se fossem apresentadas de outra maneira. Tás a perceber?

E – Hum, hum!

E8 – As coisas, se calhar às vezes pioram, ai... já tamos a falar muito de política! (risos) Mas eu acho que isto é matemática básica. Se tu dás pouco às pessoas, as pessoas vão gastar pouco, se vão gastar pouco a economia não anda. Não é? Se eles dessem um bocadinho mais, mesmo que as coisas tivessem mais caras, mas já havia dinheiro a circular, há dinheiro a circular, as coisas tão um bocadinho melhores. Percebes? Vamos assustar, as coisas tão más, vamos guardar, não vamos gastar... Tás a perceber?

E – Tou a perceber perfeitamente! (risos) ok, pronto, então se calhar tem a ver, não com a pobreza a aumentar, mas com a pressão.

E8 – Acho que sim, às vezes é. Acho.

E – Achas que o trabalho precário e o desemprego também são relacionados com a pobreza?

E8 – Acho que sim.

E – Sim?

E8 - Acho que sim. Eu já não sei para quem tá pior. Porque se tu fores a pensar nos mais velhos, trabalho precário, quanto mais velhos são, mais difícil é. Mas por outro lado, nós, eu não sei se me encaixo, se não, mas...

E – Vais fazer trinta... (risos)

E8 - mas, para nós também, ah... há estágios... olha, eu vejo o meu exemplo, eu já é o segundo estágio que tou a fazer. E tou a pensar, se calhar vou tirar um doutoramento para poder fazer outro estágio a seguir. Senão não tenho trabalho. Ah... volta lá a fazer a pergunta! (risos)

E- Se o trabalho precário e a pobreza são relacionados.

E8 – Ah, tão. Tão. Por exemplo, alo há várias famílias que vivem do mar. Ou vivem da hotelaria, e isto são trabalhos que são sazonais. São precários, são sazonais. É complicado depois uma pessoa... depois é uma bola de neve, não é? Eu tou X meses desempregado, vou criando dívidas, depois vou, vou pagar dívidas, mas esses três ou quatro meses que tou a trabalhar não dá, e volto outra vez, acho que depois disso começa a ser um espiral.

E – E a nível da saúde? A situação económica afeta a saúde, e vice-versa?

E8 – Eu acho que sim. É assim, eu não falo porque sei, mas as pessoas talvez... eu penso no meu caso, eu em última hipótese vou ao médico, porque é muito caro ir ao médico. Eu ando há um mês com a perna aleijada, ainda no outro dia tava a dizer, eu prefiro ir primeiro a um massagista que é mais barato, para ver se ele me trata da perna, mas tratou, antes de me meter no médico e pagar um balúrdio, ou então ir pedir uma consulta, só para daqui a dois ou três meses ter a consulta...

E – Com sorte.

E8 - Com sorte, sim! (risos) ok, mas pronto. Eu acho que sim que as pessoas não vão ao médico, ou compram aqueles medicamentos, pronto já tens os genéricos, eu também sou a favor dos genéricos, mas, não vão ao médico, vão... automedicam-se, que é mais barato ir à farmácia perguntar o que é que receita para isto, do que ir ao médico, além de esperar, pagar consulta, essas coisas todas.

E - E vice-versa? Ou seja, a saúde afeta a situação económica?

E8 - Isso eu não sei. Nunca pensei nisso, não sei.

E - O facto de tar doente pode implicar que se torne pobre, ou que se mantenha na pobreza...

E8 - (pausa) Não... não vejo por aí, mas... mas não sei... às vezes, se calhar... talvez... pensando especificamente numa coisa de saúde que eu acho que ninguém trata que é dos dentes. Se eu tiver os meus dentes todos podres, e assim, ninguém me vai dar trabalho não é? Quer dizer, não é ninguém me vai dar trabalho, mas, percebes, é diferente não é? Isto é a nossa imagem, e... e acho que sim. Não vão dar trabalho porque eu não vou para um escritório, não vou ser a primeira cara que as pessoas veem, assim, desdentada, e... acho que sim.

E - Voltando ao trabalho que realizas, já me disseste que a instituição em si não analisa a situação da pobreza, mas há algumas estratégias que vocês façam para combater a pobreza? Que vocês tenham, aliás.

E8 - Sim, Como te disse a única coisa que... a única, pronto. A nível da roupa... há pessoas a que a gente dá sapatos, principalmente... não só para os bebés, mas também para as crianças, isso é importante. E da comida, que é uma ajuda no momento, não é? Mas há pessoas ali, que no Natal tiveram alguma coisa na mesa porque nós arranjámos algumas coisas e eu acho que... que isso ajuda, e pessoas tão ali de manhã a perguntar... um papossec, que eu não tenho nada em casa para comer.

E - Achas que se a instituição fizesse uma reflexão sobre essa situação, se calhar criavam estratégias de intervenção, e o foco seria diferente?

E8 - Acho que neste momento a instituição também não tem capacidade para isso. A nível de estrutura física. Ah, uma das coisas que eu gostaria, e que já falei, que tá a andar para a frente quando se tiver o centro, é um protocolo com o banco alimentar. E outras

das coisas que se quer ter é a cantina social. Por isso eu acho que sim, que já se está a pensar e que se vai pensando em coisas, mas é preciso ter estrutura para isso.

E – As pessoas com quem trabalhas são, fazem parte do processo de criação das atividades, ou são criados pelos técnicos e pela direção? Com as crianças provavelmente não, mas as famílias com quem vocês trabalham.

E8 – Nós tentamos, ah... tou a pensar especificamente na estagiária que nós temos lá. E... umas das coisas, nós estamos sempre a perguntar o que elas querem, e uma... pronto, não só falando aqui porque tou há relativamente pouco tempo, uma das coisas que gosto de fazer é exatamente coisas que as pessoas gostem, ver o que elas gostam e tentar-lhes dar. Mas com os miúdos, ah... ainda não aconteceu, mas uma das coisas que eu fazia no meu antigo trabalho é exatamente com os miúdos, pô-los a eles a criar as atividades. Agora, por exemplo, eu tinha uma atividade às sextas-feiras, que era um... era sempre alguma coisa lúdica, e havia dias durante a semana que eu metia os miúdos, dava-lhes uma folha e dizia: olha agora pensem lá, o que é que vocês querem, que material é que vocês querem, e eles próprios iam fazendo, e na sexta-feira, eu trazia as coisas todas e era a atividade deles. Aqui não aconteceu muito, tentámos uma vez ver através de desenhos, mas ainda não funcionou. Ah... Vais ter de me fazer a pergunta outra vez... (risos)

E – Não, tás a responder, se eles fazem parte do planeamento das atividades.

E8 – Vai-se tentando fazer. Ainda pouco, mas eu tento que, nas coisas que vou fazendo, e aqui ainda não muito, mas outras que fui fazendo, tento que sejam as próprias pessoas também a fazer. Sendo que depois... pronto, eu dou-lhes o material, faço muita coisa, mas que eles sintam as coisas deles. Tou a pensar especificamente no (CLDS) onde eu tive, nós fizemos, por exemplo, com os miúdos uma festa de S. João, em que ainda hoje os miúdos falam na nossa festa, porque foram eles que escolheram as músicas, nós juntos fizemos tudo, pronto, eles fizeram as faixas, fizeram tudo, e foi uma coisa que eles queriam. E eu gosto sempre disso e que... opah, para as pessoas sentirem aquilo também deles.

E – Claro. E em relação à famílias, as famílias participam, ou não...

E8 - Com os miúdos? Aqui?

E – Também, e aquelas grávidas... aquelas mães com quem vocês trabalham.

E8 – Pouco.

E – Mas porque não querem? Ou porque ainda não conseguiram chegar...

E8 – Eu acho que o espaço não ajuda.

E - Ok, há limitações físicas.

E8 – Há limitações físicas.

E – Ok, não é possível que isso aconteça.

E8 –O espaço é muito pequeno. Há uma das raparigas que nós apoiamos, ah, temos uma oficina, pois é, esqueci-me, uma das raparigas que nós apoiamos, isto começou com uma atividade com a MOJU, fizemos uma parceria, ah... e era uma vez por semana ia uma rapariga lá, e era uma oficina de empreendedorismo. E, entretanto acabou isso, e continuámos com uma das raparigas que nós apoiamos a fazer uma vez por semana. Ela vai participando, vai fazendo umas coisas, e o objetivo também é... exatamente o que ela gosta... não só o que tu precisas, mas o que tu gostas. Vamos fazer, por exemplo, ela gosta de biscoitos, e então, ela gostava de fazer, já fizemos um dia biscoitos, e agora, outro dia tivemos a criar umas caixas para ver se ela faz.

E – ah... Achas que os educadores sociais trabalhar, de uma forma geral, de uma forma mais preventiva ou curativa da pobreza, ou as duas?

E8 – As duas. Porque é assim, a pobreza já existe. Não é? Se vais só prevenir... é que ela já lá está. Ah... Eu acho que das duas maneiras. E aliás, acho que interligam-se.

E – De que forma achas que se interligam?

E8 – Pensando nos bairros onde tenho trabalhado, tens, apesar de serem bairros sociais, tens pessoas diferentes, e se calhar, falando da pobreza, níveis diferentes de pobreza, níveis diferentes de cultura, ah... e eu acho que se interliga por isso mesmo.

E – ok... ah... achas que é possível promover a autonomia das pessoas? Achas que é uma tarefa possível?

E8 - O que é... que o Paulo Freire disse? (risos)

E – Pois a questão é essa. Se a teoria... (risos)

E8 – Pronto. Eu acho que é possível. É urgente... como é que é?... Eu acho que é possível, mas que é muito difícil. Eu acho que é muito, muito difícil, e, falando da pobreza, leva a que... falando da crise, que leva a que tudo o que tu tenhas seja através de projetos, e projetinhos, e projetões, que têm seis, meses, um ano, três anos, acaba, e depois vamos embora, não é possível mudar nesse tempo. Porque as coisas levam tempo. Leva tempo, primeiro a aceitarem-te. Voltando ao meu trabalho anterior, eu tive um ano e meio lá. Ao fim de um ano é que as pessoas, principalmente, falando da comunidade cigana e tudo, passado um ano é que as pessoas começaram a confiar em mim. Ah... porque eu não posso chegar lá e dizer: ah, vocês aqui tão tão mal, vocês agora vão limpar isto tudo, tás... tás a... vai à merda, não é? (risos) desculpa lá! Depois faz um pii. Mas é verdade! Não é um projeto de um ano, ano e meio, três anos que vai mudar, por isso... vais ter de fazer a pergunta outra vez, porque... eu...

E – Não, tás a responder à pergunta (risos) Tenho de começar a marcar as entrevistas para de manhã! Sim, é isso, se é possível a promoção da autonomia.

E8 – Ah, pronto, eu acho que é, mas pensando as coisas de outra maneira, não sendo... trabalhar com as pessoas só um bocadinho ali, a seguir vem outro, e faz umas coisas muito engraçadas, porque essas coisas engraçadas são importantes, para criares uma empatia com as pessoas, para as pessoas te conhecerem, para depois as pessoas começarem a falar contigo, para depois as pessoas começarem a criar laços contigo, e depois conseguires começar a falar com elas, e perceberem o que é que tem de mudar, porque uma coisa é eu chegar e ver. Ah, isto agora vai ter tudo de mudar, e ser igual como é na minha casa. Não. Não é? Ah... E para isso é preciso tempo. E para além do tempo é preciso serem as mesmas pessoas, e deixar, e não pensar só na porcaria dos números...

E – Achas que é por isso que por vezes há a tendência a encaminhar para os apoios sociais, a criar medidas assistencialistas...

E8 – Acho que sim, porque se formos a ver, essas são as únicas coisas que tão lá a tempo inteiro. Não é? A segurança social tá lá sempre. Há gabinetes que tão lá sempre, que são importantes, eu não sou contra o assistencialismo, acho que é super importante. Porque, a gente sem os dentes bonitos não vamos fazer nada, não é? Vamos aprender a ler e a escrever e isso tudo, mas se também não tiver apresentável, também não vale a pena porque temos que ver o outro lado não é? A entidade empregadora também não vai dar, ok, sabes ler e escrever, mas cheiras mal! Não é? Pronto. Ah... é isso. (risos)

E – Achas que é possível a erradicação ou a diminuição da pobreza?

E8 – Opaahh!! Se não fosse possível eu desistia! Ia já... ia para economia outra vez. Eu acho que é possível, mas é o que eu tava a dizer-te outra vez, é possível... por um lado, pensar, se a pobreza acabar, nós também ficamos desempregadas, para sempre (risos). Temos de procurar outra profissão. Eu não sei até que ponto é possível a pobreza acabar. Eu acho que isso seria, se eu acreditar em utopia, isso seria utopia. A pobreza acabar seria mexer em montes de coisas, não é? A nível político, a nível... sei lá, coisas que nem imagino, ah... eu gosto de dizer que sim. Ou pelo menos diminuir, ou pelo menos haver uma mudança. Mas... se é possível... às vezes tenho vontade de dizer que não, porque...

E – Porquê essa tendência?

E8 – Opaah, porque se tu fores a ver a nível mundial, para a pobreza acabar era o colapso do mundo. Não é?

E – Seria?

E8 – Não sei, mas pensando, teríamos todos um carro, eu não sei se isso... se tivessem todos um carro, o mundo já tá como tá. Termos todos uma casa. Não sei, olha não sei. Acho que... eu tinha de ir pensar e amanhã responder se a pobreza podia acabar. (risos) Acabar a pobreza...

E – Dá que pensar não é?

E8 - Dá.

E – ok. Também podemos combinar para amanhã. (risos) Mas entretanto, qual seria o papel do educador social na erradicação ou diminuição da pobreza? Nós como profissionais...

E8 - Ai, tanta coisa para fazer! Não só na formação, mas na informação. Depois, na mudança de mentalidades, na... ai, tanta coisa! Clara!

E – Diz!!

E8 – Não, eu não sabia por onde começar. Sendo assim, num bairro, como é que vamos começar por isto? Primeiro vamos começar por explicar às pessoas, que moram numa casa, e quando a gente vai lá bater à porta, não se podem queixar que ninguém lhes quer dar nada. Explicar-lhes que aquilo é uma casa, não são dez euros de renda, não é? Quando

dizes que pagas quatrocentos, quinhentos euros de renda, as pessoas... ai, como é que?... Pois! Qual seria o nosso papel? Não sei. Eu quando tava em casa a pensar se me perguntasses o que é ser educador social. Começa por aí. Eu não te sei explicar o que é. Quando me perguntam a mim eu não sei responder. Porque acho que nós não somos uma profissão. Nós somos pessoas com uma vocação, primeiro. Aquilo, a parte do social, ou tu gostas, ou tu sentes, ou tu não sentes. Porque explicar não, eu... o meu marido não percebe o que eu faço. Acha que eu ando aos pinotes, eu às vezes ando aos pinotes, ando só a brincar, ah... portanto, acho que não se explica. Depois, andamos aos pinotes, olha eu já... já dei alfabetização, mas também já limpei rabos. Como educadora social. Já limpei crianças, já limpei ranho, já... já quase levei chapadas. Graças a Deus nunca levei nenhuma, mas já tive perto... vá lá, mas soube ficar no meu sítio, já engoli muito sapos, já evitei engolir outros, ah... sei lá, olha, não percebo nada de música, já ensaiei um coro. (risos) E se me ouvires cantar... se eu disser isto à minha irmã, que é música, ela diz; tás a gozar comigo! Tu que não tens musicalidade nenhuma! Há anos que ela tenta ensinar-me uma música, só um trechozinho, e eu ainda não consigo. E já ensaiei um coro. E já mexi numa mesa de mistura. E já fiz trinta por uma linha. E considero que isso é ser educadora social. Epah... já, já fiz bolos, sei lá o que é que eu já fiz. Já fiz tudo e mais alguma coisa. (...) Tou a pensar, isso é uma pergunta muito difícil.

E – pois, é um campo muito vasto, não é?

E8 – Sim, porque, primeiro, o que é que é a pobreza? Não é? Já faltava cá o João Filipe Marques! Para explicar.

E – Não, eu quero saber o que é que os educadores sociais pensam sobre isso!

E8 – Sobre a pobreza.

E – Sobre a pobreza e o que é que podem fazer por isso.

E8 – Eu não sei o que é a pobreza, eu não sei se a pobreza é ter um carro todo XPTO, e depois não ter nada em casa para comer. Não é? Se é ter uma bruta de uma casa e lá dentro não ter recheio nenhum. Se consideras pobreza uma pessoa que vive com meia dúzia de tostões todos os meses, mas que anda limpa, que é bem educada, que se calhar cumpre o seu dever cívico, ela é pobre ou não é pobre? Que mal ou menos consegue ter as refeições para os filhos, que os filhos andam sempre limpinhos, e afinal são pobres ou não são pobres? Não é? Eu também não te vou responder a essa pergunta porque eu não sei. Não

é? Qual é o meu papel no meio disto tudo? Oha, o meu primeiro papel, eu acho que é chegar e olhar. E... e tentar meter-me nos sapatos das outras pessoas. Porque... mesmo outras pessoas que tão lá a trabalhar, isto pensando em várias coisas, eu não... epah, tu julgas sempre. Mas eu não posso, e aprendi isto há dois anos, eu não posso chegar, e com os meus “Pre-Conceitos”, não é? E conheci no meu anterior trabalho montes de gente que... pensando, a minha ideia de cigano, é cigano, vive do RSI, que... vivem do RSI é pobre, mas há pessoas que... pobre não significa que seja porco, não é? Mas que têm casas, não têm grandes luxos lá dentro, mas têm casas impecáveis, que têm casas bonitas, apesar de serem pequeninas, os miúdos andam sempre impecáveis, não passam fome, apesar de terem pouco. E isso é, eles são pobres, ou não são pobres? Não me vais responder?

E – Não, não, não, eu não tou aqui para dar respostas. (risos)

E8 – E qual é o meu trabalho aí? A dizeres, vejam... não sei qual é o meu trabalho aí!

E – O que é que tu fazes?

E8 –Eu às vezes não sei o que é que eu faço. O que é que eu faço? Eu sou muito de impulsos. Eu gosto de planear, eu sou ambígua, também, deve ser. Gosto de ter as coisas planeadas, mas também gosto de ter a liberdade de chegar ao momento e mudar tudo. Não é nada daquilo que eu tinha pensado. Vamos fazer outra coisa. Porque trabalhamos com pessoas. E para mim aquilo pode ser muito lindo, e se calhar eu pensei naquilo ontem, e ontem eu pensei naquilo para fazer amanhã, e depois eles chegam lá e têm um humor diferente, e não lhes apetece fazer aquilo, e então, isso é a mesma coisa, o que é que eu posso fazer? Eu acho que é só no dia-a-dia. É ir vivendo com as pessoas, é ouvindo as pessoas, a maior parte do tempo é ouvir... engolir muita coisa também, porque é engolir muita coisa, e ... e depois com o cenário que temos à frente é agir devagarinho. Por isso é que as coisas têm de demorar tempo. Porque ninguém gosta que lhes entrem pela casa adentro e agora vamos mudar isto tudo porque não é assim, ou vamos limpar a casa, porque a casa tá suja. Pois, então vamos ver porque é que a casa tá suja. Vamos ver se nos deixam entrar. Não é? Se temos permissão para entrar, primeiro. E qual é o nosso papel? O nosso papel é tentarmos ser... não queria dizer amigos... não é ser pares das pessoas. Se calhar é uma palavra entre os amigos e os pares, é tentar criar os laços necessários com as pessoas para depois se ver o que se pode fazer. Porque eu acho que

não há uma receita. Vamos lutar contra a pobreza, primeiro saber o que é a pobreza, não é? Eu depois vou ler a tua tese para descobrir o que é... (risos)

E – Não sei se vou conseguir!!!

E8 – Porque eu acho que isso é muito complicado. É isso que tou-te a dizer, tens vários tipos de pessoas, e... cada casa é uma casa, e cada pessoa é uma pessoa, cada pessoa tem a sua história de vida, cada pessoa vive ali por um motivo, há pessoas que tão nos bairros desde que os bairros foram construídos, outras que foram obrigadas a ir para ali, outras que estão porque já nasceram ali, outras que estão, mas que rapidamente conseguem sair dali porque percebem que precisam doutro espaço, e não posso pensar numa solução para essa gente toda.

E – Têm de ser muitas.

E8 – Sim, e com tempo. Volto a dizer, é o tempo que falta para trabalhar com as pessoas, e sem números, também. É bonito. Os números é uma coisa que...

E – Os números atrapalham o trabalho dos educadores sociais?

E8 – Se atrapalham? Quer dizer, e depois tu consegues dar a volta (...) mas se eles querem números, a gente dá-lhes números, e todas as pessoas que agarrava, fazer ficha, mas na verdade, trabalhei com X pessoas de um lado, e X noutro, número restrito, e fico contente que assim tenha sido, para que aquele trabalho com aquelas pessoas tenha sido produtivo e tenha dado algum fruto. Nem que seja uma pessoa. Nem que seja uma que eu diga, olha isto mudou para esta pessoa.

E – E mais entraves para o trabalho do educador social? Consegues dar mais alguns exemplos?

E8 - Além do tempo, da falta de dinheiro, da pressão dos números. Eu acho que é essencialmente isso, são os recursos. Querem que tu faças coisas lindas e maravilhosas com dois tostões. Tu acabas por gastar uma parte do teu ordenado para poderes fazer alguma coisa que as pessoas mereçam. Não é só chegar ali e irmos dizer, epah, vim para aqui porque hoje tá escrito na ficha, assinem lá aí. Vamos fazer uma coisa que as pessoas mereçam também. Não é dizer, olha estou aqui só para preencher o ponto, tão a pagar-me para isto, vamos lá fazer qualquer coisa para me ir embora. É verdade.

E – Que balanço é que fazias a esta entrevista e deste tema?

E8 – Ai... para variar, tudo o que tem a ver com a educação social deixa-me cheia de dúvidas, ah... eu não sei o que é a pobreza, não sei bem às vezes o que ando a fazer, ah... mas tudo o que tem a ver com a Educação Social tenho a certeza que tou no sítio certo.

E – A vocação sabes que tens, o resto não sabes, não é?

E8 – O resto vai-se fazendo, mas que eu amo aquilo que faço, sim. As pessoas... olha, se eu fosse rica, tenho a certeza do que é que fazia, e que... e por as pessoas. Por as pessoas com quem trabalhamos, e que valem a pena. O meu balanço é que me deixaste com montes de duvidas.

(risos)

E – Ok! Obrigada!!!

Anexo VI – Análise de conteúdo

Caracterização dos entrevistados

Foram entrevistadas 12 pessoas, com idades entre os vinte e cinco e os sessenta anos.

Todos os entrevistados residem no Algarve, e têm a licenciatura de base em Educação e Intervenção Comunitária e Educação Social, frequentadas na Universidade do Algarve.

Entre os entrevistados existem pessoas que trabalham com a função de Educador Social, que já tiveram funções de Educador Social, e que nunca tiveram funções de Educador Social.

Os locais de trabalho são essencialmente IPSS, Agrupamentos de Escolas e, e Administração Regional de Saúde do Algarve.

As funções dos educadores sociais entrevistados são variadas: Atendimento, encaminhamento, mediação familiar, gestão de processos, acompanhamento escolar, promoção da autonomia, animação sociocultural e orientação profissional.

Trabalho realizado pelas instituições

1 - “Esta intervenção era feita maioritariamente em meio escolar, no combate ao insucesso e ao absentismo... na promoção da cidadania, e... da interculturalidade...”

Intervenção em meio escolar

“promoção e com a prevenção da saúde”

Educação para a saúde

3 – “a nível da prevenção de substâncias ilícitas”” a nível da economia doméstica”

5 “a nossa instituição é vocacionada para a saúde, nomeadamente na área dos comportamentos aditivos e dependências”

Não existe nenhum trabalho concreto na área da pobreza.

7 – “e no fundo era muito para instituir as regras básicas do dia-a-dia”

8 – “damos apoio ao estudo, depois fazemos atividades lúdicas nas férias”

9 – “O que já era feito era a parte da entrega dos alimentos aos utentes. Pronto, e depois foi criada um... um sistema de responsabilização ao utente”

10 – “dávamos... distribuíamos preservativos, falávamos um bocadinho sobre... às vezes mesmo só o falar já era... elas já se sentiam”

Trabalho realizado na área da pobreza

1 – “e tem o Banco alimentar, é um mediador do Banco alimentar”

2 – “nós tínhamos banco alimentar” “quando o utente nos aparecia lá com graves carências económicas e, e... alimentares, e etc., tentávamos suprimir também... por aí.”

Assistencialismo
Os Bancos alimentares são uma constante. O trabalho na área da pobreza baseia-se em alimentar e vestir as pessoas.

4 – “e há outras parcerias, outras, outros grandes supermercados que depois vão colmatando as necessidades alimentares.”

5 – “Portanto, acordar de manhã, fazer um banho, fazer a higiene, tomar o pequeno-almoço, e... e eu vejo, e sei que há muitas pessoas que a única forma de ter aquela rotina é ali dentro.”

8 – “nós trabalhamos com aquelas pessoas nisso, mas diariamente acabas por trabalhar a nível de roupas, a nível de higiene, a nível de comida.”

9 – “O que já era feito era a parte da entrega dos alimentos aos utentes. Pronto, e depois foi criada um... um sistema de responsabilização ao utente”

Noções de pobreza

1 – “a pobreza é um aspeto que tem a ver com questões... estruturais.” “E muitas vezes nós dizíamos, especialmente com os miúdos, com a comunidade cigana, que andávamos num carro sem rodas. Porque no fundo nós temos um carro, mas a base não tínhamos. Eu acho que a pobreza está nessa base, está nas questões da habitação, que é essencial, eles vivem em barracas, não têm água, não têm luz... tá na questão da alimentação, do acesso à saúde... a educação nós tentamos ali, mas se não tiver essas coisas não funciona.”

A falta de condições de habitação, alimentação e saúde são consideradas a base estrutural da pobreza, que impedem a ação noutras áreas, como a educação.

2 – “As características muito comuns à maioria dos nossos utentes, há exceções, é claro, mas, era uma pobreza cíclica. Que já vinha dos pais, dos avós, ah... portanto, maioritariamente pessoas que tinham habitações degradadas, portanto, era um contexto em Lisboa, portanto, ah... muitos bairros sociais, ah... portanto, os pais com problemas de alcoolismo, ah... de desemprego, baixa escolaridade, e isso eu notava que era cíclico...”

Há a correlação entre bairros sociais e zonas degradadas e o fenómeno da pobreza.

3 – “...os miúdos em situação de... de pobreza são miúdos sempre muito... desmotivados, ah... em relação à escola, que têm um grande nível de absentismo, por exemplo, faltam muito às primeiras horas, ah... são miúdos com pouca predisposição para a escola, ah... pelos mais variados motivos, porque depois sabemos, é porque se deitam tarde, ou é porque têm fome, ah... já tivemos situações em que chegámos à conclusão que eles não progrediam mais na escola porque havia fome, a última refeição que tinham comido tinha sido na sexta-feira na escola, e isto é, na segunda-feira...” “são famílias que têm muita dificuldade em cumprirem com coisas que se comprometem, embora, reconheçam que têm esse problema têm dificuldade depois, por exemplo em cumprir acordos em que... em depois virem a reuniões que se marcam periodicamente, portanto, há... há avanços, mas também há muitos recuos, principalmente recuos, portanto acaba por ser frustrante também para

Há a correlação entre a não satisfação das necessidades básicas com o insucesso escolar. As crianças pobres não conseguem ter as mesmas oportunidades apesar de tanto banco alimentar.

quem tá a trabalhar. Porque muitas vezes confunde-se a resistência das famílias em mudar com o tempo que elas precisam para mudar. E realmente há famílias que precisam de anos para conseguir fazer alguma coisa para produzir mudança.”

Esta expressão é muito importante. O respeito pelo tempo das pessoas. rigorosa.

4 – “há aquela pobreza financeira, e depois há a pobreza de falta de gestão que existe. Portanto, a pobreza das prioridades. Ah... E às vezes a falta de dinheiro vem devido às prioridades erradas. Portanto, a prioridade que é o básico, que é alimentação, casa, água, luz e escola, não existe. Existe LCDs , tablets, Audis...” “Bem, isso de não satisfazer as necessidades básicas não é ser pobre, é ser paupérrimo. É um nível zero abaixo da pobreza, porque isso realmente... é o básico, não é? Pão na mesa, o sustento diário, é o básico para a pessoa sobreviver, porque a partir daí ela tem o mínimo dos mínimos das condições para se lutar para melhor.” “Uma pobreza de falta de ambição, não têm ambição para lutarem, não... a vida é assim e paciência, e os moços são... resilientes, mas pó lado do negativo.” “Poderiam não ser. Se eles pelo menos lutassem a nível de estudos, uma vez que têm gratuidade para tudo, livros, material, refeições na escola, e, muita vez, os excedentes dos refeitórios, se eles quiserem, portanto, a pobreza não pega por aí. Pega realmente por falta de objetivos, por falta de ambições.” “porque eu trabalho também com ricos, e têm a mesma problemática que os pobres. Por isso, a pobreza por aí não é linear. É complicado. Podes testemunhar a pobreza mental, a pobreza espiritual, ah... e depois tens aquelas pobrezas mais graves, que são realmente a falta de comida, isso é... é o básico. Pobreza intelectual...”

Porque é que as pessoas têm as prioridades trocadas? A relação dos bens com o poder? Não ter o sustento é um nível abaixo de pobre?

A pobreza é sinónimo de escassez. Há pobreza quando alguma coisa está em falta. Não existe uma conceptualização

5 – “o que é que nós podemos verificar, é que de facto há tantas coisas associadas à pobreza, à situação de fragilidade daquela pessoa, ah... que ela já tá por tudo, já não interessa se tá... a questão do consumo é até uma forma de escape. Daquela realidade, não é? Que já não é suportável, e então... se calhar é melhor beber, ou... é mais fácil, não é? (...) Se calhar, a expressão mais fácil é incorreta da minha parte, porque não tem a ver com facilidade, tem a ver com... de facto o corpo procurar uma forma, não é, o seu corpo e o seu espírito procurar uma forma de... como é que eu vou suportar isto tudo? Não é? E às vezes é mais fácil consumir.” “posso responder um bocadinho com um clichet com o meu preconceito, não é? Porque à partida são... Por exemplo, um sem abrigo é uma pessoa que chega à instituição, que não está devidamente higienizado, tá um bocadinho descuidado (...) características comuns, se for um sem-abrigo, são pessoas mais desconfiadas, pela própria característica da sua situação social têm às vezes medo, não é? São pessoas que não se dão logo, são pessoas que não são fáceis de estabelecer uma relação, mas de facto passado um, dois dias, quando percebem que o que nós estamos ali a fazer é cuidar, ajudar, e a potenciar, também, o que aquela pessoa tem a descobrir sobre si própria, há uma diferença. (...) Portanto isto é uma pergunta que daria aqui muito para debater, ah... eu não noto diferença até num sentido cultural,

Os consumos estão relacionados como um escape à fragilidade gerada pelas situações de pobreza.

Quando as pessoas se encontram numa situação de igualdade, a origem pobre não é diferenciadora de comportamentos.

tem sido uma aprendizagem muito grande para mim, porque, apesar de uma pessoa poder ser culturalmente mais desenvolvida, não quer dizer que em alguns aspetos da vida dela ela seja menos desenvolvida, não é? Uma espécie de iliteracia também... por exemplo, a iliteracia emocional, não é? Que eu acho que é uma coisa comum, tanto à pessoas que tá em pobreza como à pessoa que não está. Portanto, ou seja, eu acho que a pobreza... o que é que eu posso dizer? Que de facto há sinais exteriores, mas... poderá haver também pessoas que não têm estes sinais exteriores, e depois ao fim ao cabo tu começa a perceber que também vivem numa situação complicada, não é? E que a rede não é assim tão fácil.”

6 – “E às vezes eu reparava que dez miúdos numa sessão davam mais cabo de mim do que trinta miúdos numa festa de anos a correrem de um lado para o outro. Tanto que havia muitas estrat... eram mais ativos...” “Eram crianças que tinham se calhar menos acompanhamento, ou se calhar um acompanhamento não tão adequado em termos de regras...” “e notei também outras coisas, como por exemplo, os conflitos familiares. Os conflitos familiares, era muito habitual haverem ali primos e primas e ninguém fala do meu pai, e ninguém fala da minha mãe, ou... o teu pai fugiu com não sei quem, e a tua mãe foi presa por andar a vender droga, ou por exemplo, depois o Natal, a perguntarmos, então, como é que foi o Natal? Muitas prendinhas? E recebermos muitas respostas, como por exemplo, eh... a minha mãe ficou lá deitada!” “E noto que eles têm uma liberdade que os outros miúdos também não têm. Ou seja, eles se calhar até têm falta de recursos e de regras, mas também usufruem de outras coisas que se calhar o meu filho ou o teu filho não têm acesso, de brincar à vontade na rua” “eu tratava mais dos miúdos mais pequeninos, os mais velhos, no final da adolescência, já notei uma realidade completamente diferente. Já notei uma realidade muito diferente, já há um grande à vontade com as drogas, com a delinquência, um desistir assim de si próprios. (...) Uma vontade intrínseca... (...) Acho que devem haver vários fatores em relação à adolescência. Talvez a própria fase em si, aliada a uma revolta muito grande, uma espécie de... eu não tenho acesso a isto, porque é vocês hão de ter?” “É que isso muda muito. Para nós, que estamos consideradas na classe média, as nossas necessidades básicas é poder comer carne e um bife ao jantar. Ah... Se calhar para outros uma necessidade básica é dar sopa aos filhos. Se calhar para nós a necessidade básica, a necessidade básica para uns é deixar os filhos a brincar na rua a brincar com os amigos, se calhar para outros pode ser um teto.” “Acho que é muito fácil para uma família que não tem hipóteses cair na... na bebida, no alcoolismo, na toxicoddependência, e aí isso sim. (...) Não te sei explicar. Eu acho que é mesmo a falta de esperança, digo eu. Digo eu. Falta de investimento... não sei. Eu acho que é o desespero, mesmo.”

As datas comemorativas apelam ao consumismo.

Não me parece que as crianças de classe média alta sejam mais bem comportadas. Há uma maior liberdade quando as regras são menos rígidas.

A fase da adolescência é caracterizada pela rebeldia. Quando há motivos para a revolta, é normal que haja um aumento desta rebeldia. A criminalidade é também uma forma de afirmação e de poder

Novamente a referência a consumos por situações de fragilidade.

7 – “Grande maioria não tinha grandes posses. Não tinham trabalho, não tinham um fundo de maneio para comer, para se sustentar, para alugar uma casa, grande parte não, de todo. Depois havia pessoas que tinham família, mas como a família queria que eles, portanto, se enquadrassem por eles, e quem tá assim, encontrar emprego por eles, muitas vezes cortavam com o apoio, e com a ajuda, de maneira a que eles sozinhos fizessem pela vida, por assim dizer... por aí.” “Sim, com... normalmente com as questões de higiene, muitos deles não sabiam, pronto, ah... como cuidar de uma casa, como fazer limpezas em casa, ou como fazer uma refeição, eram pessoas que sempre tinham dependido de alguém que lhes desse as coisas, e então, havia ali muitas coisas em termos de organização e de vida no dia-a-dia que eles realmente não sabiam. Mesmo posturas, e tudo, depois são pessoas mais desconfiadas, e depois uma coisa que se nota muito é quando as pessoas que não têm nada, e depois quando têm apoio há uma tendência para quererem logo tudo. E então é assim muito... é o oposto completamente”

A situação de pobreza pode ser originada por questões de consumo.

As pessoas são consciencializadas para poder ter tudo e não podem ter?

8 – “Acho que às vezes é a falta de gestão. É a falta de saber gerir, de prioridades, acho que passa muito pelas prioridades das pessoas. (...) É a falta de... não entender que há prioridades mais importantes que outras. Não podemos ter tudo o que os outros têm, porque é mais importante depois dar... pôr comida na mesa, ou não comprar montes de guloseimas, porque é mais importante o pão com manteiga. Coisas assim(...) – Há! Há, primeiro porque esta falta de gestão, falta de prioridades, faz com que haja pessoas que gastem um salário todo num dia, porque é assim, é a loucura, porque queremos mesmo há muito tempo, e agora temos aquele dinheiro, e depois esquecem-se que ainda faltam trinta dias para acabar o mês.”

Educação para o consumo. As situações de pobreza serão geradas pelo consumismo?

9 – “Sim, porque muitas das vezes o pobre que é pobre, mas que não foi anteriormente, vê-se um bocadinho mais à rasca, ah... mais aflito, como é que eu hei de atuar nesta situação. O pobre, vá, entre aspas, já está habituado. Não é? Acho que, pronto, vai tentando, muitos deles não querem, mas outros, a maior parte, vão tentando mudar a vida, tentando pedir ajuda, pediam-nos muita ajuda, ajude-me lá nisto, como é que eu faço isto, como é que eu vou a uma entrevista, como é que eu faço o meu currículo, essas pequeninas coisas, ah... às vezes parece que... que os consigo diferenciar. Nesse sentido, sim. Há uns que têm umas características mais acentuadas, que... acho que, ah... que acho que se acaba por diferenciar a pessoa que realmente teve necessidades durante a vida toda, do que aquela que não sabia sequer o que é ter necessidades. Viveu sempre com tudo, e agora vê-se mesmo à rasca.” “A pobreza pode ser de vários níveis, e... conheço pessoas que realmente não têm trabalho, vivem do subsídio de desemprego, mas realmente até dá para pagar as

A aflição pode ser a mesma. No entanto, provavelmente, haverá um conformismo quando a pobreza se recebe de herança.

contas, porque são sozinhas no agregado familiar, ah... não têm muitos gastos, se calhar ainda conseguem viver com esse dinheiro no final do mês. Trabalho, uns arranjam uns biscates, vão... pronto, por aí, ah... e depois há os outros, os outros pobres, que realmente não têm... por exemplo, o subsídio de desemprego que recebem não dá nem para as despesas da casa, por assim dizer, ainda têm a família toda para criar. Ah, acho que muitos deles conseguem viver no... pronto, consoante as necessidades básicas que têm.”
“Por vezes não é só pobreza em termos económicos, financeiros, não é, mas depois é em termos de condições, que as pessoas não têm acesso, não sabem como lidar com isso, e acabamos por lidar, e tentar ajudar e encaminhar pra outras entidades, mesmo para a área social e tudo isso.”

10 – “pronto, a pobreza também é, é claro que o fator económico é um fator muito importante, porque depois, o facto de as pessoas não terem determinados recursos leva a que caíam, pronto, por vezes em situações menos confortáveis, e com menos dignidade de vida. Mas por vezes as pessoas não sabem gerir os poucos recursos que têm, e acabam por depositar esses poucos recursos em coisas supérfluas e que as necessidades básicas não ficam satisfeitas. E isso é pobreza um bocadinho mental, também, educacional e que vem de família, vem de cultura... uma série de fatores que influenciam. É óbvio que o dinheiro, como sabemos, influencia muita coisa, não é? Mas com pouco, muitas vezes, se faz muito.” “pronto, digamos que às vezes, em termos de habitação há características comuns, fracas condições habitacionais. Por vezes falta de recursos tipo a água canalizada, eletricidade, ah... depois, digamos que há pobres e pobres, não é? Portanto, é como eu digo, há pobres orientados e pobres desorientados, como há ricos, e isso. Portanto, não há coisas que eu possa dizer que é comum àquele grupo de pessoas, que têm aquela atitude e são sempre assim, portanto acho que não se pode dizer isso.” “Ah... e depois eu acho que a pobreza vem muito da atitude da pessoa. Há muito ricos, e pobres, infelizmente. Ah, mas o estigma, quando falas em pobreza, se calhar a maior parte das pessoas que ouve a palavra pobreza, é pobre porque não tem dinheiro. É pobre porque não tem casa, ou porque não tem roupa para vestir, pronto, e não é só isso que é a pobreza. Há um conjunto de fatores que acabam por fazer as pessoas pobres. E se calhar, hoje em dia, somos todos muito pobres de atitude.”

A questão económica por falta de gestão.

Outra vez a pobreza mental

Pobreza = falta de

11 – “o que nós entendemos é que o facto de elas tarem nessa situação, condiciona-as também na função que estão ali a fazer, elas são completamente manipuladas. Isto porque existem dinheiros, existem problemas de droga por trás, muitas delas não são toxicodependentes e ficam desde que entram nesse meio, e... daí acho que sim, que elas são completamente condicionadas pela pobreza.” “Porque elas sentem-se completamente sozinhas. Não têm ninguém que as apoie, a sociedade não as apoia, pronto. (...) Completamente. Estas pessoas em específico, sim, completamente excluídas.” “Não satisfazer as

A pobreza gerada pela exclusão pela diferença.

necessidades básicas como? Comida... a alimentação? Também, também, mas ser pobre não é só isso, lá está, há a situação da exclusão social. Porque não é só termos, claro, o principal é isso, não termos alimentação, não termos acesso às necessidades básicas, tomar banho, etc., mas não é só isso. Porque infelizmente, tal como estávamos a falar, não é só isso que acontece. A sociedade não tá preparada ainda para aceitar estas diferenças, porque ao fim ao cabo é uma diferença que... o facto de uma pessoa não ter um bocado de pão para comer é uma diferença em relação à maioria das pessoas. Quer dizer, hoje em dia a maioria das pessoas já... já passa por isto. Há muita pobreza escondida hoje em dia. Portanto, acho que a sociedade não bem, daí muita gente hoje em dia, tem casa, realmente, já foram pessoas da classe média, e escondem também o facto de não pedem ajuda precisamente porque a sociedade não está preparada para isso.” “Tem uma conotação negativa. Sim, sem dúvida!” “Existe muita pobreza de espírito (...) Para mim isso também é pobreza, sim. O facto da pessoa excluir uma pessoa que é pobre a nível de falta de alguma coisa, a nível de necessidades básicas, sim logo aí é uma pobreza de espírito. (...) Ah... falta de espírito de entreajuda é uma pobreza de espírito. O facto de o vizinho não ajudar o vizinho que tá a passar por dificuldades é pobreza de espírito. Portanto, neste caso são os dois pobres. Um de uma maneira, outro de outra.” “

Pobreza de espírito.

“Portanto, por norma, as pessoas não entram na prostituição porque querem ou porque gostam. Isto é mais do que certo. Portanto, tá sempre associado ao outro nível de pobreza que tínhamos falado há pouco. Que leva, se calhar a uma pobreza mais extrema, se calhar é o limite da pobreza, porque normalmente a prostituição acaba sempre por estar associado a um nível de desespero, principalmente por causa do vício. Normalmente sim, não quer dizer que todos os casos sejam, não são. Mas a maioria é sempre associado a um desespero, a um desespero porque têm um filho que precisa de ajuda, ou que tem o filho que precisa de estudar, ou porque têm... é sempre um nível de desespero, a pessoa só em último caso é que cai nesta situação.” “Se calhar não se reparava tanto, isto porque não falávamos. Se calhar não havia tantos educadores sociais, para se falar nestas coisas, pessoas qualificadas que... tou a falar educadores sociais, porque pronto, é o nosso caso, mas existe muitos outros profissionais que tratam destas situações, ah... mas sim, se calhar era um tema que se calhar era um bocadinho tabú, nós associávamos a pobreza, lá está, ao mendigo, e neste momento não é essa a situação, pelo menos, neste momento já toda a gente sabe que não é isso que acontece. Se calhar por pessoas como nós, que tentámos descobrir, e que se calhar verificou-se que as coisas não são bem assim.”

Comportamentos de risco gerados pela pobreza vs consumos.

Há uma mudança na perspetiva do pobre. Antes era o mendigo, agora é o que não tem algo.

12 – “Conheço pessoas com muitas posses, muito pobres. Ah... pois, acho que realmente não, que tem que ver com muitas outras questões, não só com as necessidades mais básicas, alimentação, habitação, acho que sim, acho que

Novamente, pobreza é = a falta de

tem a ver com muitas outras questões. A questão da educação, e que não tem a ver necessariamente com pobreza, porque acho que enquanto pobre, nós podemos ter acesso à educação como uma pessoa que não é pobre.” “Sim, isso mesmo, há muitas dimensões, normalmente focamo-nos na financeira. Na que não nos dá recursos económicos para fazer as coisas. Mas existem as outras que têm o mesmo peso, eu acho. O mesmo, não, às vezes podem ter mais peso.”

Pobreza e cidadania

1 – “Eu acho que sim, porque a situação do, do... da iliteracia... por exemplo... ah... faz com que não haja participação por parte deles a nível cívico. Porque eles não sabem, porque eles não sabem ler, porque não percebem o que é que os serviços lhes pedem, porque... quando reivindicam algum direito não o conseguem fazer de uma forma plena.”

Falta de participação por desconhecimento

3- “Estão em desvantagem porque não... o acesso aos recursos, ah... não é... não é feito de forma tão fácil, não é? Ah... Porque a falta de meios económicos também os impossibilita de por exemplo, quando têm dificuldades de arranjar uma explicação, por exemplo, que é uma coisa que uma pessoa de classe média se calhar consegue ter acesso.”

A desigualdade no acesso à Educação pode refletir na cidadania futura

4 “Nem sempre, nem sempre. Eu tenho... eu tenho famílias pobres, muito dignas... que conseguem ser solidários com outros, conseguem repartir o pouco que têm com outras famílias, e depois tenho outras que é um bocadinho complicado. Roça ali a parte do egoísmo, da presunção, é... é mesmo muito complicado.”

Confunde cidadania com solidariedade

5 – “Pode influenciar no sentido em que... se houver uma baixa auto-estima associada, a pessoa vai achar, o que é que eu vou ali perguntar, vão dizer que eu cheiro mal, ou, já tenho este mau aspecto (...)Tem a ver com... a pessoa coloca-se numa posição, que ela própria ainda fica mais... ou seja, mais afetada ainda do que a própria situação lhe dá, não é?”

Sentimentos de baixa auto-estima.

6 – “Eu costumo dizer que quem é pobre não tem voz, não tem direitos, não tem acesso a coisíssima nenhuma. É muito triste uma pessoa tar sozinha, e não ter acesso ao mesmo que... que os outros têm. Quem é pobre não tem direitos, e isto é ponto assente. Ponto assente. Não tem acessos a regalias”

Sentimento pessoal

8 – “Bem... acho que depois depende da classe que estamos a falar. Agora pensando ali no trabalho, ali no bairro talvez sim, porque são pessoas com baixo nível de habilitações literárias. Não é? Não conheço outras realidades, mas se pensares por exemplo em mim, se tivesse algum azar, não é? Acho que isso não influenciaria, que tou mais instruída para outros temas, mas estas pessoas, sim, acho que a pobreza está ligada à falta de exercício, sim.”

Ligação habilitações literárias com cidadania.

9 – “(...) eu consigo ver que aquela pessoa tem necessidades, mas não deixa de exercer os seus direitos enquanto cidadão. É... primeiro básicos, de não deitar lixo para o chão, ética... tudo impecável. Sempre cinco estrelas, nunca... nunca vi situações assim desagradáveis, outras pessoas sim, mas com estas especificamente não. (...) e... o exercer a cidadania, eu acho que começa um pouco com o que a pessoa é por dentro, não é? Se a pessoa, se calhar se for, ah... relaxada consigo mesmo, com os outros, acho que o cidadão já não... (risos) acho que isso já não tem volta a dar.”

Classifica a cidadania como uma característica da personalidade e educação.

10 – “Influencia, porque o facto de as pessoas, para já as pessoas acabam por ser um bocadinho marginalizadas. A nossa sociedade em si, pronto acaba muitas vezes por marginalizar pessoas que à partida têm fracos recursos, e são vistas na sociedade como um pouco à margem, não é? E isso acaba também influenciando na autoestima das pessoas, não é? E a autoestima acaba por influenciar a sua participação como cidadão... pronto, em várias atividades. Sendo que há exemplos de pessoas com fracos recursos e que acabam por ser pessoas válidas, e que inclusive dão algum apoio em IPSSs e colaboram, fazem voluntariado e tudo isso, não é?”

Auto-estima

Confusão com solidariedade

12 – “(...) é assim, a pobreza pode-nos limitar, pode-nos não fazer chegar a ter mais horizontes que, provavelmente, porque também é discutível, normalmente uma pessoa mais abastada teria. Mas é isso, é muito discutível isso, porque a riqueza não significa cultura, não significa educação, significa ter posses, não é, ter uma capacidade financeira melhor, maior do que um pobre, mas não necessariamente saber mais, conhecer mais, viajar mais... alguém que é rico tem mais possibilidades de fazer essas coisas do que quem é pobre, mas um pobre não é necessariamente uma pessoa que vai ficar limitada, isso depende de outras formas que ele arranje para contrariar essa tendência, não poder fazer, não poder ir.”

Ser pobre não influencia

Pobreza e cultura

1 – “A questão da cultura... no meu ponto de vista... impede a oportunidade de saírem daquela situação... pronto, porque ainda há muita discriminação, tanto... eles também acabam por se fechar... porque... ou não têm habilitações, a maior parte são analfabetos, portanto não conseguem a nível de trabalho... o trabalho é muito escasso... ah... o que conseguem... também não lhes dão emprego, porque são ciganos... ah... e eles acabam também por viver um bocadinho isolados. A nível cultural, o facto de ser cigano, acho que impede. Impede de conseguir sair dessa situação.”

Comunidades ciganas perpetuam a pobreza por questões culturais e de discriminação.

3 – “Pode influenciar na pobreza se essa cultura... ah... houver muito preconceito. Não é? Porque o preconceito depois, a meu ver, favorece a exclusão, ah... social, e... e a exclusão social tá ligada à pobreza, e isto é tudo um ciclo.”

Novamente preconceito.

4 – “Quando eu cheguei a Portugal, eu fiquei em estado de choque com a pobreza existente. (...) Mas eu encontrei uma cultura de medo, uma cultura de pobreza, uma cultura de... se eu tenho é pouco e é só para mim, portanto é realmente... pode ser cultural, agora... não sei até que ponto a sociedade portuguesa, principalmente, está a mudar em relação a isso. Porque ela passou quase de uma pobreza cultural para uma pobreza cultural de consumo.”

Há uma cultura dominante que influencia a sub-cultura dos pobres.

5 – “Portanto isto é uma pergunta que daria aqui muito para debater, ah... eu não noto diferença até num sentido cultural, tem sido uma aprendizagem muito grande para mim, porque, apesar de uma pessoa poder ser culturalmente mais desenvolvida, não quer dizer que em alguns aspetos da vida dela ela seja menos desenvolvida, não é? Uma espécie de iliteracia também... por exemplo, a iliteracia emocional, não é? Que eu acho que é uma coisa comum, tanto à pessoas que tá em pobreza como à pessoa que não está. Portanto, ou seja, eu acho que a pobreza... o que é que eu posso dizer? Que de facto há sinais exteriores, mas... poderá haver também pessoas que não têm estes sinais exteriores, e depois ao fim ao cabo tu comesças a perceber que também vivem numa situação complicada, não é? E que a rede não é assim tão fácil.”

Interpretou a cultura como a aquisição de competências artísticas.

7 – “A cultura... é a tal coisa, é como os ciganos, porque os ciganos têm aquela coisa que a cultura deles é assim, mas depois dependem das nossas leis. Não é? O que é muito complicado. Porque é, as leis deles são assim, o menino não vai à escola porque é casado, tem de casar e aquelas coisas todas, mas depois já vive com os fundos, e se uma família perder a casa, por uma situação que teve um azar, ou o negócio correu mal, ou como as coisas tão difíceis hoje em dia, a ajuda vai mais para os ciganos, porque temos de compreender, é a cultura deles, eles sempre viveram assim. Não é? Eles não sabem trabalhar, mas depois outra família que sempre teve ali, sempre teve tudo, e sempre se empenhou, os ciganos tão mais... porquê, por que é cultura, porque sempre viveram assim não sabem viver de outra forma. Não.”

Esta entrevistada não está dentro do assunto dos apoios sociais

8 – “Não, olha, pensando nos bairros, às vezes é uma situação cultural. Se formos a ver, por outros lados, às vezes é, porque... os meus avós já moravam aqui. E já foram pais cedo. E já vivem do RSI. Isto tou eu pensando né? RSI, já viviam, e continuaram a viver, e depois vieram os meus pais, a morar na mesma casa, agora eu, para que é que eu vou estudar, e para que é que eu vou fazer mais, se eles vivem assim, e vivem bem, acabam por ter as coisas todas? Às vezes é.”

A pobreza é cultural pois transmite-se de forma intergeracional

9 – “Não sei. Poderá ser... depende. Depende de onde têm morado, por exemplo, se a pessoa já é bairrista, já tem... já mora num bairro social há anos, desde que nasceu, a família já existia, já morava nesse bairro,

A pobreza é cultural quando o contexto é pobre.

provavelmente até pode ser uma questão cultural, sim, mas de grupo, não a nível de país, de cidade, acho que é mais por aí.”

10 – “Tem a ver com a cultura que vem um pouco do passado. Não é? Portanto, as pessoas que são pobres aceitam que são pobres. Aceitam isso à partida, acomodam-se aquela situação, e depois acabam por procurar poucas alternativas. (...) Porque eu acho que se podia aproveitar as pessoas de outra forma. Portanto, dar um subsídio, sim, ou dar uma ajuda, sim, mas tirar a mais valia, e que a pessoa se sentisse útil, e ensinar as pessoas a serem úteis, porque depois as pessoas habituem-se a viver à custa do sistema. (...) pronto, é a cultura que tá instalada, é o sistema, o próprio sistema tá instalado dessa forma, e acho que se faz um aproveitamento muito deficiente destas capacidades que as pessoas têm. (...) E têm filhos, os filhos são criados naquele sistema, os pais não trabalham, nunca precisaram, entre aspas, não é, de trabalhar, de alguma forma têm ali o rendimento (...)” “os meus pais são do tempo em que andavam descalços quando eram miúdos, portanto, não tinham sapatos, não era porque eram pobres nem ricos, na altura não havia, as pessoas viviam no campo, e tinham uns sapatos par ir à festa, e andavam descalços a correr, e sentiam-se bem assim. Portanto, não era uma necessidade, digamos. Eu já não assisti a isso. Se nós compararmos esses tempos, em que as pessoas não tinham, eu estou a falar do interior, é o que eu conheço mais e é a minha realidade, em que as pessoas não tinham uma casa de banho, portanto, não tinham, para tomar banho, as pessoas aqueciam a água numa panela para tomar banho. E comparares as condições de vida que as pessoas têm hoje, afinal evoluímos. Se evoluímos mal ou bem, não sei. Não sei se as pessoas dessa altura não eram mais felizes que os de hoje. Porque hoje têm muito mais coisas, e são muito mais infelizes e frustradas do que nessa altura. Portanto isto é muito relativo, não é? O que para ti pode ser um caso de pobreza, para mim pode não ser, pode ser uma pessoa que vive bem, depende de quem olha, também.”

Transmissão intergeracional

Existem necessidades que são criadas pela sociedade e pela cultura e que são consideradas como básicas, mas noutros contextos não.

11 – “... a pobreza é uma situação cultural. Porque até o facto, só o nome pobreza, acho que se todos nos ajudássemos não havia pobreza. Se todos nós, neste caso é pobreza escondida, porque a sociedade faz com que haja essa pobreza escondida.”

Pobreza subjetiva

A nossa cultura perpetua a pobreza

12 – “É uma cultura... pois é assim... vamos lá a ver, se calhar as pessoas que recebem o rendimento mínimo, fazem disso uma cultura. Se elas são realmente pobres, eu não sei. Elas decidiram viver daquela forma, não é? E aos nossos olhos elas podem parecer pobres, porque se é difícil viver com mil euros, imagina com trezentos, ou com duzentos. Pois não sei, pois elas não pagarão casa, não sei, poderão... não sei.”

Os pobres decidem ser pobres? É a cultura deles?

A pobreza é geral ou são casos marginais?

- 2 – “A grande maioria eram pobres. Tínhamos situações, ah... de pessoas que tive... havia casos que... que... que não, não havia situação de pobreza, e de pessoas até com escolaridade, lembro-me até de dois ou três utentes que tavam a tirar doutoramento, mas procuravam-nos mais pela situação da pobreza, ou porque precisavam de apoio psicológico”
Muitos pobres – IPSS área da SIDA
- 3 – “Eu, eu... acho que a pobreza, portanto, verifica-se de uma forma muito geral. Ah... Isso vê-se... Isso vê-se, por exemplo pela... pela quantidade de alunos que tem escalão A, não é? Que é... digamos, o escalão em que, onde as pessoas têm mais dificuldades económicas, ah... Eu, por acaso há pouco tempo estive a ver nos alunos do 1º ciclo, que serão há volta de uns quatrocentos, quatrocentos e cinquenta alunos, em que se calhar uns... quinze, vinte não têm escalão. Não têm escalão. Todos os outros têm escalão A ou B. Portanto, acho que isto quer dizer alguma coisa, não é?”
A pobreza é muito geral – Escola TEIP
- 4 – “Épah isso não... a maior parte não, não é. Não é pobre. Também não estamos naquele um por cento, que equivale aos noventa e nove por cento da população mundial, que somos considerados pobres. No entanto, isso é tudo, é tudo muito elástico, porque há estatísticas que dizem que se tens uma casa, um carro e um trabalho, tu estás nos não sei quanto por cento dos mais ricos do mundo, portanto... consideremo-nos ricos.”
A maior parte não é - Escolas
Há muitos mas não é geral-saúde
- 5 – “É assim, neste momento já não considero que sejam casos pontuais. Acho que houve uma grande reviravolta, e considero que não é generalizada...”
Nasceu num contexto pobre.
- 6 – “Eu começo a achar que não é geral. Durante muitos, muitos anos, e olha que eu tenho uma história de vida muito interessante (riso). Durante muitos, muitos anos pensava que era geral. Até me aperceber que não era geral. Não é. São casos marginalizados, são pessoas que foram completamente excluídas do sistema.”
Ao sair apercebeu-se que era um caso marginal
Há muitos – saúde
Geral – IPSS bairro social
- 7 – “Casos marginais. E ainda há muitos. Há muito. Mas não é total.”
- 8 – “Neste momento acho que é cada vez mais geral.”
- 9 – “Ah... Eu penso que sejam mais casos marginais, atenção, acho que não se pode generalizar nesse sentido, isto falo porque nós temos uma sociedade, vá... mais ou menos... não é rica, não é pobre, é ali o médio, não é? São casos marginais, não se pode generalizar. Nós temos uma classe média/alta ainda, eu tou a falar em Portugal, não é? Pronto é onde eu moro, ah... mas sim, acho que sim, são casos marginais. Não penso que seja a população em geral, obviamente.”
Casos marginais
Casos marginais
- 10 – “Eu acho que não é geral”
- 11 – “É assim, não é geral, mas cada vez mais existe mais pobreza. Se formos associar o nome pobreza ao que estávamos a falar, claro.”
Há muitos – IPSS pobreza

12 – “Então, eu acho que sim, que a população portuguesa tem casos gritantes de pobreza não é? Pessoas que... as famílias que recebem o salário mínimo, ambos, são pobres. Em termos financeiro têm pouca capacidade de... quer dizer, não são pobres, mas depois isto já é discutível, não é? Elas são pobres na questão financeira, porque não têm grandes rendimentos, é mais por aí, são pobres na questão financeira, mas não sei se elas são pobres.(...) Então, eu acho que sim, que a população portuguesa tem casos gritantes de pobreza não é? Pessoas que... as famílias que recebem o salário mínimo, ambos, são pobres. Em termos financeiro têm pouca capacidade de... quer dizer, não são pobres, mas depois isto já é discutível, não é? Elas são pobres na questão financeira, porque não têm grandes rendimentos, é mais por aí, são pobres na questão financeira, mas não sei se elas são pobres.”

Inconclusivo. Há muitos mas não se sabe se são pobres.

A pobreza é crónica e persistente ou tem variações?

1 – “Com as comunidades ciganas sim.” (É persistente e crónica)

Crónica e persistente

2 – “Eu tenho ideia, pelo menos no contexto em que trabalhei, que nós tínhamos utentes há anos. Portanto, quando eu lá cheguei foi-me passado processos de utentes que já estavam lá a ser acompanhados por outras colegas, e que tinham processos abertos ah... desde 1999, por exemplo, lembro-me assim rapidamente de alguns casos. E aqui, também, esta situação, a nossa instituição acabava por ser diferente, porque de facto as pessoas tinham esta doença, e procuravam-nos muito, ah, também por sermos a ponte, muitas vezes com hospitais, ah... daí muitas vezes, embora a situação de trabalho, ou a situação económica muitas vezes pudesse melhorar um pouco, nós eramos sempre aqui um pouco também... um suporte para a pessoa que era infetada, não é?”

Crónica e persistente

3 – “Sim, eu acho que tem influência. Neste momento, julgo que as coisas estão um bocadinho melhores, acho que já tiveram piores. Mas sim, notou-se um grande agravamento da pobreza na altura maior da crise. (...) Houve mais casos. Sim, sim, portanto as situações eram idênticas, mas houve mais casos.”

Aumenta em alturas de crise económica e financeira

4 – “pois isso é assim... mal de nós se fosse crónica. Pronto... Agora... há... há aquelas situações de pobreza em que eles não conseguem nem os elementos do serviço social, nem os educadores sociais os conseguem, realmente, fazer pular aquele gap entre a pobreza e o limiar da pobreza, pois ali é uma pobreza, já tem casa, comida, água, luz...” “... porque se tirares a renda da casa, nunca vais pagar menos de trezentos e cinquenta, uma casa condigna, portanto... isso treme. Treme as bases. Toca na economia do país, treme as bases. E depois, como se diz, a corda parte-se do lado mais fraco. É o povo, nem vou focar os do rendimento mínimo, porque à priori estão de alguma maneira salvaguardados, não de todo, porque eles também lhes foi cortado alguns abonos, foram reduzidos, mas... o que tem um ordenado mínimo passa

Não é mas é

Aumenta na altura de crise económica e financeira

sempre por crises, porque não lhe reduzem o ordenado, mas subiu a taxa da segurança social, do IRC, do IVA, portanto, com isto...”

6 – “Agora... se a pobreza é uma coisa crónica... eu acredito que com esta crise que nós começámos a viver em 2011, quem era muito, muito pobre se calhar até começou a ter mais apoios, começou a haver mais sensibilidade para a pobreza. No entanto, esses apoios não terão sido os suficientes para os tirar da situação de dependência. Acredito que a pobreza... a pobreza em si traz outro tipo de problemas, que esses sim, são difíceis de retirar do ADN da pessoa.”

Quando a pessoa nasce em situação de pobreza é como se fizesse parte dela. É como uma doença crónica

7 – “Tem variações. Pelo menos, o que eu me apercebo é. É por variações.”

Tem variações

8 – “Eu acho que vais tendo oscilações. Porque... epah, isto já tamos a falar muito da economia, essas coisas assim... Políticas e tudo, mas... ah... sinceramente, às vezes é um bocadinho psicológico, pensar... porquê? Porque dá na televisão, que agora as coisas tão más, então agora não vamos todos gastar, agora a vida tá muito cara, mas se calhar às vezes não tá assim tanto... (...) Eu acho que é um bocadinho impingido. Se bem que as coisas agora tão mais feias que há uns anos atrás. Isso é verdade. Mas às vezes tamos bem... como é que eu hei-de explicar? (...) Mas eu acho que isto é matemática básica. Se tu dás pouco às pessoas, as pessoas vão gastar pouco, se vão gastar pouco a economia não anda. Não é? Se eles dessem um bocadinho mais, mesmo que as coisas tivessem mais caras, mas já havia dinheiro a circular, há dinheiro a circular, as coisas tão um bocadinho melhores. Percebes? Vamos assustar, as coisas tão más, vamos guardar, não vamos gastar... Tás a perceber?”

As alturas de crise são exageradas.

9 – “eu acho que... podem variar. Em certos casos podem variar, sim. Conheci várias famílias que realmente não... já tiveram altos e baixos, não é? Já tiveram mal, depois ficaram bem na vida, entretanto ficaram desempregadas, foi tudo outra vez por água abaixo, a família no desespero... pronto. Acho que acaba por ser, sim. Podem ser casos esporádicos, não sei, eu conheci aquela população com quem eu trabalhei, não é, e tou a basear-me por aí...”

Há uma oscilação derivada a situações de emprego instáveis

10 – “Alguns são sempre, pronto, não têm evolução possível, e que tem a ver com o que falámos há pouco, não é? Tem a ver com os sistema que tá implementado, e a pessoa aprendeu a viver daquela forma, e a desenrascar-se sem fazer grande coisa, e depois vai por ali, é a família que é assim, portanto, são os filhos que são educados naquele sistema, e acaba por andar um bocadinho tudo à volta disso.”

Crónica e persistente devido à intergeracionalidade da pobreza

11 – “Eu penso que terá variações. Tanto que tivemos a prova dos últimos anos. Ah... pronto, acho que também acompanha um bocadinho a situação do país. Ah... mas lá está, voltamos ao mesmo, Se calhar se nós tivéssemos

Aumenta com crises

outra visão da pobreza, se calhar as coisas não estariam tão... pelo menos tão enraizadas como neste momento estão. Neste momento há muita gente a passar necessidade.”

12 – “Ah, isso mesmo. Pois, sim, realmente acho que ela tem muitas variações. Uma pessoa que tenha menos rendimentos hoje, não significa que amanhã tenha de manter esses poucos rendimentos que têm. E igualmente para a questão do rico. Uma pessoa que hoje é rica, pode amanhã deixar de ser. E temos visto essas oscilações muito grandes na... nos nossos amigos, porque provavelmente eram classe média, e hoje tão numa situação diferente, a questão do desemprego, ah... e outras pessoas que supostamente vinham de classes mais baixas, e por causa dessa possibilidade de trabalho, e de... sobretudo de deixar de trabalhar por conta de outrem, e passarem a trabalhar por conta própria, elas ascenderam a outro nível em termos financeiros. O que não faz delas pessoas ricas. Ricas em termos de cultura, de educação.”

Há oscilações derivadas a situações de emprego/ desemprego

A pobreza transmite-se de forma intergeracional?

1 – “Transmite-se.”

Sim

3 – “...e porque também, depois há muita... a questão da repetição geracional, portanto eles vão muito atrás daquilo que os pais são, daquilo que os pais fazem, do percurso de vida dos pais, ah... (...) Há muitos que me dizem que não... mas eu vou estudar para quê, então, o meu pai anda ao mar, ah... o meu pai ganha o dinheiro, e... e traz para casa, e quando não há dinheiro vai outra vez ao mar, e as pessoas dizem muito assim, no contexto muito particular que é Olhão.”

Sim, na pobreza e nos ofícios.

4 – “Eu costumo dizer que os filhos são copy paste. Porque é assim, eles crescem a ver os exemplos, e a atitude e a conduta dos pais, ah... eu por exemplo, até considero alguns dos meus alunos são uns heróis. Quando eles veem os pais a morrerem de overdose, muitos deles com onze, doze anos, estes miúdos são uns heróis. É claro que alguma coisa desalinha ali, mas eles tentam acertar, e quando procuram ajuda, e ... e sabem receber a ajuda nós conseguimos fazer algo de bastante positivo. Mas... nada mais que o exemplo, é o que nós absorvemos.” “E depois vais descobrir famílias, e depois vais descobrir famílias de famílias, e... e tu percebes que é toda uma geração de quatro, cinco. Vai até à quarta, quinta geração, com exatamente o mesmo percurso. Porque nunca conheceram melhor, ou porque nunca ninguém lhes mostrou melhor. Ou porque alguém tentou mostrar, e como não teve sucesso, porque efetivamente também há...”

Sim, o exemplo da família e a falta de conhecimento de outras realidades

5 – “Porque ao fim ao cabo, até tem a ver com uma espécie de uma matriz, que foi criada, e que a pessoa aprendeu a viver dentro daquela matriz, portanto, tudo o que sai fora, ou de facto a pessoa tem um... ou tem pilares fora daquela matriz, não é? Por exemplo, um professor de referência, ah... sei

Sim, só existe o rompimento quando há uma pessoa de referência fora do contexto

lá, um médico de família de referência, que faz com que aquela pessoa queira sair dali, não é? E se apaixonar por coisas fora daquela... daquela redoma, por assim dizer, ah... ou seja, não quer dizer que as pessoas queiram ser pobres, atenção, não vou citar a Isabel Jonet... (risos) porque não concordo com a senhora. Mas de facto, há situações de pobreza que... como diz a música popular, para melhor, está bem, está bem, para pior já basta assim, ou seja... vamos ficar por aqui. E sinto isso às vezes nalgumas famílias, também.”

6 - Eu venho de uma família muito interessante. (riso) E estou a ser irónica. E sei que na minha família a pobreza é. (pausa) (...) Eu sei que na minha família sim, existe pouca vontade de sair daquela, e sei que na minha família, em que nós somos, ah... são nove tios, portanto, cada tio teve dois, três filhos, somos muitos primos, só eu e uma prima que está em Braga é que conseguimos virar um bocadinho o ciclo. Mas foi através de episódios de verdadeira... como é que pode-se dizer isto? Verdadeiros... como é que se chama aquela coisa quando nos cortamos, separamos gémeas siamesas... Verdadeiros afastares da família e de nos conseguirmos, de começarmos a... a sentir mais... a sentir que nos identificamos com outro tipo de pessoas. (...)tem de haver alguém que mostre que é possível viver com o mesmo rendimento, mas doutra maneira. Percebes? Porque se calhar, se a minha prima não tivesse cortado relações com a mãe dela, e se eu, se a minha mãe não tivesse vindo para o Algarve, e se eu não tivesse cortado relações com a minha mãe, se calhar eu teria sempre com um pé... percebes? Naquele estilo de vida de conflitos, e de... percebes? Pronto.

Sim, experiência pessoal de uma situação de pobreza intergeracional rompida por pessoas de referência fora do contexto.

7 – “De geração para geração? Sim. Sim, acho que sim.”

Sim

8 – “Sim, sendo que, agora tou pensando não só aqui, mas casos que conheço de outros bairros, que há pais, até inclusivamente em comunidades ciganas, que já tentam que eles estudem, que eles se informem, porque sabem que aquilo não é vida. Ou que as feiras já não são a mesma coisa do que antes, é importante eles estudarem, que é importante eles tentarem fazer outra coisa.”

Sim, mas começa a haver mais noção de haver necessidade de mudança

9 – “pode-se transmitir ou não, ah... depende. Acho que as pessoas das gerações que vão nascendo, não é, mais tarde vão tendo a percepção de que se querem continuar como a família tem tado, pronto, é com eles, senão há que haver uma mudança, não é?”

Sim para as crianças. Os adultos têm opção de escolha

11 – “É assim, tem tendência. Infelizmente tem tendência, porque se não houver ajuda, até mesmo, tou a falar de ajuda, tou a falar das pessoas à volta, mas também do próprio estado. Se não houver ajuda, se calhar as gerações seguintes também não vão continuar nessa situação, não vão conseguir ultrapassar. Claro que há casos de sucesso, há pessoas que conseguem ultrapassar, mas normalmente, se não houver ajuda, a pessoa acaba por se acomodar um bocadinho à sua situação.” “Não, não é opção, apesar de muitas delas, lá está o caso da... da família. Continuar nessa situação, muitas delas,

o que nos diziam é que se a mãe e a avó já eram prostitutas, elas não conheciam outra realidade. Era exatamente isto que elas nos diziam. Porque haviam muitas menores já na prostituição. E nós tentávamos alertá-las para a situação que elas eram menores, e às vezes elas mentiam, diziam que não, que não eram, ah... e era o que elas diziam, se a minha mãe e a minha avó eram prostitutas, eu não conheço outra realidade. Portanto, não consigo sair deste meio.”

12 – “Eu acho que não. Eu acho que todos temos a possibilidade de ter pais pobres e passar a ser ricos, ou ter pais ricos e passar a ser pobres. Não mesmo.”

Não.

Os pobres têm noção que são pobres?

1 – “Eles têm noção, assumem, pedem ajuda... porque efetivamente há um pedido de ajuda... ah... a maior parte das vezes é encarado como... pois, estão a pedir! Pedem tudo! Eles recebem dinheiro e mesmo assim ainda querem uma casa, ainda querem... uma água canalizada... pronto... acaba por ser vista assim... pela sociedade dominante, mas... eles têm noção. Eles têm noção que os miúdos faltam à escola porque não têm sapatos, eles têm noção que... ah... eles vão... e vão para a escola sem comer, e portanto a única refeição que fazem é na escola. E depois chegam a casa e já não têm dinheiro, não comem, não têm comida, ah... e têm noção que são pobres. Eles consideram-se pobres.”

As comunidades ciganas têm noção e pedem ajuda, mas são discriminados por fazerem o pedido para melhorar e sua vida.

2 – “eu tinha utentes que eu sei que tinham noção do seu estado. Mas essas pessoas, na maioria, já tinham tido algumas condições económicas, já tinham tido trabalho e tinham conseguido pagar as suas contas ao final do mês, portanto média... uma classe média baixa, digamos assim, mas que conseguia suportar as obrigações mensais, digamos assim. Caem... no desemprego, há dificuldade em voltar a encontrar trabalho, e aí, ah... ressentem-se, e aí, aí eu acho que têm noção, ah... da sua situação. Depois, em contrapartida, se calhar as pessoas que falava ainda há pouco, que aquela pobreza é cíclica... têm... eu acho que têm uma ideia que vivem abaixo, ah... digamos da classe média, e que têm uma situação económica muito frágil. Mas penso que não, que isso não os... ou seja, que não tão completamente conscientes da sua situação, sim.”

Há uma perfeita noção das pessoas que ficaram pobres e há uma revolta ou insatisfação associada. As pessoas que sempre foram pobres têm noção que têm uma situação inferior, mas aceitam-na com mais naturalidade e comodismo. Pode também ser uma forma de defesa, o não lutar contra o inevitável.

3 – “Eu penso que as pessoas que sempre foram pobres... ah... ignoram mais essa situação. Ah... Aquelas que a sua família de origem já era pobre, vivem melhor com isso. Pessoas que entretanto caíram na pobreza, ou que, portanto, os pais ainda eram assim de uma classe média, e, e estas pessoas, por exemplo não... acabaram por sair cedo da escola e ir trabalhar, e ganham muito pouco, ah... essas têm mais dificuldade em aceitar a... a pobreza não é?”

4 – “Depende das defesas mentais que eles tenham. Depende das defesas psicológicas que cada um tem para se... auto-protoger. É... é assim, há famílias... que se mantêm unidas para não se desestruturarem, ainda que a pobreza seja máxima, e que a fome passe lá em casa. Há outras famílias que vão abaixo. Portanto, há aquelas famílias que, ok, somos pobres mas eu tenho uma família espetacular, eu consigo levar os meus filhos à escola, pelo menos eles comem na escola, ou... ou se a escola souber do caso dá apoios...”

5 – “Não faço ideia, acho que isso é uma situação completamente individual, caso a caso, eu por exemplo sei... eu tenho algumas dificuldades, acho que todas as pessoas têm, ah... mas não posso... eu própria, tomando-me como exemplo, não me considero uma pessoa pobre, não é? Mas se calhar sou pobre nalguns aspetos. Que ainda não os desenvolvi. Agora... se eu penso sobre isso? Eu acho que penso, não é? O que é que... mas... não sei... porque, por exemplo, tens pessoas que sempre viveram com aquela estrutura, portanto, já era a família assim, os avós eram assim, os bisavós, portanto não há... e acontece, por exemplo, imagina numa família em que ninguém é licenciado, não é? Ah... ou acontece o fenómeno de Uau, esta pessoa vai estudar, alguma pessoa na minha família, e aquilo é dado quase como um marco muito importante, como também já vi acontecer ao contrário, não é? De... não. Ninguém estudou na nossa família, portanto... essa pessoa não vai poder estudar. Não sei se essa pessoa tem a consciência que tá a ser pobre em termos de opção.”

6 – “Se eu viver num bairro, tiver uma família que ande sempre a lutar, onde eu viva com, onde as pessoas é naturalíssimo que as pessoas façam sopa para a semana toda, e que os filhos andem com sapatos rasgados, e que não tenham... percebes? Eu vivo ali, e não sair daquele bairro, começo a achar que isto é o procedimento normal. É como as questões da violência doméstica, certo? Se eu viver num sítio onde toda a gente bate na mulher, lógico, se eu for um rapazinho, quando for grande também quero bater na minha mulher. Certo? Agora, Se eu for, tiver a sorte de ir parar a uma escola onde perceba que os meninos não têm o mesmo tratamento em casa do que eu, se eu tiver a sorte de... perceber que os meus vizinho não vivem da mesma forma como eu, aí se calhar vou ter consciência. Tenha a idade que tiver.”

7 – “Não, sabiam. As com quem eu trabalhei diretamente sabiam. Sabiam exatamente em que situação é que estavam, e o que precisavam fazer para sair disso. Agora, sim, e tinham muita noção quando procuravam a ajuda, sabiam para o que ali estavam e queriam mudar a situação atual onde estavam.”

8 – “Eu não sei se eles se consideram pobres, mas consideram que não têm tudo aquilo que outros têm. Ou que, pensando nos filhos, que se calhar os filhos quando forem adultos, já não conseguirão ter tanta coisa como eles têm

A situação pode ser considerada normal, exceto quando uma figura de referência faz ver o contrário, ou há uma situação de comparação.

Quando há um pedido de ajuda, a pessoa está num patamar de maior consciência de que está na situação e que pode sair dela.

agora. Porque há coisas que vão sendo cortadas, há coisas que não vão estando mais fáceis.”

9 – “Muitos deles têm. Outros simplesmente sempre viveram assim, não conhecem outra realidade, vá, por assim dizer, ah, e... conheço bastante gente que sim, que não... eu acho que já é o humilde do humilde, é a nata, aquela nata, que é... Bom, eu sou assim, sempre vivi assim, não preciso de mais...”

10 – “Alguns sim. Outros não, porque há muitos novos pobres. Ah, na nossa sociedade há muitos novos pobres, e há também muitas pessoas que não assumem isso. Tens imensas famílias da classe média, digamos, que caíram em situações, em alguns casos de pobreza, não é? E que têm de ir a refeitórios buscar refeições para filhos, e que pessoas que viviam, tinha casa, tinham carro, tinham empréstimos, e que não conseguiram... basta um ficar sem trabalho para uma pessoa ficar na situação... o banco vai buscar todos os meses, tenhas ou não tenhas, não tens o dinheiro, tens o bem, e há pessoas a ficar sem casa, e sem condições para alimentar a família, e que são os novos pobres, não é, da nossa sociedade, e muitas das vezes não tão identificados, porque as pessoas têm vergonha, infelizmente.”

11 – “Não, eu acho que têm consciência, sim. A maioria sim. E têm noção que são excluídos.”

12 – “Pobres. Aqueles que têm pouco rendimento e que têm condições muito precárias. Se têm noção? Sim, eu acho que sim. Nós somos seres de comparação, não é? Estamos sempre a comparar-nos, por isso, têm de certeza. Quando são crianças talvez não, mas chega ali a uma idade que sim, que se tem noção. Podes não achar isso é necessariamente mau. Podes viver bem com isso. Mas sim, tens noção, eu acho. (...) Sim, têm na escola convivem com outras crianças que não são tão necessariamente tão pobres, se tivermos a falar de questões mais precárias. Na escola, e quem diz, jardim de infância, sim. As IPSSs estão cheias de meninos que são pobres e meninos que são muito bem na vida”

Há relação entre a pobreza, o trabalho precário e desemprego ?

2 – “Ah... e quanto mais tempo a situação de desemprego permanece, mais difícil é sair dela, ah... e nós tentámos também com algumas empresas também criar ah... algumas parcerias mas obviamente nós tínhamos de nos identificar ao tentar criar esses protocolos, e aqui a situação da doença podia criar algumas resistências nisso, portanto, era mais essa agravante, portanto as pessoas já estavam em situação de pobreza, e o facto de terem uma doença crónica muito estigmatizada criava ainda mais barreiras no acesso ao emprego.”

A situação de pobreza é motivo de vergonha para quem esteve numa situação mais estável.

As situações de doença crónica (HIV) dificultam a obtenção de emprego.

3 – “as pessoas aqui têm muito o hábito de... possivelmente em Olhão, de irem ao mar, e quando não há dinheiro é que voltam a ir. Ao mar, ou vão desenrascar-se, vender qualquer coisa, ou fazer uns biscates, mas esquecem-se que há surpresas na vida, não é? E então, quando há essas surpresas, depois, se for preciso não têm pão, não têm comida para comer em casa. (a situação de trabalho precária é voluntária) Sim, são pessoas que, muitas também acumulam com o rendimento social de inserção, por exemplo...”

A situação de trabalho precário é por vezes voluntária.

4 – “Esses então ficam realmente muito...fica péssimo, fica mesmo péssimo. Porque eles... e porque... a pobreza depois implica com um estado emocional e psicológico grave. Há pessoas que entram em depressão profunda, lamentavelmente algumas suicidam-se”

5 – “Claro! Obviamente! (...) por exemplo, se fosse eu, a minha independência financeira claro que depende disso. Não é? E a minha decisão de constituir família, de aumentar a família, tudo depende disso. Da minha situação, da minha estabilidade, daquilo que eu quero para mim. Eu acho que influencia fortemente, uma pessoa desempregada não tem capacidade de... se tiver a pagar uma casa, não é? Como situações que houve associadas a algumas empresas que houve casais, os dois a ficarem desempregados, quer dizer, quem é que paga a casa? Eu acho que sim, que o desemprego é um dos sinais, e acho que é muito pobre o estado achar que oferecer cursos de formação para pessoas que de facto já têm formação, não é? Poderiam tar a desenvolver outras coisas, que continua a ser pobre, são medidas pobres, portanto... se calhar o nosso país é mesmo pobre. Não só financeiramente, mas também nas medidas sociais em que investe.”

As medidas para o combate ao desemprego são ineficazes. Estar desempregado implica uma situação de dependência.

6 – “Claro que sim! Tem tudo a ver. Mas é necessário haver estruturas sociais para dar emprego, ou pelo menos trabalho decente, com ordenado, que dê para a malta sobreviver”

8 – “Acho que sim. Eu já não sei para quem tá pior. Porque se tu fores a pensar nos mais velhos, trabalho precário, quanto mais velhos são, mais difícil é. (...) Por exemplo, há várias famílias que vivem do mar. Ou vivem da hotelaria, e isto são trabalhos que são sazonais. São precários, são sazonais. É complicado depois uma pessoa... depois é uma bola de neve, não é? Eu tou X meses desempregado, vou criando dívidas, depois vou, vou pagar dívidas, mas esses três ou quatro meses que tou a trabalhar não dá, e volto outra vez, acho que depois disso começa a ser um espiral.”

No Algarve, os trabalhos sazonais acentuam as situações de desemprego e trabalho precário e conseqüente aumento da pobreza.

9 – “Pode estar, sim, muitas das vezes tão relacionados. Ah... é assim... o trabalho precário... é muito chato falar sobre isso porque o trabalho precário há em todo o lado. Mas, é assim, os biscates não dão para muito, é um pouquinho aqui, um pouquinho ali, ah... é difícil... como é que eu hei de explicar... Não tem uma regra, não é? Ah... há pessoas que têm um trabalho precário, mas que até recebem mais ou menos bem, que dá para a vida. Outras,

o trabalho precário é mesmo muito precário. Porque é só uma coisa temporária, e depois voltam ao mesmo, vão... (...) Já ultimamente sim. Principalmente pessoas do sexo masculino, pronto, canalização, e... pedreiro, pronto, é um biscate aqui, outro ali, e vão tentando pagar algumas coisas com isso, mas não conseguem sobreviver com isso tão pouco.

10 – “Eu acho que sim, sim. Porque o facto de tu não teres ocupação para as pessoas, o facto das pessoas não se sentirem úteis, o facto de hoje em dia um jovem ter alguma dificuldade em continuar os seus estudos porque as perspectivas de futuro não são propriamente muito risonhas, não é, porque depois não se educa ninguém para fazer determinados trabalhos. Portanto, os teus pais trabalharam a vida toda na agricultura, não educam um filho para ser agricultor e se dedicar ao campo, querem é que o filho vá ser doutor, ou médico, enfermeiro, seja lá o que for, porque é isso que é considerado um emprego. Ah, pronto, por isso eu acho que isso é... estes valores têm de mudar um bocadinho. Porque não é só o ir para a universidade que é importante. Porque há muitos ofícios que são necessários aprender, e que as pessoas vivem bem com os rendimentos que têm, mas hoje em dia acho que é muito essa... o meu filho tem de ir para a universidade. Porque senão já não é ninguém na vida. E depois acaba por ir para a universidade, e sai de lá e também não é grande coisa.”

Dimensões emocionais do desemprego. Desvalorização de alguns ofícios – os empregos de licenciados detêm uma

Posição de superioridade, mesmo que a nível financeiro sejam inferiores.

11 – “Claro, claro que sim. Daí a situação, acho que oscilar, também, consoante a situação do país. Porque trabalho, há muita gente que faz uma ou outra hora, recibos verdes, às vezes, a maioria das vezes sem contrato, e acho que isso depois também leva a situações, há acidentes de trabalho que levam a situações de... a própria família fica um bocadinho depois... desfasada”

Relação pobreza/saúde

1 – “Se... opah e depois se tens dinheiro, tens mais acesso, porque vais a clínicas privadas, se não tens estás sujeito ao serviço público. Naquele caso nas comunidades de Santa Bárbara, eles estão limitados ao Centro de saúde de Santa Bárbara, em que o médico vai uma vez ou duas por semana, uma coisa assim. Eles depois não conseguem vir a Faro. Pronto... aí... não têm dinheiro para vir. Portanto por aí já limita. No caso das comunidades sim.” (...) “No caso dos reclusos é diferente porque eles têm serviço de enfermagem e têm médico na prisão. (...) Aliás até acho que se calhar alguns deles até são mais vigiados ali dentro do que cá fora no contexto social que não vão a um médico... ali acho que sim. Têm cuidados, têm acesso a cuidados, têm medicação... e têm acompanhamento, que nalgumas situações talvez... seja mais eficiente do que cá fora.

Os pobres têm um acesso mais limitado à saúde por questões financeiras. A institucionalização em termos de saúde é uma vantagem, pois acede-se com mais facilidade a cuidados de saúde.

“As doenças... Eu acho que afeta... principalmente na parte da saúde materna e do planeamento familiar. Eu acho que se houvesse... um acesso mais... eficiente a esses serviços, provavelmente as pessoas teriam menos filhos...”

ou, engravidariam mais tarde, especialmente nas mulheres, o que lhes permitia acabar a escola, ficar com o nono ou o décimo segundo, e isso já lhes possibilita... ah... uma maior inserção no mercado de trabalho. O que faz com que, se tiver a trabalhar consiga sair daquela situação, e dar a volta à coisa. Eu acho que a saúde materna... da mulher, o planeamento familiar, essa parte influenciaria, sim. Se tivesse acesso a isso sim.”

A falta de planeamento familiar acentua as desvantagens para as mulheres pobres – educação e mercado de trabalho.

2 – “Ah, sim! Sim, sim. Até porque a pobreza, aquela pobreza cíclica que falava ainda há pouco, a baixa escolaridade, leva a que também exista desinformação, as pessoas também têm comportamentos de risco, ah... não conseguem superar, talvez, o estado de saúde em que se encontram, têm dificuldade em aderir à terapêutica, e os médicos, também, na minha opinião, na maioria, também se calhar nesse campo não têm uma grande preocupação e nós tentávamos colmatar, também isso.”

A pobreza está associada à falta de informação, o não seguimento de terapêuticas e comportamentos de risco.

3 – “Portanto, já tivemos situações de miúdos que tinham realmente problemas de saúde, e que por falta de... de... dinheiro isso não foi possível providenciar. A nível de medicação, temos a falar de medicação, ah... psiquiátrica, ah... medicação para a estabilidade, para alunos hiperativos, por exemplo, ou com défice de atenção, ah... porque as pessoas não pensam no futuro, pensam no aqui e no agora. Hoje tenho medicação mas amanhã já não tenho, e não se preocupam com isso, só quando acaba é que se preocupam, e depois até terem uma consulta é complicado. E nós, depois temos de ser nós, técnicos a ter que andar a... a ir facilitar as coisas junto do centro de saúde, por exemplo, para eles terem uma consulta e ser passado o mais rápido possível medicação, ou mesmo no hospital de Faro. A nível de... de higiene oral já tivemos situações de alunos com graves problemas a nível de dores de dentes, não é, por exemplo, que precisavam de ser tratados e não havia dinheiro para isso, ah, portanto... sim, sim, sem dúvida que influencia a parte da saúde. A parte da saúde influenciar a parte económica, pois com certeza que também deve influenciar, porque se a pessoa, se um pai ou uma mãe disserem, bem, vamos gastar dinheiro com esta consulta que têm muito importante, mas se calhar vão ter de tirar de um lado para pôr no outro, não é?”

Pobreza afeta o acesso à medicação.

4 - Eu acho que isso tá intrinsecamente ligado. Porque se tu comes menos, alguma coisa vai debilitar, se tu emagreces, ah... a saúde vai... e emocionalmente tu vais descendo por aí abaixo. Se não tens uma boa ajuda, um... um bom grupo de apoio, pessoas que animem... amigos, às vezes a rede de amigos é muito importante para essas pessoas que tão realmente declinadas, frágeis. Ah... porque depois começam a ser os psicossomáticos, dos psicossomáticos passas para a pré-depressão, e vai a depressão, e... pronto, vai por aí abaixo, quase uma bola de neve. A... A falta de dinheiro é... é efetivamente... é básico, tá... tá muito ligado, uma vai e leva a outra.”

A pobreza implica uma alimentação mais deficiente e uma situação psicológica mais frágil.

5 – “Sim, porque eu trabalho com dependentes, portanto à partida, depois há características comuns de acordo com o tipo de consumos que tem, mas por exemplo se for uma pessoa do alcoolismo, terá à partida um comportamento diferente da pessoa da heroína. Que normalmente está mais associada a pequenos furtos, ou recebeu uma herança e já deu cabo da herança toda, mas isso também se vê no alcoolismo, não há... não há depois ali uma própria gestão, que não tem só a ver com a questão da doença dependência, porque nalgumas vezes a doença surge como um sintoma de outra doença que já existe.”

6 – “É simples. Quanto mais pobre, mais doente, quanto mais doente mais pobre. E nós tamos a ver, ah... Podemos pegar por dois pontos. Quanto mais pobre, menos preocupado com a saúde. (...) se eu ando focada com as minhas questões e com os meus botões, se calhar vou compensar, em termos de alimentação, não vou ter a melhor alimentação, não vou tar com as mesmas horas de sono, vou andar mais irritada, portanto, sim, a partir daí não vou ter os mesmos cuidados de uma pessoa saudável e... e feliz, e depois a outra parte, que é a parte de quando a doença entra, a verdade é que é necessário dinheiro para a resolver. Pronto, há várias condicionantes, também o sítio onde tu vives, também condiciona a tua saúde, certo?”

Ciclo vicioso. Uma pessoa descuida-se mais com a saúde porque tem outras prioridades. Depois quando existe a doença não há dinheiro para a resolver.

7 – “Afeta, mas... eu acho que há, pelo menos todos os casos que eu acompanhei tinham apoios, graças a Deus, para resolverem as suas questões. Nós tivemos, por exemplo, muito casos que devido aos consumos de droga perdiam os dentes praticamente todos, e recebiam apoios, e tive montes de utentes que saíram de lá com uma placa nova, olha, a imagem, para procurar emprego, conta muito, não é? (...) Por serem institucionalizados, e também por receberem RSIs, e por terem certo tipo de apoios da segurança social, que depois lhes facilitava, realmente esses apoios, por exemplo, terapeutas. Os terapeutas do CAT, todos eram acompanhados por terapeutas, tinham acesso à medicação que precisavam, nesse sentido nunca lhes faltou nada, não houve nenhum utente que quisesse resolver uma situação... hospital... é claro que não iam ao das gambelas, iam ao público, mas nunca lhe faltou nada. Consultas na psiquiatria...”

8 – “Eu acho que sim que as pessoas não vão ao médico, ou compram aqueles medicamentos, pronto já tens os genéricos, eu também sou a favor dos genéricos, mas, não vão ao médico, vão... automedicam-se, que é mais barato ir à farmácia perguntar o que é que receita para isto, do que ir ao médico, além de esperar, pagar consulta, essas coisas todas. (...) às vezes, se calhar... talvez... pensando especificamente numa coisa de saúde que eu acho que ninguém trata que é dos dentes. Se eu tiver os meus dentes todos podres, e assim, ninguém me vai dar trabalho não é?”

Os problemas dentários afetam a procura de emprego, pois dão um aspeto descuidado à pessoa.

A falta de condições de habitação acentua situações de doença.

9 – “Sim, afeta. Afeta bastante. Porque várias pessoas que têm graves problemas de saúde, e por motivos económicos não podem solucionar, e muitas das vezes, mesmo as condições em casa, não conseguem criar condições, não têm dinheiro para criar essas condições em casa. Tou a falar em termos de aquecimento e água quente. Para tomar banho, se calhar passam o inverno a tomar banho de água fria. Vá pneumonias, constipações, por aí fora, e que depois já se tornam em situações crónicas não é? Mesmo que a pessoa vá ali ao hospital de Faro, se calhar demora três ou quatro anos a ser operada por qualquer motivo, e... porque não tem dinheiro para, por exemplo um particular. Acho que sim, que realmente... (...) Sim, sim, porque simplesmente não têm como trabalhar, não é? Depois ainda lhes são atribuídos subsídios de invalidez, e não sei quê, que realmente são míseros, não recebem praticamente nada, não dá para pagar nem uma renda de casa...”

A falta de condições de habitação acentua situações de doença.

11 – “tu agora a lembrar-me das taxas moderadoras, havia muita gente que era isenta, tenho o exemplo o caso da minha mãe. É doente crónica, e todos os doentes crónicos tinham direito a isenção das taxas moderadoras, era o caso da minha mãe e da minha irmã. E neste momento pagam as taxas moderadoras, e pronto eu tive uma altura em que tivemos em situações complicadas e pronto, ela tinha de pagar as taxas moderadoras, e uma pessoa que faz tratamentos, como é o caso, se calhar semanais, e entra muitas vezes na urgência, muitas vezes com várias situações, porque é uma doente oncológica, e ter de pagar taxas moderadoras é muito complicado. E a taxa moderadora tá, para irmos a uma urgência é quase vinte euros, portanto, acho que sim, que influencia bastante.(...) Claro, se uma pessoa não tá capaz para trabalhar, e se não tem ajuda de forma nenhuma, pois claro que sim, que influencia.

Mesmo no SNS o acesso à saúde implica custos. Os doentes crónicos já não estão isentos de taxas moderadoras e a situação financeira pode degradar-se. Ao juntar-se a situação de desemprego, pode originar situações de pobreza.

12 – “Pois, sim, imagina que tou a procurar trabalho, mas que tens questões de saúde complicadas, então... depois é complicado, imagina que és empregador, mas há uma pessoa que tá sempre de baixa. Isso para ti é mau, não é? Então sim, sem dúvida, as questões de saúde podem influenciar a tua capacidade de manter um trabalho, de realizares bem as tuas tarefas de trabalho, mas isto, pronto, também é assim, há pessoas que têm problemas de saúde e que enfrentam, a entidade empregadora percebe, e percebe as suas limitações, mas fazem um esforço enorme para não faltarem, para conseguir estar, e há outras que à primeira coisa, não é? Uma pessoa que tem fibromialgia, é uma pessoa que nós, não necessariamente viríamos a trabalhar com crianças, e se calhar faltar muito, porque tem muitas dores. Mas há pessoas que com fibromialgia trabalham com crianças. Não deve ser fácil, portanto, também tem a ver com a tua capacidade de resistência, do sofrimento.”

Pobreza e Educação

1 – “távamos mais focados no primeiro ciclo, quando eles entravam na escola, para tentar que acompanhassem outros, digamos assim, porque eles não têm pré-escolar, e à partida vão com menos competências, e portanto o objetivo era dar ali um impulso para que acompanhassem e tivessem algum sucesso. Porque eles começam com as retenções logo muito cedo.” “O facto de... não tomarem o pequeno-almoço faz com que o período da manhã não seja aproveitado. Eles não conseguem, pronto estão uma noite inteira, provavelmente comem às quatro... depois são capazes de comer um pacote de batatas fritas às sete, e das sete às dez e meia da manhã não comem nada. E portanto, a altura da manhã, o período da manhã é o mais produtivo... ah... só que eles não conseguiam. Porque eles só pensam em comida. E portanto, tar ali... a fazer qualquer coisa não dá, porque efetivamente só pensam em comida. Isso impede. A nível de sucesso escolar era das coisas mais... marcantes. Tanto que depois os professores começavam a dar o lanche logo assim que eles chegavam, em vez de ser às dez e meia era às nove. Basicamente tomavam o pequeno-almoço na escola.”

“Eu acho que... ah... pah escolarização, acho que é muito importante... ah... mas acho que também a escola... (...)E dos adultos, sim. Das crianças e dos... Os jovens agora, aqueles com catorze, quinze anos já conseguem. Já conseguem levar um papel e ler aos pais, e já percebem, e explicam e tal, portanto já tá mais ou menos. Os pais ainda não tão, por isso era importante, mas também acho que devia haver uma flexibilidade da escola... e especialmente naquelas zonas rurais, em que a escola tem cinquenta por cento de alunos de etnia cigana, e que devia estar mais próxima. Mais próxima daquela realidade, porque é uma realidade diferente. E acho que isso resolveria muitos... muitas questões. Porque eles só tão próximos das pessoas... com o décimo segundo ano basicamente, e que se conseguem mais ou menos desenrascar. Se tens alguma limitação já na dá. E acho que devia haver essa aproximação. Se calhar faz falta o educador social na escola! (risos) Pronto!”

3 – “os miúdos em situação de... de pobreza são miúdos sempre muito... desmotivados, ah... em relação à escola, que têm um grande nível de absentismo, por exemplo, faltam muito às primeiras horas, ah... são miúdos com pouca predisposição para a escola, ah... pelos mais variados motivos, porque depois sabemos, é porque se deitam tarde, ou é porque têm fome, ah... já tivemos situações em que chegámos à conclusão que eles não progrediam mais na escola porque havia fome, a última refeição que tinham comido tinha sido na sexta-feira na escola, e isto é, na segunda-feira...”

Negligência e violência

As crianças pobres estão em desvantagem relativamente às outras. Não têm pré-escolar, e vão menos preparadas para criar bases. Não têm acesso a explicações, portanto desenvolvem menos as suas capacidades. Situações de fome acentuam as dificuldades de aprendizagem. Ainda existem barreiras por parte das escolas que impedem o apoio necessário a famílias desfavorecidas ou de minorias étnicas.

3 – “É mais visível. Acho que é mais visível. Ah... porque essas pessoas recorrem mais aos serviços. É esta a minha opinião, não é? Porque uma pessoa de classe média elevada, imaginemos que uma mulher tem... tem uma marca de violência doméstica, se calhar não vai a um hospital público. Não é? Se calhar vai ao hospital privado, e diz ao médico para ficar caladinho. Não é? Ah... As pessoas mais pobres não têm esses recursos, então recorrem a sítios, a hospitais públicos e... e os... qualquer cidadão, seja público, seja privado, tem o dever de denunciar estas situações, mas nos hospitais públicos isso é sempre feito. E quem diz hospitais públicos, diz centros de saúde, diz outras entidades em que as pessoas têm de recorrer, e por isso é mais visível, ah... essa, esses maus tratos, essa negligência... pronto. (...) Exatamente... (ser pobre) se quisermos ir por aí até tem um lado positivo, não é?”

No caso da negligência e violência, há uma maior exposição das situações e é mais fácil atuar do que em famílias mais abastadas. No entanto existe um maior número de casos em famílias que são pobres

3 – “(a pobreza influencia os casos) Sim, sem dúvida, eu acredito que sim(...) quando... porque as pessoas... como é que eu hei-de explicar? Ah... portanto, a pobreza... é mais a pobreza de espírito, digamos assim. (risos) (...) Porque as pessoas, porque são pobres, normalmente têm piores condições em casa, ah... por exemplo, humidade, não é, e isso pode ser... pode ser mau para as crianças, não é, as humidades. Ah... As pessoas que tem baixa escolaridade, não é, as pessoas têm trabalhos precários, porque associado à pobreza temos outros fatores como o alcoolismo, por exemplo, e isso tudo, ah... vai proporcionar outras formas também de violência, a violência doméstica, por exemplo, e isso depois também proporciona situações de perigo, de negligência, não é... não sei se me fiz entender...”

Habitações não têm condições, os pais não estão informados, e existem mais situações de alcoolismo e de situações emocionais e psicológicas mais frágeis.

Estratégias para reduzir a pobreza em contexto de trabalho

1 – “Fazíamos encaminhamentos. Se calhar conseguíamos uma... um atendimento, um encaminhamento mais privilegiado, e aí... saltávamos aquela parte toda burocrática que eles não conseguem, ou que têm dificuldade, e... eram recebidos mais rapidamente, e depois nós também explicávamos, e depois, portanto, da parte dos serviços também percebiam exatamente, que há essa parte da comunicação que é difícil entre as partes, nós acabávamos por mediar, e acho que isso ajudava.” “Nós muitas vezes fazíamos... Tínhamos dinheiro para atividades, e a maior parte das atividades que fazíamos incluía refeição. Porque isso era uma coisa que... que faz diferença, e portanto nós apesar de, não tar orçamentado como refeição nós andávamos sempre a trocar de rúbricas porque os miúdos tinham fome. Bem, nós tínhamos dinheiro, e eu não ia gastar dinheiro em... em comprar um computador para o miúdos terem fome, portanto aí sim, acho que se devia ter cuidado nisso.”

Os ES fazem uma mediação entre as pessoas e os serviços.

2 – “Pode-se dizer que.... Ah... nunca... posso dar o exemplo do banco alimentar, que é assim o mais conhecido, e que talvez o que salta à primeira vista. Não... não conseguíamos colmatar, por exemplo, uma alimentação

Os bancos alimentares não resolvem nada.

deficitária, isso não conseguíamos com o banco alimentar que dávamos, mas tentávamos criar outras estratégias como... ah... a aquisição de formação, ah... o ajudar aqui na procura de emprego, tínhamos também uma oficina de emprego, que era trabalhada consoante o interesse do utente e aquilo que nós conseguíamos criar com ele, ah... estruturar currículos, criar emails, desde o mais básico, até depois ah... à preparação para a entrevista, em caso quando... quando isso acontecia, ah... portanto... era... era mais ou menos por aí que nós tentávamos ir.”

Ensinam a procurar emprego

3 – “É assim, nós quando a situação é muito precária, nós tentamos intervir de alguma forma ali na crise, não é? Proporcionando, portanto, aquela... aquela frase não dê o peixe, ensina a pescar, pronto. Nós tentamos ensinar a pescar. No entanto, muitas vezes é preciso dar o peixe. Para que... para que as pessoas tenham cabeça para serem trabalhadas, não é? Então temos de apoiar de alguma forma ali, seja a nível de encaminhamentos de apoios para a segurança social, seja a nível alimentar a nível imediato, ah... e nas próximas semanas, pronto. Agora, o que é que nós fazemos, pois nós tentamos consciencializar as pessoas, não é? Porque se elas não se consciencializarem que também não estão a fazer nada por elas... consciencializá-las tem ali um problema, não é? Que é a questão... que é a questão da pobreza, e... e... por exemplo, temos de trabalhar, não é? Temos de trabalhar e como é que se vai trabalhar? Não sabe fazer um currículo. Ok, então vamos trabalhar essa parte. Vamos ajudar a fazer um currículo. Ah... Tem que... Ah... Não pode ir assim a uma entrevista, tem que se arranjar. Ah... tentamos também criar ali um empowerment, não é? Na pessoa, para que a pessoa sinta que é capaz. Ah... E é fazer um bocado esse trabalho com, com as pessoas, não é?”

Não é possível trabalhar com as pessoas se não estão garantidas as necessidades básicas.

“E a par disso trabalhando sempre a parte do aluno, não é? Quando as situações são piores a nível de absentismo tentamos marcar todas as semanas uma reunião com o encarregado de educação do aluno, em que pedimos aos professores para preencherem uma ficha de como foi aquela semana, os alunos depois preenchem a mesma ficha, fazem uma auto-avaliação, e depois cruzamos ali aqueles dados para tentar perceber o que é que se pode melhorar, o que é que não se pode melhorar, e fazemos um acordo de semana para semana com os pais ou com o encarregado de educação e com o aluno. Com metas muito pequeninas e fáceis de... de atingir, para que a gente depois também possa elogiar na semana seguinte, para ir incentivando, não é? Ah... E então, ah... e sobretudo pomo-nos ali ao dispor para o que precisarem, não é? Ah... encaminhamos também para apoio psicológico quando... quando achamos que é necessário, muitas vezes é necessário não só os alunos mas também os pais, porque consideramos que se os pais não tiverem bem a nível psicológico os miúdos não... dificilmente vão estar, ah... e depois, diretamente, para resolver a situação de pobreza não temos aqui estratégias,

Mediação profs alunos

não é? Mas temos todo um conjunto de ações que acreditamos que vão favorecer a saída desse ciclo de pobreza.”

5 – “Ainda hoje um senhor, num grupo de partilha perguntei: tem mais alguma preocupação que queira expor? E ele disse, tenho, tenho uma preocupação que é, depois daqui o que é que eu vou fazer? E eu disse, olhe, uma pergunta muito importante. Depois daqui o que é que vai fazer? De facto, porque ali é um ambiente protegido. E portanto, a partir dali o que é que eu vou fazer, ou seja, aquele homem já tá a fazer um investimento no seu tratamento. Porque ele já tá a querer, não é? Pelo menos já está a verbalizar, e depois daqui, o que é que eu faço? Tenho um terapeuta? O que é que eu devo fazer? O que é que eu devo procurar? E isso é muito importante, porque para a estruturas que existem, tem de haver também um apelo do próprio doente. Senão nós não tamos ali a fazer nada. Tamos só a tapar feridas, mais nada.”

A pessoa tem de querer mudar

“ainda hoje um doente me dizia, tenho muitos problemas para resolver. E eu, ok, então vamos fazer uma lista desses problemas. Agora veja lá nesses problemas, naqueles que consegue resolver ponha uma bolinha verde. O que não tá no seu alcance de resolver faça um traço vermelho. Depois fizemos uma nova folha com os problemas com a bolinha verde. Então, nesses problemas agora, qual é o que pode resolver primeiro? Ah, mas isto dá muito trabalho! Pois dá, é verdade! Resolver problemas dá muito trabalho. E é esta capacidade de estar presente, sobretudo, e de encaminhar. Não fazer por, porque para mim era muito fácil o doente dizer, ai perdi a casa, não sei quê. Ok, perdeu a casa, vamos lá arranjar uma casa. Não, ali o trabalho tem de ser esse, olhe, pois pode fazer então agora, então qual é os problemas que tem? Então agora, prioridades. Eu vou resolver este, este e este. Muito bem, tarefas concretas para resolver isto o que é que necessita de fazer? O que é que eu tou ali a fazer com aquele doente? Eu tou a despertar, não tou a fazer mais nada. E ao fim ao cabo, no final do exercício podemos dizer, tá a ver como já tem aí uma série de tarefas? Afinal tem muitas coisas para fazer quando sair daqui. E a pessoa, ah é verdade, não tinha pensado sobre isso. E também, a par disto, o que é que está a acontecer também? O despertador também tem a ver com tornar-se pessoa. Não é? De ser uma pessoa, um cidadão pleno de direitos. E saber que tenho deveres, tenho direitos, e pode acionar a cidadania com ele próprio. Não é uma coisa que seja só ir fazer um cartão de cidadão, ou ir marcar uma consulta sozinho, este pensar sobre si próprio, e pensar que com o que poderá acionar já é uma escolha”

Cidadania

7 – “Nós concretamente era arranjar trabalho. Era... fazíamos vários trabalhos com eles, vários estudos, várias terapias para ver qual era a aptidão que eles tinha, o que é que eles gostavam de saber, e depois procurar trabalho. É assim, houve casos muito difíceis, nós tivemos pessoas, que para arranjar trabalho levou muito tempo porque o mercado de trabalho, como sabemos,

Procurar trabalho

não tá... complicado, principalmente para uma pessoa que tem um historial de tar desempregado há uma série de anos, porque tava no álcool, tava na droga, e isso torna-se mais difícil não é? (...) Sim, e fazíamos o currículo com eles, procurávamos as propostas, perdíamos muito tempo com eles na internet a procurar propostas de emprego, se interessavam se não interessava, a zona também era importantíssima, onde é que eles iam trabalhar, nesse sentido, uma pessoa tá a trabalhar em Tavira não ia trabalhar para Loulé...”

8 – “A nível da roupa... há pessoas a que a gente dá sapatos, principalmente... não só para os bebés, mas também para as crianças, isso é importante. E da comida, que é uma ajuda no momento, não é? Mas há pessoas ali, que no Natal tiveram alguma coisa na mesa porque nós arranjámos algumas coisas e eu acho que... que isso ajuda, e pessoas tão ali de manhã a perguntar... um paposseco, que eu não tenho nada em casa para comer.”

Apoio alimentar e roupa.

9 – “O resto é tentar incluí-los numa sociedade que é muito... muito complicada, ah... e que... pelo menos tentar perceber se de alguma forma se eles querem ser ajudados. Essa é a primeira. Eles tinham de querer ser ajudados. Porque se não quisessem, nós também não podíamos fazer nada sozinhas, ou seja, se a pessoa chegasse ao pé de mim, e me dissesse: quero arranjar um emprego, o que é que eu posso fazer, ajuda-me, dá-me dicas, do que é que eu posso fazer. Então, depois nós começávamos. Inicialmente, muitas das pessoas, aspeto físico, o que é que podemos melhorar? Pronto, acabámos por... aliás, já na minha altura não haviam muitos, mas nós tínhamos a loja social, arranjar roupas para esta pessoa, esta pessoa vai a uma entrevista de trabalho, vamos arranjar roupas, vamos cortar o cabelo, vamos tomar um banho, pronto. A partir daí, vamos começar pelo currículo. Ok, não fez quase nada na vida, não tem habilitações, não interessa, vamos tentar arranjar trabalho numa área que goste. Numa área... o que é que sabe fazer? Diga-me o que é que sabe fazer, e nós ajudamos a tentar encontrar trabalho. Pronto, e esse são as necessidades, já não básicas, mas que nós também apoiávamos nesse sentido.”

Se as pessoas não quiserem ser ajudadas o ES não pode fazer nada? Existem formas de fazer com que a pessoa entenda?

“Ah, é assim, na altura, não tínhamos assim muitas estratégias, nós começámos mais o trabalho direcionado para o utente, mas na instituição. Nós atuávamos mais na linha das necessidades básicas, apoiávamos as necessidades básicas deles. Poucas eram as oportunidades que tínhamos para tentar ajudá-los em situações sem ser as necessidades básicas. Aquilo que nós tentávamos de alguma forma fazer era a nível das consultas psicossociais, pronto, que tentávamos falar como é que pretendia fazer para o futuro, o que é que... se está mal porque é que não quer mudar, o que é que quer fazer, o que pensa fazer, se precisa de ajuda, vamos tentar criar um plano, vamos ajudá-lo a fazer qualquer coisa para que isso mude, não é, para

Em IPSS assistencialistas não é realizado muito “trabalho de terreno” mas “trabalho de gabinete”

que a sua situação de pobreza se altere, e tente dar um pulo para que consiga passar para uma altura melhor na sua vida.”

11 – “Nós tentávamos sempre, através do SEF, isto se elas quisessem, tentávamos sempre arranjar condições para que elas voltassem para o país delas. Mas isto com as condições necessárias. Isto porque muitas delas já estavam com... já eram toxicodependentes, e então teríamos de arranjar uma forma de elas irem, com metadona, etc., tentávamos sempre que, pelo menos que... elas trabalham numa máfia. Até nós, para falar com elas era muito complicado. Tínhamos de estar sempre a ver, se não tava ninguém por perto, ah... e tentávamos combinar uma hora, um sítio, para que a pessoa do SEF lá estivesse, e uma hora que não estivesse lá ninguém, neste caso, a controlá-las. E tentávamos, às vezes conseguíamos, tínhamos casos de sucesso, elas voltaram para o país delas, com as condições, aliás, elas próprias impõem logo condições para voltar, porque não vão voltar na mesma situação, é lógico. Elas foram resgatadas desses países porque viviam em condições de pobreza, é claro que nós tentávamos sempre reunir com algumas instituições, e o SEF as condições para elas voltarem.”

Pobreza extrema
com
criminalidade à
mistura

Formas de avaliação e análise

1 – “Nós fazíamos relatórios, estipulávamos atividades por semestre, e essas atividades, número de participantes, número de ações, ah... a participação dos... dos destinatários, isso era tudo avaliado. Relatórios semestrais. E depois é avaliado pelo Programa Escolhas.” “Sim só fazia um relatório no fim do ano, o projeto também teve três anos, foram feitos três relatórios” “avalia-se o número de sessões previstas e o número de sessões realizadas, ah... a opinião dos participantes, as sugestões de melhoria, o que é que... o que foi previsto, no fundo, e porque é que não foi realizado, o número de participantes envolvidos... ah... o número de temas... porque depois também funcionava por temas, que foram abordados... e acho que basicamente era isso.” “era basicamente a mesma coisa, número de sessões, número de participantes, número de atividades realizadas sem estarem previstas... ah... a opinião dos participantes, os participantes depois também avaliam... avaliam o projeto... ah... aspetos inovadores... ah... os custos, depois a nível orçamental também é ... também é avaliado... pah e no fundo era...os objetivos. Porque depois tudo isso vai... chegar aos objetivos.”

Relatórios e
números

2 – “Sim, sim, sim, isso era principalmente feito mais no final de cada ano, ah... e até tínhamos ali uma certa pressão para as altas sociais, que eram bastante difíceis de dar, infelizmente. Ah... e conforme, também as necessidades que nós também íamos tendo perante aquilo que nos apresentavam os nossos utentes, tentávamos direcionar um pouco as nossas respostas.” “As altas? Na minha opinião a maioria das altas que a gente dava era falsa. Ah... porque de facto havia essa pressão por parte da chefia, e para

que... para que tivéssemos essas altas, e apresentássemos esses números. Ah... o que acontecia é que nós dávamos essa alta, a pessoa até... até poderia ter trabalho nesse momento... dávamos a alta porque a pessoa arranhou trabalho, tava a trabalhar há dois meses, se calhar há três meses que não aparecia na instituição, ah... e então, a pessoa tinha um contrato de seis meses, naquele momento tava a tentar equilibrar a sua vida, ah... monetária, por exemplo, e a saúde também estaria estável, e então era dada a alta. O que acontece é que passados seis meses a pessoa aparecia-nos lá novamente, porque não lhe tinham renovado o contrato de trabalho, ou porque tinha sido internada no hospital, ah... e tinha tido graves problemas de saúde e não lhe tinham renovado o contrato de trabalho, portanto a pessoa voltava a aparecer lá. E de facto, quando não era seis meses era até mais que seis meses, um ano. Tivemos...tivemos situações assim. Portanto era dada alta, e era reaberto o processo.” “(As reincidências eram consideradas normais?) Não era considerada normal, mas não era analisada.”

A pressão das chefias para garantir o sucesso das instituições encobre as situações mal resolvidas.

3 – “Bem, nós quando, sempre que há uma situação, algo que possamos encaminhar, temos um processo de... de cada aluno, onde... onde temos uma espécie de inquérito, não é, que fazemos no primeiro atendimento à família, ah... onde é avaliado... portanto, é preenchida uma grelha com os elementos do agregado familiar, a profissão, a escolaridade, os rendimentos, é calculado o rendimento per capita, é portanto feita essa avaliação no início de cada... de cada acompanhamento.” “e serve também para despistar algumas situações, porque, também, esse inquérito ajuda-nos a conhecer melhor a família, e a família... imaginemos que há ali uma situação de... de negligência, ou de maus tratos de alguma forma... há muitas famílias que não têm noção que proporcionam esses maus tratos. Ah... e através do diálogo com a família neste primeiro atendimento, nós conseguimos ali descobrir outras coisas que estão atrás do absen... por trás do simples absentismo escolar estão outras coisas, e nós conseguimos aperceber-nos disso e trabalhar com a família, e muitas vezes encaminhar para a CPCJ. Porque, realmente, há muitas situações que são de perigo depois para as crianças.” “mas se formos medir isso, nós não medimos isso propriamente, porque ali não é... não é esse o motivo da nossa intervenção, mas se formos medir acredito que a taxa é muito baixa. Ah... da saída dessa situação de pobreza. Já vimos algumas situações mas... mas não de pessoas que já eram pobres na sua família de origem, pessoas que já tiveram posses e que entretanto caíram na pobreza, e entretanto conseguem recuperar. Agora é mais difícil aquelas pessoas que sempre foram pobres saírem dessa situação de pobreza. Tá de tal forma cristalizado que é difícil.”

Avaliação da situação, e não avaliação da atuação.

Apesar de não haver esta avaliação, há a noção de que a intervenção não é eficaz nos casos de pobreza.

4 – “as entrevistas, as avaliações, eu também já fiz, essas entrevistas, essas avaliações, mas efetivamente, isso compete ao... e aqui eu sei que há muita discussão, ao... como é que ele se chama? Ao assistente social. Porque ele

Avaliação: Parte burocrática.

faz precisamente a parte burocrática. Enquanto nós da parte burocrática aproveitamos para fazer a estratégia de intervenção, eles têm essa parte burocrática e papeis, e relatórios.” “Não, eu faço, não faço escritas porque felizmente ainda tenho uma boa memória, uma excelente memória fotográfica, portanto, isto quer dizer que eu registo muito as conversas que tenho”

7 – “Ah... nos últimos tempos já... que me recorde era por objetivos, tínhamos de ter uma taxa de altas, uma taxa de... por exemplo havia um número de atividades que tinham de ser feitas, uma certa percentagem, depois também se contava as desistências, era um processo de avaliação muito... assim(...) Baseada... Sim, nos números, sim, quantos tiveram alta, quantos abandonaram, quantos... pronto, por aí. (...) Não. Não era tipo, este caso aconteceu, correu bem porque isto, não. Qualitativo não, só mesmo quantitativo.” “Porque para as instituições terem apoios, têm de se basear em números concretos de casos de sucesso ou de insucesso para continuarem o trabalho. Se uma instituição não tem sucesso nenhum fecha. Como isto está hoje em dia, se o (CIAB?) depois se lhes faltar alguma coisa, ou seja, vocês tão abertos há... doze anos e só tiveram duas altas... se calhar não tão a fazer nada, e pumba, fecha-se as portas. Tantos casos que se ouviu no país, neste tempo que eu estive lá que fecharam, que não tinham apoios para manter, porque é tudo... é muita despesa.” “A partir do momento em que a pessoa arranjava um trabalho e dizia: agora já não preciso da vossa ajuda, muito obrigada, mas arranjei um trabalho, e tou a conseguir por a minha vida para a frente, pronto, nesse sentido nós... acho que a partir daí nós percebíamos que realmente tinha sido numa situação positiva, não é? Obviamente que há outros casos negativos, que continuavam lá durante meses, e meses, e meses, e nós reparávamos que não existia qualquer tipo de esforço da parte do utente para que isso se alterasse, ou seja, aí, realmente a avaliação era negativa.”

Objetivos,
números

Mais uma vez a
referência a
avaliações
fictícias

Implicação dos pobres

1 – “Havia as assembleias de jovens, em que o plano de atividades semestral era elaborado com eles, portanto, na assembleia e depois... no fundo era um... davam ideias... depois nós contruíamos, e eles aprovavam. Portanto havia duas assembleias, havia uma de ideias, depois nós púnhamos tudo no papel direitinho, e a seguir eles aprovavam. Portanto, sim, eles sabiam tudo o que... o que íamos fazer.”

Elaboração de
atividades em
conjunto

2 – “Eu, e sei que as minhas colegas também, tentávamos sempre perceber o que é que o utente queria para si, e tentávamos construir com ele algo que também o motivasse, porque não adianta uma pessoa achar que aquilo é o melhor para eles, e depois não se identificarem nada com aquilo. Ah, e nós

tentávamos sempre que eles tivessem implicados no processo. Às vezes não era fácil, porque ah... ah... o que eles queriam para eles, eram pessoas que queriam a supressão imediata das necessidades. Ou queriam o passe para o metro, ou queriam o banco alimentar, ah... portanto, e nós aí tentávamos um bocadinho usar essas coisas que eles precis... que eles queriam para eles, e que também era necessário, evidentemente, mas tentávamos trabalhar outras coisas. Mas no acompanhamento social nós tentávamos sempre que eles fossem ouvidos e, as minhas colegas eu sei que tinham a opinião deles em conta. Nem sempre era fácil.”

É um paradoxo. Os interesses das pessoas não coincide com os dos ES quando não procuram as instituições. Os ES tentam levar a sua avante, mas com a colaboração das pessoas.

4 – “Sim, eu sou considerada a melga. (risos) Professora, não nos larga da mão! Não, meus queridos, não pode, a gente não pode desistir. Então, na esperança de que, eles, ao perceberem que eu não desisto, eles não desistam deles mesmo também. Portanto, que, eu passo muito pela motivação pessoal. Portanto eu faço muito... a grande palavra, a grande modernidade que se fez em todos os tempos, mas que agora é chamada de coaching. Que é, vamos lá ao fundo, se... estar ali. Mano a mano. Não ser igual a, mas estar mano a mano. Perceber que tem ali alguém superior a ele, mas que está com ele nos momentos mais frágeis. Nunca ser igual, porque isso então é que estraga tudo. Estraga, a experiência que fala, é exatamente isso. Nós somos amigos, nós mostramos compaixão, temos compaixão, damos alternativas, quando é para puxar as rédeas, também puxamos as rédeas, e falamos, menino, o que combinámos foi isto, não foi isto, portanto, vamos lá a ter palavra de homem”

Dar o exemplo. As crianças aprendem com o exemplo. Utiliza a expressão superioridade mas parece-me que é mais uma distância de segurança e uma relação adulto/criança

8 – “E... umas das coisas, nós estamos sempre a perguntar o que elas querem, e uma... pronto, não só falando aqui porque tou há relativamente pouco tempo, uma das coisas que gosto de fazer é exatamente coisas que as pessoas gostem, ver o que elas gostam e tentar-lhes dar. Mas com os miúdos, ah... ainda não aconteceu, mas uma das coisas que eu fazia no meu antigo trabalho é exatamente com os miúdos, pô-los a eles a criar as atividades. Agora, por exemplo, eu tinha uma atividade às sextas- feiras, que era um... era sempre alguma coisa lúdica, e havia dias durante a semana que eu metia os miúdos, dava-lhes uma folha e dizia: olha agora pensem lá, o que é que vocês querem, que material é que vocês querem, e eles próprios iam fazendo, e na sexta-feira, eu trazia as coisas todas e era a atividade deles. Aqui não aconteceu muito, tentámos uma vez ver através de desenhos, mas ainda não funcionou.”

A prevenção não apresenta resultados visíveis, pelo menos a curto prazo, e uma vez que é sempre necessário apresentar números, há uma espécie de atuação curativa para mostrar resultados.

Ações preventivas e curativas da pobreza

3 – “Eu acho que deve intervir nas duas... nas duas partes, eu acho que temos um papel fundamental nas duas partes. Agora, ah... aliás, cada vez mais, e a nível das escolas tenta-se trabalhar na área da prevenção, temos é aqui um problema grande que, que... estamos num país em que se quer estatística, estatística, números, números, e a... os resultados da prevenção veem-se a

longo prazo. Não se podem ver no final de cada período, no final de cada ano letivo, não é? E se nós não cumprirmos esses objetivos no final de cada ano letivo, somos maus profissionais. Somos considerados maus profissionais. Portanto, tem de se fazer muita coisa na... intervir na crise, não é? E também se vai fazer prevenção assim, mas os resultados não são tão visíveis. Porque se só fizermos prevenção, e acho que o educador social podia fazer até só prevenção, mas depois não tinha resultados.”

4 – “Epah, no estado em que está o país, ah... eu não sei se a prevenção será tão efetiva com... Se fosse há cinquenta anos atrás, dava, era efetivamente prevenção. Neste momento, quase que é uma situação de emergência para colmatar necessidades, para depois trabalhar estratégias para poder saltar. E aí, então, pode-se passar à prevenção. Portanto, é um bocadinho ao contrário. Mas isso foi devido ao desenvolvimento político de há cinquenta anos, daqui para cá, de cá para lá, que os nossos queridos políticos fizeram. Ah... essa é a minha perspetiva em que trabalho. Nós, efetivamente, há aquele provérbio chinês que diz, se vires alguém com fome, dá-lhe a cana, mas neste momento, se nós virmos alguém com fome, temos mesmo de lhe dar de comer, senão nem força na cana tem para pegar. Portanto, temos que, efetivamente fazer aquele tal assistencialismo, mas, não ficar por lá. Dar o passo em frente. Para depois então, quer repetir a situação? não quer? Então vamos delinear uma estratégia de intervenção na área da prevenção. Quase prevenção primária. Deveriam ocorrer ao contrário, mas neste momento...”

A ação curativa é interpretada como assistencialista.

5 – “É assim, na minha opinião, o educador social, pela própria dimensão educativa, ele vai ter sempre espaço nas duas vertentes. Porque é assim, o que é que tu podes prevenir... o que é que se pode prevenir? Eu posso ajudar na capacitação, por exemplo, da educação financeira. Não é? Mas isso não invalida que... aconteça uma catástrofe qualquer, não é, na vida daquela pessoa, e que, se calhar durante meses, aquela pessoa não tá minimamente... a sua fragilidade até de saúde, não consegue fazer uso daquele conhecimento que ela já adquiriu, por exemplo, na questão das competências financeira. Ah... Ou acontecer uma desgraça qualquer e a pessoa não quer saber, vou gastar o meu dinheiro todo. Portanto, isto é tão frágil, não é, quanto a condição humana. Não é uma coisa muito... Agora nós como educadores, o que é que nós podemos fazer? Ação preventiva? Tem de trabalhar sempre em articulação com a preventiva, entre aspas.(...) Se ele sair daquele internamento com a capacidade de perceber que o espaço terapêutico é dele próprio, não é do médico que tá lá sentado, cinco estrelas, não é? Portanto, por aí, eu sinto que a nossa capacidade de intervir... muitas vezes até tás a atuar em duplo, não é? Porque se eu tiver concentrada na componente curativa, eu também tou a prevenir uma série de coisas, o doente sai dali mais capaz, é um doente que a nível familiar vai ter uma relação muito mais tranquila, e mais facilitada, portanto, vamos tar a prevenir uma série de

Será que as pessoas têm o direito de ser pobres?

O trabalho do ES consiste em articular as duas

situações, e no fundo... é assim, no nosso país acabámos por... e também na minha área, nas dependências, acabámos por separar muito as áreas, e isso é mau, porque eu acho que tem de haver uma integração a nível de intervenção. Tem de ser uma... a intervenção tem de ser mais cuidada nesse aspeto, de estarmos mais ao serviço do doente e não tanto a impingir ao doente projetos que são reais para ele. Porque eu posso ter um doente que simplesmente quer consumir com segurança. E portanto, aí tem de se adaptar depois à intervenção.”

6 – “Talvez se previna a pobreza mostrando outras formas de viver. Talvez mostrando que se se mantiverem num caminho, agarrados à escola, que não será garantia que um dia sairão da pobreza, mas será mais umas possibilidades de proporcionar outro estilo de vida aos seus filhos. Talvez. Isso seja uma forma de prevenir a pobreza. Mas isso a longo prazo. Depois... a curto prazo pode-se prevenir a pobreza...com... ajudando... através da economia social solidária, através de... de capacitar as pessoas, através de cursos, de facilitar o acesso das pessoas à educação, de forma a especializarem-se nalguma coisa, ou talvez ajudando-as a arranjar um empregozinho que lhes permita pagar as contas ao final do mês, ah... presumo eu que seja por aí. Apesar de não ser assim tão linear e assim tão bonito. Digo eu. De se prevenir... atacar a pobreza... Atacar a pobreza, é uma estrutura tão grande e tão bonita que... favorece tanto a tão poucos... (riso) que eu acho que não sei como é que se ataca a pobreza, acho que tinha de ser mesmo de cima. Eu acho que tem mesmo de ser de cima.”

“A pobreza favorece tanto a tão poucos”
Depois de referir uma sequência de medidas, acaba por concluir que não é com este tipo de atuação “clássico” que a pobreza vai diminuir.

7 – “As duas, as duas. (...) porque hoje em dia há muitas pessoas que andam para trás não é? E que perdem. Então essas pessoas... É assim, uma pessoa que viva muito bem, acho que também deve ser preparada para que pode... nada é garantido hoje em dia. Nada é garantido. E então, se as pessoas tiverem consciência que nada dura para sempre, e há certos cuidados, e certos comportamentos quês e calhar devem ter para evitar, principalmente, sei lá, nos mais novos, inculcar certos valores, certos cuidados que devem ter, acho que, pode não acontecer, uma coisa é a pessoa já tar, não é?”

A insegurança está latente no discurso de muitos entrevistados. A pobreza é parecida com uma catástrofe natural que pode ocorrer a qualquer momento a qq pessoa.

8 – “As duas. Porque é assim, a pobreza já existe. Não é? Se vais só prevenir... é que ela já lá está. Ah... Eu acho que das duas maneiras. E aliás, acho que interligam-se. (...) Pensando nos bairros onde tenho trabalhado, tens, apesar de serem bairros sociais, tens pessoas diferentes, e se calhar, falando da pobreza, níveis diferentes de pobreza, níveis diferentes de cultura, ah... e eu acho que se interliga por isso mesmo.”

A prevenção é mais referida em contexto escolar

9 – “Inicialmente preventiva, sim. Isso é um dos pontos fortes. Há que prevenir, não é? Porque chorar sobre o leite derramado, como se dizia, não é bom. Ah... há que prevenir isso, sim, principalmente nas escolas, sim mesmo neste tipo de instituições, porque há sempre crianças nos agregados

familiares, e tentar muitas das vezes por elas tentar puxar a família para uma situação, nesse sentido já será curativo, não é? Ah... se calhar tentar influenciar a criança no sentido em que não, essa vida não é boa, vamos tentar outra. Acabamos por curar a vida da família e prevenir a da criança, não é? Que um dia mais tarde não fique na mesma situação.”

10 – “Tem de trabalhar de uma forma preventiva. Curativo, isso é... pronto, eu acho que não é só o educador social, em tudo devíamos trabalhar na prevenção. Porque se calhar. Tínhamos a falar da saúde. Se trabalhássemos mais na prevenção, se calhar não precisávamos de tantos medicamentos. Se educássemos, se o sistema fosse de educar, hoje em dia já há um bocadinho mais isso, não é? De ir educando ao longo do tempo para aquilo que as pessoas devem ter algumas atenções, se calhar precisávamos de menos e o estado gastava muito menos. Mais vale gastar na prevenção do que na cura. Sendo que, portanto, aí, ser fundamental trabalhar antes do problema acontecer. Porque, pronto, são todos beneficiários. Mas pronto, a gente sabe que as coisas acabam por não ser bem assim. (...) Quando já existe, pois é possível fazer alguma coisa, agora, eu digo-te que não é fácil. Não se mudam mentalidades de um dia ao outro, e tu sabes disso. Portanto, tá incutido nas pessoas, é a sociedade que educa um bocadinho as pessoas hoje em dia. A gente tem um filho e quer educa-lo, mas quer ou não, tu não o tens fechado em casa. Portanto, é um bocadinho difícil tu querereres, tentares e seres contra determinadas coisas, mas tu sozinha não educas o teu filho. Porque ele tem de estar na escola X horas, porque da escola têm de ir para uma atividade, tá lá educadores, e portanto é a sociedade em si que acaba por fazer essa educação. E às vezes nem sempre é muito fácil. Porque atualmente educa-se de uma forma consumista e pronto, dá-se muito pouco valor aos valores mesmo, não é?”

11 - É assim nestes casos, não se consegue fazer a prevenção, pois aí temos de atuar já numa ação, não é? Agora, é claro que a prevenção é sempre melhor que já estar a atuar no terreno. Se conseguirmos fazer uma prevenção, ótimo, temos sempre, o melhor será sempre começar com uma prevenção, agora se, nestes casos, em que não existe nada que consigamos já fazer, teremos mesmo que atuar, e depois, sim, começar depois a fazer a prevenção evitando novos casos. (...) Ah... prevenir... lá está, se houver instituições, ou, quando eu faço em instituições é locais, ou... não tem de ser necessariamente uma instituição, ah... neste caso também parte um bocadinho, talvez, claro, do educador social, porque... mas isto também tem um bocadinho a ver com outras coisas mais complicadas que são as burocracias, o estado, os financiamentos, nós também, isoladamente é complicado. Poderemos fazer, sim, alguma coisa, mas não podemos fazer tudo, não somos super-heróis. Ah... mas acho que sim, se houver uma boa rede por trás, claro que conseguimos fazer sempre uma prevenção, isto se houver algum local que

A prevenção como uma quebra na transmissão da pobreza.

nós possamos, ou de alguma forma ajudar estas pessoas, se calhar no início, é logo antes de elas caírem na situação das drogas, se calhar já se podia fazer alguma coisa, porque elas com certeza que já eram disfuncionais, ou eram, já vinham de famílias disfuncionais anteriormente, portanto, se nós conseguíssemos ajudar, se calhar a mãe ou a avó, ou estas pessoas, se calhar esta pessoa não ia cair na droga, posteriormente não cairia na prostituição, e nestas redes, e na máfia, e etc. Se conseguíssemos prevenir logo inicialmente, de certeza que... claro, que possam haver casos isolados que aconteçam, mas isso é normal, agora, se calhar, oitenta por cento iríamos evitar estas situações. (...) Pronto, seria a mesma situação, pois, e a prevenção já não a conseguiríamos fazer, conseguiríamos se calhar nos filhos dessas pessoas, isso conseguiríamos fazer uma prevenção, e ajudaríamos depois a pessoa com o tentar... sair da droga, pronto, sair da rua, a maioria delas se calhar também tá na rua, muitas delas sofre violência por parte do cliente, são pessoas que realmente sofrem bastante. Temos casos em que... uma rapariga que foi atirada fora do carro. Ficou bastante mal. Portanto, elas sofrem de vários sentidos, é cliente, é a máfia, é a própria pobreza em si, portanto, se calhar se conseguirmos ir prevenindo, claro que é sempre melhor, mas, tratando isoladamente destas situações evitaríamos muitas coisas.”

Autonomia

1 – “Ali é muito difícil. Eu tentava, acho que sim, que é muito importante, mas... (...) eu tentava... na parte da mediação, por exemplo. Tentava que uma das nossas metas era que os pais se aproximassem da escola, que fossem às reuniões, que recebessem as notas, que se estivessem implicados no processo escolar dos filhos... mas é muito difícil quando uma pessoa não sabe ler. Pronto, e portanto, eles vão, eles até vão à reunião, mas o professor está a falar e eles não percebem nada. E portanto estão lá a marcar presença. Ou seja, nós dizemos, não, tem que ir, tem que estar, porque isso é importante, mas eles... eles não têm autonomia. Quer dizer, autonomia, eles vão, mas depois não percebem nada. Ou seja, nós andamos por ali a andar um bocadinho a... a mediar, e no fundo, depois... tentamos criar autonomia mas nós é que fazemos as coisas. (...) Porque é difícil, porque essas pessoas têm poucas... têm competências baixíssimas, e efetivamente não percebem.

Para criar autonomia é necessário haver aquisições de várias competências não é só a mudança no padrão de pensamento

2 – “Eu acho que é muito possível. Mas o probl... mas há aqui vários constrangimentos que o técnico, educador social, de serviço social, técnico social, se depara no dia-a-dia. O utente, por vezes, é difícil sensibilizá-lo para certos passos, certas atitudes que seriam importantes para ele. Isso é um trabalho que demora muito tempo. Normalmente as direções querem números. Ah... os nossos governantes querem números. Portanto, todo este processo é um bocadinho apressado. Depois, as direções, como eu já tinha referido, das instituições, muitas vezes não estão abertas a algumas sugestões que são feitas pelos técnicos no terreno, e depois, quer queiramos, quer não,

Para criar autonomia é necessário tempo. Quem manda quer rápido

a política a nível nacional, ah... influencia muito. Muito, mais do que se possa pensar, e eu apercebi-me disso no terreno. Ah... e portanto, há aqui vários constrangimentos muito difíceis de ultrapassar. Não são impossíveis, mas são difíceis de ultrapassar.”

3 – “É assim, nós quando a situação é muito precária, nós tentamos intervir de alguma forma ali na crise, não é? Proporcionando, portanto, aquela... aquela frase não dê o peixe, ensina a pescar, pronto. Nós tentamos ensinar a pescar. No entanto, muitas vezes é preciso dar o peixe. Para que... para que as pessoas tenham cabeça para serem trabalhadas, não é? (...) Agora, o que é que nós fazemos, pois nós tentamos consciencializar as pessoas, não é? Porque se elas não se consciencializarem que também não estão a fazer nada por elas... consciencializa-las tem ali um problema, não é?” “O educador social tem precisamente uma função de capacitar, de criar aquele empowerment nas famílias, para as pessoas saírem daquilo que eu costumo chamar de a ditadura do auxílio. Não é? Ah... porque as pessoas vivem eternamente nessa ditadura, não podemos só dar, dar, dar, temos de trabalhar as pessoas, e, e... as pessoas têm de tomar consciência que têm que mudar, e que têm ali um problema, senão, dizer só sim, sim, sim, não vai resolver nada, não é?”

“Quebrar a ditadura do auxílio” que está enraizada na nossa sociedade

Esta técnica até pode funcionar, mas numa linha de pensamento extrema parece um pouco chantagem. Faz uma coisa só para ter outra...

4 – “Sem dúvida. Sem dúvida, mas não passas, não consegues promover a autonomia se não promoveres as necessidades básicas supridas. Mas é assim, não é de mão beijada. É sempre a trabalhar em acordos. Ok, fazemos isto, mas eu preciso disto. Queres trabalhar, eu arranjo-te, mas eu preciso de ti na escola. Sempre em acordo, sempre em acordo.”

5 – “Claro! É assim, nós... aliás, nós já nascemos com algumas coisas autónomas. Quando se tá comprovado que um bebé ao nascer, se for colocado na barriga da mãe, o bebé sobe até encontrar um seio materno, portanto, eu acho que a partir daí, acho que a capacidade de autonomia, claro que é possível desenvolver. Nós às vezes esquecemo-nos que somos autónomos. Ou às vezes é demasiado duro perceber, também, o que é que, qual é a tal responsabilidade que vem associada a essa tal autonomia. O que é isso de ser autónomo? Ok? E depois também é a capacidade de, pessoas nessa situação mais frágil de pobreza terem essa capacidade de... de querer ser autónomo, é algo que se calhar é mais pesado... há tantos pesos, há tantas feridas já vivenciadas, há tanta situação já desacreditação, ah... que é complicado. É complicado a questão do que é ser autónomo. Eu posso ser autónoma e daqui a dois segundos sou atropelada e deixo de ser autónoma. Fisicamente, não é? Ah... posso perder o meu emprego, e deixo de ser autónoma financeiramente e passo a depender da minha família, a relação de autonomia e dependência... que dizer, portanto, são muito paralelas.”

Ser autónomo é um processo que pode acarretar sofrimento

6 – “Autonomia, Autonomia é uma coisa fantástica! (risos) Tu podes esforçar-te imenso por ser autónoma, tu podes esforçar-te imenso para seres autónoma e não consegues ser, podes-te esforçar imenso para outra pessoa querer ser autónoma e a outra pessoa não conseguir ou não querer ser. Autonomia é uma coisa lindíssima! (risos) É importante, mas é preciso o querer, o poder, e o conseguir. (é possível?) Ah, sim! Claro que sim, mas às vezes é preciso muita paciência.”

7 – “É assim, eu acho que as pessoas não querem. (riso) Eu acho que as pessoas não querem ter autonomia. Eu acho que as pessoas assim mais velhas, não tou a falar de idosos, tou a falar dos quarentas e daquelas pessoas que têm aquele tipo de vida e sempre tiveram aquele tipo de vida problemático, se calhar há alguns que não querem. E não recorrem, porque se calhar vivem com uma mãe ou com um pai que sempre lhes deu tudo, e eles não tão para se chatear. Autonomia? Para quê? Eu tenho tudo o que quero.”

8 – “Eu acho que é possível. É urgente...como é que é?... Eu acho que é possível, mas que é muito difícil. Eu acho que é muito, muito difícil, e, falando da pobreza, leva a que... falando da crise, que leva a que tudo o que tu tenhas seja através de projetos, e projetinhos, e projetões, que têm seis, meses, um ano, três anos, acaba, e depois vamos embora, não é possível mudar nesse tempo. Porque as coisas levam tempo. Leva tempo, primeiro a aceitarem-te. Voltando ao meu trabalho anterior, eu tive um ano e meio lá. Ao fim de um ano é que as pessoas, principalmente, falando da comunidade cigana e tudo, passado um ano é que as pessoas começaram a confiar em mim. Ah... porque eu não posso chegar lá e dizer: ah, vocês aqui tão tão mal, vocês agora vão limpar isto tudo, tás... tás a... vai à merda, não é? (risos) desculpa lá! Depois faz um pii. Mas é verdade! Não é um projeto de um ano, ano e meio, três anos que vai mudar, por isso...” “Ah, pronto, eu acho que é, mas pensando as coisas de outra maneira, não sendo... trabalhar com as pessoas só um bocadinho ali, a seguir vem outro, e faz umas coisas muito engraçadas, porque essas coisas engraçadas são importantes, para criares uma empatia com as pessoas, para as pessoas te conhecerem, para depois as pessoas começarem a falar contigo, para depois as pessoas começarem a criar laços contigo, e depois consegues começar a falar com elas, e perceberem o que é que tem de mudar, porque uma coisa é eu chegar e ver. Ah, isto agora vai ter tudo de mudar, e ser igual como é na minha casa. Não. Não é? Ah... E para isso é preciso tempo. E para além do tempo é preciso serem as mesmas pessoas, e deixar, e não pensar só na porcaria dos números...” “Acho que sim, porque se formos a ver, essas são as únicas coisas que tão lá a tempo inteiro. Não é? A segurança social tá lá sempre. Há gabinetes que tão lá sempre, que são importantes, eu não sou contra o assistencialismo, acho que é super importante. Porque, a gente sem os dentes bonitos não vamos fazer nada, não é? Vamos aprender a ler e a escrever e isso tudo, mas se também

Há pessoas que não podem ser autónomas, pelo menos totalmente ou para que sejam tem de haver alterações exteriores. Há pessoas que não querem (é um direito delas?) Há pessoas que não conseguem, é preciso o tal tempo e as tais competências.

Se as pessoas estão felizes na situação de dependência é correto contrariá-las?

Tempo, tempo, tempo....

Os serviços assistencialistas são a única alternativa para a “falta de tempo”

não tiver apresentável, também não vale a pena porque temos que ver o outro lado não é? A entidade empregadora também não vai dar, ok, sabes ler e escrever, mas cheiras mal!”

9 – “Ah... sim, desde que a pessoa esteja predisposta a querer mudar a vida, acho que sim, acho que essa autonomia, aliás, um dos nossos papéis é tentar que a pessoa tivesse autonomia para se levantar da situação em que estava. Tem de haver estratégias por parte do educador social, enquanto trabalha numa organização, tentar implementar esse espírito de... essa motivação para que a pessoa seja autossuficiente, e seja autónoma, pronto, para tentar melhorar.”

10 – “Claro! Claro, as pessoas têm de ser, de trabalhar, a forma tem a ver com a atitude com que se trabalha com as pessoas. Porque nós assistimos logo desde muito novos, e mesmo nos pais, de te dizerem o tempo inteiro: tu não és capaz. E se tu tens um sonho dizem: ah, tu não vais conseguir e isso. Tu não vais lá, não sejas doida, que isso não é o teu caminho. Percebes? E cortam-se as pernas logo desde muito novos. E acabamos por fazer isso sem nos apercebermos. (...) E, e... há muito profissionais a fazê-lo. Mesmo tenho em consciência que... não acreditam, se tu não acreditas, se tu tás a trabalhar com um caso, social ou não, e tu própria não tens fé, nem acreditas que vais fazer dali alguma coisa, esquece! Que essa pessoa nunca vai mudar. Tem a ver com a tua atitude também. Portanto, a atitude começa por cada um de nós, não é? Se cada um de nós tiver uma atitude construtiva, e de mudança em algumas coisas, acaba por, no fundo, irem sendo muitos. E o número, aqui neste caso, é que dá o significado depois, dá-te o resultado final. A gente às vezes pensa, começando por mim, eu sozinha não sou nada, não é? Mas por algum lado tem de começar.”

O ES tem de ter uma postura de crença e construção. É a figura de referência para muitas pessoas.

11 – “Claro que sim, acho que sim. Toda a gente é capaz. Toda a gente é capaz. Portanto, acho que... que iríamos, com estas ações, ou com o facto de prevenirmos, eu acho que conseguiríamos tornar estas pessoas completamente autónomas, e depois arranjar um emprego, acho que isto é perfeitamente...”

12 – “Sim, isso acho que é quase um trabalho de amigo. É um trabalho de grande companheirismo, de uma relação de confiança, de um grande apoio. Porque realmente, romper com um ciclo de pobreza, acho que não é fácil. Mas acho que o poder está na pessoa, não está no educador social. O educador social pode ser um veículo, um meio para inverter ali aquela situação. E também depende do educador social.”

O ES não tem o poder de transformar na sua mão. Tem o poder de incentivar a transformação.

Ação política

1 – “acho que deveria... nós deveríamos ser educadores sociais mas políticos. (sorriso) e acho que aí, eu acho que nós não temos poder nenhum. Nem as próprias instituições, é muito difícil, nessa área é muito difícil.”

Solução para a
impotência dos
ES

9 – “Acho que o educador social tem muito mais força enquanto grupo, enquanto... sei lá, sempre tentei lutar por uma ordem... (...) Poderia ter, sim. Uma ordem, por exemplo, a ordem do educador social, acho que aí teria força, se calhar sobre uma instituição, sobre um sistema político, porque o educador social, por exemplo, numa instituição pode tentar ajudar, aliás, ele pode conseguir ajudar, mas em certos aspetos, não é? Acho que com acompanhamento especializado junto do utente, com o tempo pode ser que as coisas resultem sim. Mas se calhar, em vinte casos de pobreza, se calhar cinco conseguem. Mas pronto, já é uma ajuda, não é? Lá está, o educador social pode conseguir ajudar nesse sentido.”

Organização da
própria profissão

10 – “Sou, sou. Sou um bocadinho, e sou vista como um ser um bocado... sou uma política muito atípica. Eu acho que fazia falta na... se calhar com os anos é capaz de isso acontecer, o problema é quando os casos são muito isolados, e que há poucos, eles acabam por ser sufocados. Mas se começarem a aparecer mais, e que seja cada vez mais pessoas, se calhar começa-se a dar um bocadinho mais de ouvidos. Um político não tem de ser um político partidário, pelo menos nestas áreas pequeninas das juntas de freguesias, nem deve ser. Nem deve ser porque aqui os partidos políticos não servem para nada. Que a gente vê, eles vão para o governo e as atitudes são iguais. Não muda nada.”

Os ES podem ser
protagonistas da
mudança de
políticas e não
ser só meros
espetad

“pois, se calhar devia haver mais educadores sociais nestas áreas. No poder de decisão. Educadores sociais e muitas pessoas que também têm essa visão e que têm essa sensibilidade.”

É possível erradicar ou diminuir a pobreza?

1 – “Eu quero acreditar que sim! (risos) ah... Não sei... Eu acho que... ah... que nós estamos todos trocados com isto, e que efetivamente deveria ser uma prioridade. Pronto. Mas a erradicação tinha de ser mesmo uma erradicação. Não é tapar buracos. Porque o que nós fazemos com estas coisinhas é tapar buracos. Isso... pah... isso implicaria uma mudança de políticas, e mudanças... muito drásticas. Não sei se é possível. Eu acho que seria possível na gestão aqui da... dos orçamentos e das coisas mas opah... não sei, é difícil.” “Bem, nós tínhamos dinheiro, e eu não ia gastar dinheiro em... em comprar um computador para o miúdos terem fome, portanto aí sim, acho que se devia ter cuidado nisso. Devia-se ter cuidado nisso e devia-se conhecer as realidades, eu acho que não se conhece. Só consegues erradicar alguma coisa quando conheces mesmo.”

É possível, mas
não da forma
como se faz
atualmente. De
momento as
medidas que se
tomam não têm
em conta as
realidades e as
verdadeiras
necessidades.

2 – “Eu gostava de responder que sim (risos) e eu acredito que sim, ah... mas... eu acho que a um nível muito... não direi superior, porque não

Muitas dúvidas e
incertezas. Está
na mão dos
políticos, está na
mão de todos...

considero superior, mas essas esferas que nos comandam, está muito nas mãos deles, e obviamente também nas nossas, no nosso dia a dia, e principalmente para quem trabalha na área social também estará, mas... eu acredito que sim, mas acho que é um caminho muito difícil.”

3 – “Erradicação da pobreza acho que não. Acho que é uma utopia. Ah... A diminuição da pobreza... eu penso que sim. Penso que... é possível essa diminuição. Basta haver, se calhar uma distribuição mais equitativa dos recursos. E a nível mundial, não é? Ah... E se calhar cabe a cada um de nós fazer alguma coisa por isso.(...) Como por exemplo, não discriminarmos os pobres, ah... acreditarmos sempre e incentivarmos, porque a mudança é possível, não é?”

Erradicação = utopia. Diminuição está nas mãos de todos.

4 – “ok, é assim, vamos lá restringir isto a Portugal, mais propriamente aqui ao Algarve. Era possível erradicar a pobreza. (...) Erradicar. Era possível. Porque é assim, ah... noventa por cento, e tou a falar com dados específicos em estudos feitos. Noventa por cento das assoc., e quando falo em associações, falo em banda larga, IPSSs, quer sejam religiosas ou não, ou associações de apoio. Ah... Pois, eles têm cem por cento de orçamento, sessenta por cento fica na associação. Portanto, logo aí, já só ficam quarenta por cento para ajudar a população. Porque, eu sei, há ordenados para pagar, há N, N, N, N, mas, se conseguíssemos reduzir esses sessenta por cento para... ok, quarenta por cento, tudo bem... talvez conseguíssemos erradicar, isso passaria por, talvez, alterar as estratégias de intervenção que as próprias associações fazem.”

Erradicar através da redistribuição dos recursos das associações.

5 – “Ora, erradicar a pobreza, se eu pudesse dar a chave do número do euromilhões (risos) a pessoas em situação ... e ainda assim não seria uma possibilidade de erradicação, porque eu não sei como é que aquelas pessoas iam reagir ao facto de ganhar uma quantia... isto pensando na questão da pobreza. Claro que erradicação... se calhar pode ser como uma meta, uma meta a alcançar. Um futuro muito longínquo será erradicar, porque a sociedade ideal será aquela em que todos têm as mesmas condições, não tenho de pagar para o meu filho tar numa escola, não tenho que... porque há uma estrutura base tão sólida, que faz com que todos possamos ter condições mais de igualdade, não, é até em termos de igualdade de oportunidades. (...) Ah... A erradicação tem a ver com essa procura desse equilíbrio, ou seja, mais a nível cultural, mais a nível da atitude das pessoas perante a vida, e não tem a ver com força de vontade, porque a força de vontade às vezes não basta. Na maior parte dos casos. (...) Se eu não sou capaz de ir para um lado, deixa lá ver se consigo ir para o outro. Se eu conseguir potenciar e ensinar isso a outros, essa aprendizagem, essa competência de adaptação para mim, então eu acho que já estou a conseguir essa erradicação.”

Erradicação como meta

Mudança ao nível cultural

- 7 – “Não! (risos) Isso é uma utopia, isso é um mundo muito perfeito. (...) – Epah... diminuir... (risos) Epah, eu acho que é possível diminuir, acho que sim. Erradicar não me parece.
- 8 – “Opahh!! Se não fosse possível eu desistia! (...). Eu não sei até que ponto é possível a pobreza acabar. Eu acho que isso seria, se eu acreditar em utopia, isso seria utopia. A pobreza acabar seria mexer em montes de coisas, não é? A nível político, a nível... sei lá, coisas que nem imagino, ah... eu gosto de dizer que sim. Ou pelo menos diminuir, ou pelo menos haver uma mudança. Mas... se é possível... às vezes tenho vontade de dizer que não, porque... (...) se tu fores a ver a nível mundial, para a pobreza acabar era o colapso do mundo. Não é? (...) Não sei, mas pensando, teríamos todos um carro, eu não sei se isso... se tivessem todos um carro, o mundo já tá como tá. Temos todos uma casa. Não sei, olha não sei. Acho que... eu tinha de ir pensar e amanhã responder se a pobreza podia acabar. (risos) Acabar a pobreza...
- 9 – “Erradicar é difícil... (risos) Impossível. (...)Eu acho que erradicar é muito impossível. É, é mas isto, na minha opinião acho que isto já não cabe a nós, educadores sociais. Essa parte já é mesmo de sistema. O nosso sistema, e a política governamental, não só português, mas mundial. Porque, à partida, onde existem os grandes, grandes, grandes, também vão existir os pequeninhos. Porque quanto mais riqueza há, mais pobreza vai haver. Em vez de existir uma homogeneidade na sociedade, vão sempre existir os mais pobres, e os mais ricos, sempre, E erradicar é muito difícil, é mesmo impossível. Eu para mim, na minha opinião é mesmo impossível. Mas a esperança era que fosse... (...) Eu acho que é possível, essa parte aí tenho sempre uma esperançazinha que as coisas podem melhorar. O que é certo é que todas as pessoas que estão envolvidas na parte política não ajudam nada. Nada, nada, nada. Porque essas assimetrias vão continuar a existir por causa deles. (...) Porque depois nós acabamos por depender de uma sistema que vem de outros sistemas, que é a Câmara Municipal de Faro. Que já vem de um sistema a nível nacional, não é? Ou seja, como já está tudo muito sistemático, nós chegamos ali, temos de mãos e pés atados, não conseguimos fazer nada, tentamos ao máximo ajudar, não é?”
- 10 – “Eu acho que é possível, sendo que atualmente nós não temos numa situação muito boa, e nós temos a situação atual que o país tem, não é, que tem aumentado o número de pobres, e o número de situações de famílias em situação de carência, e depois para além dos que temos cá, portanto, todos aqueles que vamos recebendo. E temos esta questão dos refugiados hoje em dia, que é uma situação preocupante. (...)Diminuir. Acabar com a pobreza é um bocadinho ser... ser otimista de mais. Não é? Diminuir penso que sim, não é só na questão da pobreza monetária, não é? É a pobreza de espírito das pessoas. Mas tem de ser muita gente a puxar por isso, não é?”

Diminuir sim

Utopia. Tinha de se mexer com muitas coisas, não se sabe bem é quais, para além da política.

Impossível erradicar a pobreza porque a solução se encontra nas altas esferas

Esperança

Falta de espírito – Falta de conhecimento para resolver problemas? Falta de vontade para resolver as coisas?

11 – “Acho que sim, acho que é possível. Ainda tenho esperança que.. (...) Acabar, se calhar é complicado. É complicado porque isto há coisas que são situações que demorariam anos e anos. Se nós começarmos a ter já consciência disso, e se começarmos a atuar já, se calhar daqui a uns anos sim. Mas isto se houver ações para erradicar a pobreza. Isso sim, acho que chegaríamos lá e conseguíamos erradicar a pobreza. Mas claro que haveria alguns anos. Mas tenho esperança que sim, se houver mecanismos para isso, acho que conseguíamos. (...) Toda a gente. Se todos participarmos nessa ação de erradicação da pobreza, acho que sim, acho que se conseguia.

Demora muito tempo e envolve todas as pessoas. Só vai acontecer quando se começar.

12 – “Erradicar a pobreza. Eu acho que sim. Sim, é possível. Falta-nos vontade, verdadeira vontade disso. Mas sim, é possível. (...) se for uma pobreza de cultura, educação, poder facilitar esse acesso, esse acesso a. Embora a educação que estamos a oferecer hoje seja muito discutível. Se ela rompe realmente com o ciclo de pobreza, ou de referencial de pobreza, pelo bem da família, não é? Porque ela não ajuda no sentido crítico, portanto a questionar. Às vezes podemos andar à escola, fazer uma licenciatura, um mestrado, até um doutoramento, e sermos papagaios, não é? E não conseguirmos ter esse sentido de cidadania, de ter essa esperança, que é uma ação conjunta, podemos realmente fazer alguma diferença. (...) Isto é muito... soluções milagrosas não há. E quando estou a pensar num caso, estou a esquecer de todos os outros. Mas vamos, uma criança que nasça com poucos rendimentos, mas que tem acesso à educação, e também à cultura, está a fazer um processo de erradicar essa pobreza, não é? Mesmo que os rendimentos dela continuem a ser os dos pais, e que sejam escassos. E isto já faz parte do processo normal, a criança em Portugal normalmente vai à escola, tem acesso a várias coisas, não é, porque a escola proporciona, ou porque ela com outras crianças também proporciona, porque elas, aquela coisa de convidar o amiguinho para ir lá a casa... por aí. Mas sim, pronto, em termos de conjunto, pois... a garantia de trabalho para todas as pessoas é que é complicado. Dares uma remuneração mais justa, mais elevada, que possa fazer face a essas dificuldades é ajudar a erradicar a pobreza. Criar emprego para ajudar os outros é ajudar a erradicar a pobreza. Envolver outros em projetos sociais é ajudando a erradicar a pobreza. Ajudar alguém a ser mais crítico, a ver outras perspetivas, a ver a mesma coisa de outras perspetivas, é erradicar a pobreza (...) pois, é... Pode ser erradicar. Porque aquela situação pode levar mesmo a que aquela pessoa procure outras coisas, para si, se tem um referencial mais pobre, portanto, pode ser erradicar.(...) A do país e do mundo. E não vejo nenhuma utopia nisso. Acho que tem que ver com essa vontade, que não se tem, que não se vê, e que poderia existir. Porque há muitos ricos, há essa possibilidade de partilha com o outro, porque há pessoas que são ricas, e que são pobres em termos culturais, não é, e nas questões da educação, e por isso a sua riqueza beneficia mais a ela do que a todos os outros, à vezes até é pior, só há um beneficiário, não beneficia mais ninguém é ela e aos dela, vá. Não

Questões culturais e de educação são possíveis de resolver no sentido de romper com o ciclo de pobreza.

Vê a erradicação como a solução de casos individuais e não de uma ação num todo.

beneficia mais ninguém. E ela podia beneficiar outros. E não escravizá-los. Por exemplo, uma pessoa que tem um negócio, e que tem imenso lucro, e fruto desse trabalho dos trabalhadores que recebem seiscentos euros, setecentos euros. E ela criou o negócio, é verdade, mas recebe... imenso dinheiro. Ela ou ele. Pois, se calhar não está a ajudar a erradicar a pobreza. É muito discutível. Pode dar muitos postos de trabalho. Não sei. Mas sim, é possível erradicar a pobreza.

O papel do educador social na erradicação da pobreza

1 – “epah, sei lá, eu acho que a gente na consegue fazer nada! (risos)(...) Eu acho nós ajudamos, e que tentamos... tentamos autonomizar as pessoas, e tentamos um bocado ali... mostrar outras realidade e mostrar outras possibilidades, que dá pa... pa de forma rápida remediar a situação, eu acho que nós remediamos... (...) Eu acho... (risos) Eu acho que o principal papel é acreditar que isso é possível! E... fazer coisas... e ter uma ação em que efetivamente se acredite que isso é possível. E tentar, só que depois os nossos meios são poucos. Mas sim, é aproveitar todos os meios e tentar.”

Nenhum. Só se os ES tiverem uma ação política é que conseguem atuar na pobreza. De resto só remedeiam situações.

2 – “Primeiro que tudo eu acho que o educador social deve refletir. Sempre. O Educador social, e todos os técnicos, mais uma vez volto a dizer, porque eu acho que no nosso dia-a-dia, no nosso trabalho rotineiro acabamos por, e não era esse o nosso objetivo, por tentar apagar muitos fogos. E as urgências sobrepõem-se uma à outra. E os dias passam um a seguir ao outro. E não há tempo para refletir. Ah... Eu acho sobretudo que a reflexão é muito importante. Ah... E a partir da reflexão, a crítica, quer seja positiva, ou seja negativa. E sermos... como educadores sociais, temos esta obrigação, eu acho, de... de refletirmos, de criticarmos construtivamente, de darmos a nossa opinião, de sugerirmos, de contribuímos para melhorias nos locais onde trabalhamos.”

Refletir e criticar construtivamente o funcionamento das instituições.

3 – “É fazer o seu trabalho, não é? (risos) E ser educador social, como eu costumo dizer, vinte e quatro horas por dia, que acho que ser educador social é uma missão, não é uma profissão.”

Ao ser ES está a contribuir para erradicar a pobreza

4 – “Olha... é um bocado ingrato! Porque às vezes tu tens de fazer de mau. Tens de fazer de ríspido. Tu tens de os empurrar para eles partirem o nariz, desculpa a expressão (risos), ah... para eles depois se poderem levantar e perceber que conseguem. Portanto, isso é dar o... o que na gíria portuguesa se diz, o primeiro pontapé de saída. Portanto, isso é promover a auto-estima, é promover o empowerment, ou promover, ou desenvolver, porque o empowerment está dentro da pessoa, só que ela não percebe, e... depois, é claro que o educador social está lá para o apanhar, trata-lhe das feridas, coze-

Promover a auto-estima e o empowerment

lhe a cabeça, e manda-o para a frente, viste como conseguiste? Caíste, mas conseguiste. Tudo bem, agora vamos para a frente. Agora, vai depender também com quem trabalhas não é? Há pessoal que reage muito mal a isso.”

5 – “É despertador. O educador social é uma espécie de corneta que anda atrás. Não anda a dizer, faz, faz, mas anda a dizer, acorda! Olha lá bem para ti, olha vamos ver, o que é que podes fazer (...) E esse despertar é associado a um grande sofrimento.” “Ou também o não querer pensar, também é uma escolha. Mas o que o educador faz é, penses ou não penses, vai ser sempre uma escolha tua. Portanto, acho que é o lado mais difícil da nossa profissão. Porque no fundo é um acolher, mas não é guardar no colo, não é? É dar um colo, o colo está disponível mas é só para o resguardar. Porque depois há que deixar... assim como uma criança que está a aprender a andar, não é, deixa-a ir. (...) é potenciar que essa pessoa nos procure como um elo de segurança, como um pilar, porque até há muitas pessoas que não têm figuras de referência, e muitas vezes constroem em nós uma figura de referência, não é? Muitas vezes, ah, para si é fácil, porque você... eu faço uma pergunta e você arranja logo forma da gente resolver isso. E eu digo, não, eu não arranjo uma forma, você é que arranja uma forma. Pronto, também é o nosso papel que é facilitar, e facilitar não quer dizer que seja fácil, mas de facto é tornar ao outro ser mais fácil dele se encontrar. E perceber que pode desenvolver as coisas, e que não precisamos de resolver os problemas todos duma vez só, não é? Todos temos problemas, todos somos pessoas, e no fundo o nosso papel é educar para a igualdade. É perceber que nós somos todos pessoas diferentes, mas não quer dizer que tu como doente sejas menos pessoa que eu.”

Despertar

Ser figura de referência.

O ES é um impulsor da pessoa. A pessoa é que decide se quer ou se não está preparada.

6 – “Consegue atenuar muitas coisas e fazer muita magia acontecer. Ah... mas não a curto prazo. E não de uma forma radical. Percebes? Assim: Hoje, acordei de manhã, segunda feira, sexta feira quero a pobreza acabada! Mangas arregaçadas, e mãos à obra!” “Manter a fé. (...) Não. Fazer com que os outros também mantenham a fé. Pelo menos.” “Acho que é capacitar cada um. Acho que cada caso, cada pessoa tem de arranjar a sua própria maneira de conseguir dar a volta à sua vida. Porque eu não posso dar aulas de costura a toda a gente. Nem posso andar a dar a mesma receita a todos.”

7 – “Qual era a forma? Era criar mais... novas ajudas. Como... Acho que sim. Haver mais pessoas dispostas a dar. Não olharem tanto para o umbigo, e haver mais voluntariado, por exemplo. (...) Promover esse comportamento. Acho que sim. Acho que sim, era por aí. (...) Não, sei lá, criar campanhas para dinamizar e mostrar o que é que se pode fazer, ações de sensibilização, como é que podemos fazer.

Promover a participação de todos

8 – “Não só na formação, mas na informação. Depois, na mudança de mentalidades, na... ai, tanta coisa!” “Oha, o meu primeiro papel, eu acho que é chegar e olhar. E... e tentar meter-me nos sapatos das outras pessoas.

Porque... mesmo outras pessoas que tão lá a trabalhar, isto pensando em várias coisas, eu não... epah, tu julgas sempre. Mas eu não posso, e aprendi isto há dois anos, eu não posso chegar, e com os meus “Pre-Conceitos”, não é?” “Eu acho que é só no dia-a-dia. É ir vivendo com as pessoas, é ouvindo as pessoas, a maior parte do tempo é ouvir... engolir muita coisa também, porque é engolir muita coisa, e ... e depois com o cenário que temos à frente é agir devagarinho. Por isso é que as coisas têm de demorar tempo. Porque ninguém gosta que lhes entrem pela casa adentro e agora vamos mudar isto tudo porque não é assim, ou vamos limpar a casa, porque a casa tá suja. Pois, então vamos ver porque é que a casa tá suja. Vamos ver se nos deixam entrar. Não é? Se temos permissão para entrar, primeiro. E qual é o nosso papel? O nosso papel é tentarmos ser... não queria dizer amigos... não é ser pares das pessoas. Se calhar é uma palavra entre os amigos e os pares, é tentar criar os laços necessários com as pessoas para depois se ver o que se pode fazer. Porque eu acho que não há uma receita. Vamos lutar contra a pobreza, primeiro saber o que é a pobreza, não é?”

Conhecer os contextos em profundidade, conhecer e saber o que é a pobreza

10 – “Ah, pois é tentar, é tentar disseminar um pouco a sua atitude, e a sua maneira de pensar. E junto das comunidades em que trabalha inculcar nas pessoas a mais valia que as pessoas têm. Ensinar as pessoas a valorizarem aquilo que têm de bom. Porque eu posso não perceber nada de costura, mas posso ser uma excelente cozinheira. E às vezes as pessoas sentem que não têm nada, e tu tens de lhes ensinar a descobrir nelas próprias as mais valias que têm.”

Valorização pessoal e descoberta de capacidades e talentos.

11 – “Até porque o educador social poderia fazer a ponte para a sociedade, as pessoas tão completamente a leste da sociedade neste momento. Acho que elas próprias já não se consideram que fazem parte da sociedade. Não são pessoas que vão votar como nós, por exemplo. Acho que elas não se sentem, porque são marginalizadas, sempre foram, porque... sentem-se completamente à parte. Até porque toda a gente sabe que o facto só de elas serem prostitutas já são logo postas à parte da sociedade. Ah... portanto, acho que sim, acho que se conseguiria sempre, o educador tem um papel fundamental nisto. O facto de fazer a ponte para a sociedade, integração na sociedade, daí seguindo depois para a autonomia, o arranjar emprego, etc., acho que sim.” “É assim, o educador social, tal como qualquer pessoa teria que ter um papel ativo, muito mais o educador social, que é preparado para essa situação. E para lidar com estas situações. Acho que toda a gente deveria participar, mas sim, o educador social Também tem outra formação, ah... e lá está, a integração na sociedade, acho que, pronto, para uma pessoa especializada seria mais fácil. Mas se todos tivermos um papel ativo na pobreza, acho que sim, acho que conseguíamos... (...) é assim, existe muita coisa que podemos fazer. Lá está, mas é como, voltando ao início, também se não tivermos mecanismos para o fazer, por trás, também é complicado. É sempre possível fazer alguma coisa, lá está, nós com o voluntariado chegámos lá, mas se não tivéssemos a carrinha não conseguiríamos. (...) encaminhar, mas sempre com a ação direta com a pessoa. Não é encaminhar,

Inclusão e integração

dizer, olhe vá ali, não é bem assim, até porque essas pessoas normalmente têm um bocadinho mais de dificuldade, ou porque sentem-se um bocadinho à parte e já sentem um bocadinho, às vezes a vergonha, também, ah... Mas pronto, quando eu falo em encaminhar é encaminhar mas diretamente com a pessoa”

12 – “Ele deve ter a capacidade de sensibilizar as pessoas, de promover eventos e estratégias para ajudar o outro a ver mais além. As questões da auto-estima, por vezes, são suficientes para nos fazerem progredir. Normalmente numa equipa multidisciplinar, de ter apoio de outros profissionais, pronto, acho que o trabalho do educador é um trabalho que não pode ser isolado, acho que normalmente ele terá de trabalhar com outros profissionais. Pronto, teria que ver com isso. E só assim acho que pode ter um papel mais curativo. Ou então ter uma capacidade enorme de criar parcerias, de forma a conseguir ajudar a outra pessoa. Mas eu não gosto desta ideia de ajudar a outra pessoa. Alguma coisa me diz que é a pessoa que tem essa possibilidade. Às vezes acho que o educador social pode até dificultar o processo. (...) Não posso tar a dizer isto, mas é verdade. Infelizmente, muitas vezes somos nós que não conseguimos ver. Sim, nós enquanto, eu, tu, formada em educação... sim, às vezes com esta ideia de ajudar, e de fazer, a cena do nosso emprego. Nós fazemos um emprego para nós, ah... bom, mas isto já não é para aqui.

Fazer as coisas segundo a perspectiva da pessoa, e não como uma manutenção do posto de trabalho.

Entraves

1 – “Epah, eu acho que há uma série de entraves. Porque depois tem a ver, nós por exemplo nos projetos, os projetos são feitos de três anos, ou de dois anos, são muito inflexíveis. Aquilo é assim, e é assim que tens de fazer. Só que uma coisa que tá diagnosticada de início, passados seis meses as coisas mudam, e há poucos financiamentos que permitem alterações, eu acho que isso era muito importante, porque as condições mudam, porque as pessoas mudam, os contextos vão mudando. Ah... isso é um entrave, o facto de as coisas serem pouco flexíveis. A Câmara, os serviços da Câmara são pouquíssimo flexíveis. Isso é um entrave. Porque se a pessoa não... não preenche aqueles requisitos, todos os que é preciso, já não tem acesso. Não precisa ter um, tem de ter todos. E nós quando fazemos um encaminhamento sabemos que se a pessoa não tiver todos não serve de nada. Acho que deviam ser mais flexíveis. Portanto, acho que esses entraves todos, sim, depois também andam connosco (...) os entraves andam connosco, educadores sociais. Nessa área. Opah pois eu só posso fazer um encaminhamento quando sei que tá aqueles seis prontinhos. Portanto, tem de ser mesmo pobre (risos) não pode ser semi-pobre.”

Os ES trabalham em projetos financiados e têm pouco espaço de manobra. Mesmo que o contexto mude, as linhas de atuação não podem ser alteradas.

2 – “O utente, por vezes, é difícil sensibilizá-lo para certos passos, certas atitudes que seriam importantes para ele. Isso é um trabalho que demora muito tempo. Normalmente as direções querem números. Ah... os nossos governantes querem números. Portanto, todo este processo é um bocadinho apressado. Depois, as direções, como eu já tinha referido, das instituições,

Tempo e números

ES têm de seguir instruções de gabinete.

muitas vezes não estão abertas a algumas sugestões que são feitas pelos técnicos no terreno, e depois, quer queiramos, quer não, a política a nível nacional, ah... influencia muito.” “Os entraves na nossa profissão, é basicamente aquilo que... às vezes somos nós próprios também. Ah... às vezes somos nós próprios. Esta coisa de... somos um bocado engolidos pela rotina. Ah... E acabamos por nos acomodar muitas vezes, não é? Porque vemos a barreira no chefe, porque vemos a barreira na direção da instituição, porque vemos que a maioria dos nossos utentes não está a responder da forma que nós gostaríamos, e então, fazemos a nossa prática diária, e deixamo-nos ir pela corrente. Eu acho que o primeiro entrave sejamos nós próprios. Ah... E eu incluo-me nisso. Completamente. (...) Sim, mas acho que vejo muito pouca ref... perante acontecimentos mundiais, que não têm a ver com o nosso trabalho diário, mas que têm a ver com o mundo, tem a ver com a sociedade, ah... não há tomadas de posição, parece que as pessoas têm medo de dizer aquilo que acham, ah... e nós temos um bocadinho essa obrigação, porque se nós não damos o exemplo, como é que as pessoas com quem trabalhamos o farão também?

A acomodação dos profissionais à rotina diária

Sendo figuras de referência, os ES de forma geral não dão o exemplo.

3 – “Agora, ah... aliás, cada vez mais, e a nível das escolas tenta-se trabalhar na área da prevenção, temos é aqui um problema grande que, que... estamos num país em que se quer estatística, estatística, números, números, e a... os resultados da prevenção veem-se a longo prazo. Não se podem ver no final de cada período, no final de cada ano letivo, não é? E se nós não cumprirmos esses objetivos no final de cada ano letivo, somos maus profissionais. Somos considerados maus profissionais.” “Em primeiro lugar é não haver muito trabalho para educadores sociais. Em segundo lugar (...) Sim, é muitas vezes as pessoas acharem que esse trabalho não é... não é necessário. É... muitas vezes as pessoas pensam que os educadores sociais fazem umas coisinhas, umas atividadezinhas com as famílias, não dão valor, porque as pessoas pensam muitas vezes que os educadores sociais não fazem nada, não é? Estão para ali! A fazer umas atividadezinhas e pronto. (...) (desvalorização) Do trabalho. Não é tanto da profissão, que acho que isso já teve pior, mas do trabalho. Na escola eu noto que, aqueles professores que trabalham diretamente connosco e que nos pedem ajuda porque têm turmas mais problemáticas do que outras, esses, quando percebem o trabalho que se faz, e que se vê que se veem resultados, dão muito valor ao nosso trabalho.”

Tempo, estatísticas, objetivos...

Desconhecimento e desvalorização da profissão ou das atividades que os ES realizam.

Trabalho solitário e que implica muita estabilidade emocional e psicológica.

4 – “Quando um educador social quer trabalhar a sério, o primeiro entrave é o próprio aluno, e os próprios pais. O próprio sistema familiar que está ali na superproteção, que ao mesmo tempo os expõe, e os deixa andar nos maiores perigos. E depois é... tens ali um... um leque... e eu sei... eu realmente sei do que falo, um leque de colegas... Eu? É assim: Q.B. para estes meninos, quer, quer, não quer, não quer. Ponto final. E isso o que é que te deixa? A trabalhar sozinha, e muitas vezes o educador social que realmente faz a diferença, é um trabalho solitário. É um trabalho solitário, é um trabalho árduo, não... não é fácil, e acredito que, e eu conheço várias educadoras que acabaram por desistir porque realmente, ah... a juventude, ainda que seja

O trabalho não tem continuidade porque as colocações são feitas por concursos anuais.

uma mais valia, mas em termos de maturidade emocional, é ali uma fragilidade um bocado complicada. E eu, efetivamente, trabalhei com algumas colegas que se foram abaixo, entraram em depressão, porque não aguentaram a pressão.” “Não há um trabalho de continuidade, e isso é o calcanhar de Aquiles da educação. Tanto nos professores... na educação. Educação em geral, e pronto. E isso é fundamental, é um trabalho de continuidade, mesmo alguém que comece um projeto... porque é assim, eu não estou à espera de ver resultados em meses, nem em semanas, mas se me derem cinco anos, eu dou-te a garantia que tenho cerca de cinquenta por cento da minha população mudada. Mas dão-me nove meses de cada vez, e então, nasce a criança e tem de se haver sozinha. Pois, e eu lamento. Lamento, porque são projetos que devem ser continuados, porque nós criamos empatia com as famílias, com os miúdos, ah... e eles ficam desasados. Ficam... Ah, já não é a mesma pessoa... porque cada pessoa é uma, cada educador social tem a sua maneira de ser, todas elas com muita valia.”

5 – “pffffff... Olha, em primeiro lugar é as pessoas não fazerem a mínima ideia do que é um educador social (risos)! (...) Entraves, olha a própria porcaria de darem-te trabalho, não é? A precariedade. A precariedade não tem a ver só com os contratos, tem a ver com o próprio ordenado, temos muitas pessoas a trabalhar e a ganhar menos que um assistente técnico, isto é grave. Pela própria carreira do educador social. Não vejo uma grande luta associativa ou sindical por parte da nossa área, não. Vejo esforços, sim, de tentar, uma tentativa de, mas talvez não estejamos a ser suficientemente proativos, o que é estranho. (...) Portanto, no fundo, temos tão nas nossas batalhas também, temos presos neste pântano de trabalho também que... que também não nos deixa... ou seja, os entraves não são só entraves externos, também muitas vezes são entraves da nossa parte também, ligados à profissão e à nossa incapacidade de... de criarmos equipas coesas, porque também temos sempre, é sempre um educador social na instituição. Na minha instituição eu sou a educadora social. E eu penso assim, fogo, a magia que seria se tivessem aqui três. Pelo menos três já seria fantástico para fazer um projeto brutal e desenvolver, não é? Depois nós temos uma linguagem muito comum, que os outros profissionais não têm. Então também temos esse entrave. Que é conseguir enquadrar a minha linguagem na linguagem do outro colega que está a desenvolver comigo. É difícil e depois, à partida, aparentemente, eu que trabalho na saúde, aparentemente, também tenho essa dificuldade que é o psicólogo acha que faz coisas que nós fazemos, um enfermeiro tem a certeza que é ele que é educador para a saúde, não somos nós, e é mentira. Porque um enfermeiro sabe a técnica. Mas ele não e especializou em educação. Eu vejo isso com os meus colegas. E quando eu me ofereço para ajudar na sessão educativa, eles não querem a minha ajuda, porque de acordo com a carreira tátatá, têm que apresentar ao serviço uma formação X, e não pode tar lá a educadora (...) metida ao barulho, portanto, os entraves tanto são a nível exterior à profissão como de nós próprios.

O trabalho dos ES é precário e mal remunerado.

O ES não é proactivo na sua própria profissão

Os métodos de trabalho do ES não são compatíveis com os de outros profissionais.

6 – “Eu acho que, presumo que seja mesmo a parte de... do sistema, falta de oportunidades, presumo que seja também... o facto de ser tudo lento neste país. Presumo eu. Não sei. Não faço ideia. Não sei como é que se resolvem situações de pobreza.”

7 – “O dinheiro, que é mau tu querereres ajudar, e depois não tens, por exemplo eu falo da medicação, por exemplo. Se lhes é cortado o fundo para os utentes terem acesso à medicação, como é que eu lhes vou dar a medicação? Para eles tarem bem, ou se sentirem bem, para andarem com a vida deles para a frente? Não é? É difícil, e quem diz medicação, diz outras coisas. Sei lá, tanta coisa que uma pessoa precisa para o dia-a-dia.”

Falta de financiamento para ações. A maioria das verbas serve para o funcionamento das instituições.

8 – “Não sei. Eu quando tava em casa a pensar se me perguntasses o que é ser educador social. Começa por aí. Eu não te sei explicar o que é. Quando me perguntam a mim eu não sei responder. Porque acho que nós não somos uma profissão. Nós somos pessoas com uma vocação, primeiro. Aquilo, a parte do social, ou tu gostas, ou tu sentes, ou tu não sentes. Porque explicar não, eu... o meu marido não percebe o que eu faço. Acha que eu ando aos pinotes, eu às vezes ando aos pinotes, ando só a brincar, ah... portanto, acho que não se explica. Depois, andamos aos pinotes, olha eu já... já dei alfabetização, mas também já limpei rabos. (...) Há anos que ela tenta ensinar-me uma música, só um trechozinho, e eu ainda não consigo. E já ensaiei um coro. E já mexi numa mesa de mistura. E já fiz trinta por uma linha. E considero que isso é ser educadora social.” “Eu não sei o que é a pobreza, eu não sei se a pobreza é ter um carro todo XPTO, e depois não ter nada em casa para comer. Não é? Se é ter uma bruta de uma casa e lá dentro não ter recheio nenhum. Se consideras pobreza uma pessoa que vive com meia dúzia de tostões todos os meses, mas que anda limpa, que é bem educada, que se calhar cumpre o seu dever cívico, ela é pobre ou não é pobre? Que mal ou menos consegue ter as refeições para os filhos, que os filhos andam sempre limpinhos, e afinal são pobres ou não são pobres? Não é? Eu também não te vou responder a essa pergunta porque eu não sei” “Sim, e com tempo. Volto a dizer, é o tempo que falta para trabalhar com as pessoas, e sem números, também. É bonito. Os números é uma coisa que... (...) Se atrapalham? Quer dizer, e depois tu consegues dar a volta (...) mas se eles querem números, a gente dá-lhes números, e todas as pessoas que agarrava, fazer ficha, mas na verdade, trabalhei com X pessoas de um lado, e X noutra, número restrito, e fico contente que assim tenha sido, para que aquele trabalho com aquelas pessoas tenha sido produtivo e tenha dado algum fruto. Nem que seja uma pessoa. Nem que seja uma que eu diga, olha isto mudou para esta pessoa.” “Além do tempo, da falta de dinheiro, da pressão dos números. Eu acho que é essencialmente isso, são os recursos. Querem que tu faças coisas lindas e maravilhosas com dois tostões. Tu acabas por gastar uma parte do teu ordenado para poderes fazer alguma coisa que as pessoas mereçam. Não é só chegar ali e irmos dizer, epah, vim para aqui porque hoje tá escrito na ficha, assinem lá aí. Vamos fazer uma coisa que as pessoas mereçam também. Não é dizer, olha estou aqui só para

O ES é uma profissão muito abrangente e difícil de definir. Será esse o problema?

Desconhecimento sobre os conceitos e definição de pobreza

Recursos

preencher o ponto, tão a pagar-me para isto, vamos lá fazer qualquer coisa para me ir embora. É verdade.”

9 – “Sistema político, sistema social... esses dois são os principais. Depois talvez mesmo a própria pessoa, porque o indivíduo em si tem que criar forças para... não é ganhar forças, é ter mesmo a vontade de querer mudar, não é? A pessoa é pobre, e não quer mudar, não quer ter uma vida melhor... eu tentei ajudar várias pessoas que não quiseram ser ajudadas. E não consegui fazer muito, não é? Acho que o sistema político e o sistema social, não é, da nossa sociedade, acho que são os dois principais entraves, não é, na diminuição da pobreza, acho que sim.” “e é preocupante, o problema é preocupante, cada vez mais. E muitas pessoas não têm essa noção, preocupadas com a vida quotidiana e não têm noção de que realmente que a pobreza é um dos grandes problemas da nossa sociedade.”

10 – “Porque se calhar, para já, a maioria das pessoas, e eu incluo-me nisso, não nos encontramos frequentemente para nos questionar, o que é uma situação de pobreza. O que é que para mim é a pobreza? Que para ti não é a mesma coisa e que não é para a pessoa que está aqui ao meu lado. Por um lado é bom pormo-nos a falar sobre estas questões. Acaba-se por fazer uma reflexão de um tema que toca a todos nós. Porque nós se calhar também temos situações e pobreza do nosso eu, que têm de ser trabalhadas. Há pessoas que têm consciência disso, mas há pessoas que nem passa isso pela cabeça não é?” “Ah... é assim, muitas vezes eu acho que também, a sociedade não entende bem o nosso trabalho, e acho que isso nos dificulta também o nosso trabalho. Não, não... se calhar ver o educador social, porque o educador social tem várias vertentes, e muitas vezes as pessoas até perguntam, és educador social, isso é o quê? Só que nós temos muitas vertentes, desde a animação, a fazermos trabalho... por exemplo, há muitos educadores sociais a fazer trabalho de assistente social, que é uma parte mais burocrática, mas pronto, nós conseguimos, o educador social consegue colmatar essas falhas todas. E nem sempre as pessoas estão, as que precisam de ajuda, nem sempre estão recetivas a receber alguém que as ajude. No entanto, o educador social também consegue dar a volta a isso. Portanto, acho que os entraves principais são mesmo, realmente, eu penso que seja o facto de não termos, também condições, ou pelo menos, isto o facto de o estado também não ter verbas, ou pelo menos dizer que não tem verbas, para também nos dar ferramentas. Acho que conseguimos, mesmo sem essas ferramentas, conseguimos, mas se calhar não é suficiente. Aí também... há muitos educadores sociais, portanto, o facto de a pobreza não tar erradicada, é porque os educadores sociais também precisam de comer. E como os educadores sociais também precisam de comer, precisam que lhes paguem um ordenado para conseguirem trabalhar. Não quer dizer que não tenham vontade, e se calhar há muitos educadores sociais a trabalhar fora da área, porque não conseguem arranjar trabalho na área, e se calhar ajudam outras pessoas com o voluntariado, e etc.”

Porque é que as pessoas não querem? Se lhes dermos uma mansão com piscina será que não aceitam? Ou não querem o que lhe é oferecido? Esta recusa para melhorar a vida deve-se a que motivos? Será que precisam de tempo para mudar? Provavelmente até haverá preocupação, mas as pessoas podem achar que dar um pacote de leite e roupas usadas resolve o problema.

Falta de debate entre os ES sobre a pobreza

O ES consegue dar a volta quando as pessoas não querem ser ajudadas.